

PRODUÇÃO DE POBREZA E DESIGUALDADE NA AMÉRICA LATINA

Alberto D. Cimadamore

Antonio David Cattani

ORGANIZADORES

© Clacso
1ª edição 2007

Direitos reservados à Tomo Editorial Ltda.

A Tomo Editorial publica de acordo com suas linhas e conselho editoriais que podem ser conhecidos em www.tomoeditorial.com.br.

Editor: *João Carneiro*

Tradução dos artigos escritos em castelhano: *Ernani Ssó*

Revisão técnica da tradução: *A. D. Cattani*

Revisão: *Nara Widholzer*

Editoração eletrônica e capa: *Daniel Clós*

Diagramação: *Tomo Editorial*

C573p Cimadamore, Alberto D.
Produção de pobreza e desigualdade na América Latina / Alberto D. Cimadamore ... [et al.] ; organizadores: Antonio David Cattani, Alberto D. Cimadamore ; tradução: Ernani Ssó. — Porto Alegre : Tomo Editorial/Clacso, 2007.

240 p.

ISBN 978-85-86225-50-5

1. Sociologia. 2. Desigualdade Social. 3. América Latina. I.Título. II.Murillo, Susana. III.Leguizamón, Sonia Alvarez. IV.Díaz, Laura Mota. V.Bialakowsky, Alberto L. VI.López, Ana L. VII.Patrouilleau, M. Mercedes. VIII.Antunes, Ricardo. IX.Pochmann, Marcio. X.Cattani, Antonio David. XI. Ssó, Ernani (trad.).

CDD 305.569

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecária responsável: Vera Lucia Linhares Dias CRB-10/1316

Tomo Editorial Ltda. Fone/fax: (51) 3227.1021
tomo@tomoeditorial.com.br www.tomoeditorial.com.br
Rua Demétrio Ribeiro, 525 CEP 90010-310 Porto Alegre RS Brasil

PRODUÇÃO DE POBREZA E DESIGUALDADE NA AMÉRICA LATINA

Alberto D. Cimadamore
Antonio David Cattani

ORGANIZADORES

Alberto D. Cimadamore
Susana Murillo
Sonia Alvarez Leguizamón
Laura Mota Díaz
Alberto L. Bialakowsky
Ana L. López
M. Mercedes Patrouilleau
Ricardo Antunes
Marcio Pochmann
Antonio David Cattani





Secretario Ejecutivo

Emir Sader

Comité Directivo**Miembros Titulares****Julio César Gambina**

Fundación de Investigaciones Sociales y
Políticas
Argentina

Gaudêncio Frigotto

Universidade Estadual de Rio de Janeiro
Brasil

Gustavo Verduzco Igartúa

Centro de Estudios Sociológicos
El Colegio de México
México

Marielle Palau

BASE Investigaciones Sociales
Paraguay

Margarita López Maya

Centro de Estudios del Desarrollo
Universidad Central de Venezuela
Venezuela

Víctor Vich

Instituto de Estudios Peruanos
Perú

Adalberto Ronda Varona

Centro de Estudios sobre América
Cuba

Director Científico

Tom Skauge

Comité Científico

Atilio Boron, Chair, Argentina

Lucy Williams, Vice-Chair, EUA

Santosh Mehrotra, Vice-Chair, India

Abderrezak Benhabib, Argelia

Alicia Ziccardi, México

Juan Manuel Arbona, Bolivia

Layi Erinosh, Nigeria

Leif Jensen, EUA

Fatima Adamu, Nigeria

Karima Korayem, Egipto

Adebayo Olukoshi, Senegal

Murray Leibbrandt, Sudáfrica

Peter Saunders, Australia

Ragnhild Lund, Noruega

Blandine Destremau, Francia

Arjun Sengupta, India

Carlos Sojo, Costa Rica

Du Xiaoshan, China

Penina Mlana, Kenia

CLACSO**Executive Secretariat**

Callao 875, piso 3º
C1023AAB, Buenos Aires, Argentina
Tel.: (54 11) 4811 6588 / 4814 2301
Fax: (54 11) 4812 8459
<<http://www.clacso.org>>
clacso-crop@clacso.edu.ar

CROP**Secretariat**

Nygaardsten 5, N - 5020
Bergen, Norway
Tel.: 47 55 58 97 44
Fax: 47 55 58 97 45
<<http://www.crop.org>>
crop@uib.no

SUMÁRIO

A construção da pobreza e da desigualdade na América Latina: uma introdução	7
Alberto D. Cimadamore Antonio David Cattani	
As políticas de produção de pobreza: construindo enfoques teóricos integrados	15
Alberto D. Cimadamore	
Produção de pobreza e construção de subjetividade	39
Susana Murillo	
A produção da pobreza massiva e sua persistência no pensamento social latino-americano	79
Sonia Alvarez Leguizamón	
Instituições do Estado e produção e reprodução da desigualdade na América Latina	125
Laura Mota Díaz	
Práticas governamentais na regulamentação de populações extinguíveis	151
Alberto L. Bialakowsky, Ana L. López e M. Mercedes Patrouilleau	
A desconstrução do trabalho e a explosão do desemprego estrutural e da pobreza no Brasil	195
Ricardo Antunes e Marcio Pochmann	
Riqueza substantiva e relacional: um enfoque diferenciado para a análise das desigualdades na América Latina	211
Antonio David Cattani	

Alberto D. Cimadamore Antonio D. Cattani

A CONSTRUÇÃO DA POBREZA E DA DESIGUALDADE NA AMÉRICA LATINA: UMA INTRODUÇÃO

A pobreza e a desigualdade são construções sociais que se desenvolvem e consolidam a partir de estruturas, agentes e processos que lhes dão forma histórica concreta. Os países e regiões da América Latina moldaram, desde os tempos coloniais até nossos dias, expressões desses fenômenos sociais que, embora apresentem as peculiaridades próprias de cada contexto histórico e geográfico, compartilham um traço em comum: altíssimos níveis de pobreza e desigualdade que condicionam a vida política, econômica, social e cultural. O conceito de *construção* é praticamente similar ao de *produção*, sendo utilizado aqui para enfatizar que a pobreza é o resultado da ação concreta de agentes e processos que atuam em contextos estruturais históricos de longo prazo.

Reiteradamente, esses problemas foram identificados como os mais relevantes que enfrentam as sociedades latino-americanas ao buscar a consolidação dos regimes democráticos, socialmente justos. Mais importante ainda, observa-se que a pobreza e a desigualdade habitualmente estão ligadas, retroalimentam-se e reproduzem-se à medida que contem com condições políticas, econômicas e sociais favoráveis para tanto. Essa interação tende, além disso, a consolidar os nocivos efeitos sociais de sua conjunção.

A desigualdade gera pobreza à proporção que, em um determinado ponto histórico, a distribuição do estoque de recursos econômicos faça parte de um jogo de soma zero. Certamente, em tese, pode se pensar de maneira distinta a questão da distribuição de bens (econômicos e de outro tipo) nas sociedades, particularmente quando se inclui a dimensão *tempo* (futuro) e se pensa em incrementar o estoque de bens para facilitar sua

distribuição. Muitas das teorias que subscrevem a política de “fazer o bolo crescer para depois distribuir” partem dessa premissa. No entanto, uma simples descrição histórica do crescimento econômico registrado por vários dos países da região mostra que este não se traduziu em uma significativa diminuição da pobreza, pela simples razão de que o estoque de bens é tão desigualmente distribuído, que seus efeitos estruturais tendem a concentrar inercialmente os lucros em grupos reduzidos da população. Essa realidade condiciona qualquer objetivo de se conseguir uma redução significativa da pobreza e consolida – quando não aumenta – uma desigualdade ímpar no mundo inteiro.

A esses argumentos, subjaz a hipótese de não ser possível diminuir a pobreza na América Latina sem diminuir a desigualdade, o que está implícito e explicitamente sugerido nas discussões das pesquisas que conduziram a esta obra. Crescentemente, elas fazem parte de um consenso nas pesquisas sobre pobreza que subscrevem teorias e perspectivas críticas dos enfoques predominantes no passado recente, tanto no discurso oficial dos países da região, como nos informes das organizações internacionais que se ocupam do tema.

As Ciências Sociais – e, mais especificamente, a tradição do pensamento social que o Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais e a Associação Latino-Americana de Sociologia historicamente subscreveram – não são nem podem ser indiferentes aos efeitos do círculo vicioso que gera a interação entre pobreza e desigualdade na América Latina. Com essa convicção, da qual compartilhamos como cientistas sociais e como cidadãos comprometidos com nossas realidades, lançamos um processo de cooperação – entre as duas talvez maiores e mais ativas redes de cientistas sociais da América Latina e do Caribe – destinado a compreender e expor a lógica, a dimensão e as múltiplas facetas do círculo vicioso desigualdade-pobreza que encerra o futuro das sociedades latino-americanas.

Este livro é o primeiro resultado da colaboração entre dois grupos de trabalho da ALAS (GT 19, *Reestruturação Produtiva, Trabalho e Dominação Social*, e GT 9, *Desigualdade, Vulnerabilidade e Exclusão Social*) e o Programa CLACSO-CROP, do Comparative Research Programme on Poverty (CROP), vinculado ao Conselho Internacional de Ciências Sociais (ISSC). A cooperação entre essas instituições surgiu a partir da identificação da conjunção entre pobreza e desigualdade como o principal problema que a sociedade latino-americana enfrenta na atual conjuntura histórica. Nas primeiras trocas de idéias entre ambas as comunidades acadê-

micas, também ficou claro, em seguida, que a compreensão dos dois fenômenos – individualmente e em suas múltiplas interações recíprocas – constituía um passo fundamental para se dar mais visibilidade à questão, contribuindo assim para promover os debates e consensos necessários para implementar as políticas econômicas e sociais que possibilitassem superar o círculo vicioso da reprodução conjunta de pobreza e desigualdade.

Partimos desse propósito inicial e do diagnóstico de que grande parte dos estudos sobre esses tópicos esteve concentrada em questões relacionadas à medição da pobreza e da desigualdade, assim como na discussão sobre políticas (planos, programas, experiências, etc.) destinadas a reduzir seu impacto nas sociedades latino-americanas. Na seqüência, consideramos oportuno voltar a enfatizar as questões conceituais afeitas à origem e à perpetuação desses fenômenos. Em outras palavras, decidimos pôr em primeiro plano da discussão as questões relativas à construção, produção e reprodução da pobreza e da desigualdade.

A iniciativa começou a evoluir com a organização de uma mesa-redonda sobre *Trabalho, produção de pobreza e desigualdade na América Latina e no Caribe*, no contexto do XXV Congresso da ALAS, ocorrido na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, no ano de 2005. A continuação deu-se com uma oficina e uma apresentação pública organizada no Instituto de Investigações Gino Germani, da Faculdade de Ciências Sociais, Universidade de Buenos Aires.

Os autores participantes da série de encontros que desembocou neste livro concordam, além disso, que, durante as últimas décadas, conceitos como *pobreza e desigualdade* foram adquirindo novos significados na realidade latino-americana. Em frente a essa circunstância, podem os cientistas sociais utilizar acriticamente esses conceitos? Tanto os eventos mencionados acima, como os textos resultantes, pretendem revitalizar um debate que dê respostas a essas e outras interrogações relacionadas com o impacto conjunto da pobreza e da desigualdade latino-americanas e dos possíveis caminhos para sua eliminação. Pretendem também questionar alguns dos termos em que ambos são tratados em muitos círculos de conhecimento e poder, tentando apresentar uma perspectiva que supere a pretensa neutralidade científica implícita nas descrições e explicações causais das correntes do pensamento que habitualmente chegam às primeiras páginas das publicações e do processo de tomada de decisões.

Dessa perspectiva, situa-se em primeiro plano a noção de “construção” ou “produção/reprodução” de pobreza e desigualdade. Essa noção

alude ao fato de que a produção da pobreza é um fenômeno complexo em que interagem diferentes processos (econômicos, sociais, políticos, culturais e étnicos), que podem ser analisados em longa, média e curta durações. Esse fenômeno é visualizado como fruto da interação entre estruturas e agentes concretos que produzem e reproduzem, em diferentes níveis, as condições que geram e multiplicam a pobreza e a desigualdade. O conceito de construção social da pobreza e da desigualdade requer então uma análise em termos de complexidade teórica, ao mesmo tempo em que exige identificar, com a maior clareza possível, os processos e políticas concretas, assim como os criadores, executores e responsáveis pelas situações sociais de extrema desigualdade e pobreza que afetam a região.

Nesse contexto, os conceitos de *trabalho* e de *produção* situam-se como temas centrais que permitem pôr em primeiro plano suas estreitas vinculações com as persistentes condições de desigualdade e pobreza na região. O trabalho é normalmente considerado como uma fonte regular de renda cuja magnitude é essencial para determinar os níveis de pobreza e desigualdade. É, também, um eixo fundamental das integrações social e política e se constitui em um dos fatores essenciais quando se examinam as condições de produção e reprodução da pobreza e da desigualdade nos diferentes períodos da evolução do capitalismo na América Latina.

Em segmentos desta obra, enfatiza-se a fragilidade social a que estão expostos os países da região, onde quase a metade da população está na pobreza ou no limite de cair nessa situação. Mais ainda, a experiência histórica mostra que esse limite ou fronteira é facilmente ultrapassável, tal como o demonstrou, em princípios deste século, uma das sociedades relativamente mais desenvolvidas da região, quando vários milhões de argentinos considerados de “classe média” passaram em pouco tempo para a pobreza. Uma crise econômica, fruto da ação concreta de agentes econômicos e políticos facilmente identificáveis, transformou, rapidamente, um país que alcançara décadas atrás uma qualidade de vida ímpar no continente sul-americano. Em um espaço social alterado, mais da metade da população caiu na pobreza, com níveis de desigualdade que não podem ser tolerados sem se alterar a própria noção de democracia.

Nas últimas décadas, mesmo os mais otimistas foram obrigados a reconhecer que, no mundo todo, a pobreza não só perdurou, como se reproduziu em termos alarmantes. A necessidade de reduzi-la é consensual, mas as ações concretas nesse sentido esbarram em grandes dificuldades, a começar pela ausência de uma teoria explicativa sobre as múltiplas causas

do fenômeno. O déficit explicativo afeta as formas de mobilização dos agentes, a implementação de políticas públicas e a elaboração de projetos alternativos.

O texto que abre este livro destaca a importância desse déficit teórico-metodológico e a necessidade de se construírem outras perspectivas que integrem múltiplos níveis de análise. Alberto D. Cimadamore propõe um modelo teórico básico que articula estruturas e agentes sob o enfoque interdisciplinar das Ciências Sociais para tentar explicar causas e conseqüências da produção e reprodução da pobreza e da desigualdade. O modelo é testado a partir de três estudos específicos (produção de castanha na Bolívia, de soja no Paraguai e de abacate no México). O exercício comprova as responsabilidades do Estado e dos seus agentes: por um lado, destacando sua inoperância, e, por outro, seu potencial na solução dos problemas. Os resultados evidenciam as possibilidades de generalização do modelo e de realização de estudos comparativos que permitirão aperfeiçoar ainda mais a capacidade explicativa do enfoque integrado proposto.

Os temas eruditos da Filosofia Política sobre justiça, igualdade, pacto social, razão e direitos universais são retomados por Susana Murillo, para analisar as estratégias discursivas que buscam legitimar as práticas do capitalismo contemporâneo. Conceitos e definições não são inocentes e menos ainda correspondem a categorias auto-evidentes. No que concerne à pobreza e à desigualdade, a ofensiva liberal vale-se de duas estratégias discursivas: a primeira, naturalizando as diferenças, ao apresentá-las como ontológicas, e a segunda, substituindo o paradigma clássico, ao destituir o coletivo, as estruturas e o Estado de sua importância, os quais passam a ser subordinados pelo individual e pelas ações pseudo-autônomas. Ao mercado, é atribuído o papel de grande ordenador, e a razão e os direitos sociais e universais cedem lugar à força e ao pragmatismo utilitarista. Murillo localiza essa estratégia discursiva nos documentos do Banco Mundial que orientam as ações concretas em curso na América Latina e no Caribe, ações essas que perpetuam e reproduzem a injustiça e a desigualdade. Entretanto, dialeticamente, as tentativas de se criar uma subjetividade subserviente e de se empoderarem os pobres em moldes capitalistas encontram resistências coletivas, e a rebeldia social continua criando novos espaços de confrontação.

Como analisa Sonia Alvarez Leguizamón em seu artigo, as explicações sobre as causas e a persistência da pobreza na América Latina estão

associadas aos embates políticos que definem a identidade do continente. De um lado, há as produções intelectuais identificadas com o poder: explicações biologistas, neomalthusianas, culturalistas, keynesianas e, mais recentemente, neoliberais. De outro, está o pensamento social crítico formulado por autores que são identificados com as causas nacionais e populares e que reconhecem na dependência, no imperialismo, na corrupção e no entreguismo dos setores dominantes locais os elementos estruturantes e reprodutores da pobreza. Alvarez Leguizamón realiza uma síntese da história desse permanente embate teórico que tem desdobramentos concretos em termos de políticas públicas e de ações empresariais, mas, também, relativamente a buscas de alternativas e a resistências populares.

Identificada com a corrente teórica neo-institucionalista, Laura Mota Diaz centra sua análise do processo de produção e reprodução da pobreza na América Latina na figura do Estado. Instituição decisiva, o Estado é, desde os primórdios da colonização, capturado por interesses minoritários. Ao longo dos séculos XIX e XX, os processos mudaram formalmente, mas, na sua essência, o Estado continua como elemento central, assegurando condições específicas de apropriação e distribuição dos ativos, a ponto de, em determinadas situações nacionais, no lugar de captura, poder-se falar de seqüestro do Estado por segmentos econômicos. Mesmo quando se observa um importante esvaziamento de suas funções em benefício da regulação por agências e empresas multinacionais, como neste início do século XXI, o Estado continua sendo o elemento-chave na manutenção clientelista de privilégios e, conseqüentemente, na distribuição injusta da riqueza social.

Também centrados nas práticas governamentais, Alberto Bialakowsky e sua equipe analisam dimensões terríveis do processo contemporâneo de extinção das populações vulneráveis. Durante certo tempo, o sistema capitalista pretendeu normalizar a sociedade sob um modelo pretensamente racional: subordinação e controle da força de trabalho, manutenção de um exército industrial de reserva, para exercer pressão sobre os integrados ao sistema, e uma franja de excluídos, os “inúteis para o mundo”, mantidos nos limites da sobrevivência. A partir do exemplo argentino, esses pesquisadores sustentam a existência de práticas governamentais que produzem um *continuum* de subordinação-exclusão-extinção. Nesses termos, não existem mais contornos nítidos entre os incorporados ao sistema (normalizados) e os demais (exército industrial de reserva e população excedente, os subnormalizados). Guetificação, criminalização

e gestão punitiva e fragilização dos corpos fazem parte da normalidade do século XXI. Pobreza, exclusão e extinção de determinadas populações não são fenômenos localizados, mas compõem um processo social de trágicas conseqüências.

O artigo de Márcio Pochmann e Ricardo Antunes analisa o processo recente de “desconstrução” do trabalho. Em menos de três décadas, a mundialização, a reestruturação produtiva e a aplicação dos princípios neoliberais a políticas públicas e à desregulação do mercado alteraram profundamente as características e a dinâmica do mercado de trabalho. Mesmo quando atingia volumes expressivos, o desemprego era considerado uma variável de ajuste do sistema. Agora, ele é estrutural e aparece como horizonte inelutável para um número importante de trabalhadores. Ainda que autores tomem como exemplo apenas o caso brasileiro, o significado do processo é praticamente o mesmo em toda a América Latina. A flexibilização (dos salários, dos horários, dos contratos e das funções) traduz-se em perdas de direitos que haviam sido duramente conquistados nos períodos anteriores e resulta no empobrecimento. O trabalho aparece, assim, como um componente fundamental do processo de produção da pobreza e da desigualdade.

O último artigo apresenta uma análise distinta das anteriores. Reconhecendo a importância dos estudos sobre a pobreza, Antonio D. Cattani sustenta a tese de que é necessário recuperar-se a dimensão relacional entre o pólo pobreza e o pólo riqueza. A brecha social vem aumentando como resultado de processos convencionais de extração de mais-valia, mas, também, como conseqüência de estratégias empresariais tornadas possíveis pela desmedida na concentração de renda. Dada a correlação de forças desfavorável aos trabalhadores e aos setores populares, as classes abastadas valem-se de múltiplos expedientes para ampliar seu poder e sua riqueza. A riqueza substantiva garante privilégios e impunidade, bem como assegura transferências permanentes de recursos da massa trabalhadora para segmentos cada vez mais restritos que permanecem estrategicamente escondidos do olhar crítico das Ciências Sociais.

A busca de soluções para o problema da pobreza e da desigualdade que atinge todo o continente latino-americano é um imenso desafio. O objetivo desta obra é colocar em lugar de alta visibilidade processos e agentes responsáveis, afirmando a necessidade de se romper com o círculo vicioso que retroalimenta a pobreza com a desigualdade, consolidando-as no tempo. Identificando-se a natureza dos processos em curso, os

perpetradores e suas vítimas, descartam-se soluções messiânicas, as afrontas à democracia, os remendos filantrópicos e as ações empresariais e governamentais que, sob a lógica do mercado concorrencial, produzem e reproduzem mais pobreza e desigualdades.

Buenos Aires e Porto Alegre, junho de 2007

Alberto D. Cimadamore*

AS POLÍTICAS DE PRODUÇÃO DE POBREZA: CONSTRUINDO ENFOQUES TEÓRICOS INTEGRADOS

INTRODUÇÃO

A pobreza tem estado presente na história da humanidade sob diferentes formas e intensidades, produzindo diversos efeitos sobre o conjunto da sociedade. Os últimos anos do século XX e os primeiros do século XXI mostraram haver um crescente consenso – pelo menos retórico – sobre a necessidade de reduzi-la, e chegou-se, inclusive, a falar em eliminá-la (Organización..., 1995). Isso é possível? Certamente, é possível reduzir os níveis de pobreza e eliminar suas expressões extremas. Existem recursos materiais para tanto, assim como um consenso em nível discursivo por parte de governos, organizações internacionais e diversos grupos sociais e econômicos (Dean; Cimadamore et al., 2005). No entanto, isso não está acontecendo. Estratégias e políticas de redução da pobreza são implementadas com mais ou menos êxito em diversas partes do mundo, mas os níveis de pobreza continuam sendo alarmantes, e existem sérias dúvidas sobre se alcançarem os modestos objetivos do Milênio,¹ pelo menos na América Latina.

* Doutor em Relações Internacionais, University of Southern California, Los Angeles, EUA. Professor Titular de Teoria das Relações Internacionais, Universidade de Buenos Aires (UBA), e Pesquisador do Conselho Nacional de Investigações Científicas e Tecnológicas (CONICET), Argentina.

1 Os oito objetivos de desenvolvimento do Milênio abrangem desde a redução da pobreza extrema à metade até a detenção da propagação do HIV/AIDS e a realização do ensino básico universal para o ano 2015. Tais objetivos fazem parte de um plano acertado por todas as nações do mundo e todas as instituições de desenvolvimento mais importantes em nível mundial. Ver: <http://www.un.org/spanish/millenniumgoals/>

Se for logicamente possível reduzir-se substancialmente (senão eliminar) a pobreza extrema, se existem os recursos para fazê-lo, se se fizeram declarações e assinaram-se compromissos, por que isso não acontece? Indubitavelmente, as Ciências Sociais têm uma grande responsabilidade em tratar de responder a essa pergunta. Grande parte das respostas de especialistas, acadêmicos e governos fixa-se nas deficiências das políticas e programas de redução da pobreza. A discussão e a análise tendem a se concentrar nos projetos, alcances, implementação, contextos sociais e demais aspectos relacionados com a ação governamental e das organizações sociais que buscam mitigar os efeitos da pobreza. Suas referências situam-se, habitualmente, em níveis de análises nacionais e locais, salientando, em muitos casos, o papel discursivo e efetivo de organizações internacionais que trabalham no tema da redução da pobreza.

Além de estudos ou análises que incorporam esporádica e assistematicamente a dimensão internacional, é possível argumentar-se que as Relações Internacionais – como disciplina científica – não incluem, em suas correntes principais de pesquisa e produção teórica, a problemática da pobreza. Durante a década de 1990, parece não haver mudado muito essa situação, pois, conforme sustentam Durfee e Rosenau (1996), as correntes principais da teoria das Relações Internacionais não levam em conta esse tema. A idéia principal que se desenvolve neste trabalho parte do diagnóstico oportunamente difundido por esses autores e sustenta, em primeiro lugar, que, sem uma teoria que envolva os níveis de análise internacional, nacional e subnacional, não é possível encontrar-se as razões da permanência da pobreza ao longo da história da humanidade. De igual modo, sugere que, sem se lançar luz sobre as condições que geram ou produzem a pobreza em distintas escalas e níveis – de maneira complementar e integral com a pesquisa que enfoque sua redução –, não será possível encontrarem-se explicações satisfatórias para tal permanência (Cimadamore, 2005). Essas duas questões cognitivas são, além disso, condições necessárias para se avançar rumo a um vínculo efetivo entre ciência e política com a finalidade de reduzir a pobreza e erradicar suas formas extremas.

Este trabalho propõe as bases para se desenvolver um modelo teórico que possa contribuir para descobrir e explicar situações de produção de pobreza em diversos contextos históricos e geográficos – facilitando, além disso, os estudos comparados – a partir de uma perspectiva que abranje os principais níveis de análise utilizados na disciplina das Relações In-

ternacionais. O modelo teórico que se esboça tenta integrar alguns dos conceitos mais relevantes das Ciências Sociais (Estado, mercado e sistema internacional, assim como os agentes que operam nessas estruturas em níveis local, nacional, regional ou internacional), para identificar as condições que levam tanto à produção de pobreza como à sua eventual redução ou eliminação.

CIÊNCIA E URGÊNCIAS

A existência de níveis eticamente intoleráveis de pobreza em grande parte do nosso mundo é um convite irrecusável às Ciências Sociais para explicarem ou aumentarem o entendimento acerca de por que resultou historicamente impossível reduzi-la ou eliminar suas expressões extremas, apesar de existirem recursos para fazê-lo. Nesse sentido, um objetivo específico seria o de iluminar os processos paralelos de produção/reprodução e redução da pobreza, como passo prévio ao de dirigir as energias e recursos sociais de maneira mais efetiva.

Há poucas dúvidas, no mundo da ciência, de que o conhecimento teórico seja essencial para se caminhar em tal direção. No entanto, há ainda muitos céticos no mundo da política e da sociedade – particularmente nas áreas em que se tomam decisões – sobre a relevância que possam ter as idéias e as teorias em questões tão materiais como a pobreza, de modo que preferem privilegiar a ação. Não se trata aqui de aprofundar o debate sobre esse tema tão importante, mas talvez baste lembrar que alguns dos conceitos mais utilizados no momento de se falar sobre produção/reprodução de pobreza, desigualdade e exclusão, tanto no debate acadêmico como na discussão política, sejam precisamente os de Estado, mercado e sistema internacional. Qualquer pessoa que reflita sobre o tema que nos ocupa e preocupa aqui estaria, em princípio, de acordo em assumir que esses três conceitos são muito relevantes para se descreverem e explicarem as condições que favorecem a produção e a manutenção da pobreza, a desigualdade e a exclusão social (como seu reverso, a redução e/ou eventual erradicação).

Inumeráveis estudos empíricos derivados dessas noções teóricas contribuiriam – como de fato ocorre – para se reafirmarem diversas hipóteses derivadas daquela afirmação. No entanto, alguém “viu” algum desses conceitos no mundo real? Claro que não. Eles não podem ser “vistos”

nem “tocados” porque são imateriais. São idéias, construções mentais que usamos para compreender alguns aspectos fundamentais das relações políticas, sociais, econômicas e internacionais. Não obstante, os entendimentos, julgamentos e preconceitos que se tenham acerca dessas idéias e construções intelectuais condicionam a ação (e a omissão) dos agentes sociais e políticos que, dia-a-dia, lutam com ou contra a pobreza (produzindo ou reduzindo-a). Naturalmente, tais ajuizamentos afetam o discurso, a compreensão e a transmissão de idéias e conhecimentos para se configurar o nexa entre ciência e política.

O programa CLACSO-CROP de Estudos sobre Pobreza na América Latina e no Caribe estimulou e apoiou a realização e difusão de pesquisas originais sobre temas considerados cruciais para se pensarem as condições de produção e alívio da pobreza, a partir de contribuições internacionais em que se tentou privilegiar uma perspectiva comparada. Os três casos de estudo examinados mais adiante surgiram nesse contexto.

Os resultados alcançados até o momento por essa ambiciosa iniciativa foram heterogêneos. Por um lado, avançou o fortalecimento das bases para se conformar uma rede internacional de pesquisadores de temas relativos à pobreza, ao se facilitar a dedicação à pesquisa e a interação em espaços reais ou virtuais. Por outro lado, ao mesmo tempo em que se está tentando abrir novos caminhos para o pensamento na problemática específica da pobreza na região, observa-se uma significativa dispersão das temáticas, metodologias e enfoques teóricos utilizados em investigações sobre a pobreza. Um grande número dessas pesquisas constitui estudos de casos focalizados em distintos níveis de análises – principalmente nacionais e/ou subnacionais –, cujos achados são de complexa comparação entre si, o que naturalmente dificulta o processo de acumulação de conhecimento sobre as condições de produção e/ou reprodução da pobreza.

Essas dificuldades originam-se tanto do tipo de método privilegiado (isto é, estudo de casos), como de diversas questões metodológicas e teóricas relacionadas aos problemas clássicos de definição de variáveis e de falta de homogeneidade na utilização de conceitos. Também se observa que muitos desses estudos estão focalizados em questões muito específicas, o que dificulta um olhar mais geral sobre a problemática da pobreza, isto é, a criação de uma teoria empiricamente baseada nas causas e condições de produção e reprodução do fenômeno. Em alguns casos, poderia se falar da existência de uma ambição interpretativa que tenta transcender os casos específicos. No entanto, as limitações empíricas ou teóricas que os estudos

de caso têm intrinsecamente impedem traduzir essas ambições em generalizações válidas para diferentes contextos geográficos. Uma agenda desse tipo, de longo alcance, permitiria um incremento substancial na qualidade e quantidade do conhecimento sobre o tema que, por sua vez, seria indispensável para se desenvolver uma estratégia efetiva de redução e eliminação da pobreza em suas diferentes manifestações.

Os problemas concernentes ao uso das principais categorias e conceitos – algo que indubitavelmente está relacionado com o déficit teórico-metodológico antes apontado – não afetam somente a qualidade da produção científica, como também transcendem essas esferas e têm impacto sobre a visualização do problema de uma perspectiva normativa ou de políticas. Um exemplo significativo é a falta de consenso nos estudos sobre pobreza acerca da entidade e traços gerais de um conceito central para o pensamento político e social dos últimos três séculos: o Estado. É possível observar, tanto em trabalhos acadêmicos como em discursos sobre o tema da pobreza, que se utilizam indistintamente os termos governo e Estado, sem discernir apropriadamente entre a agência e a estrutura, omitindo-se o evidente fato de que, enquanto um tem uma entidade física, o outro é uma construção intelectual. Similarmente, em alguns casos, se fala da sociedade civil como oposta ao Estado, sem se levar em conta que, numa acepção clássica, o Estado inclui a sociedade como um de seus componentes, junto com a ordem jurídico-constitucional, o território e o governo. Essas confusões lamentavelmente debilitam os achados ou as conclusões dos estudos ou visões que as promovem. Naturalmente, também levam a posições normativas ou a visualizações de políticas que partem de uma percepção errônea do problema do papel do Estado/governo/sociedade na produção ou alívio da pobreza (Cimadamore, 2003).

Uma aproximação superficial do que poderia ser o estado-da-arte na área de estudos da pobreza (algo que, por ora, não temos, embora esteja se tentando construir) provavelmente revelaria que grande parte dos debates centrais sobre o tema está mais concentrada em questões relacionadas com a medição da pobreza – certamente relevante de qualquer ponto de vista – ou em manifestações particulares da pobreza em tempo e espaços limitados. Essa concentração em questões quantitativas ou particulares da pobreza permite uma atribuição de recursos de investigação que tende a desfavorecer o tratamento de pontos substantivos mais gerais, que potencialmente possam contribuir para descrever e explicar a complexidade das situações que levam a sua produção ou sua redução em diferentes níveis de análise.

Em outras palavras, poderia se dizer que – com risco de cair numa excessiva generalização – não se observam tentativas sistemáticas de construir enfoques teóricos na área de estudos sobre pobreza que contribuam para explicá-la – e daí derivar soluções – em diversos contextos espaciais e temporais. Algo similar acontece com os enfoques centrados na produção da pobreza. Essa é uma importante brecha a ser enfrentada pelas Ciências Sociais, em geral e em particular, por todos aqueles interessados em que as pesquisas sobre pobreza tenham um impacto no mundo real.

O HORIZONTE DESEJÁVEL

Em face do exposto na seção anterior, a busca por um enfoque teórico que integre diversas perspectivas disciplinares das Ciências Sociais e cruze transversalmente distintos níveis de análise (local, nacional, regional e internacional) torna-se um objetivo central, tanto para os acadêmicos como para as instituições que demandam, realizam ou apóiam pesquisas sobre pobreza. Uma abordagem integrada que se proponha a cobrir o déficit antes apontado teria então que se assentar sobre algumas pautas básicas. Em primeiro lugar, seria necessário estimular a construção de teorias (ou simplificações delas, isto é, modelos) que, ao mesmo tempo em que tendessem a descrever melhor o universo de estudo – complexo por definição –, proporcionassem alguma clareza quanto ao uso dos principais conceitos, níveis de análise e carências teórico-metodológicas envolvidas na problemática da pobreza. Esse primeiro passo contribuiria para melhor se especificarem as variáveis normalmente utilizadas nesses estudos, para poder-se, a seguir, avançar no tocante a suas possíveis relações causais. Esta etapa, por sua vez, tenderia a favorecer, ou pelo menos possibilitar, a realização de estudos comparativos, o que é indispensável para se conhecerem as condições de produção, redução ou eliminação da pobreza nos diferentes contextos.

O debate metodológico – necessariamente vinculado ao teórico – deveria então apontar para a produção de pesquisas e reflexões comparativas que reduzissem a vulnerabilidade própria dos estudos de caso e permitissem incrementar os graus de generalizações dos achados e conclusões. Neste ponto, seria necessário ter-se especial cuidado com os problemas derivados dos níveis de análise e das interações das variáveis situadas em distintos planos, pois o entendimento da pobreza no mundo contemporâneo requer um exa-

me metucioso da interação de fatores ou variáveis que operam em situações locais, estaduais, nacionais, regionais e internacionais.

PARA UM ENFOQUE INTEGRADO

A construção de um enfoque ou modelo integrado como o que se propõe aqui não implica, sob nenhum ponto de vista, a construção de uma só teoria que descreva e explique a problemática, nem a adoção de um só método que, por definição, seja o mais apropriado para a área de estudos de pobreza. A idéia é apenas apontar-se, inicialmente, para a integração de alguns dos conceitos centrais que operam nos principais níveis de análise e que são, *a priori*, relevantes para se descobrirem as condições que levam tanto à produção de pobreza como a sua eliminação.

Existem poucas dúvidas de que os conceitos de Estado, mercado e sistema internacional sejam centrais e transcendam diferentes níveis de análise, ao mesmo tempo em que façam parte importante de qualquer explicação razoável acerca dos principais temas contidos na agenda atual de estudos sobre a pobreza. Não seria muito arriscado apostar-se que, na interação de variáveis que operam dentro dessas três estruturas – que normalmente têm como protagonistas agentes claramente visíveis –, residem algumas das principais causas e condições que levam tanto à produção e reprodução, como à redução ou eliminação da pobreza. No entanto, não conheço estudos que sistematicamente trabalhem, a partir de múltiplos níveis, uma perspectiva agente-estrutura (Wendt, 1987, 1999; Wight, 2006) e que tenham o potencial de ser integrados a uma agenda de investigação comparativa das políticas de produção de pobreza.

Pode-se começar a discutir uma aproximação teórico-metodológica nos termos antes descritos a partir de uma simplificação de seus principais componentes e da construção de um modelo teórico simples. Os elementos básicos de tal modelo poderiam ser inicialmente aqueles relacionados no Quadro 1.

A leitura – mesmo rápida – desse quadro que apresenta os principais agentes e estruturas com capacidade de explicar a existência e produção de pobreza revela um fato significativo que, em minha opinião, constitui o eixo estruturante de qualquer teoria multiníveis que pretenda dar conta desse fenômeno: o Estado é a única estrutura hierárquica que existe nesse

esquema. Este último possui, então, a capacidade para se opor às outras estruturas (mercado e estrutura internacional), as quais condicionam os agentes em diferentes níveis e caracterizam-se por princípios ordenadores anárquicos (que, por definição, assumem a existência de um poder formal superior) que fomentam logicamente a produção de pobreza.²

O Estado – como estrutura hierárquica em que existe formalmente o monopólio do uso legítimo da força, uma ordem constitucional que estabelece funções diferenciadas para os agentes e um princípio de soberania com base territorial que tem capacidade para aplicar “justiça distributiva” – é, teoricamente, a única unidade que pode condicionar a influência simultânea de agentes que operam sob a influência de outras estruturas cujos princípios ordenadores são anárquicos (mercados e estrutura internacional). Sem o Estado, os agentes nacionais e internacionais que operem sob os estímulos dos mercados nacionais ou internacionais estão destinados a gerar pobreza. Isso acontece porque a combinação de estímulos que essas estruturas anárquicas oferecem (que premiam a maximização de ganhos, a busca de controle monopólico dos mercados, a acumulação ilimitada de poder e lucro, entre muitos outros efeitos da concorrência e socialização que promovem) ignora o objetivo de distribuição de renda, capacidades e direitos tendentes a limitar ou evitar a produção de pobreza. Novamente, conforme se pode inferir do modelo esboçado, isso pode ser feito somente em presença de estruturas cujo princípio ordenador seja hierárquico (Estado) e sob regimes que efetivamente promovam uma justiça distributiva que limite a lógica de acumulação do

2 Um sistema é composto basicamente por estruturas e agentes. Waltz (1988) afirma que os sistemas são compostos por estruturas e unidades (que, por sua vez, podem ser estruturas, como os Estados). Isso é assim porque esse autor está pensando no sistema internacional, cujas unidades constitutivas são principalmente os Estados. Uma estrutura internacional é uma noção caracterizada por um princípio ordenador (a anarquia é definida como ausência de um superior comum), unidades com funções similares (“like units”) e distribuição de capacidades entre as unidades (que permite posicioná-las no sistema). Pensadas dessa forma, as estruturas são o componente sistêmico que permite pensar-se o sistema como um todo. Embora Waltz proporcione as bases do debate “estrutural” na disciplina das Relações Internacionais, existem outras definições de sistemas que incluem, além das estruturas e unidades, outras noções dinâmicas que se centram em processos e capacidades interativas não contempladas por aquele autor (ver, por exemplo, Buzan et al., 1993). Para este nível inicial de desenvolvimento do modelo multiníveis, preferimos partir de noções básicas que depois possam ser tornadas complexas à medida que se desenvolva a teoria representada por este modelo.

Quadro 1 Explicando a produção de pobreza: para um modelo teórico de dois níveis³

PRINCIPAIS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DO SUBSISTEMA POLÍTICO	PRINCIPAIS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DO SUBSISTEMA ECONÔMICO
NÍVEL 1: SISTEMAS NACIONAIS	
ESTRUTURA: 1) ESTADO	ESTRUTURA: 1) MERCADO
AGENTES: 1) GOVERNO 2) GRUPOS E ORGANIZAÇÕES SOCIAIS 3) CIDADÃOS	AGENTES: 1) ORGANIZAÇÕES DE PRODUTORES 2) ORGANIZAÇÕES DE CONSUMIDORES 3) PRODUTORES INDIVIDUAIS 4) CONSUMIDORES INDIVIDUAIS
CRITÉRIO ORDENADOR: 1) HIERÁRQUICO BASEADO NUMA ORDEM CONSTITUCIONAL E RELAÇÕES DE PODER	CRITÉRIO ORDENADOR: 1) ANÁRQUICO (não se reconhece um superior comum), BASEADO EM LEIS E PRINCÍPIOS ECONÔMICOS
NÍVEL 2: SISTEMA INTERNACIONAL	
ESTRUTURA: 1) COMUNIDADE DE ESTADOS (formalmente não-hierárquicos)	ESTRUTURA: 1) MERCADO INTERNACIONAL
AGENTES: 1) ORGANIZAÇÕES INTERGOVERNAMENTAIS 2) FUNCIONÁRIOS INTERNACIONAIS 3) REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS 4) ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS	AGENTES: 1) ORGANIZAÇÕES DE PRODUTORES INTERNACIONAIS 2) PRODUTORES INTERNACIONAIS (empresas transnacionais)
CRITÉRIO ORDENADOR: 1) ANÁRQUICO, BASEADO EM PRINCÍPIOS COMUNITÁRIOS (p. ex., de igualdade soberana dos Estados) E RELAÇÕES DE PODER QUE SE REFLETEM EM DISTINTOS REGIMES INTERNACIONAIS	CRITÉRIO ORDENADOR: 1) ANÁRQUICO, BASEADO EM PRINCÍPIOS E LÓGICAS ECONÔMICAS

3 Uma primeira aproximação com este modelo foi esboçada em trabalho anterior, apresentado originalmente numa conferência internacional da UNESCO realizada em Brasília (Cimadamore, 2003).

mercado capitalista.⁴ No entanto, é necessário sublinhar que, embora os Estados tenham histórica e logicamente capacidade para limitar ou eliminar a produção de pobreza (por exemplo, no caso da Noruega ou Suécia), é fácil argumentar, para a América Latina e outras partes do mundo, que são precisamente essas as estruturas que facilitam a produção de pobreza. Os estudos de casos que apresentamos mais adiante claramente fortalecem uma linha argumentativa neste último sentido.

Apesar dessa evidência empírica (que sempre pode ser refutada por evidência empírica em sentido contrário), desde a linha argumentativa derivada da simplificação teórica aqui esboçada e dos argumentos expostos em outro trabalho anterior (Dean; Cimadamore; Siqueira, 2005), o Estado pode ser tanto a causa eficiente, como a solução para a problemática da produção de pobreza em distinta escala. Se ele é um ou outro, depende da evidência empírica que apresente um caso concreto. No entanto, de uma perspectiva teórica, essa estrutura continua sendo a única com capacidade de se opor aos efeitos produtores de pobreza de agentes atuando sob os estímulos de mercados nacionais e internacionais, carentes de regulamentações baseadas em critérios distributivos e de equidade (totalmente alheios a essas estruturas e seus princípios ordenadores).

A leitura do modelo põe em evidência os problemas e o desafio que a definição dos principais traços que identificam cada um desses conceitos apresenta, normalmente carregados de significados em função das teorias e ideologias de quem os enunciam. A multiplicidade de definições é tão inevitável como a impossibilidade de se resolver esse debate num trabalho como este. No entanto, é concebível conseguir alguns acordos básicos sobre os traços ou características fundamentais de cada conceito, por exemplo, partindo de seu reconhecimento como agente ou estrutura e o nível de análise em que operem ou influenciem.

As dificuldades a serem superadas são certamente significativas. Os problemas para se identificarem os denominadores comuns do conceito de Estado são evidentes em diversas disciplinas das Ciências Sociais. Eles estão ainda, de certo modo, relacionados à variedade de correntes filosóficas, ideológicas e teóricas que competem para explicar ou interpelar as relações de poder numa sociedade.

4 Embora historicamente existam mercados “não-capitalistas”, neste trabalho utilizamos a noção de mercado no contexto do modo de produção e acumulação capitalistas.

Essas dificuldades podem ser observadas inclusive em textos básicos, sendo ressaltadas por Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998) ao argumentarem que os problemas de definição estariam vinculados à “dificuldade de analisar completamente as múltiplas relações que foram se instaurando entre o Estado e o conjunto social para detectar depois os efeitos na racionalidade interna do sistema político”. Essa visão baseia-se, em parte, numa interpretação centrada no estabelecimento dos direitos constitucionais fundamentais: a tutela das liberdades civis, os direitos sociais, a participação política e os problemas de distribuição da renda nacional.

O exercício de definir o Estado complica-se mais ainda quando se tenta incorporar as mudanças ocorridas a partir da segunda metade do século XIX, particularmente considerando-se que as vinculações entre o Estado e a sociedade civil haviam terminado por alterar a forma jurídica do Estado, os procedimentos de legitimação e a estrutura da administração. Ao tentar definir o que se considera como a estrutura do Estado de direito, ele é apresentado como um conjunto de estruturas, a saber: (i) estrutura formal do sistema jurídico, entendida como uma garantia das liberdades fundamentais por meio da lei geral abstrata aplicada por juízes independentes; (ii) estrutura material do sistema jurídico, entendida como liberdade de concorrência num mercado onde se reconhece o direito da propriedade individual; (iii) estrutura social do sistema jurídico, centrada na questão social e nas políticas reformistas de integração da classe trabalhadora; e (iv) estrutura política do sistema jurídico, basicamente centrada na separação e distribuição do poder (Bobbio et al., 1988).

Esse tipo de definições centra-se nas dimensões jurídicas constitucionais do Estado, levando obviamente em conta os aspectos sociais que não podem ser esquecidos em qualquer conceituação dessa estrutura. No entanto, não se centra nas relações cruciais de outros elementos presentes na noção do Estado moderno: um material (território) e outro imaterial (soberania), que interagem para gerar a noção de territorialidade exclusiva e excludente, a qual nutriu o conflito e a mudança nas relações internacionais modernas e contemporâneas. Sem isso, não é possível entenderem-se as noções moderna e contemporânea do sistema internacional – ou sequer delas se aproximar.

Os governos são os agentes do Estado que exercem o poder derivado de formas históricas de governo (democrático, autoritário, etc.) e de Estado (federal, unitário, etc.). Isso quer dizer que estão indissolúvelmente ligados em termos de estrutura social-agente em que se configuram relações sociais de poder e dominação, que estabelecem parâmetros de dominação política e

acumulação econômica que se projetam a níveis subnacionais, nacionais e internacionais. Essas relações sociais e políticas realizam-se em contextos estruturados, cuja influência geralmente se expressa por intermédio de agentes econômicos e governamentais, e são as que tendem a produzir ou reduzir a pobreza, com diversos níveis de intensidade, dependendo das condições específicas dos diferentes contextos históricos.

No entanto, destacados expoentes das Ciências Políticas – com correlatos no restante das Ciências Sociais – não põem em primeiro lugar a natureza interativa das relações agente-estrutura ao definir, por exemplo, os governos “como o conjunto das pessoas que exercem o poder político, ou seja, que determinam a orientação política de certa sociedade” (Bobbio et al., 1998). Apenas ao avançar para a segunda acepção do termo *governo*, que se apegam mais à realidade do Estado moderno – que não se centra somente no conjunto das pessoas que detêm o poder de governo, mas no conjunto de órgãos a que institucionalmente lhes está confiado o exercício do poder –, especifica-se que o governo “constitui um aspecto do Estado” (Bobbio et al., 1998), embora sem destacar a complexidade das interações dessa estrutura com outras e com agentes que atuem em diferentes níveis de análise.

Esse rápido e incompleto exercício de examinar criticamente definições – como passo prévio a uma reconstrução conceitual de acordo com o modelo teórico – tem somente o propósito de mostrar a complexidade do exercício de projeto de modelos úteis para entender e explicar a produção de pobreza de maneira comparativa, para avançar assim rumo a generalizações empíricas e avalizadas teoricamente. Esse exercício deverá, em seu momento, abarcar cada um dos conceitos incluídos no modelo, para poder servir de marco de referência a estudos de caso e comparados cujas conclusões tenham possibilidades de generalização.

O modelo que se apresenta aqui é – como todo modelo – uma simplificação de uma possível aproximação teórica com a problemática da pobreza, que abrange distintos níveis de análise. O propósito de sua apresentação é muito simples: favorecer um debate crítico para contribuir para diminuir o déficit apontado acima. A tarefa que segue implica, entre outras coisas, definir os principais conceitos, pensar os modos como interagem para gerar ou mitigar a pobreza e apresentá-los em forma de hipóteses que possam fazer parte de uma agenda de pesquisa comparativa. As prováveis hipóteses vinculariam logicamente a produção de pobreza (e eventualmente o seu reverso, a redução da pobreza) como variável depen-

dente da ação de agentes concretos que atuam condicionados por estruturas históricas e têm capacidade de se constituir em variáveis independentes.

Naturalmente, isso é apenas uma primeira aproximação, que pode ser superada a partir de diferentes olhares críticos que resgatem outros conceitos e posições teórico-metodológicas. O que se quer ressaltar nesta proposta é a importância que se atribui à explicação do contínuo produção-redução de pobreza na ação de agentes estruturalmente condicionados por variáveis que se situam em distintos níveis de análise.

PRODUÇÃO DE POBREZA E EVIDÊNCIA EMPÍRICA

A complexidade das relações entre pobreza e trabalho, exploradas a partir da identificação das condições de produção e reprodução da pobreza, foi o objeto central de discussão no seminário que o Programa CLACSO-CROP organizou em 2004, em colaboração com o CEDLA em Santa Cruz de la Sierra, Bolívia. Vários estudos de casos apresentados naquela ocasião – que depois foram compilados num livro do CLACSO – trataram de descrever e explicar situações em que se enfatizavam os processos produtores e reprodutores de pobreza (Alvarez Leguizamón, 2005). Três desses trabalhos examinam processos que ilustram a geração de pobreza em diferentes países da América Latina (Bolívia, Paraguai e México), proporcionando uma valiosa contribuição empírica para a compreensão desses fenômenos mediante o uso de estudos de casos.

A seguir, apresentam-se alguns dos principais achados desses estudos, tratando de respeitar, na medida do possível, as categorias, conceitos e estrutura da exposição que os respectivos autores adotaram em sua obra. Essa apresentação é feita com um propósito duplo: (i) ressaltar o valor intrínseco dessas contribuições, que apresentam um enfoque original e empiricamente fundado, concentrando-se na geração e produção de pobreza (transcendendo assim as aproximações mais habituais para a redução da pobreza), e que, de alguma maneira, consideram a influência de estruturas e agentes atuantes em níveis subnacional, nacional e internacional; e (ii) refletir sobre o potencial inaproveitado dessas mesmas pesquisas, por não estarem estruturadas num enfoque teórico-metodológico que permita a comparação dessas experiências, e tirar conclusões generalizáveis, trazendo-se assim uma contribuição para a ciência que sirva para orientar políticas de redução da pobreza e eliminação de suas formas extremas.

CASTANHA E PRODUÇÃO DE POBREZA NA BOLÍVIA

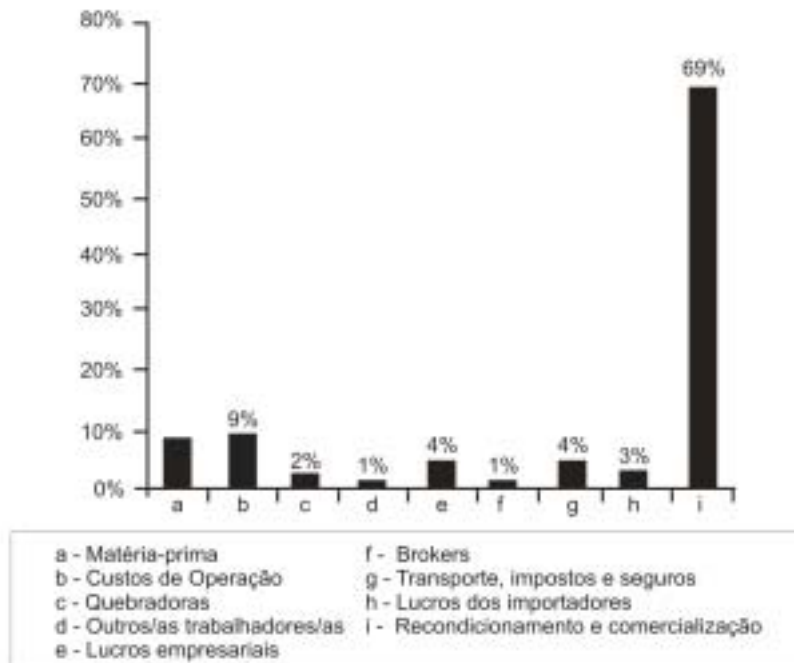
O primeiro dos três estudos de caso que se apresentam a seguir foi desenvolvido por Lourdes Montero (2005) e tem como objeto o processo de produção de castanha no Oriente boliviano. Essa atividade econômica concentra-se em Riberalta, um enclave que gera 90% da produção nacional com este rótulo e está incorporado ao mercado internacional de nozes por meio da exportação. Uma das idéias centrais que Montero desenvolve em seu estudo de caso é que a distribuição desigual da renda ao longo da cadeia produtiva, as formas de gestão da força de trabalho e as condições laborais, sociais e políticas predominantes nessa região da Bolívia estabelecem as bases de um processo ativo de geração de pobreza.

A autora argumenta que a distribuição de renda sem equidade na cadeia de produção da castanha está intimamente relacionada às estruturas de poder nos elos da cadeia produtiva e no comércio internacional. O mercado internacional de nozes caracteriza-se por uma oferta de diversos frutos substituíveis entre si, o que permite operarem-se mecanismos de mercado que regulam seus preços relativos. A castanha amazônica, que se encontra nas florestas altas da Bolívia, Brasil e Peru, consegue abarcar apenas 2% desse mercado. A demanda do produto é relativamente pequena, embora ele alcance um alto preço devido a sua escassez, e concentrou-se, durante os últimos anos, num reduzido grupo de países desenvolvidos (Alemanha, Austrália, Canadá, Estados Unidos, Holanda e Inglaterra), que adquiriram quase 99% da oferta mundial. Os Estados Unidos concentraram 48% da demanda, seguidos pela Grã-Bretanha (30%) e Alemanha (9%) (Montero, 2005).

As condições predominantes no mercado internacional desses produtos contribuem para estabelecer as bases da desigual apropriação do valor gerado pelo conjunto da cadeia da castanha amazônica: enquanto o comércio internacional obtém três quartas partes do valor gerado, a indústria nacional fica com a quarta restante. Os agentes internacionais beneficiados pelas condições de mercado são grandes empresas multinacionais de alimentos que controlam o mercado internacional de nozes e importam e distribuem a castanha para empresas processadoras locais ou realizam por si mesmas o processo de transformação. Cabe esclarecer que o processo de elaboração nesse elo da cadeia consiste apenas em condicionar, dar um rótulo e distribuir, aos comerciantes varejistas, um produto que é comparado em grandes quantidades no mercado internacional.

Essas porcentagens mostram quem são os que ficam com a maior parte dos lucros de um produto que, em 2001, custava US\$ 0,94 a libra (FOB) na Bolívia e era vendido no mercado norte-americano a US\$ 4,24. Essas cifras sugerem que, se os produtores e exportadores bolivianos pudessem vender seu produto no destino final, poderiam incrementar substancialmente suas rendas. No entanto, o estudo conclui que isso não acontece, não por limitações de capital ou iniciativa dos empresários bolivianos, mas devido ao poder monopólico exercido pelas empresas transnacionais de alimentos no mercado mundial, o que lhes proporciona capacidade para boicotar qualquer uma dessas iniciativas (Montero, 2005).

Gráfico 1 – A cadeia de valor da castanha, 2001 (%)



Fonte: Montero (2005), com base em dados de preços em dólares norte-americanos (US\$) por libra do produto.

A distribuição desequilibrada da renda em nível internacional tem seu correlato em iniquidades geradas no interior do mercado local, onde as condições do mercado de trabalho contribuem para que as quebradoras de castanhas (mulheres em sua grande maioria) e outros trabalhadores

obtenham 2% e 1%, respectivamente, do preço varejista. Inexistência de contratos de trabalho, jornadas não-sujeitas a horários, pagamento por empreitada, subcontratações, trabalho familiar não-remunerado e falta de controles estatais, entre outros fatores, contribuem para que se mantenha uma injusta distribuição das rendas que reproduz e gera – ao mesmo tempo – pobreza e iniquidade nos elos mais fracos da cadeia de produção da castanha. Começa a se delinear aqui claramente a forma pela qual o Estado boliviano convalida/permite/facilita a operação de agentes dominantes no mercado internacional que consolidam as tendências produtoras e reprodutoras de pobreza nesse país.

SOJA E PRODUÇÃO DE POBREZA NO PARAGUAI

A pesquisa conduzida por Ramón Fogel (2005) foi direcionada a explicar a expansão da soja transgênica no Paraguai e seus efeitos sobre a produção da pobreza, fruto do desemprego, da concentração de renda, da degradação ambiental e da corrupção que caracterizam esse fenômeno. Essa pesquisa adota um enfoque micro, em que o autor tenta identificar os indivíduos que causam a expansão desse tipo de cultivo e dele se beneficiam, chamando-os de “perpetradores de primeira e segunda linhas”. Esses perpetradores atuariam no Paraguai com a proteção e promoção do Estado, que baseia sua estratégia de desenvolvimento num modelo agroexportador centrado na soja. Dessa maneira, Fogel desenvolve sua análise baseando-se na noção de agentes que operam com base em estímulos estruturais, seja em nível nacional (Estado e mercado paraguaio) ou internacional (mercado mundial da soja).

Neste último sentido, Fogel avança rumo a uma relação que condiciona os níveis de pobreza no Paraguai, ao afirmar que esse país sul-americano depende em grande parte de sua produção agropecuária, já que mais de 90% de suas exportações originam-se desse setor. Por sua vez, mais de 46% de sua população estão abaixo da linha da pobreza, e cerca de 22% estariam em condições de pobreza extrema.⁶ Os grupos mais atingidos pelos altos níveis de pobreza – como os causados pelo cultivo de soja transgênica – são os indígenas, camponeses sem-terra e minifundiários, especialmente aqueles com famílias numerosas, chefia de família feminina e baixo nível educativo. O desemprego aberto na área urbana alcança 18% da população economicamente ativa, e o total das pessoas com pro-

blemas de emprego (relacionado com a quantidade do trabalho, o usufruto de direitos, etc.) supera um quinto da população (Fogel, 2005).

Em seu estudo, Fogel argumenta que a expansão da soja transgênica em regime de monocultura e associada a um pacote tecnológico, que inclui o uso intensivo de dessecantes e outros biocidas, produziu uma expansão da fronteira agrícola até lugares onde nunca antes havia chegado. Essa combinação de fatores reestruturou as relações sociais, econômicas e políticas do Paraguai, alterando as regras do sistema agrário e suas instituições e estimulando a corrupção. O Estado parece não ter capacidade para intervir nessa rápida expansão do enclave exportador que, nas palavras do autor, limita marcantemente as possibilidades de desenvolvimento do mercado interno e aprofunda os níveis de pobreza por várias vias, entre as quais se destacam: (i) a expropriação de terras camponesas a favor do capital que sustenta esse modelo; (ii) a expulsão de populações camponesas sem se gerarem fontes de ocupação produtiva para a mão-de-obra que fica disponível; (iii) os danos real e potencial ao meio ambiente e à biodiversidade; e (iv) o incremento da desigualdade social.⁶

A soja transgênica expandiu-se fortemente no Paraguai durante os últimos anos. Em 2004, mais da metade da superfície cultivada do país foi dedicada à soja. A outra face da moeda foi uma significativa e paralela queda nos principais produtos dos camponeses, que, no período agrícola 2002-2003, alcançaram menos da quinta parte do valor total da produção agrícola, em contraste com a soja, que alcançou 68% desse montante (Fogel, 2005).

A expansão da soja transgênica e seus efeitos político-sociais tendem a se agravar à medida que aumentam a produtividade e a taxa de lucro. À proporção que se incrementam a produtividade e a inovação tecnológica nesse segmento da produção agrícola, cria-se menos emprego e expulsa-se mais mão-de-obra desses campos. As taxas de lucro ampliam-se, e consolida-se o papel no mercado dos produtores de soja transgênica e das corporações transnacionais, que não têm apenas as patentes desses produtos, mas também contam com o apoio de organismos internacionais e dos Estados onde residem suas matrizes. As rendas extraordinárias que a

6 Fogel (2005) considera que essas cifras surgem da aceitação das estimativas do Banco Mundial, que considera que o custo da cesta básica de alimentos é de um dólar norte-americano diário *per capita*. No entanto, afirma que, no Paraguai, se estima essa linha em meio dólar norte-americano *per capita* e que, se a estimativa fosse feita com base nos critérios utilizados por outros países da região, essas cifras se veriam duplicadas (ver p. 436 e ss).

soja transgênica produz no Paraguai situam seus beneficiários entre os grupos dominantes da sociedade, o que facilita a obtenção de políticas públicas complacentes para seus interesses.

Enfim, as conclusões desta pesquisa apontam os agentes e as condições criadas pelo Estado e pelos mercados nacional e internacional – como os principais contribuintes para a expansão da soja transgênica, com a conseqüente produção de pobreza presente e futura – no Paraguai. Muitas vezes, essa análise é feita num marco dentro do qual a distinção e as influências recíprocas entre esta estrutura e seus agentes não ocupam o primeiro plano.

ABACATE E PRODUÇÃO DE POBREZA NO MÉXICO

A pesquisa de Rosalía López Paniagua e Pablo Chauca Malásquez sustenta que o emprego precário no âmbito rural no México está crescentemente vinculado (paradoxalmente?) a uma das atividades econômicas mais prósperas. Trata-se da agricultura de exportação praticada em áreas como Michoacán, estado localizado no centro ocidental do país e principal produtor nacional de abacate, cuja plantação é de alto rendimento e competitividade, sendo seu fruto conhecido como o “ouro verde” (López Paniagua; Chauca Malásquez, 2005).

Nessa atividade econômica, a maior parte da mão-de-obra empregada provém de diaristas que realizam a tarefa de coleta, vivendo em condições de pobreza, em virtude – entre outros fatores – da falta de organização, da contratação de trabalho informal e da concentração da terra. Esses elementos podem ser vistos como variáveis independentes ou intervenientes no processo de produção de pobreza num estado como Michoacán, que se encontra acima da média nacional quanto à concentração da renda e com nível de alta marginalização social.

Referindo-se a essa problemática, a pesquisa de López Paniagua e Chauca Malásquez apresenta-se em quatro seguimentos. No primeiro, os autores analisam a estrutura produtiva do abacate; no segundo, referem-se às condições de trabalho dos coletores e suas condições de vida; no

6 Nas áreas rurais do Paraguai, o índice de Gini, que mede a desigualdade, aumentou constantemente desde 1995, passando de 0,56 nessa data a 0,61 em 1997 e 0,66 em 1999 (Fogel, 2002; 2005).

terceiro, examinam as formas de intervenção governamental e das organizações sociais; e, no último, tratam das implicações dessa ambivalência entre prosperidade e pobreza para o desenvolvimento local da zona em estudo. Dessa maneira, esboçam um esquema que contempla a influência tanto de agentes como de estruturas, embora sem articulá-lo a um marco referencial integrado.

A pesquisa avança com uma descrição detalhada das condições geradoras de pobreza, começando por qualificar a importância dessa atividade econômica em Michoacán. Nesse sentido, estima-se que a superfície cultivada com abacateiros alcance, no México, 96.000 hectares (has.), sendo que, dessa superfície, cerca de 78.500 has. correspondem a 21 municípios de Michoacán. Tal magnitude é o que faz com que Michoacán seja definida como a região produtora de abacate mais importante do mundo. Por essa razão, os governos federal, estadual e municipal promovem esse modelo produtivo, sem reconhecer o impacto diferenciado e desequilibrado que exerce sobre a região.

Na cultura do abacate, a atividade que requer o maior volume de mão-de-obra é a coleta da fruta, calculando-se que ela gere mais de 40.000 empregos permanentes e em torno de 60.000 postos sazonais ao ano em Michoacán. Na zona produtora de abacate desse estado, a população de origem camponesa e/ou indígena que não tem terra, ou é proprietária de moradias muito pequenas, é contratada periodicamente (maio-julho) como coletora. Outro grupo de diaristas que se incorpora a este, conhecidos como migrantes ou diaristas “andorinha”, provém de diversas regiões do estado, inclusive muito distantes. A contratação de um diarista passa por um “agenciador”, pessoa que está diretamente ligada aos proprietários e/ou administradores dos pomares e que cobra uma cota do trabalhador para lhe conseguir o emprego. Com isso, se estabelecem relações de tipo clientelista/paternalista, que condicionam o acesso a esse mercado de trabalho. A pesquisa de López Paniagua e Chauca Malásquez aponta ainda que os coletores de abacate trabalham sob condições de grande desvantagem, porque não contam com contratos de trabalho formais e tampouco dispõem de benefícios sociais, tais como dias de descanso semanal e atenção médica, benefícios que um trabalhador sob condições formais recebe. Também não recebem um salário como tal; o pagamento de diaristas é calculado com base no número de caixas de aproximadamente 20 quilos que conseguem encher ao longo de um dia, e recebem-no semanalmente.

O fato de a produção de abacate – caracterizada, como já se apontou, por ser um setor produtivo de alta rentabilidade e vinculado ao mercado norte-americano – ocorrer sobre a base de condições de trabalho precárias leva a se supor que há uma transferência de recursos desse setor social para os proprietários dos pomares e, destes, por intermédio dos *brokers*, para o mercado agropecuário global. Na região de Michoacán, uma proporção importante da população rural encontra-se em situação de pobreza, já que, segundo os dados proporcionados pelos autores, alcança 28,1% dos habitantes, porcentagem que supera a estadual, de 25,4%. O nível de infra-estrutura comunitária de hospitais e escolas é baixíssimo, há carências significativas de moradia e de serviços associados a ela e déficit na alimentação, especialmente da população infantil, entre outras deficiências (López Paniagua; Chauca Malásquez, 2005).

Como se sugeriu mais acima, os autores apresentam uma correlação entre pobreza e produção agrícola de exportação. Ao tomarem quatro municípios com grande produção de abacate (Uruapan, Tancítaro, Peribán e Tacámbaro), observam que, em três casos, a porcentagem de pobreza respectiva (31,3%, 15,5%, 34,4% e 44,8%) supera consideravelmente a média de 28,1% calculada para os 21 municípios, assim como a estadual (25,4%). Quanto à forma de intervenção governamental, argumentam que os traços que a caracterizam seriam os de ausência e/ou cumplicidade. Os três níveis governamentais do México (federal, estadual [ou provincial] e municipal) têm âmbitos de presença diferenciados na região. O governo federal participa, essencialmente, por meio de programas de atenção à pobreza (bolsas para educação básica, apoios a produtores agrícolas, provisão de alimentos) que têm pouco impacto na superação do problema, mas que são rentáveis politicamente ao reforçarem as relações clientelistas. O governo estadual impulsiona seus programas mediante delegações regionais, cujo pessoal atende simultaneamente a problemas operacionais na região e tarefas de escritório na capital do estado, de modo que, freqüentemente, se vê ultrapassado e não realiza um acompanhamento pontual das ações, alcançando, por isso, um nível de eficácia muito reduzido. No que se refere ao governo municipal, os autores percebem haver falta de planejamento de atividades. Por um lado, os planos de desenvolvimento municipal trianuais, que cada governo deve apresentar ao assumir seu mandato, não incorporam uma visão de médio prazo nem tampouco a participação articulada dos diversos atores sociais presentes no território. Por outro lado, o envolvimento social é pratica-

mente nulo, já que não existem espaços efetivos de participação e, no melhor dos casos, os moradores são utilizados para legitimar decisões previamente tomadas pela autoridade. A presença de organizações sociais é muito incipiente na região, devido a limitações de recursos e à falta de articulação com as ações governamentais municipais e estaduais (López Paniagua; Chauca Malásquez, 2005).

Enfim, o estudo de caso descreve uma realidade em que as desigualdades econômicas, sociais e territoriais dilatam-se, e os benefícios de uma atividade econômica próspera – como a exportação de abacate – concentram-se nas grandes empresas acondicionadoras internas e nos *brokers* internacionais. Estes são os agentes do mercado que se beneficiam com as condições dominantes as quais implicam, além disso, um baixo nível de intervenção das agências governamentais – sem se julgar aqui sua eficácia – que, unido à perda de legitimidade e credibilidade, compromete a governabilidade, particularmente no âmbito local. Dessa maneira, o que parece ficar claro na pesquisa é que um modelo de sucesso de exportação de abacate não contribui para a geração de um desenvolvimento integral da região, mas para a produção ou reprodução da pobreza.

CONCLUSÕES

Ao longo deste trabalho, argumentou-se que uma teoria que envolva os níveis de análise internacional, nacional e subnacional é indispensável para se encontrarem explicações e interpretações integrais para a produção e reprodução da pobreza ao longo da história da humanidade que sejam válidas, generalizáveis e empiricamente comprováveis em distintos contextos geográficos e históricos. Além disso, se sugeriu que esse exercício requer concentrar-se na interação de agentes e estruturas que geram, desde a economia política, as condições que produzem e/ou reproduzem a pobreza em diferentes escalas e níveis, algo que também pode se realizar de maneira complementar e integral com a pesquisa que enfoque a redução do fenômeno. Essas duas questões cognitivas foram tratadas ao longo desta apresentação como condições necessárias para que avance a realização de um vínculo efetivo entre ciência e política, com vistas a se reduzir a pobreza e erradicarem-se suas formas extremas.

O passo prévio proposto para se alcançar esse objetivo foi esboçado a partir de um modelo multiníveis que, em seu atual estágio de desenvolvimento, demanda mais elaboração e articulação. Esse exercício teóri-

co de projeto realizou-se vinculado a algumas das pesquisas realizadas no marco do Programa CLACSO-CROP, com a intenção de resgatar a riqueza das contribuições de estudos de caso que iluminam situações específicas de produção de pobreza na Bolívia, Paraguai e México.

As principais conclusões que surgiriam numa avaliação provisória deste exercício estão vinculadas às evidências que emergem em relação às limitações dessas significativas contribuições empíricas para alcançarem um conhecimento mais generalizável. Algumas das razões principais desse déficit estão, precisamente, relacionadas com: (i) a ausência de um marco teórico que permita uma melhor definição das variáveis envolvidas nos diferentes níveis de análise considerados e dos principais conceitos utilizados, tais como os de *agente* e *estrutura*; (ii) a dificuldade para se derivarem hipóteses sobre as possíveis relações causais entre tais variáveis que possam ser verificadas em diversos contextos; e, de maneira relacionada com os pontos anteriores, (iii) a dificuldade de se realizarem exercícios metodologicamente sólidos que permitam alcançarem-se graus crescentes de generalizações empírica e teoricamente substanciais.

Para além dessas questões, é possível observar que grande parte da produção de pobreza descrita por meio desses casos está vinculada à inoperância do Estado (e seus agentes) como contra-estrutura com capacidade para limitar a inevitável geração de pobreza e iniquidade que fomentam os mercados sem regulação. Apesar da evidência empírica proporcionada por esses três estudos de caso (que, como afirmamos mais acima, sempre pode ser refutada por evidência empírica em sentido contrário), da linha argumental que pode se derivar desse incipiente exercício teórico, o Estado pode ser tanto a causa eficiente, como a solução para a problemática da produção de pobreza em distinta escala. Se é um ou outro, isso depende de cada caso concreto. No entanto, de uma perspectiva teórica que inclua os níveis de análises nacional e internacional, essa é a única estrutura com capacidade para enfrentar os efeitos produtores de pobreza de agentes operando sob os estímulos de mercados nacionais e internacionais, carentes de regulações baseadas em critérios distributivos e de equidade.

A construção do modelo teórico aqui esboçado está em sua etapa inicial. Falta muito por fazer. No entanto, é possível visualizar sua provável unidade a partir da verificação do potencial não-realizado que têm as importantes contribuições empíricas aqui apresentadas. A integração entre teoria e pesquisa empírica – por meio do método de estudo de casos

ou comparativo – que permita extraírem-se generalizações sobre a política (ou melhor, a economia política) da produção e reprodução da pobreza parece ser a forma mais efetiva para se fazer avançar conhecimento generalizável que possa oferecer uma base sólida para os processos de tomada de decisões. Existe pesquisa empírica de qualidade. Parece então indispensável contar-se com teorias ou suas simplificações – como são os modelos – para se ordenar e dar sentido ao conhecimento empírico em matéria de produção e reprodução de pobreza.

REFERÊNCIAS

- ALVAREZ LEGUIZAMÓN, Sonia (Comp.). *Trabajo y producción de la pobreza en Latinoamérica y el Caribe: estructura, discurso y actores*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Diccionario de Política*. México: Siglo XXI, 1998.
- BUZAN, Barry; JONES, Charles; LITTLE, Richard. *The logic of anarchy: neorealism to structural realism*. New York: Columbia University Press, 1993.
- CIMADAMORE, Alberto. Ciências Sociais e pobreza: a busca de um enfoque integrado. In: WERTHEIN, Jorge; JOVCHELOVITCH, Marlova. (Org.). *Pobreza e desigualdade no Brasil*. Brasília: UNESCO, 2003.
- _____. Prólogo. In: ALVAREZ LEGUIZAMÓN, Sonia (Comp.). *Trabajo y producción de la pobreza en Latinoamérica y el Caribe: estructura, discurso y actores*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- DEAN, Hartley; CIMADAMORE, Alberto et al. Introduction. In: CIMADAMORE, Alberto D.; DEAN, Hartley; SIQUEIRA, Jorge (Ed.). *The poverty of the State: reconsidering the role of the State in the struggle against global poverty*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- DURFEE, Mary; ROSENAU, James N. Playing catch-up: international relations theory and poverty. *Millennium*, v.25, n.3, p.521, 1996.
- FOGEL, Ramón. *Pobreza y rol del Estado*. Asunción: CERI, 2002.
- _____. Soja transgênica y producción de pobreza: el caso de Paraguay. In: ALVAREZ LEGUIZAMÓN, Sonia. (Comp.). *Trabajo y producción de la pobreza en Latinoamérica y el Caribe: estructura, discurso y actores*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- LÓPEZ PANIAGUA, Rosalía; CHAUCA MALÁSQUEZ, Pablo M. El oro verde: agricultura de exportación y pobreza rural en México. El caso de los cortadores de aguacate

en Michoacán, México. In: ALVAREZ LEGUIZAMÓN, Sonia (Comp.). *Trabajo y producción de la pobreza en Latinoamérica y el Caribe: estructura, discurso y actores*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

MONTERO, Lourdes. Las paradojas del modelo exportador boliviano o cómo una mayor integración puede generar mayor pobreza. In: ALVAREZ LEGUIZAMÓN, Sonia (Comp.). *Trabajo y producción de la pobreza en Latinoamérica y el Caribe: estructura, discurso y actores*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

ORGANIZACIÓN DE NACIONES UNIDAS. *Informe de la cumbre mundial sobre el desarrollo social*. Nueva York, 1995. Disponível em: <<http://www.un.org/documents/ga/conf166/aconf166-9sp.htm>>.

ØYEN, Else. *Poverty production: a different approach to poverty understanding*. Documento apresentado na Conferência Social Science and Social Policy in the 21st Century, Viena, Dezembro, 2002. Disponível em: <http://www.crop.org/publications/files/report/Poverty_production.pdf>.

RAMÍREZ VELÁSQUEZ, Blanca Rebeca. *Modernidad, posmodernidad, globalización y territorio*. México: Universidad Autónoma Metropolitana, 2003.

WALTZ, Kenneth N. *Teoría de la política internacional*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1988.

WENDT, Alexander. The agent-structure problem in international relations theory. *International Organization*, v. 41, n. 3, p. 335-370, 1987.

_____. *Social theory of international politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

WIGHT, Colin. *Agents, structures and international relations: politics as ontology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

Susana Murillo*

PRODUÇÃO DE POBREZA E CONSTRUÇÃO DE SUBJETIVIDADE

INTRODUÇÃO

Desigualdade e pobreza são significantes que adquiriram centralidade na bibliografia ligada às Ciências Sociais e nos documentos públicos. Eles têm povoado a linguagem do senso comum, os meios de comunicação de massa e as discussões acadêmicas há vários anos. A importância que esses significantes ganharam não é questão de mera especulação teórica, já que seu uso, por parte de comunicadores, teóricos sociais e funcionários de governo, exerce efeitos sobre as políticas sociais e os sujeitos individuais e coletivos. O objetivo deste texto é analisar algumas transformações discursivas que, da teoria social a documentos dos organismos internacionais, há vários anos *naturalizaram esses significantes, apresentando-os como*

* Doutora em Ciências Sociais, Universidade de Buenos Aires (UBA). Magíster em Política Científica (UBA). Professora de Filosofia (UBA). Licenciada em Psicologia (UBA). Professora titular na Faculdade de Ciências Sociais (UBA). Bolsista Sênior do CLACSO 2004-2005. Diretora de pesquisas no Programa UBACyT da UBA. Membro da Comissão do Mestrado de Políticas Sociais da UBA. Algumas publicações: *El discurso de Foucault*. Estado, locura y anormalidad en la construcción del individuo moderno, Oficina de Publicaciones del CBC. Universidade de Buenos Aires, Curso de Sociología, agosto de 1996. *La criminología del siglo XXI en América Latina*. Parte Segunda. Em colaboração com Carlos Elbert et al. (Coordenadores). Editorial Rubinzal-Culzoni, Editores, Santa Fé, janeiro de 2002. *Sujetos a la incertidumbre*. Transformaciones sociales y construcción de subjetividad en la Buenos Aires actual. Coordinadora, Centro Cultural de la Cooperación Ediciones del Instituto Movilizador de Fondos Cooperativos, Buenos Aires, 2003. *Contratiempos*. Espacios, subjetividades y proyectos en Buenos Aires. Coordinadora. Centro Cultural de la Cooperación Ediciones del Instituto Movilizador de Fondos Cooperativos, Buenos Aires. Argentina, 2005.

parte da estrutura ontológica do ser humano. Concentro-me principalmente nos documentos produzidos por um dos organismos internacionais de mais prestígio, o Banco Mundial (BM), instituição que leva adiante uma *estratégia discursiva* sobre a pobreza *que guarda correlações com argumentos de ilustres filósofos e teóricos sociais*, assim como com estratégias políticas aplicadas efetivamente a partir dos Estados e, em alguns casos, exigidas pela sociedade civil.

Atribuo especial importância às estratégias discursivas porque considero que as transformações operadas nas estratégias discursivas hegemônicas ganham relevo ao se pensar que elas, em sua materialidade, interpelam ideologicamente ¹ desde os dispositivos em que os sujeitos individuais e coletivos constituem-se em práticas concretas. Desse modo, não só produzem efeitos nas percepções do social, como também nas práticas. Nesse sentido, as formações discursivas conformam a realidade, pois sua materialidade consiste em que elas interpelam os sujeitos concretos em suas práticas, mesmo sem que eles tenham consciência disso.

Minha primeira hipótese é que a díade conceitual “pobreza” e “desigualdade” foi ressignificada de modos novos e é parte de uma estratégia discursiva que resolve com novas táticas o velho sintoma da desigualdade intrínseca às relações sociais capitalistas, que costuma ser mencionado como “a questão social”. A segunda conjectura que sustento é que essa estratégia discursiva insere-se na constituição de um novo pacto social.

ALGUMAS PRECISÕES PRÉVIAS: A MATERIALIDADE DO DISCURSO

Neste texto, o uso do termo *significante* não se refere ao aspecto sólido e inerte do signo. O *signo*, segundo Peirce² (2003), não é mera coi-

1 Neste ponto, necessita-se apelar para os conceitos de *ideologia* e *interpelação ideológica* em sentido distinto ao de falsa consciência. Não me ocuparei aqui, a fim de não desviar o curso desta argumentação, de demonstrar por que esse termo, assim como o de *discurso* ou *estratégia discursiva* são compatíveis (desenvolvi esse tema em *Inseguridad, deslegitimación de la participación política y construcción de actitudes autoritarias en Argentina*, Buenos Aires, CLACSO, informe final da Bolsa Sênior, no prelo).

2 “Um signo, ou representamen, é aquilo que, sob certo aspecto ou modo, representa algo para alguém. Dirige-se a alguém, isto é, cria na mente dessa pessoa um signo equivalente ou, talvez, um signo mais desenvolvido. Ao signo assim criado

sa, mas uma produtividade. Disso se infere que a significação é um processo *poiético* que se desloca continuamente; o signo é sempre para um *interpretante*, e nessa atividade constitui-se o *sentido*.

O *sentido* jamais está aderido a um significante isolado, pois ele brota, por um lado, de sua *articulação em cadeias* a partir do uso (dimensão *horizontal* da linguagem). Por isso, a reflexão sobre os significantes *pobreza* e *desigualdade* deve dar-se em função em sua articulação em cadeias de significantes. Na idéia de *cadeia*, alude-se a esse processo, a essa produtividade que se constitui enquanto os significantes articulados são interpretados e reinterpretados em sua circulação.

A estruturação de cadeias de significantes não é capaz de gerar sentidos, a não ser *em práticas concretas*, as quais jamais são independentes das *camadas arqueológicas das memórias coletivas e singulares* que sedimentam significados em cada significante e em sua articulação com outros (dimensão *vertical* ou *histórica* da linguagem). Desse modo, *pobreza* e *desigualdade* são significantes que têm histórias diversas sedimentadas em camadas arqueológicas das memórias tanto em nível social, como subjetivo. Assim, portanto, o sentido brota numa dupla dimensão: por um lado, emerge da articulação horizontal dos significantes na cadeia dos intercâmbios discursivos, e, por outro, em cada ponto da cadeia pulsa um sedimento de histórias vividas.

Esse modo de ver o significante possibilita uma leitura idealista dos processos de significação, dado que permite pensar na *materialidade da linguagem* expressada nas práticas. Essa materialidade pulsa no conceito de *discurso* tal como desenvolvido por Foucault (1990), entendido não como uma “mera relação lingüística”, mas como uma trama de enunciados que circulam entre os *corpos* em *práticas*, que são sempre *relações de poder* que constituem *sentido*. A constituição do sentido, ou dos sentidos, brota não só do *que* se diz, mas também de *quem, para quem, onde, como, de que posição de poder e em que contexto histórico*. Tudo isso conforma uma cadeia sempre aberta onde cada sujeito individual ou coletivo é um interpretante/interpretado a partir dos significantes que o representam.

A articulação de significantes nas práticas concretas de sujeitos coletivos e individuais tem dois efeitos complementares. Por um lado, gera

denomino *interpretante* do primeiro signo. O signo representa alguma coisa, seu *objeto*. Representa esse objeto não em todos os aspectos, mas em referência a uma espécie de idéia, à qual às vezes chamei *fundamento (ground)* do *representamen*” (Peirce, 2003).

sentidos que deslizam quase sem consciência nos discursos cotidianos e, desse modo, se *estabilizam*, ao menos temporariamente, *como categorias auto-evidentes* que atravessam os processos sociais, as trajetórias subjetivas, as políticas públicas e as elaborações intelectuais. Por outro lado, a confluência dos movimentos horizontais de cadeias de significantes e a ressignificação das camadas arqueológicas das memórias fazem o *equívoco do discurso*, que possibilita a *criatividade constante* e, em contraponto a ela, a tendência ao que poderíamos chamar, se me permite a ironia, a “normalização higiênica do pensamento” estabilizada em conceitos que aparecem como *indubitáveis*.

Essa consideração sobre a materialidade do discurso não pode ser descuidada em tempos em que o “estilo lingüístico” levou diversas posições teóricas a sustentar que o social é “discurso” (Laclau; Mouffe, 2004). A partir dessa percepção, costuma se negar toda determinação econômica, ou se costuma inferir que todo correlato entre “o dito” e “os processos objetivos”, “as palavras” e “as coisas” é pura ficção. Neste trabalho, sustento a materialidade do discurso, e inclusive o caráter performativo que este costuma adquirir. No entanto, também parto do pressuposto teórico de que há *um além do discurso* que *insiste nos corpos* e que emerge na dor ou no riso, na angústia sem palavras, no buraco da fome que atravessa o corpo, nas grades da cela, no ensurdecido estampido das armas, no abraço carinhoso de mãe (sem o qual não há possibilidade de ser humano) ou na arquitetura do tribunal. Assumo, enfim, que, junto às palavras, e atravessadas por elas, em relações de poder, estão as coisas, ou melhor, ainda os corpos humanos, cuja realidade não se reduz a discurso. Sustento, seguindo Foucault, que há *regimes de visibilidade* e *regimes de enunciabilidade*, que, embora apareçam como indiscerníveis na vida cotidiana, insistem cada um com lógicas diferentes.

Agora, nosso tempo deu um valor preponderante às palavras sobre as coisas. O caráter às vezes performativo da linguagem passou a ocupar um lugar importante entre muitos teóricos sociais. Acho que o tema surge justamente num momento histórico quando o lugar central dos meios de comunicação cria um espaço privilegiado para a consideração do discurso. Nesse contexto, as tentativas de “normalizar o pensamento”, evitar o equívoco e unificar os sentidos transformaram-se numa das tarefas fundamentais dos núcleos mais concentrados de poder. Nessa linha, é possível observar a centralidade e interesse que as estratégias discursivas têm adquirido há vários anos. Elas atravessam as práticas extradiscursivas

e contribuem para formar códigos do “ver” e do “falar”, os regimes de visibilidade e de enunciabilidade presentes não só no senso comum, mas também em muitas das afirmações de cientistas sociais, historiadores, psicanalistas, politólogos, pedagogos e filósofos. Nelas, se constituem “evidências” que parecem valer por si mesmas e que têm efeitos nos sujeitos individuais e coletivos, enquanto se instituem como “a realidade”.

Entre os códigos mais ou menos estabilizados que tentam operar essa espécie de “higiene pedagógica do pensamento”, destaca-se a estratégia discursiva que sanciona *a inevitabilidade da pobreza e da desigualdade*. Portanto, além das intenções de alguns de seus “autores”, diversas posições teóricas parecem legitimar o cego buraco da dor e da morte de corpos lacerados pela fome ou pela desolação, processo que constitui a maior tragédia vivida pela humanidade em séculos. Este texto tenta questionar essas evidências discursivas.

A “PRODUÇÃO DE POBREZA”

Partindo dos pressupostos expressados no tópico anterior, assumo como uma categoria de análise iniludível o conceito de *produção de pobreza* (Álvarez Leguizamón, 2005). Esse significante implica pensar a pobreza vinculada a um processo fundamental: ela

[...] é inerente à lógica do capital, ela sobrevém dos interesses contraditórios entre capital e trabalho e surge em relação à produção de população excedente ou superpopulação relativa [...], a pobreza não é, portanto, um “gestado” mas um produto da lógica da acumulação capitalista. (Álvarez Leguizamón, 2005, p. 26).

Nesse sentido, o termo *produção de pobreza* questiona as estratégias discursivas que a naturalizam, afirmando que elas emergem de fatores histórico-concretos e que evitar as carências humanas depende, em boa medida, das transformações dessas condições.

Agora, a forma social capitalista é um processo de enorme complexidade, que mudou historicamente em seus diagramas de exercício do poder e portanto nas lógicas do governo dos sujeitos coletivos e individuais, particularmente dos sujeitos pobres. Na construção das lógicas de governo, o Estado sempre desempenhou um papel-chave, embora diverso. As mutações ocorridas na lógica de governo ocorreram como efeito

das lutas pela hegemonia da ordem social, mas também como uma resposta estratégica empregada contra as resistências a essa hegemonia. Logo, a produção de pobreza, embora seja um processo filho da lógica de acumulação de capitais, também tem formas historicamente cambiantes.

No momento atual do “capitalismo mundial integrado”, os Estados nacionais dos países da América Latina e do Caribe (daqui em diante, ALC) estão sobredeterminados pelas estratégias dos Estados dos países centrais e dos organismos internacionais. Em consequência, as lógicas de governo na região são inseparáveis de sua articulação com o “comando mundial” (Hardt; Negri, 2002). Esse comando mundial desterritorializado, embora com fortes concentrações nos países mais poderosos da Terra e em alguns organismos internacionais, vem estabelecendo, há mais de trinta anos, um novo paradigma de autoridade imperial. Esse comando é uma estrutura *sistêmica, flexível e dinâmica*, articulada horizontalmente, que empurra para uma integração dos atores tratando de sobredeterminar os conflitos e dissensões num processo que tenta subsumir todos os aspectos da vida à lógica da mercadoria.

A construção de consensos torna-se assim uma ferramenta de governo das populações nas quais as formações discursivas ganham um lugar privilegiado, pois o consenso não pode ser constituído pela força (ou, pelo menos, não só por ela em sua aziaga nudez); o consenso necessita de estratégias que persuadam os sujeitos, quase sem terem consciência disso, no que pode se denominar uma verdadeira operação de interpelação ideológica. Se as premissas anteriores são verdadeiras, pode se afirmar, com certo grau de plausibilidade, que, no mundo atual, as estratégias discursivas empregadas pelos núcleos do comando mundial são um dos fatores de produção e reprodução da pobreza. Nessa direção, as estratégias discursivas dominantes tendem a normalizar o pensamento, naturalizando a *desigualdade como parte da estrutura ontológica do ser humano*, conceito que se articula com a idéia de que a *pobreza é uma evidência inquestionável*.

O PACTO SOCIAL DE UNIÃO

A naturalização da pobreza e da desigualdade supõe romper-se com alguns dos pressupostos filosóficos que fundavam o modelo contratualista elaborado a partir do século XVII, na Europa, e reelaborado por Rousseau no período final do Absolutismo, nos umbrais da Revolução Francesa e da

Revolução Industrial. O pensador genebrino viu a limitação de propostas anteriores como aquela contida no *pacto de sujeição* de Hobbes: se o governante está acima da lei e conta, para isso, com o direito de exercer a violência conforme seu arbítrio, então qualquer um pode, com todo direito, se levantar contra ele (Rousseau, 1980, p.13). Desse modo, não há paz possível, e os bens e as pessoas não estão assegurados. A segurança não fica garantida, e o desequilíbrio do sistema emerge após a careta da morte.

O pacto que sustenta a sociedade e a ordem política deve ser de *união* entre todos, a fim de que a lei permaneça transcendente para cada um em seus interesses particulares. O núcleo do contrato proposto por Rousseau, alimentado por um utilitarismo larvar, está em que *não é a coação o agente mais efetivo e eficaz no exercício do poder, mas, pelo contrário, a persuasão*; seu exercício supõe então adequarem-se as táticas-técnicas de governo às características de sujeitos coletivos ou individuais a quem aponta, assim como domar suas resistências de modo imperceptível.

Essa mutação na lógica do governo sustenta-se sobre a ficção de que, na submissão de cada um à lei, se obtém mais do que se perde, porque o que se aliena de si mesmo na lei reintegra-se a si mesmo e a todo um corpo social que, por esse mesmo ato, nasce (Rousseau, 1980, p. 21-23). O pacto fundador da comunidade política não pode ser de submissão, mas de *união* submetida a uma lei universal e transcendente para todos os interesses particulares.

Contudo, a transcendência e a universalidade da lei vinculam-se com a idéia de que *os sujeitos pactuantes são por essência livres e iguais*. Esse conceito gera alguns paradoxos lógicos (Althusser, 1975) não-resolvidos pelos contratualistas, que sustentam que, sendo todos os homens livres e iguais, devem, ao mesmo tempo, alienar sua liberdade ao Estado para permanecerem livres (Rousseau, 1980, 21-23). O Estado, por sua vez, não existe antes da alienação dos sujeitos, de modo que esta é feita por uma entidade inexistente, que, por seu turno, se cria no ato mesmo da alienação.

O ocultamento desse paradoxo implícito na idéia de um pacto de união faz a própria legitimação do Estado e parte dos pressupostos da natureza racional e livre do homem individual. Mas essa idéia do homem leva a outro paradoxo, que põe em dúvida o poder do Estado. O ser humano apresenta-se ou como livre, ou como determinado. Se o homem é sujeito a determinismos, não pode ser livre, portanto, não é punível. Se as condutas humanas não são puníveis, não há nada que justifique a atuação do Estado sobre as ações do indivíduo. Mas, se o homem é livre por natu-

reza, tampouco existe nada que justifique a ação do Estado sobre ele, justamente pelo caráter inalienável da liberdade humana.

Os paradoxos surgem do caráter formal e abstrato da Filosofia do Direito, que se nutre do modelo da ciência física galileano-newtoniana. Rousseau compreende, nesse ponto, as limitações do modelo de matriz matematizante, tal como, em certo momento, o havia feito – embora de outro modo – Hobbes. As condutas humanas não podem ser previstas com a cega exatidão das matemáticas, pois o homem não é uma máquina racional. Mas então, se o *fundamento do corpo social, que nasce de um pacto de união, não está baseado na coação, mas no livre consentimento, aqui deve intervir um fator diferente da razão*. Trata-se da vontade da qual emana a *decisão moral*. Nesses termos, em *Emílio* (Rousseau, 1993), ganha um papel central a construção do *laço moral que une os pactuantes*. Neste ponto, Rousseau vê claramente o valor da educação, apontando que ela deve formar a criança desde pequena. Deste modo, a família constitui-se em formadora do futuro cidadão (Rousseau, 1993, p.1 e ss.). No *Emílio*, a formação da mulher-mãe adquire centralidade como artífice do futuro cidadão. Deve se conformar na família conjugal a força do laço moral, que pode chegar ali onde a lei não alcança; mais ainda, somente a força desse laço pode fazer com que a lei se introjete e apareça para os sujeitos como algo *natural*. A família constitui-se em *sujeito* de governo. Dado que a lei transcendente não opera por si só sobre os sujeitos, ela deve se tornar imanente a eles. O universal deve se tornar singular, daí que o complemento indivisível do pacto social entendido à maneira liberal-constitucionalista foi o imperativo categórico kantiano, lei moral universal e formal (Kant, 1973, p. 36).

Rousseau conceitualiza o que funcionários absolutistas já haviam sustentado no século XVII sob o conceito de *arte do bom governo*. Essa técnica referia-se ao governo de si mesmo (moralidade), ao governo da casa (economia) ou ao do Estado (política, como ciência do *bom governo*) (Foucault, 1981). Segundo essa perspectiva, a arte de governar não deve se direcionar somente à dimensão *totalizante do poder*, mas também para um enfoque *individualizante*: não deve se voltar apenas ao governo da população como um todo, mas a conhecer e modelar os diversos indivíduos e grupos, segundo suas relações e funções. Como consequência desses conceitos, o poder, que deveria ser exercido sobre a população e os indivíduos ou grupos, foi concebido não só numa dimensão *coativa*, como essencialmente *produtiva*.

A teoria do *bom governo* tem ligação com quatro traços da construção de relações: 1) as políticas devem “focalizar” diversos grupos, com suas características peculiares; 2) o exercício da soberania não pode estar num órgão

transcendente, mas deve se tornar imanente aos que se governa; 3) o exercício do poder deve apontar para os “sentimentos” dos governados, para a “felicidade”; a “aceitação da própria condição” e a confiança mútua são a base de um bom governo que não se apresente como transcendente; 4) tudo isso tem como objetivo fortalecer a potência dos núcleos de maior concentração de poder. A partir desses eixos se constituirão, paulatinamente, formas diversas de interpelação ideológica.

Para além da proposta de Rousseau em *Emílio*, os paradoxos lógicos implícitos no conceito liberal do pacto subsistiram. Sua não-resolução desnuda o fato de que, por trás deles, há questões que não são da ordem da lógica, nem da moral, mas do processo histórico em que emergem e o qual consolidam. O pacto entre iguais mostra-se claramente como uma ficção simbólica a sustentar a ordem que oculta a desigualdade efetiva. Essa desigualdade retorna, por um lado, no imaginário da ideologia e, por outro, nos sintomas que adquiriram o nome de “questão social”.³

A QUESTÃO SOCIAL

A *questão social* alude a vários significados. Em primeiro lugar, ela se refere *ao vazio entre o modelo contratualista do Direito tal como foi estabelecido em fins do século XVIII e a situação de desigualdade histórico-concreta* (Donzelot, 1994). A questão social é a fratura, o abismo, entre os princípios proclamados pela Revolução Francesa e a realidade. Esse paradoxo lógico mostra, ao mesmo tempo em que oculta, que a abstração do Direito moderno representa uma omissão da história efetiva. Se o Direito foi considerado, na ALC, após as revoluções, como o corretor dos conflitos sociais, é porque remetia ao modelo de uma sociedade harmônica implícito no contratualismo de Rousseau. Tal modelo sustentava-se na crença das possibilidades de se articularem *imediatamente* as ordens política e civil e de se regenerar uma pela outra (Donzelot, 1994). Mas essa articulação imediata só existe como ficção simbólica; na realidade efetiva, o que emerge é essa brecha denominada “questão social”. Esta implica que a “igualdade” e a “propriedade” sejam conceitos que, nas formações sociais capitalistas, entrem em contradição constante. Tais contradições agigantam-se enquanto a

3 Para um aprofundamento do conceito do imaginário da ideologia e do sintoma social, ver Zizek (2003).

valorização do capital só pode crescer à custa da exploração do trabalho. A questão social assim entendida é o sintoma de um insolúvel desequilíbrio do sistema, este o fator central da produção e reprodução de pobreza e desigualdade. Esse desequilíbrio é obturado em diversas estratégias discursivas que não podem impedir o surgimento do sintoma social.

Algumas estratégias discursivas que, nos últimos anos, tiveram forte impacto sobre as teorias sociais recolocaram o significado dessa brecha entre princípios proclamados e a realidade efetiva, ao afirmarem que ela não é produto de uma formação social determinada. Pelo contrário, asseveram que é *constitutiva da ontologia do sujeito humano a existência de um vazio, de uma ausência* e que toda situação de carência remete a essa falta. Partindo desse pressuposto, pode se conduzir o pensamento por diferentes caminhos. No trânsito por um deles, poderia se aduzir que o vazio de que se fala, quando se nomeia a questão social, não faz senão evocar esse antagonismo radical constitutivo da estrutura ontológica do ser humano. Sobre isso, quem escreve pensa ser aconselhável guardar-se silêncio, já que, como afirmava Kant, é sensato não se emitir enunciado algum acerca daquilo que vá além de nossa experiência, a fim de não se cair em antinomias metafísicas, ou, pior ainda, a fim de não se correr o risco de guardar silêncio em frente à fome, à morte e à dor produzidas efetivamente em condições sociais concretas, por empresas concretas, governantes concretos e organizações internacionais concretas que têm nome e sobrenome. No entanto, da premissa acerca de que a ontologia do ser humano supõe inevitavelmente a carência, pode se inferir outra análise: é possível se pensar que essa falta foi e é condição de possibilidade para que o humano constitua-se como tal se historicizando no trabalho e na palavra. Este texto sustenta-se nesta última perspectiva.

Voltando ao tema deste tópico, o significante *questão social* alude também a um *segundo significado*: este se refere aos *modos de se remediar* a brecha inevitável entre igualdade e propriedade. Ali onde o Direito não alcançava resolver as diferenças, instalaram-se políticas que tenderam a “corrigir” a “questão social”. A resolução do problema supôs a construção de um tecido, chamado “o social”, sustentador e ao mesmo tempo reparador das desigualdades. É neste ponto que as propostas adiantadas por Rousseau, e retomadas por Durkheim, ganharam e ganham sentido nas políticas sociais. Nessa perspectiva, a construção do laço social baseado na estruturação de *princípios morais* foi (e continua sendo, embora de modo diverso ao século XIX) central. Nessa linha, a idéia de Sujeito uni-

versal e a de lei moral universal – expressa no imperativo categórico kantiano – foram estratégias discursivas desdobradas em práticas extradiscursivas que tenderam a articular a ordem política e a civil.

A construção da moral cidadã em nível universal tendeu a estabelecer relações de poder assumidas como laços sociais “naturais” e a “pacificar” os conflitos filhos da pobreza e da falta de trabalho. Para isso, as políticas públicas, em alguns casos, como o da Argentina a partir de 1869 – data do primeiro *plan precaucional científico* (plano preventivo científico), destinado a prevenir e construir a “saúde física e moral” de toda a população –, tentaram começar a projetar uma rede que pudesse reparar as contradições entre igualdade e propriedade, ao mesmo tempo em que mantinham ambas (Murillo, 2001). Esses primeiros projetos constituem o que denominei uma *protopolítica científica*, destinada a construir o laço social na Argentina (id.). Neles, por meio da ficção da “integração de todos”, se tentava obturar o vazio expressado na questão social mediante a interpelação ideológica segundo a qual os cidadãos deveriam assumir as diferenças e os lugares sociais que cada um deveria ocupar. Gestou-se, desde então, um diagrama de poder ao mesmo tempo totalizante e individualizante, em que o Estado, seguindo um modelo pastoral de governabilidade e governamentalidade⁴ (Foucault, 1981, 1990), teceu uma rede, chamada “o social”, pela mão de três elementos fundamentais: a idéia de um *Sujeito Universal de deveres e direitos, a ciência higienista*, sustentada num funcionalismo de Estado (particularmente a Ciência Médica matriz da Criminologia, da Pedagogia, da Sociologia e da Ciência Política), e a *gestão dos espaços públicos e privados*.

A estratégia articulada dessas três táticas foi possível enquanto o Estado aliou-se à família, à escola universal e a organizações privadas de

4 Neste trabalho, distinguem-se dois conceitos. *Governabilidade* é o termo aplicado à população em uma dimensão totalizante, que tende a assegurar a ordem e a tolerar os conflitos que não afetem o sistema, mas que o motorizem. *Governamentalidade*, termo que provém do arsenal foucaultiano, dá ênfase ao governo de si mesmo por meio de ideais, aspirações e desejos que, mesmo quando tenham sido plasmados em dispositivos públicos e privados, se fazem carne na subjetividade e operam a partir do ideal do eu. O governo de si mesmo, assim pensado, é parte da estratégia do governo das populações. O Estado moderno constituiu-se em uma dupla dimensão: totalizante e individualizante, que supôs sua própria governamentalidade. Isto implica que o Estado moderno foi e é condição de possibilidade da construção de dispositivos que não só se ocupam do controle global das populações, mas também da constituição subjetiva dos indivíduos.

modos diversos durante o século XX. Na estruturação dessa trama, o par “normal-patológico” foi central para a construção da imagem do Mesmo, em que todo cidadão normal deveria se reconhecer, e do Outro, que atuou como linha de demarcação em relação à qual a imaginária comunidade constitui-se por oposição a essa alteridade. Para todos aqueles que ficam além da normalidade esperada, no espaço da alteridade, traçaram-se políticas de “reinserção social”, expressas na construção de hospitais psiquiátricos, prisões, institutos de menores, escolas para deficientes e estabelecimentos como o “sifilôcio” (uma invenção argentina destinada a corrigir prostitutas que sofriam de sífilis), o depósito de observação de alienados e o depósito de contraventores, entre outros. O significativo “ressocializar o sujeito perigoso” faz parte de uma matriz ficcional integração-inclusão de todos. A reinserção, jamais alcançada, serviu como instrumento de defesa social contra os malditos da Terra, as classes perigosas atacadas pela assim chamada – em documentos oficiais – “doença moral”. No entanto, a ficção não erradicou jamais o desequilíbrio do sistema.

Na ALC, o *ficcional pacto de união* tentou viabilizar uma estrutura em que o governo de elites locais, aliadas a grupos estrangeiros, praticou formas diversas de semi-servidão, vassalagem, superexploração do trabalho, cidadania restringida e exação irracional dos recursos naturais. Isso deu lugar a resistências populares que gestariam, entre outros fatores, em anos posteriores à Segunda Guerra Mundial, o advento de novas lógicas de governo das populações, abolindo, ao menos em parte, as relações semi-servis e possibilitando mais acesso a diversas formas de cidadania social.

Esse modelo baseou-se, em alguns casos, na matriz médico-jurídica das políticas inauguradas em fins do século XIX. Em países como a Argentina, a idéia de *cidadania social* esteve perto de ser uma concreção absoluta, embora tenha existido sempre uma massa excedente. Isso implicou a disciplina como tática-técnica de governo sobre as populações, o que possibilitou a introjeção de normas morais universais e, em consequência, o sentido do dever, bem como a construção do sentimento de culpa ante situações nas quais o indivíduo sentisse não ter cumprido o dever. O resultado foi o autogoverno, o autocontrole e, nesses termos, a construção de uma vida até certo ponto previsível, pois os sujeitos tendiam a reger-se por normas introjetadas e pelo sentimento de dever.

Nesse contexto, a família foi um dispositivo fundamental de introjeção do normal e de governo dos sujeitos. O Estado, por sua vez, encarnou a lei transcendente – pelo menos em nível discursivo – aos inte-

resses particulares, lei que, como a definiu o antigo contratualismo, era baseada em direitos naturais do homem e do cidadão e deveria ter certo grau de constância, a fim de assegurar a previsibilidade das relações sociais.

A DESTITUIÇÃO DO “SOCIAL”

A partir dos anos 1960, as estratégias resolutivas da questão social plasmadas após a Segunda Guerra Mundial com o objetivo de corrigirem o estrago social começaram a caducar. O período indica um dos momentos mais álgidos em que se tratou da questão social no mundo. As conseqüências dos planos traçados depois de 1945 e no contexto da Guerra Fria completaram a dinâmica de formação de uma classe trabalhadora industrial e urbana, em que os processos de acesso à cidadania social favoreceram a emergência de diversas formas de organização e resistência. Paralelamente, a retirada dos norte-americanos do Vietnã foi um marco que teve impactos sistêmicos: era a primeira vez que uma grande potência do capitalismo em nível mundial sofria uma derrota que impactava a ordem a partir de seu interior (Petriella, 2005). Por seu turno, a crise do petróleo punha em evidência que os chamados “países pobres” estavam de posse de importantes quotas de energia e matérias-primas necessárias para a produção de mercadorias. Nos anos setenta, as taxas de renda caíram em nível internacional (Banco Mundial, 1978, 1979), indicando uma das crises cíclicas do capitalismo. O problema apresentou-se como objeto de preocupação, pois acontecia paralelo a resistências sociais crescentes. Surgiram então novos remédios que gestariam uma mutação social dentro da forma social capitalista.

Como resposta à crise, no início da década de 1970, criou-se a Comissão Trilateral, liderada por empresários, intelectuais e políticos dos Estados Unidos, Japão e de alguns países da Europa. Foi difundida a idéia de que um “excesso de democracia gera um déficit na governabilidade” e que um certo grau de marginalidade na população, pelo contrário, a favorecia. Sob uma perspectiva econômica, os trilateralistas começaram a apresentar a idéia de “interdependência” mundial como uma estratégia defensiva contra possíveis alinhamentos dos países do Terceiro Mundo.

O Banco Mundial (BM) herdou muitos dos conceitos dos trilateralistas, entre eles, o de *interdependência global*, liderada por organismos internacionais. Em 1978, publicou a série *Informe sobre o desenvolvimento mundial*, que cumpriu uma importante tarefa de difusão de

suas idéias entre cientistas sociais e administradores públicos de todas as partes do mundo. Desde então, esse organismo aumentou sua presença em todo o tipo de debates mediante diversas publicações, propiciando oficinas e fóruns, assim como por meio da Internet.

No *Informe* de 1978, o BM afirmava que os anos transcorridos de 1950 a 1975 tinham implicado um melhora substancial no crescimento econômico. Nos países chamados “em desenvolvimento”, o crescimento era qualificado como “espetacular”. O documento mencionava a notável expansão da indústria e afirmava: “Muitos possuem uma considerável capacidade nas indústrias técnicas e alguns competem atualmente com eficácia em nível internacional para a execução de projetos chave na mão.” (Banco Mundial, 1978, p. 4). O Banco também constatava o importante desenvolvimento em matéria institucional conseguido por esses países que haviam podido consolidar

[...] desde corporações industriais de importância até universidades de primeiríssima categoria [...] instituições tanto públicas como privadas, cuja principal atividade é o desenvolvimento econômico. Entre elas, figuram bancos de desenvolvimento industrial, instituições de crédito agrícola, organismos de extensão, institutos de formação profissional, centro de pesquisa, bancos centrais e organismos de planejamento econômico. (Banco Mundial, 1978, p. 4).

O BM também reconhecia que, nos países em desenvolvimento, haviam crescido os padrões de saúde e educação como nunca antes na história, incluindo a dos países desenvolvidos. Para o órgão, o crescimento sem precedentes dos países em desenvolvimento apresentava, no entanto, dois problemas: por um lado, sua população crescia de maneira inusitada, devido às melhoras nos sistemas de saúde e de emprego; por outro lado, os empréstimos obtidos dos países industrializados estavam sendo utilizados para desenvolver o próprio complexo industrial, à margem dos países centrais (Banco Mundial, 1978, p. 5-7). O Estado aparecia sustentando o desenvolvimento e fazendo enormes investimentos, cujos benefícios atendiam a “objetivos sociais, tais como a criação de empregos e a manutenção de preços baixos para produtos chave” (ibid., p. 7). Nesse contexto, o Banco afirmava que,

[...] com sua capacidade industrial em expansão, já não é possível continuar considerando os países em desenvolvimento simples provedores de produtos primários [...] Eles representam atualmente

um mercado considerável para as exportações dos países industrializados (ibid., p. 13, grifo meu).

Assim, dois fatores estruturais podiam ser destacados nos anos 1970 nos países “em desenvolvimento”: de uma parte, a força de trabalho, com diversos e crescentes níveis de educação e organização, criava núcleos fortes de resistência; por outra, o incipiente desenvolvimento dos tradicionais países dependentes podia criar alianças estratégicas imprevisíveis. Além disso, esses países possuíam os insumos fundamentais para a produção de mercadorias, entre eles, a energia. Em conseqüência, sob a perspectiva dos países industrializados, a relação entre a dívida dos países em desenvolvimento e os industrializados deveria ser orientada de outra maneira.

As estratégias de poder haviam adquirido um fôlego suplementar que as tornava disfuncionais para os grupos mais poderosos da Terra. A categoria sociológica do “desenvolvimento”, construída logo após a Segunda Guerra Mundial, mostrava sua face ambivalente em relação à dominação de classe: criava sujeitos previsíveis, mas também corpos sociais resistentes. Era necessário desestruturá-los e, com isso, suas memórias e hábitos coletivos. Eis onde a subjetividade ganha um relevo inusitado. As lógicas de governo de sujeitos coletivos e singulares mostraram que os dispositivos disciplinares como a família, a fábrica e a escola criavam também corpos resistentes que, em muitos casos, questionavam a ordem estabelecida. O diagrama de poder mostrava-se ambivalente aos efeitos da dominação; nessa trama de forças, ia se moldando paulatinamente um novo diagrama que levaria à mutação dos princípios sustentadores da estratégia discursiva que conformava o contrato social de união. O acesso aos direitos sociais não encerrava o problema, pelo contrário, agravava-o. As resistências, em muitos casos, provinham de trabalhadores organizados e jovens estudantes que haviam tido acesso a níveis de educação precisamente a partir do modelo imposto após a Segunda Guerra.

O *Informe sobre o Desenvolvimento Mundial* do ano 1979 elaborado pelo Banco Mundial insistia nesses problemas, assim como na questão da pobreza em alguns países da Ásia e da África, e apresentava como solução dois significantes que, mais tarde, ganhariam novos significados. Tratava-se da “interdependência” mundial e de se dar “apoio a um ambiente internacional liberal” (Banco Mundial, 1979, p. 2, grifo meu).

Em concordância com essa interpretação, Margaret Thatcher, nos anos 1980, pôde declarar: “a sociedade não existe”. Aquela trama

contendora e reparadora das desigualdades chamada “o social” deveria se desfazer. O enunciado da Primeira Ministra britânica era sinal do surgimento de uma nova estrutura de poder que ia se constituindo em relação a uma mutação histórica no interior da forma social capitalista. Esse novo diagrama supôs transformações no campo produtivo, mas também na Filosofia Política, nas práticas concretas, nos valores e na cultura em geral. Uma verdadeira mutação epistêmica instituía-se paulatinamente.

AS NOVAS TECNOLOGIAS, O TRABALHO E A VELHA QUESTÃO SOCIAL

A nova estratégia de resolução da velha questão social vinculou-se, entre outros aspectos, à construção paulatina de uma nova estrutura de poder mundial. Trata-se do que Guattari (1995) denominou “capitalismo mundial integrado”, caracterizado, entre outros processos, pelo novo paradigma sócio-técnico. O conceito de “paradigma sócio-técnico” (PS daqui em diante) alude a um modelo de desenvolvimento que inclui um conjunto de processos tecnoprodutivos e uma organização do trabalho, mas, além disso, um regime de acumulação e um modo de regulação (Albuquerque Llorens; Mattos; Fuchs, 1990, p. 14). Um paradigma produtivo imbrica a totalidade de relações sociais e determinadas relações territoriais. Articula diversas esferas: produtiva, comercial, financeira, de consumo e institucional, cuja regulação é um processo sociopolítico de raízes nacional e internacional. Um paradigma também implica formas de *conhecimento e modos de circulação*, que variam socialmente.

O PS, que havia começado a surgir já nos anos 1970, promoveu a inclusão de novos meios de trabalho e a transformação dos padrões de acumulação. Paulatinamente, se gestava uma mutação histórica dentro da forma social capitalista, cujo processo não é possível descrever aqui, mas somente constatar que nele se constituíram as chamadas “novas tecnologias”, formadas pelo complexo eletrônico (eletrônica, informática e telecomunicações), a biotecnologia e os novos materiais. Elas permitiram haver uma extraordinária mutação histórica, na medida em que aprofundaram a tendência intrínseca ao processo de acumulação de capitais, que é tornar-se independente das *limitações estabelecidas pela natureza e pela história*.

As limitações *naturais* à acumulação de capitais ocorrem num duplo sentido: tanto da perspectiva dos *recursos naturais*, como da *força de trabalho*. O PS permite reduzir-se a dependência *orgânica* que o capital tem com relação à força de trabalho (por exemplo, mediante a eliminação de postos de trabalho nos quais as habilidades do trabalhador eram fundamentais) e possibilita diminuir-se as dificuldades de acesso à energia e às matérias-primas, recursos naturais disponíveis nos países pobres, cujo alinhamento era e é temido. As novas tecnologias permitem controlá-los, prescindir ou se apropriar deles como nunca antes na história. É possível criarem-se recursos artificialmente por meio da biotecnologia e de novos materiais e transformar-se o meio ambiente, o que, de uma maneira ou de outra, atinge a população pobre devido à destruição do meio ambiente e à expulsão de camponeses para áreas urbanas. O novo paradigma permite controlarem-se as limitações históricas, pois, na medida em que o processo produtivo prescinde cada vez mais de força de trabalho, reduz as possibilidades de resistências sindicais.

O novo paradigma sócio-técnico permitiu, ao capitalismo, aprofundar sua autonomia *organizacional* no sentido de que está menos determinado pelos indivíduos que pelas grandes organizações transnacionais e por seus mecanismos de concorrência. Porém, a reiterada insistência na desregulação oculta novas formas de regulação, emergentes de alianças estratégicas entre grandes empresas que envolvem o Estado. Este deve mudar seu papel e transformar-se em “facilitador” dos fluxos internacionais.⁵ Isso levou alguns autores (e.g. Cattani, 2004, p. 59) a afirmarem que essas transformações ocorridas no mundo do trabalho implicariam uma nova forma de “domesticação” dos trabalhadores. Sustenta Cattani (*ibid.*, p. 68) que “O novo modelo não exclui, não desfilia, não marginaliza de maneira definitiva”. O que estaria acontecendo seria uma redefinição das hierarquias sociais. Nessa redefinição, a precariedade laboral, que leva a uma existência desamparada e insegura, até o limite da tragédia, produz um novo efeito de domesticação. Já não se trata da domesticação disciplinar com base nos conceitos de normal-patológico, já não se trata das disciplinas do capitalismo industrial; agora, o poder atua induzindo a “se acomodar”, a “aprender a não se rebelar”. Esse processo afeta fundamen-

5 Neste sentido, é muito sugestivo tomar nota das transformações ocorridas na gestão pública do governo dos Estados Unidos a partir da década de 1990 (Oslak, 2006).

talmente os mais jovens, porque encontram-se diante de condições trabalhistas que os levam à aceitação de um horizonte existencial inumano, o que gera o abandono de práticas coletivas de trabalho e solidariedade, assim como o aumento da indiferença política e o resguardo na esfera doméstica.

Outros autores fazem uma colocação mais radical, referindo-se a um processo de “extinção”, no sentido de um fenômeno que tende a anular a capacidade de sobrevivência dos sujeitos que vivem do trabalho (Bialakowsky et al., 2004, p. 119). Em um marco histórico (povos originários), o processo de “extinção” pode ser enunciado em termos de fragmentos sociais desaparecidos (mortos ou criminalizados e sepultados em lugares desconhecidos), ou na linha da guetificação social dos setores que já estão marcados para ocupar o lugar de subespécie, de subumanidade. Nessa perspectiva, o significante *extinção* expressa um método invisibilizado: o que se extingue ganha a aparência de auto-eliminação quase natural. Esse processo implica um “desalojamento social” que suprime as exigências de um “exército industrial de reserva”. Ele constrói, ao contrário, a “tendência à crescente supressão do trabalho vivo”, à “superfluidização da força de trabalho”, à persistência de formas pré-capitalistas de trabalho subsumidas na lógica do capital, à “precariedade laboral” e favorece uma persistência das formas de acumulação primitiva, expressadas no surgimento constante da violência. Isso implica a idéia de que a extinção é um processo pausado e silencioso. Mas o silêncio ou a morosidade do devir não evitam a pesada carga de sofrimento, o padecimento e a mortificação (a morte diária) dos sujeitos que povoam nossa América. Esse padecimento expressa-se na crescente guetificação urbana, da qual também dão conta diversos autores (e.g. Cattani; Mota Díaz, 2004, p. 81), e na violência que atravessa os corpos e transforma as relações familiares e, com isso, as construções subjetivas. O atual padecimento humano parece ter um efeito cada vez maior, manifesto na profunda desestruturação subjetiva que gera uma forte dificuldade de se atuar construindo laços coletivos. No entanto, as subjetividades não constituem um percurso previsível, como veremos, e a nova estratégia desenvolvida na ALC, desde meados dos anos 1970, não conseguiu eliminar o surgimento dos sintomas sociais. Eles irromperam e irrompem como formigueiros e alcançaram uma de suas formas emblemáticas nos levantes do México, em 1994, e em Buenos Aires em 2001.

A INTEGRAÇÃO MUNDIAL: FLEXIBILIDADE E NECESSIDADE DE REFORMULAR OS FUNDAMENTOS DO POLÍTICO

O novo paradigma sócio-técnico requer a *integração* (Coriat, 1992, p. 60 e ss.) desde a fábrica até o usuário. A “nova integração” não supõe uma construção de caráter coletivo e não implica a idéia de “justiça social” nem a de laço moral que une todos os cidadãos. Pelo contrário, a nova integração só existe enquanto os sujeitos se constituem em “consumidores”, para o que é fundamental o surgimento de novas formas de moral e de justiça, já não mais baseadas na idéia de lei universal. Assim, o processo leva à valorização positiva do individualismo e à concorrência, ao desbloqueio do pragmatismo jurídico, à fragmentação social e à essencialização ontológica da desigualdade em níveis social e internacional.

A “integração” ao mercado supõe a inovação constante, a fim de se gerarem novos produtos. Esse fenômeno supõe criarem-se constantemente novos processos aos quais os sujeitos devem acomodar sua subjetividade. Toda solidez parece se desvanecer, e as flexibilidades organizacional e subjetiva transformam-se na nota que criou e cria um mundo de profunda incerteza, causadora de formas diversas de violências física e simbólica. Nesse mundo de incerteza, no entanto, as poderosas organizações internacionais são capazes de criar redes flexíveis que vão desde o usuário até a empresa. Elas necessitam de um novo papel do Estado, o qual é caracterizado agora como o “facilitador” dos fluxos do mercado e do governo das populações. A integração ao mercado, que, nos anos setenta, era denominada “interdependência global” e que agora é conhecida como “globalização”, tem um de seus núcleos no novo PS. Na nova matriz produtiva, de comercialização e financiamento, nada nem ninguém podem ficar por fora da subsunção à lógica da mercadoria. Nessa nova conformação geopolítica, a voz dos organismos internacionais adquiriu centralidade no traçado de estratégias, e, em relação à pobreza, o discurso, por momentos, abandona toda hipocrisia e afirma que:

Os *pobres* – enquanto pacientes nos asilos, alunos nas escolas, passageiros de ônibus, consumidores de água – são os *clientes* dos serviços. Têm uma relação com os provedores de primeira linha, com o pessoal docente, os médicos, os motoristas de ônibus e as companhias de abastecimento de água. Mantêm uma relação semelhante quando compram algo no mercado, por exemplo um sanduíche

(ou uma *samosa*** , pastel ou *shoo-mai****) (Banco Mundial, 2004a, p. 8, grifo meu).

Assim, o *cinismo*, como atitude que assume evidência, ao mesmo tempo em que deixa de lado as conseqüências, transforma-se numa das marcas do novo diagrama de poder. Nessa estratégia discursiva, tudo deve se integrar ao nível mundial sob a coordenação das empresas transnacionais, e toda necessidade ou desejo humanos devem subsumir nas exigências dos mercados (é sugestivo notar que, enquanto as mais variadas tendências filosóficas e da teoria social renegam qualquer idéia de “totalização”, o funcionamento efetivo do “mercado” tende a ela). Nessa nova rede, a função do Estado-nação, particularmente o dos países pobres, é a de facilitar a coordenação liderada pelas empresas, num processo de integração ao mercado regido pelo direito à propriedade privada.

Para que *as pessoas prosperem, os bens têm de prosperar*. Para que o desenvolvimento seja sustentável – e devido aos patamares mínimos e às complementaridades entre os bens –, é necessário manejar responsabilmente uma carteira geral de ativos – físicos, financeiros, humanos, sociais e ambientais.

Instituições tais como *os direitos de propriedade e o Estado de Direito são essenciais para a criação de ativos de realização humana e para que os mercados operem eficientemente como uma instituição coordenadora*. (Banco Mundial, 2003, p. 1).

Os documentos mostram a mudança na filosofia política: o Estado já não é o juiz imparcial que opina acima dos interesses da sociedade civil; agora, “o mercado coordena”, e *todas as instituições, desde a família até o Estado, devem agir cooperativamente* em relação a essa coordenação. O Estado é caracterizado explicitamente como “sócio” ou “cliente” que tem que “impor” normas às populações, mas também “respeitar” aqueles a quem se associe ou de quem seja cliente. Isso implica necessariamente a reformulação do velho pacto social de união de matriz rousseauiana. Como conseqüência, a rigidez e hierarquias jurídica e moral da velha sociedade industrial são acompanhadas, por um lado, de uma “reinvenção da política”, sustentada na flexibilidade das *normativas jurídico-políticas* cujo

** Pastel de vegetais indiano (N. T.).

*** Prato muito popular do Cantão (Guangzhou em mandarim), China (N. T.).

fim é facilitar a circulação de mercadorias e comunicações, e, por outro, de uma *flexibilidade nos sujeitos e suas identidades*, pois eles são quem produzem e consomem.

O CONHECIMENTO COMO INSUMO FUNDAMENTAL DO NOVO PARADIGMA SÓCIO-TÉCNICO E O VALOR DOS SABERES DOS POBRES

A integração, a flexibilidade e a inovação constante necessitam de um novo *insumo fundamental*, elemento-chave intangível no novo paradigma: o *conhecimento*. Mas se trata de um conhecimento que adquire pelo menos duas formas diversas: o conhecimento científico assentado em protocolos de pesquisa e os saberes incorporados nos sujeitos anônimos que conhecem seu meio e suas relações sociais.

A concorrência internacional faz com que a pesquisa científica, base do desenvolvimento tecnológico, torne-se um insumo essencial do novo paradigma. Para obtê-lo, as empresas transnacionais tendem à *internacionalização* da produção de conhecimentos científicos e à sua complementar *privatização* quando estão em condições de gerar desenvolvimentos tecnológicos competitivos. O conhecimento científico não só pode gerar *tecnologias duras*, que se transformarão em mercadorias físicas desejadas no mercado, como também criar *tecnologias soft*, que são cruciais, por serem fundamentais para o desenvolvimento do “bom governo”. Elas indicam como controlar e administrar grupos ou populações a fim de que adquiram um produto, aceitem uma idéia ou transformem os conhecimentos que portam em seus corpos. As Ciências Sociais constituem-se em *tecnaturas*, em técnicas destinadas a moldar o indivíduo e as populações desprovidos de toda forma de saber crítico.

Nesse novo paradigma, a aquisição dos saberes intangíveis é fundamental. Não só se trata dos saberes práticos que os cientistas possuem (daí o importante fluxo de pesquisadores entre diferentes zonas do planeta), mas dos saberes da vida cotidiana, do meio ambiente, do clima e dos costumes que os mais diversos grupos sociais, em particular os pobres, possuem (Banco Mundial, 1998/1999). O BM valoriza assim a “aprendizagem” quanto a vozes antes silenciadas, em particular, vozes dos pobres. Toda estratégia ou projeto de políticas devem implicar um processo de aprendizagem constante, a fim de modificarem a prática e, a partir dos

resultados, qualquer tática que conduza à estratégia de assegurar o controle dos mercados sobre as populações (Banco Mundial, 2003). Nessa direção, é notável a insistência de muitos intelectuais e artistas no caráter “ilusório” de todo conhecimento. A redução de toda realidade à linguagem e a insistência na negação de toda objetividade não são temas que possamos abordar nem resolver aqui, mas é sugestivo constatar a contemporaneidade de duas correntes de pensamento: por um lado, empresas e organismos internacionais priorizam o valor do conhecimento – mesmo aquele que, em outros tempos, foi o mais desprezado: o dos pobres, o dos povos originários, o das mulheres –, ao mesmo tempo em que, por outro, muitos intelectuais e correntes de opinião sustentam o caráter ilusório do saber e reduzem o social ao campo do discurso.

Após as transformações do PS, o processo de *inovação* de tecnologias constituiu-se como um processo inseparável do de *difusão* (esse novo ajuste inovação-difusão teve um de seus pontos de encaixe no homem comum como gerador de conhecimentos e consumidor de tecnologias), e seus resultados encontram-se profundamente integrados ao entorno social. É por isso que se deu ênfase ao papel do governo e ao das comunidades locais e fala-se de sistemas nacionais de inovação (SNI) (Cassiolato, 1994). Nesse processo – segundo se percebe na estratégia discursiva dos organismos internacionais –, é fundamental que os governos dos países “pobres” possam “tomar medidas para facilitar a *aquisição, absorção* e comunicação de conhecimentos” (BM, 1998/1999, p. 8, grifo meu). Do mesmo modo, é central o papel do Estado impulsionando a formação de “tradutores culturais” (idem) que permitam, às empresas, apropriar-se de saberes sujeitos e esquecidos dos pobres que fazem parte de antigos povos originários.

O novo paradigma gerou instrumentos para se resolver de modos novos a velha questão social. Para tanto, necessitou de novas formas de organização do trabalho e de relações em nível internacional, mas também de uma ressemantização da história (Banco Mundial, 2004b) e do papel do Estado (Banco Mundial, 1997), no âmbito do senso comum e das práticas concretas. Isso supôs uma reformulação do ficcional pacto social que sustenta a ordem. Quanto às Ciências Sociais, elas deveriam renovar seu arsenal conceitual a fim de produzir a ressignificação da história, da Política e do Sujeito. Nesse processo ressemantizador, inscreve-se o surgimento de novos significados dos significantes *pobreza* e *desigualdade*.

O NOVO CONTRATO SOCIAL: O LUGAR DA DESIGUALDADE

Um dos aspectos centrais envolvidos nessa mudança histórica é a transformação das estratégias discursivas hegemônicas no campo da Filosofia Política. O positivismo e o pragmatismo jurídico, embora tenham nascido em fins do século XIX e começo do XX e tenham proporcionado árduas discussões no período de Entreguerras, foram bloqueados epistemologicamente, pois eles sustentaram, com toda a cruzeza, que o Direito não tem sua base na justiça – já que esta é, sob a perspectiva positivista, apenas uma idéia metafísica –, mas na força. A validade do Direito, segundo argumentou o positivismo jurídico, está numa norma fundamental: administrar a força. A leitura de autores como Carlos Octavio Bunge (1916), na Argentina, e a polêmica entre Hans Kelsen (1960) e Karl Schmitt, na Alemanha, dão conta disso. O positivismo jurídico, além de suas aparentes disputas com autores como Schmitt, negou a *igualdade*, assim como a razão *universal*, e afirmou que *todo direito é uma convenção estabelecida pela força* e pela convicção – de cunho darwinista – acerca da *necessária e inevitável desigualdade* de indivíduos, grupos e nações. Desse modo, o positivismo jurídico terminou admitindo como conclusão a legitimidade de qualquer direito, desde que cumprisse a função de manter a paz interna mediante a ameaça da força. Essa ameaça legitima o fato de que um grupo que triunfou sobre o restante por meio da violência mantenha-se no poder, a partir de então, sem usar a força de modo explícito.

O positivismo do começo do século XX fundamentou esse argumento em “bases científicas”. É a biologia – afirmou-se – que mostra que todos os organismos tendem à *adaptação*, processo que consiste em integrar e desintegrar matéria. Nesse processo, quando uma circunstância externa ataca as condições de vida do organismo, este produz uma série de movimentos de “luta” contra essas circunstâncias. Em tais movimentos, está – segundo o positivismo jurídico – a origem de toda sanção jurídica e do que se estipula como “norma”. A “norma”, ao contrário da lei, remete à regulação de condições sociais concretas – não universais – e sustenta-se em processos histórico-concretos, produto de lutas pela dominação, ao mesmo tempo em que encobre formas de sujeição sob a cobertura de um fundamento nas ciências, particularmente nas denominadas “ciências da vida”.

Essas especificações do positivismo jurídico foram bloqueadas epistemologicamente, pois, após a Primeira Guerra Mundial, a Revolu-

ção Russa e a crise que se iniciou em fins de década de 1920, a ficção do igualitarismo apoiado numa justiça sustentadora do direito possibilitava fundar-se uma interpelação ideológica que tentava distanciar o fantasma das revoltas sociais. A idéia de *pacto* continuou se sustentando na ficção da “universal natural igualdade de todos os homens”.

A despeito desse bloqueio, uma idéia postulada pelo positivismo jurídico foi difundida e aceita. Trata-se da proposta de Hans Kelsen, que afirmou ser necessária a constituição de um *Direito Internacional superior aos Estados nacionais* que definisse a função e tarefas desses Estados. Este Direito Internacional, baseado em tratados, deveria garantir o cumprimento de normas, e sua validade estaria em garantir a eficaz relação entre direito e força. Esse direito tampouco teria suas bases em alguma lei natural, mas apenas no valor de sua *eficácia*. Hans Kelsen trabalhou com essas idéias no projeto da Organização das Nações Unidas (ONU), e elas também estão presentes hoje em diversos documentos de organismos internacionais.

As velhas idéias do positivismo jurídico, obturadas durante um século em relação às anteriores formas de se resolver a questão social, só foram desbloqueadas a partir da década de 1980, quando, após o Consenso de Washington, se decretava a morte da sociedade. Formava-se então uma das estratégias discursivas sustentadas de modo manifesto por organismos internacionais, Estados nacionais, organizações não-governamentais e boa parte do senso comum, a qual naturalizava a “pobreza”, a “desigualdade” e a “falta de trabalho” e voltava – como modo de intervenção – às tradicionais idéias de filantropia de raiz anglo-saxã.

Surgia assim “um tipo de novo ‘humanitarismo’ entendido como uma posição ideológica que, embora deplore e lamente a pobreza, e, mais ainda a pobreza e a indigência ou a miséria, [...] nunca se questiona a justiça do sistema de desigualdade em seu conjunto” (Álvarez Leguizamón, 2005, p. 240). Esse “humanitarismo” desenvolveu-se dentro de uma estratégia discursiva que abandonava a idéia de direitos sociais universais e reduzia a resolução da questão social à atenção de necessidades básicas, o que Álvarez Leguizamón chama de “invenção dos mínimos biológicos”. Esse conceito apareceu originalmente nas formulações de Robert MacNamara, ex-Ministro de Defesa dos Estados Unidos e, em 1973, Presidente do BM. MacNamara foi o “inventor” do conceito de “necessidades básicas”, categoria que logo se tornaria central na estratégia discursiva do “desenvolvimento humano”, cujos pilares teóricos são Hayeck e Friedman, autores que influenciaram o modelo neoliberal promovido pelo Consenso de Washington.

A base teórica dessas discursividades e modos de intervenção implica não apenas o abandono de toda a idéia de Direito natural e, com isso, o recrudescimento dos pragmatismos político e jurídico, como também, de maneira complementar, suprime, manifestamente, a separação entre economia e política. A *integração* que caracteriza o PS supõe articular o político, o econômico, o ecológico, o nacional, o local e o financeiro. Essa integração – que, como vimos, deve se fazer de modo flexível – requer também uma flexibilidade legal, não ajustada a leis universais, mas pragmaticamente adaptada a circunstâncias cambiantes plasmadas em “normas” adequadas às exigências do mercado (Banco Mundial, 2002a, p. 5). *Nesse novo pacto, a idéia de igualdade natural deve ser desalojada, pois impede a flexibilidade e integração e, em lugar, a “desigualdade” possibilita a fluidez do mercado, ao mesmo tempo em que o controle das populações rebeldes.*

A POBREZA INEVITÁVEL E NECESSÁRIA

No novo cenário, o significante *pobre* é caracterizado pelos organismos internacionais de modos diversos, não se reduzindo sua definição à relação com as *rendas*. As múltiplas dimensões nas quais a pobreza é definida referem-se, em primeiro lugar, à carência de liberdades fundamentais de ação ou decisão para se influir em assuntos que afetem os pobres. Em segundo lugar, essas dimensões dizem respeito ao déficit de moradia, alimentos, serviços de educação e saúde. Em terceiro lugar, a pobreza alude à vulnerabilidade, a doenças, reveses econômicos e desastres naturais. Em quarto lugar, a pobreza implica tratamento vexatório por parte do Estado, minado pela corrupção. Em quinto lugar, refere-se ao tratamento arbitrário por parte de setores da sociedade. Nesse sentido, considera-se que, com frequência, influem na pobreza as normas e valores, assim como costumes que, no seio da família, da comunidade ou dos mercados, provocam a exclusão de mulheres, grupos étnicos ou de todos aqueles que sofram discriminação. Em sexto lugar, a vivência de “sofrimento” costuma ser muito intensa entre os pobres. Em sétimo lugar, a percepção de que a situação não pode ser modificada é algo que caracteriza os pobres, a resignação a um destino inevitável. Finalmente, o significante *pobre* não só é ligado a indivíduos ou grupos, como também a países que, a partir disso, adquirem um estatuto geopolítico diferenciado.

As múltiplas dimensões do significativo *pobre* aludem a tantas dimensões do humano, que possibilitam uma conclusão: a pobreza é inerradicável da condição humana. O estatuto da pobreza muda radicalmente nesse discurso, em relação às teorias tradicionais. Após se definir sua multidimensionalidade e constatar-se que ela, em alguma de suas formas, “persiste apesar de que as condições humanas tenham melhorado no último século mais do que em toda a história da humanidade” (Banco Mundial, 2000-2001, p. 3-4), afirma-se que, além dos diversos experimentos políticos, além da liderança do Estado ou do mercado, uma faixa de pobreza é *inevitável*. E, muito mais, ela é *necessária*, pois sua presença é um incentivo à produção. Desse modo, a conclusão que se segue é a negociação da igualdade natural dos homens, cujo corolário são as políticas sociais que se conectam numa visão “minimalista” das necessidades humanas dos trabalhadores e suas famílias e em “umbrais de cidadania” que negam os direitos universais.

O ESTATUTO EPISTEMOLÓGICO DA DESIGUALDADE

Nessa estratégia discursiva, o significativo *pobreza*, ao ganhar novos significados, leva novamente a outro: a *desigualdade*. A estratégia discursiva que torna a pobreza ontológica afirma que o fator fundamental acarretado pela pobreza é a *desigualdade*. Além do caráter tautológico desse raciocínio, vejamos em que implica o significativo *desigualdade* e quais seriam suas causas nessa estratégia discursiva.

Desigualdade alude a diversas possibilidades de acesso a bens e serviços e, principalmente, à possibilidade de o sujeito ser reconhecido e ouvido. Afirma-se que um mínimo de desigualdade é inerente e até necessário para a condição humana e que apenas seu excesso constitui um risco.

As estratégias discursivas hegemônicas parecem ter substituído, em seu discurso, a idéia de *igualdade* pela de *desigualdade*. Se o discurso moderno considera a *igualdade* como um dos direitos *naturais* de todo homem e cidadão, o novo pacto social passa a considerar que certo *grau de desigualdade* é inevitável em toda sociedade, pois ele é um incentivo ao trabalho. A desigualdade é definida como inevitável parte da condição humana, pois “a maioria das pessoas estaria de acordo com que uma sociedade necessita certo nível de desigualdade para proporcionar inventivos ao trabalho e ao investimento” (Banco Mundial, 2004b, p. 6). No entan-

to, esse grau de desigualdade pode se tornar excessivo e pôr em risco a “governabilidade”. Se, na Modernidade, *igualdade* e *propriedade* mostraram-se como incompatíveis – não só filosoficamente, como também na conformação entre discursos e fatos –, na atualidade, a incongruência mais acentuada dá-se entre *desigualdade* e *governabilidade* (esta última, base do direito à propriedade).

Mas, com isso, o significante *desigualdade* adquire um estatuto epistemológico impensável há três décadas atrás. Ele confere seu valor político: pode se combater certo grau de desigualdade e manter a pobreza por renda, assegurando-se, com isso, certo grau de equidade. Eis aqui o núcleo da interpelação ideológica subjacente às atuais políticas sociais centradas em umbrais mínimos em frente à morte e construídas como dispositivos de intervenção e gestão moral de grupos classificados por seus potenciais graus de periculosidade em relação aos centros de poder.

O anterior dá sentido a uma sugestiva frase de Slavoj Žižek (2003), referindo-se à ideologia na Pós-Modernidade: “eles sabem, mas não se importam”. A ideologia já não se funda em construir uma falsa consciência acerca de um fenômeno, um espectro que oculte o real do antagonismo subjacente às formações sociais capitalistas. Hoje, a ideologia quer mostrar o fenômeno em toda sua crueza e apresentá-lo como *inevitável*. A ideologia também consiste em concluir que, se o fenômeno é *inevitável*, também são *inevitáveis* as medidas que contra esse fenômeno haverão de ser tomadas. Assim, os significantes *segurança* e *justiça* ganham pleno destaque como modos de se legitimarem reformas judiciais necessárias para se assegurar a fluidez dos mercados e para se criminalizarem os protestos dos pobres.

POBREZA E DESIGUALDADE: SUBSTÂNCIA E RELAÇÃO

Nessa linha discursiva de articulação entre *pobreza* e *desigualdade*, a estratégia dos organismos internacionais considera que “a desigualdade reduz o impacto positivo que o crescimento exerce na luta contra a pobreza” (Banco Mundial, 2004a). A frase é sugestiva, pois mostra, ela própria, que *pobreza* não é sinônimo de *desigualdade*. Logo, pode haver cidadãos pobres num país ou região sem que isso implique desigualdade e vice-versa. Nos documentos consultados, também aceita-se que *pobreza* e *desigualdade*, apesar de distintas, possam ser compatíveis entre si e até necessárias, sendo perigoso somente seu aumento excessivo e despropositado. Finalmente,

os documentos inferem que *a pobreza deve ser atenuada, mas, para isso, é necessário mitigar o excesso de desigualdade.*

A estratégia discursiva é interessante, sugestiva e baseia-se em antigos conceitos filosóficos. O tratamento do conceito de *a desigualdade* por parte dos documentos de organismos internacionais supõe dois aspectos diversos. Por um lado, alude a uma *substância* (algo que é em si e por si) ou *coisa* que, como tal, pode ter atributos e está submetida ao princípio da causalidade: a desigualdade provém de diversidade de rendas e bens, isto é, o acesso a coisas existentes que, supostamente, são em si e por si (substâncias). Por outro lado, a desigualdade supõe algo da ordem da *relação*: implica uma diversa possibilidade de participação.

Essa distinção entre *substância e relação* permite, aos organismos internacionais, desfraldarem bandeiras de luta contra a pobreza e a desigualdade sem tocarem quase na substância (a propriedade ou *coisa*) e na relação. Se as *substâncias* (bens ou rendas) são basicamente desiguais, e isso é pouco modificável – fundamentalmente, não o são em sua essencial desigualdade –, então resta uma via para se diminuir a desigualdade (que, em si mesma, não é suprimível). Trata-se do caminho da *relação*, isto é, do acesso à “participação”, do fazer-se ouvir, de entabularem-se “redes de confiança”, de se construírem redes sociais e culturais que permitam mudar-se a carência de um capital e, por essa via, ter-se acesso a um mínimo de certos serviços básico de alimentação, educação, saúde, justiça e segurança. Agora, se esses conceitos aludem a uma relação e não a uma *coisa* (substância), então todos os membros da relação devem se articular dinamicamente a fim de diminuir o excesso de desigualdade, mantendo o mínimo de pobreza. É nessa linha que adquirem sentido os conceitos de *empoderamento e capital social*.

A LEGITIMAÇÃO FILOSÓFICA DA DESIGUALDADE

O objetivo de se legitimar teoricamente que a desigualdade e sua parceira, a pobreza, são condições naturais do ser humano alcança seu maior grau de abstração na filosofia. John Rawls afirma que uma sociedade equitativa deve resolver os conflitos entre igualdade e liberdade. Esse conflito expressa-se nos paradoxos implícitos ao pacto social de união que foram enunciados mais acima e implica que, para gerar igualdade, o Estado deva intervir concedendo substâncias aos cidadãos pobres, mas, com isso, introduza regulações que minem a liberdade.

Rawls resolve o dilema eliminando um de seus pólos: o da igualdade. O filósofo sustenta que a *desigualdade* é intrínseca à ordem humana, mais ainda, que ela é necessária como incentivo para a produção. A desigualdade remete aos recursos com os quais os membros da relação contam, e isso reenvia à distinção entre o *dado* e o *adquirido*. O primeiro – o *dado* – é estabelecido pela *natureza* e, em todo caso, constitui *diferenças* que não poderiam se considerar justas ou injustas, partindo-se do pressuposto de que a natureza é cega e, portanto, não está sujeita à livre escolha. O segundo – o *adquirido* – depende do lugar onde se tenha nascido, da sorte e da vontade individual. No entanto, Rawls afirma que as *diferenças* podem se transformar (e, de fato, transformam-se) graças à *intervenção de instituições*. Estas, em seu funcionamento efetivo, são aquelas que podem colaborar para mudar o *mínimo necessário de desigualdade* (relação) para um excesso que se transforma em obstáculo para a propriedade (substância) e a liberdade, pois desbaratam a governabilidade das populações e a governabilidade dos sujeitos, ou pelo contrário, podem impulsionar a construção de *relações* que fortalecem o capital social dos cidadãos (a relação) (Banco Mundial, 1997, 2000, 2002a, 2002b, 2003a, 2004a, 2004b, 2004d). Mas não se pode alcançar tudo isso sem a “vontade individual” dos pobres e indigentes.

Nesse sentido, a justiça como igualdade supõe uma distribuição equitativa dos bens. Em relação a esse aspecto distributivo, a sociedade é justa quando respeita as expectativas legítimas dos cidadãos acompanhadas por confirmações obtidas. Não é aceitável uma *justiça outorgante*, que conceda algo aos cidadãos que não cooperarem para a produção. Nos fatos concretos, isso significa que os desocupados o são por vontade própria e não podem pretender proteção estatal. No entanto, essa condição isolada não resolve o conflito entre igualdade e liberdade. A história moderna assim o demonstrou, de modo que, para que a justiça se realize, além de reconhecer os méritos diversos dos cidadãos, uma sociedade bem ordenada deveria:

- a) *Autorizar as desigualdades sociais e econômicas necessárias ou pelo menos as mais eficazes, para o bom funcionamento de uma economia industrial num Estado moderno. Ditas desigualdades [...] cobrem os custos de formação e educação, atuam como incentivos, etc.*
- b) Expressar um princípio de reciprocidade, já que a sociedade civil é pensada como um sistema equitativo de cooperação e já que a política é pensada como aplicável à estrutura básica que regula a justiça de fundo.

c) *Administrar convenientemente as desigualdades mais sérias do ponto de vista da justiça política [...]. Estas são as desigualdades que provavelmente surgem entre os diferentes níveis de renda na sociedade, níveis que se vêem afetados pela posição social na qual nascem os indivíduos.* (Rawls, 2004, p. 113, grifos meus).

RAZÕES PARA “LUTAR” CONTRA A POBREZA

Mesmo que a pobreza e a desigualdade sejam inevitáveis e necessárias, os organismos internacionais colocam a necessidade de se “lutar” contra a pobreza. Argumentando que o aumento de uma provoca um excesso da outra e que o transbordamento de ambas gera risco social, a pobreza tem seu significado transformado, permitindo diversas formas de intervenção política, econômica ou cultural por parte dos organismos internacionais.

Desde o primeiro informe sobre o desenvolvimento mundial, publicado em 1978, o BM colocou a pobreza como a causa da necessidade de se transformarem as políticas dos países em desenvolvimento, apesar de, naquele ano, constatar-se ter havido a melhora das condições de saúde, emprego e educação, assim como do crescimento industrial desses Estados entre 1950 e 1975. Também em 1979, reconhecendo o espetacular crescimento de alguns países em desenvolvimento, o Banco recomendou que se modificasse o rumo das políticas num sentido “liberal” e de “interdependência” mundial (Banco Mundial, 1979, p. 2), tendo como elemento de cotejo a persistência da pobreza na África subsaariana e em algumas regiões da Ásia. Considerando a teoria do transbordamento, o significante *pobreza* serviu então para que o órgão recomendasse, aos países *em desenvolvimento*, uma mudança de políticas, o que culminou com a aplicação do receituário do Consenso de Washington, criando uma primeira fase de transformações políticas no começo dos anos 1990, centradas na desregulação e na liberalização da economia, em especial, dos países da ALC.

Contrariando as afirmações do BM, esse processo gerou um inusitado aumento da pobreza. Segundo dados da CEPAL, a informalização do emprego e a precarização trabalhista aprofundaram-se na ALC desde então: a partir de 1990, 66% dos novos empregados integraram-se ao setor informal, e apenas 44% contavam com os benefícios sociais (CEPAL, 2004, p. 55). Após estudar o caso argentino, a CEPAL pronunciou-se de modo contundente, afirmando que, contra o que sugeria o enfoque orto-

doxo, os custos sociais que haviam acompanhado as reformas levadas adiante na ALC, baseadas nas recomendações do Consenso de Washington, foram visíveis muito cedo, mesmo quando os indicadores macroeconômicos, no início dos anos noventa, sugeriam a ocorrência de certa melhora na região.

Em oposição ao que fora vaticinado pelo BM e pelos que avaliaram as reformas, estas não redundaram em mais eficiência econômica nem em taxas de crescimento do produto ou do emprego (Damill; Frenkel; Mauricio, 2003, p. 53). Segundo documentos desse mesmo organismo, o processo de crescimento da pobreza e da desigualdade – nesses pontos, a Argentina foi um caso emblemático – agravava-se na segunda metade da década de 1990. Paralelamente a esse fenômeno, já em 1994, produziu-se o levante chiapateca no México, e, daí para frente, surgiram resistências como formigueiros, em diferentes países da região. Diante dessa nova situação, que mostrava um agravamento da questão social, em meados dos anos noventa, iniciou-se uma segunda onda de reformas do Estado que privilegiava as transformações institucionais. Outra vez, o significante *pobreza* foi o fundamento de mudanças que tenderam a afiançar a “interdependência” das economias em nível global.

Ao mesmo tempo em que ocorriam as ondas de reformas, iniciou-se uma nova estratégia de interpelação ideológica. A filosofia e a teoria social haviam sancionado, com caráter de evidência, a pobreza e a desigualdade como componentes da estrutura ontológica do ser humano. Como consequência, o conceito de *empoderamento* aparecia como forma de se legitimar a carência de substâncias. Essa nova estratégia discursiva combinou a linguagem própria do mundo da guerra com a da literatura sobre “o bom governo”, de modo que o discurso dos organismos internacionais foi povoado de termos que apontam para “lutar” ou “fazer a guerra” à pobreza, ao mesmo tempo que de significantes ligados à idéia de “empoderamento” e “capital social”.

Nessa estratégia discursiva, a primeira razão para se lutar contra a pobreza e a desigualdade estava na afirmação de que elas seriam “pasto para a violência” e gerariam uma “síndrome de ilegalidade” (Banco Mundial, 1997, p. 4), o que faria aqueles afetados por ela pensarem que violar o Estado de direito e a propriedade poderia servir para resolver sua situação. Ante golpes adversos, os conflitos acentuam-se, a delinquência e a violência aumentam e as bases institucionais debilitam-se, em relação, por exemplo, ao direito de propriedade (Banco Mundial, 2004c, p. 6).

Em segundo lugar, o excesso de pobreza e a vulnerabilidade fariam com que enormes massas de população não tivessem acesso aos mercados, por falta de renda, e à educação, ou possibilidade de pagar por serviços sanitários, de água ou luz, o que dificultaria a expansão dos mercados em nível global (Banco Mundial, 2002a, p. 2). Ao contrário de linhas anteriores de pensamento, muitos economistas viam *então*, na desigualdade, um freio para o desenvolvimento e um impedimento para o investimento rentável (Banco Mundial, 2004a, p. 6).

Em terceiro lugar, argumentou-se que os Estados em regiões da ALC haviam atuado de maneira arbitrária e clientelista durante séculos. Isso agravaria o drama da pobreza e faria com que os empréstimos fornecidos por organismos internacionais não fossem aplicados de modo eficaz no combate ao problema, sendo que tudo isso realimentaria o círculo vicioso da pobreza, desperdiçando as possibilidades dos pobres (Banco Mundial, 2003, p. 9).

Em quarto lugar, a pobreza seria uma preocupação de longo prazo, pois os organismos internacionais tentam planejar os processos sociais sob uma perspectiva de vinte a cinquenta anos, reconhecendo, com isso, os longos períodos de encadeamento que implicam a evolução e a transformação sociais. Nessa escala de tempo, as ações presentes determinariam a evolução das tecnologias e as preferências individuais e sociais futuras (ibid., p. 2). Sob essa perspectiva, propôs-se uma “transição urbana”, afirmando-se que, para o ano de 2050, “a maioria das pessoas dos países em desenvolvimento estará vivendo em vilas e cidades” (ibid., p. 4).

Em quinto lugar, a razão para se lutar contra a pobreza e a desigualdade residiria no dado segundo o qual “entre 80 e 90% dos cidadãos as rejeitam”. Essa rejeição realimentaria um circuito de resistências contra a ordem, o que elevaria o risco social.

A sexta razão dever-se-ia ao fato de que os pobres estavam em muitas regiões da ALC (e outros lugares do planeta), particularmente em zonas rurais, possuindo conhecimentos relativos a suas próprias formas de vida, assim como das características naturais de seu habitat, o que deveria ser aproveitado. Em um mundo cujo paradigma sócio-técnico tem como insumo fundamental o conhecimento científico, a posse de “intangíveis” (conhecimentos que os sujeitos portam em seus corpos e não constam em protocolos científicos) seria um valor inapreciável (Banco Mundial, 1998-1999, p. 1). Os conhecimentos sobre esses grupos estariam associados à sua governabilidade, já que somente seria possível interpelá-los como sujeitos apelando-se para os próprios códigos culturais. Ademais, seria fun-

damental incorporar-se o conhecimento do habitat ao desenvolvimento tecnológico levado adiante pelas megaempresas. Por outro lado, a desigualdade impediria contribuições de indivíduos talentosos. Seria necessário, portanto, não se perderem as possíveis contribuições de “pobres brilhantes”, os quais um excesso de desigualdade condenaria ao silêncio (Banco Mundial, 2004, p. 6).

AS POLÍTICAS SOCIAIS DO BOM GOVERNO

A supressão da igualdade como parte constitutiva da ontologia do ser humano e a assunção da pobreza e da desigualdade como estruturas ínsitas a sua constituição levam à elaboração de um *novo pacto social* que, através do *bom governo*, deveria possibilitar a complexidade e a integração das políticas, baseadas em um pragmatismo flexível (Banco Mundial, 1999-2000, p. 3). Isso implica uma *ressignificação do lugar do Estado*, supervisionado por *organismos internacionais* que, durante a década de 1990, começaram a insistir na sugestiva idéia do *bom governo*, conceito elaborado já no século XVII por funcionários do Estado absolutista. Alude-se com isso, como vimos mais acima, a técnicas e táticas denominadas, naquela época, como “policiais”, que teriam por objetivo fazer “mais felizes” os que formavam o povo, a fim de aumentar a potência do Estado (Foucault, 1990).

A *arte do bom governo* tende à construção de cidadãos dóceis, que, como ovelhas (*subditi*) de uma multiplicidade de rebanhos, sejam conduzidos para o sacrifício, com a abnegação de todos, pelo “pastor” perito e compreensivo. O *objetivo* do *bom governo* é estimular por meio da persuasão, da responsabilidade pessoal, do amor e do sacrifício como virtudes morais, ao mesmo tempo em que o governante aparece como alguém que conduz mediante seu carisma, assessorado por homens possuidores de saberes especializados. Com isso, se “psicologiza” o processo estrutural de produção da pobreza, e aquilo que deveria ser políticas públicas de caráter universal toma o aspecto de intervenção voluntária e, portanto, moral.

O *sujeito* do *bom governo* é um conjunto de especialistas e “homens-chave” que distribuem, em diversos níveis, a condução do objeto pastoral do *bom governo*: cada grupo específico. Assim, os diversos *pastores* que fazem o bom governo multiplicam-se e diversificam-se em relação a seus diversos objetos: os grupos específicos que lhes tocam governar. Isso deve se fazer com base num conhecimento efetivo do grupo, o que implica a

flexível adaptação a suas condições cambiantes e a compreensão de seus “traumas sociais” e “psíquicos” (Banco Mundial, 1999-2000, p. 1), seus “sofrimentos” e “frustrações” (ibid., p. 2 e ss.). O *objeto* do bom governo são os *pobres e vulneráveis*, entre os quais se incluem, na ALC, as classes-médias em vias de pauperização.

Nesse contexto, o *bom governo* implica o conhecimento da *norma* e respeito a ela – expressão de construções sociais diversas e cambiantes. A norma substitui a Lei, a qual tem traços de transcendência e universalidade. Os membros do *bom governo* mantêm, por sua vez, férreos laços diretos ou mediados com o *establishment* internacional, verdadeiro artífice das políticas sobre as quais aplica algumas “correções” a partir das “aprendizagens” possibilitadas pela informação de seus homens-chave que operam um duplo movimento: “baixam” os alinhamentos de políticas internacionais a níveis nacionais e locais e, enquanto “tradutores culturais”, possibilitam as “aprendizagens” dos organismos internacionais (Banco Mundial, 1999-2000, p. 3).

No século XXI, o “*bom governo*” *ressignifica-se em um novo pacto social* em que houve a explosão das soberanias nacionais dos países pobres mediante o alinhamento de políticas sociais projetadas por organismos internacionais (ibid., p. 3 e ss.). Esse novo pacto implica construir-se um *triálogo* formado pelos organismos internacionais, os Estados nacionais e a sociedade civil. Nesse triálogo, os papéis dos atores modificam-se radicalmente.

A PRIMAZIA DA RELAÇÃO SOBRE A SUBSTÂNCIA: DAR VOZ A QUEM NÃO A TEM. O NOVO PAPEL DA SOCIEDADE CIVIL. AS POLÍTICAS SOCIAIS DE SEGUNDA GERAÇÃO

Em franco litígio com a visão hierárquica das instituições e a subordinação da sociedade civil ao Estado, diversas correntes filosóficas e movimentos sociais fizeram, nas últimas décadas, os organismos internacionais repensar o *como* do poder. Desse modo, as estratégias discursivas hegemônicas propõem-se como um espaço instituído e instituinte. Rejeitam toda visão hierárquica de si mesmos e de qualquer relação de poder e, mais ainda, atribuem ao cego verticalismo institucional a causa de diversos fenômenos negativos tais como a corrupção e a pobreza. A chave está no fato de que, a partir de sua relação com a sociedade civil e os Estados, o BM deve *aprender* (Banco Mundial, 2002a). Um dos erros do passado

teria sido a construção de instituições hierárquicas e rígidas (Banco Mundial, 2003), em que a informação movia-se em uma só direção: de cima para baixo.

A proposta atual é de haver uma informação flexível que se retroalimente a partir da voz dos pobres e da comunidade em geral, incluindo as classes-médias. O BM se propõe a escutar os que “não têm voz” e, a partir disso, a “fazer transformações de baixo para cima, a partir de iniciativas impulsionadas pela comunidade e iniciativas de cima para baixo: nacionais e internacionais para a comunidade” (ibid., p. 13). Assim, as instituições, desde o Estado até a escola ou o hospital, podem continuar cumprindo algumas funções de construção de subjetividade docilizada, mas também têm que servir tanto para fazer com que os problemas das comunidades pobres cheguem aos ouvidos dos técnicos e dirigentes do BM, como para denunciar atropelos e arbitrariedades estatais. Nessa estratégia discursiva, *empoderar* e *sociedade civil* são duas expressões-chave. A sociedade civil é interpelada para que, por sua vez, exija que o Estado crie instituições mais fortes. Nesse contexto, a reforma do legislativo e da justiça é um objetivo dos organismos internacionais. Para isso, a voz da sociedade civil é fundamental, pois é ela quem pode legitimar as reformas a partir de suas reivindicações.

Assim se definem, com toda a clareza, os membros do novo pacto social que devem formar, na opinião do BM, um *triálogo*: eles são a sociedade civil, os Estados nacionais e os organismos internacionais. Os três membros, conforme coloca explicitamente o organismo internacional, devem ser coordenados pelo mercado, que passa a ser, de modo explícito, o Outro que interpela. Entretanto, o Estado é um “sócio” a mais, e a sociedade civil passa a ter um papel inédito, o de recolher as reivindicações históricas de todos os humilhados da Terra, mas cuja voz é ressignificada frequentemente pelos grupos dominantes.

O conceito de “triálogo” surge diante do fracasso das políticas que, na década de 1990, propiciaram um primeiro tipo de reformas baseadas na aplicação, ponto por ponto, das diretivas economicistas do Consenso de Washington. Os efeitos adversos dessas políticas começaram a apontar a necessidade de se “aprender” com os que haviam se oposto a essas políticas. Assim, surgiram as denominadas “reformas de segunda geração”, segundo as quais era mister elaborar-se políticas sociais revalorizando o lugar das instituições públicas e o da sociedade civil, em interação constante e a partir de uma aprendizagem contínua. A necessidade de se apren-

der e de dar voz “aos que não têm voz” baseia-se, fundamentalmente, nos diversos modos de resistência que surgiram em nível mundial, diminuindo as margens de governabilidade e afetando, com isso, os movimentos do mercado.

Essa transformação operada nas táticas discursivas vincula-se ao crescimento do protesto social ocorrido desde meados dos anos 1990, culminando em diversas explosões sociais ao alvorecer do novo milênio. Em muitos casos, os protestos foram “demonstrativos”, mas, com frequência, tornaram-se “confrontativos” (Seoane; Algranti, 2002). Com eles, chegava ao auge a primeira era de reformas propiciada pelo BM em toda a América Latina e no mundo. No México, o ano de 1994 foi uma data emblemática, mostrando as rachaduras do modelo propiciado para a ALC desde a década de 1970. Sob uma perspectiva internacional, de 1999 a 2001, não houve qualquer encontro internacional que não fosse acompanhado por manifestações e “contra-cúpulas”: 1999 em Seattle, janeiro de 2001 em Porto Alegre, os protestos em fevereiro de 2001 contra o Fórum Econômico Mundial, em Cancun, e contra o BID no Chile, em março contra a OMC e contra a ALCA em Toronto e Buenos Aires e, em julho, a oposição à cúpula do G8 em Gênova. Ao mesmo tempo, na ALC, explodiram resistências dispersas, mas profundas: as lutas contra as privatizações em Arequipa; o dezembro de 2001 na Argentina; as resistências que no Paraguai, em 2002, detinham parcialmente as tardias reformas (Palau, 2002); a guerra da água iniciada na Bolívia, em 2000, que levaria, em fevereiro de 2003, a uma revolta cujo saldo foram dezenas de camponeses assassinados (Solón, 2003), para culminar com o triunfo presidencial do dirigente camponês Evo Morales em 2005; o apoio popular às políticas de Hugo Chávez na Venezuela. Todo o período esteve marcado por um aumento de lutas em nível regional contra o modelo neoliberal (Aguiton, 2003, p. 17).

Foi em resposta a essas lutas que se redefiniu o significante *pobreza*, assim como as táticas em relação a ela, dando-se ênfase a suas capacidades e não a suas carências. Resignificou-se também o significante *capital social*, propiciando-se a tática de empoderamento dos pobres e violados, “dando-se voz a quem não tem voz”, a fim de que atuem como controladores da gestão estatal e que aprendam, com suas reivindicações, a manobrar esse mundo cambiante. No entanto, os efeitos dessas táticas são imprevisíveis. Os fatos mostram que a tentativa de empoderar os pobres e vulneráveis não garante sua submissão nem cala as rebeldias que, de maneira insistente, apesar de tudo, continuam mostrando as rachaduras

de uma ordem social que, em sua atrocidade, impede muitos de levar adiante a tarefa de fazer um mundo na medida do humano.

REFERÊNCIAS

AGUITON, Cristophe. 2001, nuevas preguntas, nuevos problemas. *Observatorio Social de ALC (OSAL)*, Buenos Aires, CLACSO, ano IV, n. 10, jan./abr. 2003.

ALBURQUERQUE LLORENS, Francisco; MATTOS, Carlos; FUCHS, Ricardo Jordan. *Revolución tecnológica y reestructuración productiva: impactos y desafíos territoriales*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1990. (Colección Estudios Políticos Sociales).

ALTHUSSER, Louis. Lectura de Rousseau. Los “desajustes” del discurso en el contrato social. In: ALTHUSSER, Louis et al. *Para una crítica del fetichismo literario*. Madrid: Akal, 1975.

ÁLVAREZ LEGUIZAMÓN, Sonia (Comp.). *Trabajo y producción de la pobreza en Latinoamérica y el caribe*: estructuras, discursos y actores. Buenos Aires: CLACSO- CROP, 2005.

BANCO MUNDIAL. *Informe sobre el desarrollo mundial 1978*. 1978. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/html/extpb/wdr97/spanish/wdr97spa.pdf>>.

_____. *Informe sobre el desarrollo mundial 1979*. 1979. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/html/extpb/wdr97/spanish/wdr97spa.pdf>>.

_____. *Informe sobre el Desarrollo Mundial 1997: el Estado en un mundo en transformación*. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/html/extpb/wdr97/spanish/wdr97spa.pdf>>.

BANCO MUNDIAL. *Informe sobre el Desarrollo Mundial 1998-1999: el conocimiento al servicio del desarrollo*. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/wdr/wdr98/spanish.pdf>>.

_____. *Informe sobre el Desarrollo Mundial 1999/2000: en el umbral del siglo XXI*. Disponível em: <http://www.bancomundial.org.mx/pdf/Informes_sobre_el_desarrollo_mundial/1999-2000/2.pdf>.

_____. *Gestión del riesgo social en Argentina*. 2000. Disponível em: <www.worldbank.org>.

_____. *Informe sobre el Desarrollo Mundial 2000/2001: lucha contra la pobreza*. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/poverty/wdrpoverty/report/Spoverv.pdf>>.

_____. *Informe sobre el Desarrollo Mundial 2002: instituciones para los mercados*. 2002a. Disponível em: <<http://www.bancomundial.org/document/15018.pdf>>.

_____. *Empoderar a los pobres y promover la rendición de cuentas en oficina regional del Banco Mundial para América Latina y el Caribe (LAC)*. Marco y estrategia regionales para el trabajo con la sociedad civil Af02 Af04. 2002b. Disponível em: <www.worldbank.org>.

_____. *Informe sobre el desarrollo mundial 2003: desarrollo sostenible en un mundo dinámico: transformación de instituciones, crecimiento y calidad de vida*. 2003. Disponível em: <<http://www.bancomundial.org.mx/bancomundial/SitioBM.nsf/vwCatPubEsp/379899225F44B69906256E7E0068D2D2?OpenDocument&pag=6.2&nivel=6>>.

_____. *Informe sobre el desarrollo mundial 2004. Servicios para los pobres. Panorama general*. 2004a. Disponível em: <www.worldbank.org>.

_____. *Desigualdad en América Latina: ruptura con la historia?* 2004b. Disponível em: <www.worldbank.org>.

_____. *Naciones frágiles: iniciativa para los países de bajos ingresos en dificultades*. 2004c. Disponível em: <www.worldbank.org>.

_____. *Panorama regional América Latina y el Caribe*. Informe del Banco Mundial. 2004d. Disponível em: <www.worldbank.org>.

BIALAKOWSKY, Alberto et al. Procesos sociales de exclusión-extinción. Comprender y coproducir em las prácticas institucionales em núcleos urbanos segregados. In: CATTANI, Antonio David; MOTA DIAZ, Laura (Org.). *Desigualdades, pobreza, exclusión y vulnerabilidad en América Latina: nuevas perspectivas analíticas*. México: UAEM, 2004.

BUNGE, Carlos Octavio. *El Derecho* (Ensayo sobre una teoría integral). 4. ed. Buenos Aires: Librería Jurídica y Casa Editora de Valerio Abeledo, 1916. Tomo II.

CASSIOLATO, José. Innovación y cambio tecnológico. In: MARTÍNEZ, Eduardo. *Ciencia, tecnología y desarrollo: interrelaciones teóricas y metodológicas*. Caracas: Nueva Sociedad, 1994. p. 279-284.

CATTANI, Antonio David. La vida precaria: bases para la nueva desigualdad. In: CATTANI, Antonio David; MOTA DIAZ, Laura (Org.). *Desigualdades, pobreza, exclusión y vulnerabilidad en América Latina: nuevas perspectivas analíticas*. México: UAEM, 2004. p. 59-80.

CATTANI, Antonio David; MOTA DIAZ, Laura (Org.). *Desigualdades, pobreza, exclusión y vulnerabilidad en América Latina: nuevas perspectivas analíticas*. México: UAEM, 2004.

CEPAL. *Panorama social de América latina*. Santiago de Chile: Naciones Unidas, 2004.

DAMILL, Mario; FRENKEL, Roberto; MAURICIO, Roxana. *Políticas macroeconómicas y vulnerabilidad social*. La Argentina en los años noventa. Santiago de Chile: Naciones Unidas/CEPAL, 2003. (Serie Financiamiento del Desarrollo).

DONZELOT, Jacques *L'invention du social*. Essai sur le déclin des passions politiques. Paris: Éditions du Seuil, 1994.

FOUCAULT, Michel. La gubernamentalidad. In: _____. *Espacios de poder*. Madrid: La Piqueta, 1981.

_____. Omnes et singulatim: hacia una crítica de la Razón política. In: _____. *Tecnologías del yo y otros textos afile*. Barcelona: Paidós, 1990.

- GUATTARI, Félix. El capital como “integral” de formaciones de poder. In: _____. *Cartografías del deseo*. Buenos Aires: La Marca, 1995.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. Buenos Aires: Paidós, 2002.
- KANT, Immanuel. *Crítica de la razón práctica*. Buenos Aires: Losada, 1973.
- KELSEN, Hans. *Teoría pura del Derecho*. Buenos Aires: EUDEBA, 1960.
- LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemonía y estrategia socialista*. Hacia una radicalización de la democracia. Buenos Aires: FCE, 2004.
- MURILLO, Susana. *La ciencia aplicada a políticas sanitarias en Argentina y su relación con la escuela de Medicina de la Universidad de Buenos Aires. (1869- 1905)*. 2001. Tese (Mestrado) – Centro de estudios Avanzados de la UBA, Buenos Aires, 2001.
- _____. Alienismo y modelo correccional. La paradoja del Contrato Social. In: EL-BERT, Carlos et al. *La criminología del siglo XXI en América latina*. Santa Fé: Rubinzal; Culzoni, 2002.
- _____. El nuevo pacto social, la criminalización e los movimientos sociales y la ideología de la inseguridad. *Revista del OSAL*. Del Referendum venezolano a los conflictos en Perú. Criminalización social e “inseguridad”, Buenos Aires, CLACSO, ano V, n. 14, maio/ago. 2004.
- _____. (Coord.). *Contratiempos*. Espacios, subjetividades y proyectos en Buenos Aires. Buenos Aires: Centro Cultural de la Cooperación; Ediciones del Instituto Movilizador de Fondos Cooperativos, 2005.
- OSZLAK, Oscar. *Gobernar el imperio*. Los tiempos de Bush. Buenos Aires: Claves para Todos, 2006.
- PALAU, Marielle. Luchas sociales obligan a retroceder al gobierno y detienen el proceso de privatización. *OSAL*, Buenos Aires, CLACSO, ano III, n. 8, set. 2002.
- PEIRCE, Charles. *Fundamento, objeto e interpretante*. Trad. Mariluz Restrepo. Texto tomado de MS 798 (*On Signs*) c.1897, 5 p. Foi publicado como CP 2.227-229 y 2.444n1. Disponível em: <<http://www.unav.es/gep/FundamentoObjetoInterpretante>>. En Grupo de estudios peircianos <<http://www.unav.es/gep/>>. 2003.
- PETRIELLA, Angel. *Contravientos*. Buenos Aires: Ediciones del Centro Cultura de la Cooperación Floreal Gorini, 2005.
- RAWLS, John. *La teoría de la Justicia*. Buenos Aires: Paidós, 2004.
- ROUSSEAU, Jean Jacques. *Del contrato social*. Madri: Alianza, 1980.
- ROUSSEAU, Juan Jacobo. *Emilio o de la educación*. México: Porrúa, 1993.
- SEOANE, José; ALGRANATI, Clara. Mayo-agosto 2002. Los movimientos sociales en ALC. Entre las convergencias sociales y el neoliberalismo armado. *Osal*, Buenos Aires, CLACSO, ano III, n. 9, set. de 2002.

PRODUÇÃO DE POBREZA E DESIGUALDADE NA AMÉRICA LATINA

SOLÓN, Pablo. Radiografía de un febrero. *OSAL*, Buenos Aires, CLACSO, ano IV, n. 10, jan./abr. 2003.

ZIZEK, Slavoj. *El sublime objeto de la ideología*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2003.

Sonia Alvarez Leguizamón*

A PRODUÇÃO DA POBREZA MASSIVA E SUA PERSISTÊNCIA NO PENSAMENTO SOCIAL LATINO-AMERICANO

A produção¹ da pobreza é um fenômeno complexo, em que interagem diferentes processos. Refiro-me aqui especificamente à pobreza massiva ou processos de pauperização, também chamados *pauperismo*. O pauperismo como tal é uma expressão que entrou em desuso. Agora, se fala mais de processos de empobrecimento massivo. Estes estão vincula-

* Licenciada em Trabalho Social pela Universidade Nacional de Córdoba, Argentina; *Magister* em Sociologia do Desenvolvimento pelo Instituto de Sociologia e Desenvolvimento da Área Ibérica, Madri, Espanha, e Doutora em Antropologia, na cadeira de Antropologia Urbana, da Faculdade de Humanidades da Universidade Nacional de Salta, desde 1988. Diretora de Mestrado em Políticas Sociais nessa faculdade e professora de graduação e pós-graduação em Políticas Sociais, na Argentina, e Políticas Sociais e Desenvolvimento Humano. Especializa-se em temáticas que vinculam políticas sociais, pobreza e lutas sociais. Sua tese de doutorado e trabalhos de pesquisa analisam o sistema discursivo do Desenvolvimento Humano. Atualmente, trabalha sobre temáticas de produção e reprodução da pobreza, direitos e pobreza. Publicou artigos sobre o tema, realizando tarefas de avaliação e consultoria nessas áreas, tendo participado em diversas tarefas de gestão acadêmica universitária.

1 A palavra *produzir* tem muitos sentidos. Antes de significar *produção de bens* ou *fabricar*, acepção vinculada ao surgimento da manufatura, a palavra ou efeito de produzir significa criar, dar fruto, ocasionar, causar. Neste último sentido, a produção sobre a pobreza estuda as causas que a engendram. A reprodução alude a fatores não tanto causais como contingentes ou contextuais que permitem que ela se mantenha e/ou incremente em um ciclo contínuo e persistente. Também, às vezes, os fatores de sua produção massiva mudam, o que nos fala de momentos de ruptura nas formas de reprodução da sociedade e da vida.

dos não só ao crescente número de pobres, como também ao advento de *novos pobres*. É necessário então afirmar que, quando abordamos o tema da produção da pobreza massiva, nos distanciamos daquelas explicações da produção de pobreza que se baseiam em fatores subjetivos dos sujeitos pobres (por exemplo, a falta de incentivos para melhorar) ou em fatores contingentes que produzem pobreza. Não nos referimos aqui a situações individuais ou familiares que produzem pobreza de forma lenta, como doenças de longo tempo de algum membro ativo, perda de emprego ou falta de meios de subsistência.

Esses processos massivos devem-se a forças não individuais nem contingentes, mas a processos *sócio-históricos e estruturais* de data mais recuada, ou desastres de tipo ambiental que degradam os meios de se ganhar a vida ou recursos produtivos para a subsistência. Sua reprodução tem mais a ver com relações sociais antes conjunturais ou *contextuais*. Também é certo que, em sua produção, há distintos *fatores* que se conjugam: econômicos, políticos, sociais e culturais. No entanto, os aspectos *histórico-estruturais* vinculados à dinâmica econômica da acumulação da riqueza são fundamentais para se entender a produção massiva da pobreza.² Exemplos desse tipo podem ser: a degradação dos recursos produtivos, a alta dos preços dos produtos para a subsistência, a falta de emprego ou sua precarização, a lacuna de direitos de acesso a meios de subsistência, como água, terra e alimentos básicos, ou a impossibilidade de acesso a eles.

Como produto de relações sociais, a pobreza é, também, um fenômeno que, visto do campo do conhecimento científico, tem suas regularidades, suas semelhanças, seus tipos, aos quais se associa a construção de um saber científico sobre ela, geralmente vinculado ao estudo, descrição e conhecimento das causas de sua produção, de sua persistência e reprodução, das formas que adquire e como se materializa no espaço social, de suas manifestações e magnitudes, etc. Nesse conhecimento, as categorias conceituais para explicar, descrever, medir ou analisar essa problematização particular, seus sistemas teóricos e os diferentes campos de saber que o abordam, por um lado, são o produto de uma intenção de conhecer a “natureza” desse particular problema social e, por outro, permitem explicar por que mudam os distintos olhares, representações e certas formas de intervenção particular sobre os pobres.

² Para uma análise dos distintos fatores que influem na produção da pobreza, ver Oyen (2002).

Nossa hipótese postula que o saber sobre a produção da pobreza, na história moderna do Ocidente, tem seu maior desenvolvimento quando a pobreza expressa-se de forma massiva, sendo esses momentos, ao mesmo tempo, gatilhos de reflexões e produção de um conhecimento particular cujo objeto é a invenção e reinvenção do social. As sociedades olham a si mesmas e reinventam-se de modo fortemente vinculado à tematização do pauperismo e suas causas. No pensamento social latino-americano, a partir de 1950, quando ele se desenvolve como formulação científica, o tema da produção e reprodução da pobreza massiva foi uma problematização persistente, fortemente vinculada a reflexões sobre como se pensa a América Latina enquanto sociedade e seu vínculo com o capitalismo e os discursos sobre o *progresso, modernidade e desenvolvimento*.

Neste artigo, esboçamos a história das problematizações e tematizações predominantes na teoria social latino-americana sobre a reprodução da pobreza massiva na América Latina, mostrando, de forma sucinta, os desenvolvimentos teóricos a ela associados. Na última parte, fazemos rápidas reflexões sobre algumas abordagens teóricas e novos conceitos que explicam a produção da pobreza massiva atual.

AMÉRICA LATINA: A PERSISTÊNCIA DA PROBLEMATIZAÇÃO SOBRE A PRODUÇÃO DA POBREZA MASSIVA

A visão da pobreza na América Latina é parte também da luta e reconhecimento da própria identidade desses países.³ Na consideração da produção da pobreza, aparece o tema do destino de pobreza embutido, ao mesmo tempo, em cumplicidade ou em luta com certas construções discursivas eurocêntricas. Entre elas, estão a da civilização, do progresso e do desenvolvimento econômico, paralelamente a uma disputa e a um diálogo com um saber particular da economia política, principalmente a teoria do desenvolvimento vinculada ao crescimento e ao progresso cultural. A produção teórica latino-americana em relação à explicação da

3 Murmis e Feldman (1995, p. 54) sintetizam parte dessa avaliação como uma visão que a capta como realidade omnicomprensiva própria de sociedades massivamente excludentes, “onde os pobres formam um verdadeiro povo, fora do tempo, fora da história, fora da sociedade”.

produção massiva da pobreza, então, enfrenta ou assume o discurso civilizador, o do progresso indefinido e o do subdesenvolvimento.

Na América Latina, o surgimento da pobreza como fenômeno coletivo teve seu primeiro momento quando as formas de domínio e exploração coloniais romperam com os anteriores sistemas de reciprocidade e de inscrição das comunidades e famílias. A classificação de *índio* a todos os povos da América homogeneizou o continente, criando e reconfigurando novas relações de dominação mediante instituições como a *mita*,* o *yanacozzgo*,** a *encomienda**** e a escravidão (segundo os países) ou, diretamente, por meio da repressão violenta de todas as formas possíveis de liberação como a “pilhagem” ou a “vagabundagem”.

Enquanto países como a Inglaterra e a França desenvolviam, em seu interior, uma fusão entre direitos de acesso – que foram se constituindo paulatinamente em direitos sociais em princípios do século XX, vinculados à condição de cidadania –, estabeleciam um vínculo tutelar com as regiões e populações que colonizavam ou com as quais comerciavam, dividindo as pessoas entre cidadãos civilizados e o que denominavam a *barbárie*, baseando-se, para tanto, no discurso civilizador. Os *bárbaros* das colônias não podiam ter acesso à igualdade jurídica, pelo contrário, eram intrinsecamente desiguais, por sua condição de colonizados. Quando os bárbaros alcançaram tal acesso, isso se deu contra os interesses dos cidadãos que os dominavam e sob a violência civilizadora dos interesses desses impérios.

A segunda ruptura no tocante ao fenômeno da pobreza ocorreu quando esses países tornaram-se independentes de Espanha, Portugal e de outras nações européias colonizadoras. Com a instauração da república, alguns países iriam conformando um incipiente mercado de trabalho com base no surgimento do trabalho livre. Contudo, juntamente com a democracia republicana, em princípios do século XX, na maioria dos países

* Mita, do quéchua *mit'a* (turno, semana de trabalho): prática pela qual os índios eram sorteados nas aldeias para trabalhar em serviços públicos (N. T.).

** Sistema em que o empregado recebe uma terça parte do que plantou para o proprietário das terras. Também se usa o termo para designar a forma como índios nômades (que exatamente por esta condição) eram dados “em perpetuidade” aos proprietários de terra (N. T.).

*** Sistema em que o dono de terras recebia do rei um número de índios como empregados. Em troca, deveria protegê-los e convertê-los ao cristianismo. Na realidade, os índios trabalhavam como escravos do encomendero (N. T.).

latino-americanos se manteriam relações semi-servis ou de escravidão atadas forçosamente a um patrão, geralmente pelo sistema da fazenda, com diferentes nomes conforme o país.

O SUBDESENVOLVIMENTO COMO EXPLICAÇÃO DA POBREZA MASSIVA

A idéia de *desenvolvimento* iniciou-se em fins da década de 1940, juntamente com a criação do sistema das Nações Unidas, do Banco Mundial e da hegemonia crescente dos Estados Unidos na geopolítica mundial (Esteva, 1996; Escobar, 1998; Sachs, 1999). A idéia de desenvolvimento

[...] surgiu como um campo especializado dentro da economia na época do pós-guerra [...]. O dinamismo da industrialização, imperialismo e reconstrução vinculava fortemente o conceito de desenvolvimento com a satisfação de necessidades materiais, o investimento em infra-estrutura produtiva, a transformação da estrutura produtiva das economias e, portanto, com o crescimento do produto interno bruto (PIB). (INDES, BID, 2005).

Tais eventos aliaram-se à combinação da formação de capital por meio da introdução de tecnologia, do progressivo assalariamento das relações de produção, de uma política fiscal e monetária que propiciava a industrialização, da generalização de relações capitalistas, da intensificação do intercâmbio e do comércio internacional. Por sua vez, os organismos de cooperação multinacional “para o desenvolvimento” afirmavam que esses processos eram promovidos com o objetivo de se alcançar “a melhora do nível de vida e do bem-estar das pessoas” junto à promoção do “crescimento econômico”, principalmente de investimento privado.⁴

Essa idéia de *desenvolvimento* como campo de saber tem *diferentes componentes*. Sob a ótica das ciências econômicas em seus primórdios, tratava-se de uma cosmovisão do mundo, implicando também práticas e

4 “Em 1959, quando o Banco Interamericano de Desenvolvimento foi fundado como organismo dedicado à promoção do desenvolvimento na América Latina e no Caribe, seu objetivo [...] tinha uma só prioridade: ‘facilitar a taxa de crescimento econômico da região, promovendo o investimento privado e complementando-o, quando necessário, com investimento público planejado’.” (INDES, BID, 2005).

intervenções de regulação de certas populações. Na visão da economia política, o desenvolvimento era visto como uma transformação econômica, ou seja, operada nas relações de mercado. Ele também era concebido como uma mudança com etapas pautadas a longo prazo, que reproduziriam a história econômica dos países autoconsiderados desenvolvidos (Rostow; 1970). Nessas concepções, o desenvolvimento se produziria como consequência da difusão cultural, que levaria a um estágio superior da evolução da modernidade.⁵ Essa concepção neo-evolucionista das sociedades considerava os países que não se adequavam a seus padrões culturais como fazendo parte de uma *etapa anterior de desenvolvimento social* (Hoselitz, 1960; Rostow, 1970). Partia-se do pressuposto de que nossas sociedades eram “sub” “desenvolvidas”. A cultura dos latino-americanos e caribenhos era considerada como um todo homogêneo de características “tradicionais”, “arcaicas”, “atrasadas” e pouco inclinadas a comportamentos denominados “modernos”. Ao mesmo tempo, a carência desses atributos constituía a causa de sua pobreza.

O desenvolvimento como sistema discursivo veio associado com a “invenção do terceiro mundo”, segundo Arturo Escobar (1998), que afirma que este necessita de um estado de coisas e valores a alcançar considerado melhor e superior a outros. O desenvolvimento associou-se ao “progresso” como um processo irreversível e inelutável. Os que não tivessem acesso ao desenvolvimento consideravam-se pessoas, culturas e sociedades *subdesenvolvidas*, em um estágio “inferior” de evolução e valores. Por isso, se requeria a *promoção de mudanças*, para introduzir-lhes os valores culturais considerados “modernos” cujo acesso viria com a resolução da pobreza.

A pobreza começou a ser percebida por uma visão da *teoria do desenvolvimento* – entendida como crescimento econômico e superioridade cultural dos países ricos – não como fruto de causas genéticas raciais (idéias que haviam entrado em descrédito logo após a derrota do nazismo, uma vez acabada a Segunda Guerra Mundial), mas como produto de *fatores de inferioridade cultural*. Atribuía-se esses fatores aos

5 Grosfoguel (2000), citando Wallerstein, considera que a idéia de modernidade tem base na convicção de que tudo o que seja novo é bom e desejável, porque vivemos em uma era do progresso. Essa idéia origina-se no Século das Luzes, que a promove e crê que a sociedade pode ser reformada a partir da consciência racional dos indivíduos centrados em si mesmos como pessoas livres.

países pobres e aos pobres desses países e, principalmente, à resistência ao *progresso* e à *modernidade* que, acreditava-se, era uma característica da *cultura* dos países dominados pelos países ricos. A enormidade de culturas desse *mundo*, o *terceiro*, passou a ser homologada, em um ato de magia, como a cultura *dos* subdesenvolvidos, para todos e cada um.

A era do discurso do desenvolvimento iniciou, para alguns autores, por volta de 1949, quando o presidente Truman assumiu nos Estados Unidos (Esteva, 1996; Escobar, 1998; Sachs, 1999). Nessa época começou a se definir a hegemonia dos Estados Unidos no mundo e a se categorizar como “subdesenvolvidos” o restante dos países pobres. Os países pobres “subdesenvolvidos” eram os que se encontravam abaixo de um produto bruto *per capita* fixado arbitrariamente, em comparação e oposição aos países “desenvolvidos”. O desenvolvimento apareceu como sinônimo de crescimento econômico, e este, igual a crescimento do produto bruto *per capita*. Os países pobres eram os que dispunham de menos de 100 dólares por pessoa. Por esse caprichosíssimo ato de distinção, quase dois terços da população mundial transformaram-se em *subdesenvolvidos* (Sachs, 1999). Essas formas de qualificar a pobreza material em nível de Estados deram início ao arsenal de aferições que se sucederam e se multiplicaram.

Os Estados Unidos começaram a promover o mito do crescimento sustentado e a necessidade de se instalarem, no *Terceiro Mundo*, programas de “alívio” à pobreza, para reassegurarem sua hegemonia no contexto da Guerra Fria.⁶ A América Latina era parte da geografia política destinada a eles após o Acordo de Yalta. A *descoberta* da pobreza massiva em escala mundial (Sachs, 1999) proporcionaria a base para uma importante reestruturação da cultura e da economia política globais. A pobreza era então representada como resultado de operações estatísticas comparativas. O discurso bélico deslocou-se para o campo social e para um novo território geográfico, o *Terceiro Mundo*; tratava-se da “guerra contra a pobreza” (Escobar, 1998, p. 77).

6 Em seu livro *La Invención del Tercer Mundo. Construcción y reconstrucción del desarrollo*, Arturo Escobar (1998) realiza um pormenorizado estudo do conjunto de fatores históricos que deram como resultado o discurso do desenvolvimento, baseando sua análise nas premissas fundamentais que se enunciavam nos anos 1940 e 1950. No capítulo *A problematização da pobreza: a fábula dos dois mundos e do desenvolvimento*, examina os elementos mais importantes na formulação da teoria do desenvolvimento.

A PERSPECTIVA DA DEPENDÊNCIA COMO EXPLICAÇÃO DA PRODUÇÃO DA POBREZA MASSIVA

Foi a teoria do desenvolvimento por crescimento econômico e progresso cultural que os teóricos sociais latino-americanos interpelavam, já que explicava a produção da pobreza massiva e a própria entidade da América Latina a partir da construção de uma inferioridade cultural inerente a ela, na escala de hierarquias das sociedades. A perspectiva da dependência⁷ pode ser considerada como uma teoria particular do discurso do desenvolvimento (Escobar, 1998), dialogado com as concepções sobre o desenvolvimento baseada na idéia do crescimento por difusão cultural. Segundo Blomström e Entre (1990, p. 1), os antecedentes da teoria seriam: i) a tradição crítica do eurocentrismo implícita na teoria do desenvolvimento vigente, as críticas ao imperialismo euro-norte-americano e a crítica à economia neoclássica feita por Raul Prebisch e pela CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe);⁸ ii) o debate latino-americano sobre o subdesenvolvimento, que teve como antecedente a discussão entre o marxismo clássico e o neomarxismo, influenciados pelas contribuições de Paul Baran e Paul Sweezy.

As explicações sobre a pobreza massiva vinculadas ao caráter de *subdesenvolvimento* constituíram um dos focos do debate, junto com a produção teórica relacionada aos processos históricos de produção da pobreza na América Latina. Tratava-se, por um lado, de descrever e analisar a especificidade do desenvolvimento do capitalismo latino-americano, o que significava, por outro lado, uma intenção de se explicarem certas particularidades desse subcontinente, sua identidade e seu futuro, a partir da construção de novos cenários emancipadores.

7 Dentro do pensamento dependentista, existem várias linhas (Santos, 2003), estudadas por Blomström e Ente (1990) e Kay (apud Santos, 2003), entre outros. Embora as classificações desses autores não sejam de todo coincidentes, podem se apontar algumas correntes a partir de uma síntese realizada por Andre Gunder Frank (apud Santos, 2003): Celso Furtado (1974) seria estruturalista; Cardoso e Faletto (1968), reformistas; Andre Gunder Frank (1976), Ruy Mauro Marini (1977) e Teotônio dos Santos representariam um pensamento neomarxista ou neo-estruturalista; Vania Bambirria (1977) e Anibal Quijano (1973) seriam marxistas, e Frank Hinkelammert (1970), não-marxista.

8 Em autores como Sunkel e Paz (1975), Celso Furtado (1974, 1975, 1978) e Prebisch (2002).

A perspectiva da dependência⁹ esteve principalmente vinculada ao campo da Ciência Econômica, embora permeando também a Sociologia, a Antropologia e a História. Nessa perspectiva, a pobreza era explicada não como um produto do *subdesenvolvimento cultural*, mas como consequência das *relações de intercâmbio desigual entre países centrais e periféricos*, junto a outros aspectos mais locais, modelada pelos estilos particulares que as relações de dependência assumiriam em distintas etapas (colonial ou capitalista). Embora os que escreviam sob a influência desse discurso possuíssem diferenças nas abordagens e na hierarquização que davam a certos temas, a problemática da pobreza massiva era uma preocupação persistente em seus trabalhos, de um jeito ou outro, de forma mais macroestrutural, mais histórica ou detalhando aspectos particulares de sua manifestação nos países de origem dos autores.

Os estudos de caráter mais *macroeconômico* vinculavam a pobreza aos efeitos das relações de dependência. Esta era concebida como um sistema de relações de dominação mediante o qual parte do excedente gerado nos países da periferia seria apropriado concentradamente pela fração hegemônica da burguesia dos países dominantes e transferido para o centro, o que caracterizaria a relação centro-periferia.

Outros estudos estavam mais centrados na análise das relações de dominação específicas e do caráter que a estrutura social nos países adquiria. Alguns deram ênfase aos aspectos das características da estrutura social, outros, do mercado de trabalho e da produção de população excedente, das características que a exploração da força de trabalho assumia e da concentração da renda em situações de dependência, aspectos todos vinculados, em maior ou menor grau, à produção da pobreza.

O diálogo e o debate com os pressupostos da teoria do desenvolvimento como difusão cultural são contínuos. Por exemplo, Gunder Frank (1966), em seu famoso artigo denominado *O desenvolvimento do subdesenvolvimento*, rebate, uma por uma, as argumentações desses autores, mostrando o que ele chama de *as falácias* em que se baseiam. Outros, mais influenciados pelo pensamento da CEPAL, como Celso Furtado (1975, p. 14-19), revelam que a concepção do desenvolvimento econômico enquanto uma possibilidade universalizável, tal como vem sendo desenvol-

9 Pedro Paz (Di Tella et al., 2001, p. 168-170) afirma que não se pode falar de teoria da dependência, mas do enfoque da dependência, porque não há um marco teórico analítico único, e cada autor dá ênfase a coisas diferentes.

vida nos países que encabeçam a revolução industrial, é um mito que constitui um prolongamento de outro mito, o do progresso indefinido, elemento essencial da ideologia regente da revolução burguesa. Rodolfo Stavenhagen (1974a, p. 15-38), em suas *Sete teses equivocadas sobre a América Latina*, debate algumas das premissas desse discurso, como o caráter dual que se atribui a nossas sociedades, ou a difusão da industrialização e dos elementos técnicos como solução para o problema do subdesenvolvimento e da pobreza. O autor demonstra, para o primeiro caso, a inter-relação entre as distintas formas de relações sociais, explicando-as com o que denomina *colonialismo interno*, forma particular de dominação das zonas mais desenvolvidas sobre as outras, que funcionam como *colônias* das primeiras. Para o segundo caso, Stavenhagen afirma que a expansão do capitalismo industrial, em forma de *progresso*, realiza-se à custa do subdesenvolvimento das regiões onde se expande.¹⁰

Uma tematização importante versará sobre especificações das características particulares do *desenvolvimento* dessa etapa na América Latina. Ao contrário de outras formas de expansão do capitalismo, em nossos países, este não destrói totalmente formas de produção anteriores, mas as torna funcionais à sua lógica¹¹ por meio da persistência de relações semi-servís com as populações nativas e crioulas, em convivência com sistemas de democracia restrita (do ponto de vista político). Tal coexistência traz como resultado democracias circunscritas a um grupo seletivo de cidadãos e fortemente paternalistas e racistas.

Uma amostra dessas discussões, diretamente vinculadas à origem da produção da pobreza massiva na América Latina, reflete-se, por exemplo, no que se chamou a *questão indígena*. Essas tematizações podem ser observadas, entre outros, no debate mantido entre Mariátegui e Haya de la Torre, no Peru (Quijano, 1981; Grosfoguel, 2000). O que se encontrava em discussão ali eram as *características das relações de produção* e o *tipo de dominação* que nelas se encarnavam, mantendo uma massa de campo-

10 Stavenhagen (1974a, p. 22-23), apesar da interpelação que entabula, mantém a linguagem discursiva da teoria do desenvolvimento da época e segue denominando como zonas atrasadas, arcaicas, subdesenvolvidas essas relações. As argumentações dão-se no plano da lógica que as produz, mas ele não interpela as taxonomias que esta teoria usa, ao contrário, as mantém.

11 Esta idéia provém dos teóricos do desenvolvimento desigual que trabalham no continente africano, como Amin (1973, 1974) e Emanuel (Bettelheim; Emanuel, 1972).

neses em situação de semi-servidão e pobreza, no limite da sobrevivência. Mariátegui, como os partidos comunistas de meados do século, considerava que esses vínculos eram de tipo feudal. A pobreza não se devia, nessa visão, a causas *culturais* próprias de uma *forma de ser subdesenvolvida*, mas *econômicas*, explicando-se pela estrutura da *hacienda* peruana, que o autor chamava de feudal. Essa denominação e visão das relações de produção transplantavam as características que as relações de produção anteriores ao capitalismo na Europa haviam adquirido, de modo que se fazia necessário realizar uma revolução burguesa que superasse essa instância.

Tais idéias permeavam a produção e o saber científico posterior dos teóricos da dependência da década dos anos 1970. Estes, no entanto, questionaram a afirmação de Mariátegui, desenvolvendo uma abordagem particular, que explicava a *persistência das relações semi-servis no campo* como parte das características próprias que o capitalismo dependente assumia na América Latina. Esse debate manteve-se no entanto entre alguns autores dependentistas, sendo o que Ramón Grosfoguel (2000) denomina como feudalmania.

No que se refere à *estrutura social*, no contexto de uma economia denominada *dependente, primária e exportadora*, os estudos associam a pobreza a causas histórico-estruturais – arraigada na história e nas estruturas econômicas de intercâmbio mundial dependente e nas relações de poder. Isso permite e facilita a apropriação do excedente por parte de elites locais e dos capitais estrangeiros, juntamente com a exclusão das massas na participação política e persistência das discriminações étnica, social e política de grandes setores da população. Alguns autores dão ênfase à análise histórica desses vínculos, caracterizando etapas e relações de produção particulares. Cardoso e Falleto (1968, 1969) debatem a teoria dos termos do intercâmbio, da CEPAL, argumentando que esta não inclui uma análise das relações sociais de produção. Para compreender essas relações, propõem o conceito de *estilos de desenvolvimento*, que darão dois grandes tipos, as economias chamadas de *enclave exportador*, que incluem duas formas de dominação predominante, a fazenda ou a mineração, e as denominadas *economias de produção nacionalmente controlada*. As primeiras caracterizam-se por relações de semi-servidão e escravidão.

Dentro da importância das análises da estrutura social, as relações de dominação predominantes em situação de dependência são fundamentais. Por isso, se realizam estudos que relacionam esse tema à pobreza, como, por exemplo, *Estrutura social e subdesenvolvimento*, de Rodolfo

Stavenhagen (1974c), para o caso do México, *Poder e classes sociais no desenvolvimento da América Latina*, de Jorge Graciarena (1976), e *O capitalismo dependente, estudo sobre a estrutura de classes na Argentina*, de Juan Villarreal (1978), entre outros.

As análises sobre estes últimos *estilos de desenvolvimento* levaram a descrições pormenorizadas das causas que produzem a pobreza. Entre outras, estão a *estrutura concentrada de propriedade da terra* e as *relações sociais de patronato* em que se baseiam o latifúndio ou a fazenda, que *perpetuam a pobreza rural*. Este seria um dos fatores mais importantes de geração da pobreza rural, mais que os atributos culturais das comunidades (Gunder Frank, 1976; Gonzalez Casanova, 1975).

Os estudos sobre a estrutura social e as características das relações semi-servis no campo foram realizados, de modo geral, por sociólogos ou antropólogos, em diferentes países. Por exemplo, para o caso do Brasil, o antropólogo Darcy Ribeiro (1977, p.107), em seu livro *O dilema da América Latina, estruturas de poder e forças insurgentes*, estende-se sobre as características que essas formas de produção da miséria assumiram nas grandes propriedades.

A análise do *regime de propriedade da terra* e das *relações semi-servis* dos latifúndios, como causas da produção da pobreza rural, foi uma constante no pensamento dependentista, tendo bebido de algumas idéias de ensaístas neomarxistas como Mariátegui. Andre Gunder Frank (1966, p. 227), por exemplo, escreveu um artigo sobre a estrutura econômica rural na América Latina, denominado *Estrutura econômica rural e poder político camponês*. Um dos objetivos do texto era criticar o desenvolvimento comunitário rural que o Banco Mundial e a Aliança para o Progresso promoviam nessa época. Gunder Frank inicia seu texto citando José Carlos Mariátegui, especificamente o livro *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. Nele, Mariátegui diz:

[...] a questão indígena parte de sua economia. Tem suas raízes no regime de propriedade da terra. Qualquer tentativa de resolvê-la com medidas de administração ou polícia, com métodos de ensino ou com obras viárias, constitui um trabalho superficial ou secundário.

Gunder Frank argumenta que a hipótese do *desenvolvimento comunitário rural*, própria das teorias da modernização, que considera as comunidades como se fossem uma *unidade social*, sem vínculos com o exterior e sem integração com as comunidades nacionais, é falsa:

A conquista integrou efetivamente todos os habitantes dentro da economia nacional ou internacional. Se não foram usados e explorados diretamente como trabalhadores de empresas de mineração ou agrícolas, se integraram dentro da mesma estrutura indiretamente ao ser – ainda hoje – privados cada vez mais de suas férteis terras e forçados a se refugiar em economias de “subsistência” (Gunder Frank, 1966, p. 228-229).

O autor está dialogando com a teoria da modernidade, para a qual a pobreza rural deve-se ao caráter atrasado e arcaico do campo, onde primam relações de produção pré-capitalista não-industriais, e aos valores culturais dos camponeses, que constituem uma trava para o avanço da “modernidade”. Por isso, Gunder Frank (1966, p. 230) afirma que

[...] as verdadeiras causas da pobreza e baixa produtividade [no campo] não se devem tanto ao ambiente ou aos atributos físicos da comunidade como às relações de exploração social dentro da comunidade, e entre a maioria de seus membros e os centros nacionais e internacionais de poder político e econômico.

Outro autor mexicano dependentista, Rodolfo Stavenhagen, afirma, na mesma linha, que a marginalização da população rural é o

[...] resultado de um longo processo de *concentração da terra em mãos de um número pequeno de abastados*, mediante o qual os membros das comunidades indígenas e os pequenos proprietários independentes tinham sido despojados progressivamente de seus melhores recursos de terra e água. (Stavenhagen, 1974b, p. 146, grifo nosso).

O debate sobre a *acumulação originária constante* produzida pela expropriação de terras das populações de origem nativa e os denominados camponeses também foi outro importante marco no tocante à concepção da produção da pobreza vinculada à permanência de relações semi-servis, ainda que as concebendo com certa autonomia. Na Europa, ao contrário, essas relações haviam se desenvolvido num período particular, o da transição para o capitalismo, conforme escreve Marx. As contribuições dos teóricos do desenvolvimento desigual de origem africana, cujo pensamento veio a se fundir, como já dissemos, em grande medida com a perspectiva da dependência, demonstraram que, nos países denominados da *periferia*, as relações capitalistas não destruíram radicalmente as formas

de produção anteriores, mas as tornaram funcionais à sua lógica, sendo o *assalariamento pouco generalizado* em comparação com os países centrais (Amin, 1979, p. 19-20). Esse foi um tema muito importante na discussão marxista das Ciências Sociais dos anos 70, na América Latina, e versou sobre as características que os processos de acumulação originária assumiam. Nesses termos, indagava-se até que ponto a destruição de formas de produção anteriores, para liberar os trabalhadores livres da sujeição à terra ou aos meios de produção, havia alcançado êxito.

Esse processo de acumulação originária constante levou à convivência, articulação e funcionalização de relações de produção semi-assalariadas de subsistência de pequenos produtores com relações capitalistas, o que alcançou intensidade diversa dependendo dos países. Em muitos casos, esses vínculos facilitaram a provisão de reserva de mão-de-obra para a fazenda, o engenho ou a mina, ou serviram como recursos para a reprodução dos semi-assalariados.

Na teoria da dependência, essa preocupação materializou-se em um debate que se voltava a quais seriam as particularidades das formações sociais periféricas, referindo-se aos modos diversos que assumiram, na América Latina, os processos de desenvolvimento desigual, “satelizando em graus variáveis as formas pré ou protocapitalistas de produção” (Nun, 2001). Segundo Stavenhagen (1974b, p. 146-147), “A principal razão para a exploração foi a necessidade que as fazendas tinham de *dispor de uma oferta permanente e estável de mão-de-obra barata* [...] obrigando-a desta maneira a se incorporar como força de trabalho às fazendas” (grifo nosso). Afirmava-se, em disputa com os discursos e teorias da modernização, que a população camponesa encontrava-se integrada ao sistema de relações de exploração da fazenda, não estando de modo algum isolada ou desintegrada, como asseguravam as teorias do desenvolvimento.¹² Ao mesmo tempo, muitas fazendas tradicionais transformaram-se em dinâmicas empresas capitalistas. Mas essa transformação, “longe de contribuir para a melhora das condições de vida da população camponesa, agravou pelo contrário o grau de sua exploração [...]” (Stavenhagen, 1974b, p. 146-147). Assim aconteceu com fazendas cafeeiras, algodoeiras, açucareiras e

12 “Em consequência a marginalidade da população camponesa nessa época estava determinada por sua incorporação à estrutura de classes através do sistema de fazenda e não, como se pensa com frequência, por seu isolamento ou falta de integração” (Stavenhagen, 1974b, p. 146-147).

bananeiras, que combinaram sistemas capitalistas de exploração assalariada com sistemas semi-servis de captação da mão-de-obra, por meio da obrigação de se prestarem serviços ao patrão, às vezes gratuitamente, às vezes sob forma de trabalho por empreitada.

Baseados nessas análises, os estudos promoviam políticas para se reformar a estrutura de propriedade da terra ou colocavam *os dilemas* da América Latina entre *reformas* e *revolução*, como muitos dos títulos dos estudos dependentistas expressavam.¹³ Esses estudos também demonstraram como, apesar da reforma agrária que se desenvolveu em alguns países, não se conseguiu reverter a situação de *pobreza estrutural no campo*. Nesses países, como México e Bolívia, onde as lutas camponesas e indígenas derrubaram os poderes de turno, embora se tenha modificado a estrutura de propriedade, e grandes grupos de população tiveram acesso à terra, estas não modificaram a correlação de forças existentes, nem resolveram o problema da pobreza crescente dos camponeses. Para Gunder Frank (1966, p. 231), os diferenciais do poder, na negociação entre os pequenos e os grandes proprietários, “produz inevitavelmente a longo prazo uma renovada concentração e desigualdade” da terra. Segundo Rodolfo Stavenhagen (1974b), citando Pablo González Casanova,¹⁴ a população rural no México, principalmente camponesa, apesar da massiva redistribuição da terra, é a que acusa maiores índices de “marginalidade econômica, cultural e política”.

Um autor muito importante no debate sobre as formas de acumulação originária é Francisco de Oliveira (2003). Afirma ele que a industrialização brasileira, ocorrida entre 1930 e 1940, foi possível graças a uma ativa participação estatal, que promoveu uma significativa transferência do setor agropecuário para o industrial. Contudo, manteve-se a *reprodução de formas de acumulação primitiva* no campo, o que evitou uma acentuada redução dos excedentes apropriados pelos proprietários rurais. Os trabalhadores rurais e a grande maioria dos ocupados no setor terciário urbano não foram incorporados ao novo estatuto do trabalho, reproduzindo-se formas de exploração do trabalho prévias à fase do capitalismo monopolista.

13 Ver os trabalhos compilados por Petras e Zeitlin (1973), entre outros.

14 GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. *La democracia en México*. México: Ediciones Era, 1965.

Muitos estudaram as formas dessa convivência, demonstrando que ela não foi pacífica.¹⁵ Na América Latina, a *escassa mercantilização das relações sociais* produziu um assalariamento débil, e em alguns países, como Peru, Equador, Bolívia e México, as relações assalariadas circunscreveram-se, na maioria das vezes, à população branca (Quijano, 2000), permanecendo um conjunto de relações servis e semi-servis e formas variadas de paternalismo sobre as populações nativas. A continuação de interdependências paternalistas no tocante às populações pobres de origem nativa limitou a condição do assalariado livre sem sujeições e, portanto, a cidadania política e freou a extensão dos direitos sociais.

Outra tematização também persistente neste campo de saber relacionado com a pobreza rural, foram as análises da denominada “estrutura do emprego” ou do *mercado de trabalho rural*, junto às análises de estrutura social. Demonstraram-se as altas desocupação e subocupação entre diaristas e minifundistas camponeses, assim como a instabilidade no emprego, mais que a dualidade entre a cidade e o campo, como causas da pobreza promovida pela teoria da modernização (Gunder Frank, 1966, p. 251-254). Outros estudos deram ênfase às características precárias do emprego rural, principalmente, dos chamados trabalhadores *andorinhas*, em referência às aves que migram de um lugar para outro.

A PRODUÇÃO DA POBREZA COMO UM PROBLEMA DE CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO

Outra teoria que o pensamento social latino-americano questionou foi o neomalthusianismo, difundido pelos mentores da teoria do desenvolvimento ortodoxo e por instituições “promotoras de desenvolvimento e progresso” dos Estados Unidos, como “a Aliança para o Progresso”. Esta tinha, entre suas metas mais importantes, o desenvolvimento de tecnologias de controle da natalidade, durante os anos 60, para diminuir o crescimento da população. Por sua vez, a Comissão Trilateral (*Three Lateral Commission*), promovida por David Rockefeller, preocupada em projetar cenários futuros do desenvolvimento do capitalismo global, seguiu a linha da Aliança para o Progresso, de anos anteriores, com uma

15 Tal convivência implicou, como registra Esteva (1996, p. 66-67), uma história de violência e destruição que, com freqüência, assumiu contornos de genocídio.

visão da reprodução da pobreza também neomalthusiana. Recomendava o controle da natalidade das populações e o controle sobre as forças produtivas dos países pobres, para parar seu crescimento e sua capacidade de produção, ante a evidência de que, se estes crescessem no mesmo ritmo que o faziam os países mais ricos, os recursos energéticos e naturais se esgotariam. Essa posição traduziu-se na *teoria do crescimento zero* incluída no *Report Meadows* de 1972, difundida pelo *Clube de Roma* (Matozzo de Romualdi, 1999).

Diferentes disciplinas e concepções ideológicas aproximam-se das visões neomalthusianas da pobreza: a Antropologia, a Geografia e vertentes da Igreja Católica, entre outras. O primeiro campo de saber científico que pôs em questão essa visão foi a Geografia, pela escrita de outro brasileiro dependentista, Josué de Castro. Esse autor discutiu as concepções e explicações não da pobreza de forma genérica, mas em relação à *fome*, baseadas em visões culturalistas e nas teorias neomalthusianas da explicação da produção da pobreza.

Castro investigou, em meados do século XX, o que chamou *a geopolítica da fome*.¹⁶ No livro que leva esse nome, o autor, além de mapear a fome no Brasil, afirma ser a fome “uma expressão biológica de males sociológicos” (Castro, 1951). A fome “está intimamente ligada às distorções econômicas, às quais se devem mais que nada as situações denominadas como de subdesenvolvimento”. Embora reconhecendo que a fome é “um fenômeno geograficamente universal”, mostra que as pesquisas científicas realizadas em todas as partes do mundo, quando da escritura do livro, constatavam que, naquele momento, dois terços da população do Terceiro Mundo sofriam, de maneira epidêmica ou endêmica, dos efeitos destruidores da fome.

Em vez de argumentar contra o vínculo entre carência de meios de subsistência e crescimento demográfico de Malthus, Castro questiona as idéias neomalthusianas da época, cuja preocupação era parar o crescimento demográfico. O autor afirma que este não seria a causa da fome. “A fome não é um produto da superpopulação demográfica: a fome já existia em massa antes do fenômeno da explosão demográfica do pós-guerra” (1965). Esta fome

16 A referência ao pensamento de Josué de Castro como precursor das idéias dependentistas baseia-se na análise sobre a gênese da teoria da dependência realizada por Theutonio dos Santos (2002). Devo a comentários de meu amigo Carlos Muhler a informação sobre as previsões que este autor fez sobre o que aconteceria em face da concentração da riqueza e a crescente pobreza no mundo.

que se disseminava pelas populações do Terceiro Mundo era escamoteada, asfixiada, escondida. Não se falava do assunto por ser um tema vergonhoso: a fome era tabu.

Josué de Castro, como dependentista, também debate a denominação de *subdesenvolvidos* atribuída a nossos países, explicando tanto esses processos, como a fome que produzem, com base nas relações de exploração em níveis internacional e nacional, além da concentração da riqueza crescente. Na epígrafe de um de seus trabalhos, intitulado *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, afirma que

[...] o desenvolvimento não é, como muitos pensam equivocadamente, insuficiência ou ausência de desenvolvimento. O subdesenvolvimento é um produto ou um subproduto do desenvolvimento, uma derivação inevitável da exploração econômica colonial ou neocolonial, que continua se exacerbando sobre as diversas regiões do planeta (Castro, 1965).

O subdesenvolvimento é produto de um tipo universal de *desenvolvimento mal conduzido* e baseado na *concentração abusiva da riqueza*, principalmente “neste período histórico dominado pelo neocolonialismo capitalista”. Este seria o fator determinante de subdesenvolvimento de uma grande parte do mundo: as regiões dominadas seja pela forma de colônias políticas diretas ou de colônias econômicas (id.).

Para o antropólogo dependentista brasileiro Darcy Ribeiro (1977, p. 105), os recursos de contenção demográfica¹⁷

[...] justificam esta política em termos de sentimentos piedosos – frente à ameaça da fome que fatalmente recairá sobre as camadas marginalizadas se elas continuam crescendo ao ritmo atual – e a sua disposição humanística para enfrentar “o maior desafio do gênero humano”, representado pela explosão demográfica que “ameaça consumir nosso progresso à medida que progredimos” (R. Kennedy).

17 Como exemplo dessas políticas, Darcy Ribeiro cita um discurso de Lyndon Johnson, proferido nas Nações Unidas, no qual presidente dos Estados Unidos afirma: “cinco dólares gastos no controle da natalidade são mais rentáveis que cem dólares aplicados no crescimento econômico” (Ribeiro, 1977, p. 105).

Ribeiro duvida da retórica dos porta-vozes presidenciais e líderes políticos dos Estados Unidos e explica a razão dessas políticas com base na necessidade que esse país tem de dominar, neutralizando ou sufocando o conflito social que trazem a pobreza e a fome e “o potencial revolucionário contido na marginalidade”. O fato de que essas contribuições críticas às políticas neomalthusianas da explicação da pobreza provenham da reflexão de cientistas sociais brasileiros não é casual, sendo o Brasil um dos países da América Latina com maior crescimento da população, pobreza extrema, desigualdade e concentração da riqueza.

AS TEORIZAÇÕES SOBRE A PRODUÇÃO DA POBREZA URBANA

A tematização da pobreza adquiriu uma força inusitada junto com o processo de urbanização crescente¹⁸ ocorrido a partir de meados do século XX. A pobreza assumiu um caráter massivo de tal magnitude, que, por um lado, tornou-se objeto de controle e governo estatais e, por outro, centro de preocupação das Ciências Sociais, tanto das teorias da modernização como das perspectivas dependentistas. A partir de então, e ao contrário da Europa, foi persistente a produção teórica acerca de processos de exclusão social e pobreza massiva urbana.

Podem se apontar primeiramente as visões mais culturalistas, que se vinculavam às teorias da modernização e, ao mesmo tempo, um grupo de trabalhos que entabulavam um interessante debate com estas e com a teoria marxista da produção de mão-de-obra excedente. Alguns estudos davam ênfase à discussão sobre a inserção particular nas relações de produção e no mercado de trabalho urbano, dialogando com a teoria da superpopulação relativa de Marx. Outros centraram suas problematizações na maneira especial de se produzir a urbanização nas cidades latino-americanas, que exclui uma grande massa de população, a qual tem acesso ao solo, à moradia e aos serviços urbanos de forma extremamente precária. Desenvolveram uma teoria particular que se chamou “a urbanização periférica”, fortemente influenciada pela teoria da dependência.

Dentro das *teorias da dependência*, de modo geral, a pobreza massiva urbana está vinculada à falta de emprego para as pessoas vindas do campo

18 Para dados sobre a importância dos processos de urbanização na América Latina nesta etapa, ver Manuel Castel (1976, p.60-67).

que chegam às cidades, devido a processos de êxodo, na maioria das vezes forçadas pela pobreza rural e pela carência de meios de subsistência como a terra. Nessa etapa, o tema mais importante de estudo é o que se denomina *migração interna*, que se refere ao massivo fluxo de camponeses rumo às cidades. Já para as cidades, a *teoria da dependência* explica a pobreza a partir da *particularidade da industrialização*, que não consegue subsumir a mão-de-obra que chega a elas, o que cria uma *massa de população excedente*. A isso, se soma a carência de políticas habitacionais destinadas à crescente demanda de moradia e solo urbano dos migrantes. A pobreza expressa-se materialmente nas cidades por meio de *padrões extremamente precários de ocupação territorial*. Junto a isso, são parcos os salários dos empregados ou auto-empregados em trabalhos denominados *informais*.

As urbes transformaram-se no que Robert Bryan (1978) denominou as “cidades de camponeses”. Nome sugestivo, que explica como as cidades da América Latina iam se formando com a torrente de camponeses que chegava em busca de oportunidades de trabalho. Apesar das expectativas que trazia, essa mão-de-obra não se empregava de maneira estável e contínua. Passava a fazer parte de uma massa de trabalhadores sem cobertura social, sem segurança no emprego e sem renda para atender a suas necessidades de reprodução. Esses migrantes assentavam-se em zonas periféricas das cidades, por falta de recursos e por não terem possibilidades de acesso a uma moradia digna ou a políticas públicas habitacionais.

A caracterização dos povoadores urbanos pobres identificada com os estudos influenciados pelas *teorias da dependência* está apoiada na designação e explicação da pobreza como parte de processos de *marginalidade*, vinculados a mecanismos de exclusão econômica e política e do acesso ao bem-estar social que se produziam na cidade. Tais mecanismos atingiam massivamente os pobres, sobretudo migrantes. Nesses estudos, incluem-se os das antropólogas mexicanas Larisa Adler de Lomnitz (1975) e Lourdes Arizpe (1979) e o do antropólogo peruano Teófilo Altamirano (1988). Essas concepções contrapunham-se aos estudos provenientes da escola culturalista de Chicago, cujos mais destacados foram os de Oscar Lewis (1963),¹⁹ com o desenvolvimento teórico do que acabou sendo chamado *a cultura da pobreza*. Lewis explicava a pobreza a partir de fatores culturais dos *migrantes urbanos* e sua reprodução, pelo

19 Para uma revisão do pensamento de Oscar Lewis e da cultura da pobreza, ver Valentín (1970) e Nivón et al. (1994), entre outros.

que denominava de *círculo vicioso da pobreza*, devido a seu efeito intergeracional. Essas idéias influenciaram o centro de pesquisa DESAL, de Santiago do Chile (Veckemans; Venegas, 1966), que promovia o desenvolvimento comunitário urbano e a mudança de atitude, pois considerava que a pobreza devia-se à falta de iniciativa dos pobres para superá-la.

Entre os autores das *teorias da modernização* que também contribuíram para a idéia de *marginalidade*, está Gino Germani. Para esse autor, a marginalidade deve-se a formas de exclusões política e cultural, bem como a “percepções de inferioridade” vinculadas a problemas étnicos ou de exploração. Germani acredita que as causas da marginalidade explicam-se pelo caráter assincrônico ou desigual dos processos de modernização da sociedade ou das diferentes velocidades de mudança, e não por um problema de escassa difusão dos valores modernos. Para ele, a marginalidade está fortemente vinculada à falta de participação e integração, num sentido multidimensional (incluindo problemas étnicos, de exploração e de acesso a direitos).

Outros estudiosos dialogam com representações distintas da teoria da modernização. Gunder Frank (1976b, p. 250), por exemplo, debatendo a descrição que se fazia dos comportamentos e características das populações urbanas pobres, como sua falta de integração, afirmava, por oposição, que estas estavam totalmente *integradas, mas de forma subordinada*. Gunder Frank também se opunha ao mito da qualidade do desenvolvimento econômico em relação com o crescimento urbano, pelo qual o desenvolvimento (graças a suas qualidades) iria integrando as populações marginalizadas e precárias. Como outros tantos, Gunder Frank afirmava e provava que, nas cidades, as estruturas residenciais irregulares²⁰ e/ou de autoconstrução não eram transitórias, como postula a teoria da modernização, mas permanentes e em crescimento.

Esta última tematização centrou-se em debates vinculados às dinâmicas de segregação urbana particulares e ao estudo e descrição de *pautas de ocupação territorial específicas*. Esta teoria particular foi denominada *urbanização periférica*²¹ e concebia os problemas das cidades latino-americanas em termos do caráter dependente das nações. Explicava as

20 Esse termo resume as discussões da época sobre as formas de ocupação territorial ilegal em diferentes países, chamadas “villas miserias” na Argentina, “favelas” no Brasil, “cantegriles” em Montevideú, “pueblos nuevos” no Peru, etc.

21 Para uma síntese da teoria da urbanização periférica, ver Walton (1984) e Edel (1988).

especificidades da urbanização dessas cidades vinculando-as a características da industrialização e da produção de uma população excedente, processos que se materializariam fisicamente em um especial tipo de segregação urbana. Seus teóricos interessavam-se em descrever e analisar os padrões de ocupação territorial e a maneira particular pela qual as populações pobres acediam à moradia.²²

As conseqüências de maiores taxas de urbanização foram, segundo esses teóricos, sérios problemas de moradia e carência de serviços para as populações que chegavam às cidades, além do desemprego crescente (porque o emprego industrial não cresce com a mesma rapidez com que o fazem as populações urbanas, sendo que a indústria local baseia-se em capital extensivo, predominando o comércio de exportação). Essa particular forma de urbanização seria o produto de uma economia local *mal desenvolvida* e deformada, por sua orientação para as demandas externas e para os lucros da classe compradora. Isso produz agudos incrementos na taxa de primazia urbana, o que deforma os padrões anteriores de hierarquia ou altera o “sistema de cidades”, ao mesmo tempo em que gera uma crescente centralização de atividades em algumas cidades, rompendo os padrões regionais de auto-suficiência e interdependência. Tudo isso se traduz em um aumento da segregação e pobreza urbana, processo cujos efeitos são sintetizados a seguir.

A concentração da população em poucas cidades (capitais, centros estaduais ou cidades portuárias) e o aumento da taxa de desemprego urbano, mais rápida que a urbanização, têm como resultado uma crescente pobreza urbana. Cria-se assim um setor terciário superpovoado e expansão da economia informal, produção de um exercício de desempregados ou subempregados, os quais subsidiam os trabalhadores do setor formal. A forma física e a organização espacial da cidade periférica refletem e recriam a economia urbana. Esta se manifesta mediante uma superpopulação de população com renda mínima e proliferação de favelas e vilas miseráveis, sem serviços básicos. O Estado não satisfaz as demandas de moradia e serviços e, paradoxalmente, atende às zonas residenciais das classes abastadas.

22 Dentro deste marco, enfocavam-se as temáticas surgidas da problemática da urbanização na América Latina (marginalidade, pobreza, migrações, entre outras) como um produto das preocupações da Sociologia do Desenvolvimento, segundo notava, em princípios dos anos sessenta, Gunder Frank (1976b, p.251).

O contexto explicativo da teoria da dependência e da urbanização periférica deu lugar a diversos estudos antropológicos e sociológicos, que constatavam a desigual distribuição dos *meios de consumo coletivo* ou serviços e infra-estrutura urbana de um grupo significativo de população pobre e a precariedade das moradias desse grupo, construídas²³ por seus próprios habitantes. A partir disso, se desenvolveu outra teoria, para se explicar um *tipo particular de exploração*, que se chamou *superexploração urbana*. Lúcio Kowarick (1980), um teórico dependentista brasileiro, cunhou esse conceito para se referir às formas de exploração nas quais se reproduzem os trabalhadores no âmbito urbano. À superexploração do trabalho, somam-se as condições de exclusão dos meios de consumo coletivo e da moradia e a produção do habitat e seu acesso, por meio da sobrecarga do trabalho doméstico não-remunerado, viabilizado pela autoconstrução das moradias e, às vezes, pelo trabalho comunitário para a provisão dos serviços urbanos.

A dinâmica da *superexploração do trabalho* também permitiu explicar-se as características particulares do desenvolvimento do capitalismo em alguns de nossos países. O brasileiro Francisco de Oliveira, em seu estudo *Crítica à razão dualista* (2003), voltado às características do capitalismo no Brasil, investiga como as diversas formas de dominação, que denomina *autocrático-burguesa*, buscaram viabilizar a valorização do capital. Ao contrário dos países centrais, onde o desenvolvimento do capitalismo baseou-se na expansão do consumo em massa, no capitalismo periférico, apesar das mudanças nas formas de dominação política, o aumento da taxa de exploração da força de trabalho (e sua manutenção em níveis elevados) foi mais importante que o aumento da mais-valia relativa.

Outra tematização fundamental vinculada à produção da pobreza residiu na análise das características que assumiram a exploração da força de trabalho e o valor dos salários. Ruy Mauro Marini (1977) afirma que o essencial na explicação da dependência é a *superexploração do trabalho*, o que permite pagarem-se salários abaixo de seu valor e explicar a produção da pobreza massiva. Para esse autor, as relações capitalistas na América Latina ocorrem sob a forma de superexploração:

23 Para estudos que tematizam as características assumidas pela urbanização periférica na América Latina e a forma de acesso à moradia por meio da autoconstrução, ver: Guimarães de Castro (1988); Jamarillo (1986); Clichevsky (1986); Clichevsky et al. (1993); Souza (1987); Kowarick (1980); e Petreccille (1986), entre outros.

[...] define-se antes pela maior exploração da força física do trabalhador, em contraposição à exploração resultante do aumento de sua produtividade, e tende normalmente a se expressar no fato de que se remunera a força de trabalho abaixo de seu valor real. (Marini, 1977, p. 92-93).

Diante da constatação de que o capitalismo dependente reproduz-se com um grupo massivo de população vivendo em condições de indigência, surgiu a pergunta de como o capitalismo se realizaria no contexto de um mercado interno com salários baixos. Criou-se então outro conceito para explicar essa particular forma de realização do capital em situações de dependência, o que Paul Singer (1980) chama a *perversão do consumo*. Esse processo nada mais é que uma forma particular de aquisição de bens de consumo duráveis pelos pobres, sacrificando bens de consumo básicos como a alimentação e a educação.

Autores que também contestavam a categoria *marginalidade*, mais próximos da tradição marxista das análises de estrutura social e classes sociais, falavam de *subproletariado urbano*. O subproletariado é, em certo sentido, equivalente ao lumpemproletariado. Ao contrário do que Marx dizia, estes estão capacitados para trabalhar e estão empregados. Duque e Pastrana (1973), em um estudo pioneiro realizado em Santiago de Chile, consideram que os “setores populares urbanos” estariam compreendidos por dois componentes: o proletariado e o *subproletariado*. Este último seria constituído por trabalhadores inseridos em atividades improdutivas, paraprodutivas industriais e na construção, caracterizadas pela intermitência, rotação inter-setorial e de ofícios e baixos níveis de qualificação. Também inclui os trabalhadores independentes de pouco capital. Em ambos os tipos de subproletariado, as rendas completadas pelo trabalho familiar estariam abaixo dos mínimos vitais, “beirando as margens da indigência social”, cujos executores *atuariam como exército de reserva* (Duque; Pastrana, 1973, p. 8-19).²⁴ Como pode se observar, aqui o foco não se dá na idéia de *marginalidade social* mas, pelo contrário, no tipo de *inserção social que possuem: no mercado de trabalho*, nos setores produtivos em

24 Para uma análise sobre o estado-da-arte da discussão sobre as denominações vinculadas à pobreza urbana, ver o estudo feito por Teresa Valdéz (1982), onde se encontra uma excelente síntese das teorias e autores que estão preocupados com essa tematização nesse momento.

que trabalham, no tipo de emprego que obtêm e em suas rendas. Tematiza-se aqui a problemática dos trabalhadores pobres. A análise feita por Duque e Pastrana é um antecedente importante para os desenvolvimentos posteriores sobre essas populações, vinculados, mais tarde, ao conceito de *setor informal urbano* e no de *massa marginal*.

A discussão iniciada por Prebisch (1949), na CEPAL, sobre a baixa produtividade do trabalho e os baixos salários como parte de um dos problemas estruturais da periferia, continua com a produção de Celso Furtado (1974), que retoma o debate sobre a *dificuldade dos setores urbanos modernos para absorver a força de trabalho massiva* que sai do campo para as cidades. Segundo Bielschowsky (2006), Furtado foi o primeiro autor a aventar a possibilidade de que o *subemprego* persistiria a longo prazo na América Latina. Furtado também foi pioneiro na explicação de que o aumento da produtividade, em setores modernos, poderia coexistir por muito tempo com salários baixos e manter a secular má distribuição da renda na América Latina. O autor (id.) advertiu que, mesmo que o crescimento fosse sustentado, seria difícil absorver a abundante mão-de-obra, pelo que poderia se manter o crescimento por longos períodos junto com o desemprego e subemprego, a heterogeneidade tecnológica, a concentração da renda e a injustiça social. Seu pensamento também explica por que os modelos de crescimento dos países da periferia tendem a preservar a abundância da mão-de-obra e impedem que as melhoras da produtividade reflitam-se na renda dos trabalhadores, contrariando o que acontece nos países do centro.²⁵

A idéia de que essa mão-de-obra é *flutuante*, como a rural, permeia a maioria dos estudos sobre a pobreza e seu vínculo com o emprego. Para Gunder Frank (1976b, p. 250), a mão-de-obra que não consegue se inserir de maneira estável na economia urbana é chamada de “população flutuante”, em referência aos múltiplos empregos que possui. Gunder Frank compara-a à população flutuante rural, discutindo ao mesmo tempo a dualidade entre o rural e o urbano e mostrando as semelhanças entre as relações de produção, no campo e na cidade, de uma *massa de trabalhadores instáveis*.

O debate entre os teóricos da dependência quanto ao vínculo entre produção da pobreza e processos de mão-de-obra excedente, após ser cons-

25 Para uma teoria similar a esta última, ver Cuevas (1977), vinculado com a fixação dos preços dos produtos por via oligopólica.

tatada a persistência dessa mão-de-obra flutuante e instável, refere-se à possibilidade de se aplicar ou não a lei de superpopulação relativa de Karl Marx ao caso do desenvolvimento do capitalismo na América Latina. Essa discussão estava vinculada à questão sobre a possibilidade de a população excedente poder ser considerada uma reserva e/ou um colchão de mão-de-obra e, portanto, se é possível usar-se o conceito de exército industrial de reserva para explicar o que, naquele momento, se denominava como *marginalidade*. Um grupo de autores contrapõe-se a essa teoria, afirmando, pelo contrário, que o processo de produção de certos setores produtivos e o uso de capital intensivo ocasiona o aumento da população excedente, sem que se cumpram as funções de exército industrial de reserva. Esta seria uma condição típica do capitalismo dependente.

Tal produção teórica é representada por um sociólogo argentino, José Nun (1970, 2001), e outro peruano, Anibal Quijano (1971, 1973). Esses autores desenvolvem a categoria de *massa ou pólo marginal* para explicar uma população excedente que não consegue se inserir de maneira estável e contínua no mercado de trabalho. José Nun²⁶ debateria mais tarde com o sociólogo brasileiro Fernando Henrique Cardoso (1972), que sustentava que era necessário manter o conceito de exército industrial de reserva. A posição de Cardoso baseia-se em estudos que vinham sendo realizados por cientistas sociais no Brasil, principalmente provenientes do CEBRAP, mostrando empiricamente que o crescimento econômico do chamado *boom* brasileiro da época havia gerado novos empregos e

26 Para José Nun (1972), a causa da marginalização não se deve a uma variável externa, a dependência econômica, mas ao mecanismo de acumulação capitalista como fator central e unificador. As contribuições teóricas de Marx, em *O Capital*, não podem explicar esse complexo de fenômenos, porque se circunscrevem ao modo de produção do capitalismo puro. Nun reformula o conceito de *superpopulação* ou “exército industrial de reserva”, na fase monopolística do capitalismo, dado que o desenvolvimento da tecnologia e o aumento da composição orgânica do capital requerem menor quantidade de mão-de-obra, ficando uma grande parte da população excedente sem possibilidades de ser incorporada ao setor capitalista hegemônico, inclusive nos ciclos de expansão. Nun conclui que não se pode falar de reserva de mão-de-obra já que, ao não ter incidência na baixa de salários na indústria moderna, não cumpriria uma função depreciadora dos salários do setor que trabalha no centro das atividades industriais. Esses trabalhadores não constituem concorrência real, na medida em que não possuem níveis relativamente altos de educação, nem tampouco habilidade. Isso lhes nega sua função de colchão de mão-de-obra, nos ciclos de expansão, posto que as necessidades da indústria moderna são de menor quantidade de força de trabalho.

subsumido a mão-de-obra excedente. Esse processo, entretanto, logo se reverteu no Brasil.

As Ciências Sociais latino-americanas, nos anos 1980 e 1990, persistiram na preocupação de entender a produção acelerada e contínua da pobreza, desta vez, utilizando outro conceito, o de setor informal. A nova abordagem tematizou a problemática vinculando-a não à marginalidade dos trabalhadores pobres na sociedade, mas à informalidade de sua inserção no trabalho. Alguns autores comprovavam, a partir de estudos empíricos, que esses trabalhadores tinham uma inserção laboral intermitente, instável e descontínua no mercado de trabalho, que realizavam trabalhos de baixa produtividade (vinculados aos chamados setores “atrasados” da economia) e o faziam, geralmente, sob relações de ilegalidade nos contratos de trabalho (Tokman, 1987, 1999). Outros deram ênfase menos às características dos empregos e mais às relações de produção em que se inseriam: como trabalhadores independentes ou economias denominadas familiares ou de pequena escala, nas quais não existia o objetivo do lucro e da acumulação, mas da produção do grupo doméstico (Portes, 1987; Castells; Portes, 1990). Em todos os casos, esses trabalhadores não possuíam proteção social, o que os tornava mais vulneráveis ainda.²⁷

A partir de um olhar mais antropológico e que tentava entender a função e a lógica das relações de reciprocidade para a sobrevivência dos pobres, as reflexões estiveram vinculadas à indagação sobre as características que assumia a reprodução da vida ou a força de trabalho em “estilos de desenvolvimento” excludentes e com pobreza crescente. Como primeira resposta, foi ressaltada a importância dos intercâmbios não-mercantis, em níveis doméstico e comunitário, entre os pobres urbanos para se socorrerem nessas necessidades. Essas formas foram amplamente discutidas pela aplicação do conceito de *mecanismos de sobrevivência* (Adler de Lomnitz, 1975), *estratégias de sobrevivência* (Duque; Pastrana, 1973) e *estratégias de vida* (Hintze, 1987, 1989; Torrado, 1980; Jelin, 1984). Este último foi outro conceito que se desenvolveu na América Latina para explicar a importante incidência das relações de reciprocidade não-mercantil nas comunidades pobres, mediante redes informais, para se resolverem ou atenuar-

27 Para um maior desenvolvimento a respeito dos debates no interior dos diferentes enfoques do *setor informal*, ver: Cartaya (1987); Quiñones e Superville (2005); e Alvarez Leguizamón (2001a).

rem problemas entre populações de baixa renda ou com carência ou precariedade do emprego.²⁸

No que tange ao *desenvolvimento de instituições de reciprocidade não-mercantil mais formais de proteção social*, as reflexões estiveram vinculadas ao *papel que desempenha o Estado de bem-estar na reprodução social*. Durante o século XIX e até meados do século XX, seu desenvolvimento, na maioria dos países da América Latina, não se vinculou à condição de cidadania, mas esteve fortemente associado a relações de tutela por meio da assistência às populações consideradas inferiores (populações nativas, mulheres e crianças pobres). As formas que a condição de tutelado ou assistido adquiriram em cada país, materializadas em intervenções benéficas e laicas, foram diversas e tiveram em comum sua dissociação com a condição de cidadania, inclusive conformando sistemas alternativos.

Em meados do século XX, começaram a se conformar os regimes de Estados de bem-estar na América Latina, caracterizados, porém, pela debilidade de cobertura. Algumas das vitórias conseguidas pelas lutas sociais, como a regulação das relações entre capital e trabalho, o acesso a direitos garantidos pelo Estado e uma incipiente distribuição da riqueza em alguns países, foram sendo minadas, primeiro pelas ditaduras e, em seguida, pela aplicação das receitas neoliberais que começaram, em alguns países, ainda em princípios dos anos 1980. Os resultados das reformas neoliberais, em fins do século XX, solaparam a escassa fusão entre direitos e cidadania e entre direito e emprego.

Com sarcasmo, alguns autores falam do Estado do mal-estar (Bustelo, 1995), e outros mostram o escasso vínculo com a condição de cidadão, ao se referirem a um Estado sem cidadania (Fleury, 1997). Na maioria dos países centrais, sobretudo europeus, as regulações entre capital e trabalho próprias do Estado de bem-estar compensaram os efeitos nocivos da exploração do trabalho, contribuindo, de certo modo, para a desmercantilização do trabalho. Por exemplo, enfermos ou desempregados podiam sobreviver graças aos direitos sociais assegurados pela securidade social e pelo seguro desem-

28 Para uma análise sobre a evolução e os debates dos conceitos sobre estratégias de sobrevivência e estratégias familiares de vida, ver Rodríguez (1981), Przeworski (1982) e Sumbi (1991). Para uma análise da evolução dos conceitos referentes a relações de reciprocidade não-mercantis no âmbito comunitário como o de redes sociais, estratégias familiares e suportes de proximidade, entre outros, e o estado-da-arte da discussão de outros mais modernos, como de capital social, ver Alvarez Leguizamón (2001b, 2002).

prego. Em nossos países, como a mercantilização foi menos generalizada e deu-se em condições desvantajosas para os trabalhadores – salários insuficientes, formas precárias de contratação de trabalho e vínculo de tutela paternalista e racista –, a reprodução de importantes grupos da população repousou significativamente em vínculos de tutela, dependendo de recursos provenientes das redes de solidariedade não-mercantis e de trabalhos da economia informal.

A marginalidade e a pobreza passaram a ser explicadas por outros fatores de caráter não-econômico, como a falta de acesso à cobertura social, a possibilidade de acesso ao solo urbano e uma moradia digna e diferentes formas de exclusão política. A esses fatores, agregaram-se a exclusão do mercado de trabalho e a precarização do emprego. Essas explicações são muito próximas dos desenvolvimentos teóricos posteriores europeus (inglês e franceses) do que se denominaria *exclusão social* (Castel, 1997, p. 16-17, 2004, p. 23; Spicker et al., 2006).

AS NOVAS POBREZAS, CONTRAPONTO AOS MITOS DA GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL

Nos anos 1990, os efeitos dos planos de ajuste e as políticas neoliberais intensificaram e diversificaram a pobreza, gerando novas formas de exclusão. A estagnação que os desenvolvimentistas haviam vaticinado não aconteceu, pelo contrário, a pobreza tendeu a aumentar relativa e absolutamente. A dependência em relação aos centros de maior desenvolvimento econômico intensificou-se, assumindo novas modalidades, sobretudo vinculadas à crescente transferência de riquezas, provocada pelos pagamentos da dívida externa e pela alienação dos recursos naturais e serviços básicos privatizados. A política de subsídios para produtos agrícolas da União Européia e dos Estados Unidos acentuou a deterioração dos termos do intercâmbio. Esse processo, que já havia sido explicado pela teoria da dependência e pela CEPAL (Santos, 2002) como uma das formas mais radicais de extração de excedente por parte dos países centrais, adquire novas formas. Os países centrais mantêm subsídios a suas produções primárias e reforçam as barreiras de proteção aos seus mercados, ao mesmo tempo em que exigem a desregulamentação e a privatização de setores estratégicos e dos recursos energéticos dos demais países.

Inicialmente, o desenvolvimentismo buscava promover o crescimento “nacional” pela via da substituição de importações, pelo fomento da indús-

tria “pesada” e pelo controle sobre os recursos energéticos.²⁹ Mais tarde, alguns economistas desenvolvimentistas começaram a criticar a formulação original do modelo de substituição de importações, argumentando sobre a necessidade de se financiarem importações industriais, utilizando divisas de exportações primárias, investimentos de capital estrangeiro, radicação de empresas multinacionais e endividamento externo. Essas mudanças, promovidas nas políticas nacionais de grande parte dos países latino-americanos, tanto por governos militares como democráticos, foram solapando parcela da indústria chamada “nacional”, aumentando a dependência com os países centrais, junto a uma distribuição regressiva da renda, que favorecia os setores médios e altos.

A repressão e as perseguições política e ideológica no âmbito das ditaduras dos anos 1970 e parte dos 1980 produziram uma diáspora massiva de toda uma geração de intelectuais das Ciências Sociais que vinham tentando compreender os processos de crescimento econômico acompanhados pela produção e reprodução da pobreza massiva. Por isso, a produção dessa linha de pensamento não pôde continuar com a mesma força, não só pelo exílio forçado, mas também pela forte limitação que existiu na difusão e na continuidade dessas idéias.

As idéias neoliberais adquiriram uma forte hegemonia neste último período, tanto nas etapas ditatoriais, como durante os processos de transição democrática, havendo repercussões inclusive sobre a teoria neokeynesiana da pobreza, em especial aquela produzida pelas agências de desenvolvimento como Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Essa perspectiva considera que o crescimento econômico e o livre mercado têm um papel central na criação do bem-estar e na redução da pobreza. Define-se a pobreza, sobretudo, em termos de falta de renda e de ativos básicos.

Esses estudos teóricos foram fortemente influenciados pelas idéias da escola anglo-saxã dos estudos do desenvolvimento e pela concepção de pobreza de Amartya Sen (1981, 1993). Os primeiros baseiam-se em estudos econométricos e várias versões do que se denomina *livelihood analysis*

29 Embora as formulações desenvolvimentistas sejam diversas, existe um tronco comum no questionamento da teoria clássica do comércio internacional (princípio das vantagens comparativas), para destacar o fenômeno da deterioração dos termos de intercâmbio e as transferências de valor entre países que isso implica a favor dos países industrializados e em prejuízo dos países com economias primário-exportadoras.

(du Toit, 2005). Os pobres crônicos são aqueles que experimentam a pobreza por períodos longos de tempo, cujos filhos certamente permanecerão pobres, e que se beneficiaram menos com as iniciativas do crescimento e desenvolvimentos econômicos nacional e internacional (CPRC, 2004, apud du Toit, 2005, p. 2). Esse enfoque explica a pobreza, que começa a ser chamada de *estrutural* ou *crônica*, como produto de um incompleto crescimento e modernização. Os *pobres estruturais* são aqueles que ficaram para trás ou não puderam alcançar os “benefícios” do crescimento econômico. Embora se trate de superar as visões que fazem medições estáticas da pobreza, construindo pesquisas que levam em conta processos longitudinais e sequenciais, mostrando o crescimento ou o decréscimo do bem-estar (du Toit, 2005), mantém-se o núcleo convencional da teoria da modernização: a falta de capacidade dos pobres ou dos países pobres para alcançarem os “benefícios” da modernidade e do crescimento econômico.

No caso da América Latina, a conceitualização da *pobreza estrutural* aplicou-se àquelas populações que possuem “necessidades básicas insatisfeitas” e/ou se encontram abaixo das “linhas de renda” que satisfaçam certas necessidades básicas de alimentação (Minujin; Kessler, 1995, p. 62-65).³⁰ As *necessidades básicas* constituem-se, além disso, em uma categoria central do sistema discursivo do Desenvolvimento Humano (Alvarez Leguizamón, 2005).

Para descrever e explicar a pobreza, a teoria das *necessidades básicas*³¹ foi promovida pelo Banco Mundial, a partir da década de 1970, sob a direção de McNamara, fortemente influenciado pelas idéias neoliberais, mas também incorporando noções do estruturalismo cepalino (Bjorn Ente, 1990 apud Santos, 2003, p. 53-54). A abordagem das necessidades básicas dialoga com a *economia do bem-estar*, para a qual não existiria carência absoluta, já que as pessoas possuem pelo menos um recurso que tem um valor de troca no mercado, sua potencialidade para o trabalho. Só se justifica o pressuposto de carência absoluta quando se trata de inválidos ou pessoas sem condições de trabalhar devido à idade avançada. Por isso, a solução da pobreza seriam o crescimento econômico e a maior renda global.

30 Ver o estado-da-arte da discussão sobre as formas de medição da pobreza neste período em Lo Vuolo et al. (1999) e Boltvinik (1990).

31 Para uma arqueologia do conceito de *necessidades básicas* e seu vínculo com os discursos do desenvolvimento humano, ver Alvarez Leguizamón (2005c).

Muitos estudos da economia política sobre a pobreza na América Latina, apesar de detalharem as causas da produção da pobreza massiva como consequência do ajuste estrutural e das políticas implementadas, continuam marcados pelos enfoques da escola do desenvolvimento anglo-saxã. Com essa perspectiva, realizam pesquisas que focalizam a medição da pobreza dando ênfase a sua *volatilidade*, ao invés de precisar sua permanência estrutural. Alguns autores preocupados com os processos de empobrecimento usam o conceito de *pobreza estrutural* para se referir à perda de renda e à cobertura de proteção social devidas ao enfraquecimento dos direitos sociais, a suas consequências sobre a precariedade do emprego e o desempenho crescente, produzido pela transformação neoliberal da economia (Minujin; Kessler, 1995; Minujin et al., 1995; Murmis; Feldman, 1995). Geralmente, se referem a esses grupos pelo nome de *novos pobres*, *classes médias em transição* ou *grupos empobrecidos*. Repetem-se, assim, as denominações sociais para as vítimas dos processos de pauperização massiva, como ocorreu no começo da industrialização.³²

Outra forma de se encarar a pobreza provém da chamada abordagem “subjativa” e “participativa”, que rejeita a visão centrada na relação consumo/renda antes apontada, por considerá-la reducionista, o que impossibilitaria entender-se “a complexa e diversa realidade local na qual os pobres vivem”.³³ Este outro olhar sobre a pobreza foi influenciado pelo enfoque participativo do desenvolvimento baseado na idéia de *agência* de Amartya Sen (1993), pela conceitualização em termos de carteira de ativos (*asset vulnerably framework*)³⁴ e pelas teorizações sobre as representações e concepções dos pobres acerca de sua própria situação, a partir de uma metodologia participativa promovida pelo Banco Mundial que se denominou PPA (*participatory poverty assessments*).³⁵ A abordagem da carteira de ativos considera que a produção da pobreza deva-se a problemas locais, à falta de capacidade das pessoas e de ativos para sair da pobreza. A solução seria promover-

32 Ver Gonzalez de la Rocha et al. (2004) para um debate sobre o significado da denominada *nova pobreza* na América Latina e as diferentes explicações sobre seus vínculos e diferenças com as concepções da marginalidade dos anos 1960.

33 Ver Moser (1998) para uma análise mais detalhada desta abordagem.

34 Carolin Moser (1998) desenvolve esse conceito “para tratar de contribuir para o debate das estratégias de redução da pobreza” em um nível local e sustentável, “que reforça as iniciativas de solução das próprias pessoas, mais que substituí-los ou bloqueá-los”.

35 Ver Naryan et al. (2000a, 2000b).

se a utilização de ativos intangíveis dos lares, das pessoas e das comunidades, sob o conceito de capital social.³⁶ A abordagem PPA examina a problemática da pobreza por meio das instituições, “de uma maneira multidimensional”, sugerindo que estas desempenham um papel crítico, seja respondendo ou reprimindo as necessidades, opiniões e vozes dos pobres. O estudo incorpora as avaliações da efetividade, qualidade e acessibilidade de uma série de instituições com as quais os pobres encontram-se, tais como as agências governamentais e institucionais legais e financeiras (Narayan, 1999, p. 7-15). Nessa perspectiva, as instituições são uma das causas mais importantes da reprodução da pobreza, pelo que se deve modificá-las e criar “instituições pró-pobres” dentro das “políticas de alívio para a pobreza” do Banco Mundial.

O discurso do desenvolvimento humano que surge da influência recíproca destas últimas concepções fomenta uma importante corrente de estudos descritivos da pobreza: das pessoas e grupos pobres, do caráter multidimensional da pobreza e das percepções dos pobres sobre sua própria situação. Pode se considerar que esta *nova* explicação da produção da pobreza rejuvenesce as concepções ortodoxas da modernidade, às quais se fundem certas abordagens neoliberais, junto a um componente neoculturalista. Este último baseia-se na crença de que a pobreza é causada ou produzida não pela falta de emprego ou salários dignos, mas, sobretudo, por carência de capacidades e poder dos pobres ou por falta de acesso a titularidades, devido à debilidade das instituições.

Outros conceitos explicam a pobreza em termos de *vulnerabilidade* e *exclusão*. O primeiro enfatiza os atributos das pessoas que põem em risco sua situação, destacando, num segundo plano, os aspectos da vulnerabilidade do trabalho que incide nas condições de inserção social. O conceito de *exclusão* foi transplantado dos debates europeus sobre o enfraquecimento da proteção social e sobre a precarização do trabalho e seus impactos sobre a inserção social, temas que já estavam presentes nas explicações e conceitualizações sobre a pobreza no pensamento social latino-americano. A temática dos problemas de inserção social, focalizada nas incapacidades das pessoas para inserir-se e integrar-se à sociedade, lembra as representações sobre marginalidade da teoria da modernização latino-

36 Para uma análise da construção dessa discursividade, ver Alvarez Leguizamón (2001b).

americana de origem funcionalista.³⁷ Uma das contribuições às novas visões sobre a exclusão social, na América Latina, afirma que esse termo serve para falar das formas de exclusão não-econômicas, como a discriminação étnica ou a violação de direitos sociais, o que permite olhar os fatores de reprodução da pobreza (Gacitúa; Sojo, 2003).

No que se refere aos *vínculos entre a produção da pobreza e a globalização econômica*, temos duas questões. A primeira é discursiva. A globalização da economia transformou-se no novo mito do estancamento da pobreza, que vem a complementar outro velho mito, o “*trickle down*” do *desenvolvimento*. Desde fins da década de 1990, por meio de uma série de conferências, o Banco Mundial divulgou concepções sobre a existência de uma relação positiva entre globalização, pobreza e desenvolvimento.³⁸ Afirmava-se que, de uma maneira ou outra, a globalização e o crescimento reduziriam a pobreza, se “os países e as pessoas utilizem esses riscos positivamente”. Com base em estudos realizados pelo Banco, asseguravam que “a evidência sugere que maior abertura econômica tem um efeito positivo sobre a renda *per capita*, e que, portanto, tende a reduzir a pobreza”.³⁹ Opunham-se, assim, a uma série de estudos, inclusive realizados pelo próprio Banco Mundial, que demonstravam exatamente o contrário. Na Declaração de Siena, preparada pelo diretório do Fórum Internacional da Globalização (IFG), lê-se que,

[...] mais que desejar benefícios econômicos para todas as pessoas, a globalização econômica trouxe ao planeta uma catástrofe ambiental e social que não tem precedentes; as economias da maioria dos países estão em situação de desastre, com incremento da pobreza, da fome, falta de terra, migração e deslocamento social. O experimento [neoliberal] deve ser chamado agora de derrota.

Com a promoção da crença mítica de que a globalização incidirá na diminuição da pobreza, o discurso do desenvolvimento “humano”

37 Para uma análise dos debates sobre esses dois conceitos na América Latina, ver Alvarez Leguizamón (2001a) e Sojo (2000).

38 Banco Mundial (2000). *Globalização, Desenvolvimento e Pobreza*, artigos para a discussão e resumos semanais. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/htm/extdr/pb/globalization/>>.

39 *Does more international trade openness increase world poverty?* Disponível em: <<http://www.worldbank.org/htm/extdr/pb/globalization/paper2.htm>>. Acesso em: 11 maio 2000.

neoliberal globalizado tenta naturalizar a “inevitabilidade” de suas regras de funcionamento: liberalização do mercado e das fronteiras nacionais, privatização do Estado, desregulação e privatização das relações trabalhistas.

Autores latino-americanos provenientes de distintas tradições estão pondo em questão essas teorias. Por exemplo, dentro da tradição católica, Frei Betto desenvolve um interessante conceito para se referir às novas formas de domínio e produção da pobreza globalizada: a *globocolonização* (Betto, 2006). O autor baseia-se nos resultados de um estudo recente das Nações Unidas, denominado *The inequality predicament* (A encruzilhada da desigualdade), onde ficam evidenciadas a globalização da pobreza e as novas formas de colonização do mundo pelos países ricos.

O conceito de *colonialidade do poder*, desenvolvido recentemente por Anibal Quijano (2000), junto com outros autores latino-americanos de tradição dependentista e com influências foucaultianas, como Castro Gomez (2000), entre outros, põe em evidência as formas de controle e de exploração do trabalho, em nível mundial, com a submissão e controle de raças ou grupos nativos considerados inferiores, destacando a violência epistêmica e social imposta por uma visão particular de modernidade eurocêntrica. Quijano e Castro Gómez mostram que a modernidade viabilizada pelo crescimento econômico e pelo livre mercado – apesar de trazer bem-estar e, eventualmente, reduzir a pobreza –, recria novas formas de submissão, exploração e inferiorização sobre as populações. As transformações ocorridas no mundo do trabalho, a flexibilização salarial, o desemprego, a subemprego, a informalidade e a precarização do trabalho são vistos como produto não só de fatores contextuais – como as conseqüências das reformas estruturais propiciadas pelas reformas neoliberais –, mas também do ponto de vista do materialismo histórico, explicando-as em relação às novas formas de acumulação do capital em níveis global e local (Neffa, 2005; Escobar, 2005; Farha, 2005).

Vinculado às transformações ocorridas no mundo do trabalho, outros autores analisam, a partir de estudos de caso, o surgimento de renovadas formas de êxodo rural e semi-servilismo globalizado no campo (Montero, 2005; López Paniagua et al., 2005) ou enclaves de alta tecnologia e capital intensivo, como a produção de soja transgênica, que ocasionam êxodo rural e deterioração do meio ambiente (Foguel, 2005).

Perduram, entretanto, velhos discursos modernizantes que insistem na possibilidade de transformação de nossas sociedades pela genérica referência à retomada do desenvolvimento, agora integrado à dinâmica

global. Na maioria dos casos, as políticas que esses velhos mitos promovem aumentam a concentração da riqueza e a desigualdade, geram novas formas de exclusão e exploração do trabalho e mostram suas limitações para diminuir a pobreza (Arteaga Botello, 2005; Montero, 2005).

Em relação ao vínculo entre produção de pobreza e recursos para a reprodução da vida provenientes de relações não-mercantis, os estudos centram-se em diferentes aspectos. Alguns dão ênfase à qualidade e acesso a instituições, como a abordagem institucionalista participativa, e outros enfatizam a transformação dos fracos Estados de bem-estar e a delibitação dos direitos sociais e da condição de cidadania (Ivo, 2005; Andrenacci, 1997), ou identificam as causas da pobreza na violação de direitos humanos básicos. Estes últimos estudos têm como preocupação maior o fato de que as democracias latino-americanas produzem cada vez mais pobreza, pondo em questão a idéia de que a democracia traria um crescente bem-estar para as sociedades (Zicardi, 2003).

Outro ponto de preocupação nos estudos sobre a pobreza são as redes de reciprocidade não-mercantis mais informais e locais, considerando desde o pólo que quer transformar *ativos intangíveis* ou capitais sociais escassos em recursos para a sobrevivência – já que se pensa que são os pobres que devem sair de sua própria pobreza –, até estudos que demonstram, pelo contrário, que, nas cidades, as redes sociais, que antes serviam como colchão ou base para contra-atacar a pobreza, enfraqueceram. Esta última tematização focaliza as características cada vez mais excludentes que adquirem os processos de urbanização na América Latina, intensificados nas grandes metrópoles, onde as possibilidades da reprodução da vida estão cada vez mais degradadas. Essa deterioração produz o debilitamento das redes sociais locais que antes serviam de contenção à guetização e ao isolamento social crescente no espaço urbano e das redes sociais mais amplas, que serviam como fonte de acesso a recursos e de barreira ao incremento da violência e da insegurança sobre e entre os grupos pobres (Queiroz Ribeiro, 2005).

ALGUMAS CONCLUSÕES

Os novos debates sobre a produção e reprodução da pobreza e o crescente descrédito que mostram as políticas hegemônicas de “luta contra a pobreza” para erradicá-la acompanham o descontentamento e mal-estar das populações afetadas pelas transformações. Movimentos sociais, cujos

principais protagonistas são as vítimas dos últimos processos de ajuste estrutural, aparecem com crueza, relevando a magnitude da deterioração do bem-estar e dos direitos das pessoas. Os atores protagonistas não são os mesmos (trabalhadores e operários desocupados convertidos em *pi-queteiros* na Argentina, camponeses e desempregados urbanos e ex-operários mineiros na Bolívia, camponeses no México, os sem-terra no Brasil), mas expressam o descontentamento generalizado com as formas políticas, econômicas e culturais que a nova gestão estatal neoliberal assumiu na América Latina.

O resgate de velhas abordagens sobre a produção e reprodução da pobreza na América Latina e as novas visões aqui descritas mostram o advento de cenários para se repensar essa temática, num contexto de pauperização generalizada da sociedade. Em muitos sentidos, os teóricos latino-americanos foram pioneiros na elaboração de teoria sobre as características particulares que a produção e reprodução da pobreza assumem em países e continentes sob relações de dependência ou interdependência ou do denominado “subdesenvolvimento”. Pudemos comprovar a maneira como se produziu conhecimento, que foi invalidando muitas das teorizações sobre as explicações de produção e reprodução da pobreza biologistas, neomalthusianas, neokeynesianas, liberais e neoliberais, culturalistas e neoculturalistas, mostrando constantemente as dinâmicas macro-históricas e as relações concretas que as geram. A recente fratura do discurso hegemônico dos mitos do desenvolvimento humano neoliberal globalizado e a pauperização mostram que esse desenvolvimento que se diz humano não diminui a exclusão e a pobreza. Por isso, é imprescindível gerar novos conhecimentos que se traduzam em políticas que incidam diretamente sobre os fatores de produção e de reprodução da pobreza.

REFERÊNCIAS

- ADLER DE LOMNITZ, Larissa. *Como sobreviven los marginados*. Madrid: Siglo XXI, 1975.
- ALTAMIRANO, Teófilo. *Cultura andina y pobreza urbana: Aymaras en Lima metropolitana*. Lima: Fondo Editorial; Pontificia Universidad Católica del Perú, 1988.
- ALVAREZ LEGUIZAMÓN, Sonia. Pobreza autogestionada. La evolución de los paradigmas. *Revista Encrucijadas. Desarrollo Humano ¿Solidaridad desde el poder?* Buenos Aires, ano 2, n. 14, dez. 2001a.

_____. Capital social y concepciones de la pobreza en el discurso del Banco Mundial, su funcionalidad en la “nueva cuestión social”. In: ANDRENACCI, Luciano (Org.). *Cuestión social en el Gran Buenos Aires*. Buenos Aires: Ediciones Al Margen, 2001b.

_____. La transformación de las instituciones de reciprocidad y control, del don al capital social y de la “biopolítica” a la “focopolítica”. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, Caracas, v. 8, n. 1, jan./abr. 2002.

_____. Los discursos minimistas sobre las necesidades básicas y los umbrales de ciudadanía como reproductores de la pobreza. In: ALVAREZ LEGUIZAMÓN, Sonia (Org.). *Trabajo y producción de la pobreza en Latinoamérica y el Caribe: estructuras, discursos y actores*. Buenos Aires: CLACSO-CROP, 2005.

AMIN, Samir. *El desarrollo desigual: ensayo sobre las formaciones sociales del capitalismo periférico*. Barcelona: Editorial Fontanella, 1973.

_____. *La acumulación a escala mundial: crítica a la teoría del desarrollo*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1974.

ANDERSON SUMBI, Jeanine. Estrategias de sobrevivencia revistadas. In: FEIJOÓ, María del C.; HERZER, Hilda M. (Comp.). *Las mujeres y la vida en las ciudades*. Buenos Aires: Grupo Editor de América Latina, IIED-América Latina, 1991.

ANDRENACCI, Luciano. Ciudadanos de Argirópolis. *Agora*, Buenos Aires, Facultad de Filosofía y Letras, UBA, n. 7, 1997.

ARIZPE, Lourdes. Migración y marginalidad. In: DÍAZ POLANCO, Hector et al. *Indigenismo, modernización y marginalidad: una revisión crítica*. México: Juan Pablos ed., 1979.

ARTEAGA BOTELLO, Nelson. El periplo del trabajo y la pobreza en la zona metropolitana del Valle de Toluca (1950-2000): del desarrollo interno a la economía global. In: ALVAREZ LEGUIZAMÓN, Sonia (Comp.). *Trabajo y producción de la pobreza en Latinoamérica y el Caribe: estructuras, discursos y actores*. Buenos Aires: CLACSO-CROP, 2005.

BAMBIRRIA, Vania. *El capitalismo dependiente latinoamericano*. México: Siglo XXI, 1977.

BANCO MUNDIAL. *Informe sobre el desarrollo mundial. Lucha contra la pobreza*. Washington DC., 2000.

BETTELHEIM, Charles; EMANUEL, Arghiri. *El intercambio desigual*. Madrid: Siglo XXI, 1972.

BETTO, Frei. *Globalización o globocolonización?* Disponível em: <http://www.voltairenet.org/article137804.html?var_recherche=Betto?var_recherche=Betto>. Acesso em: 12 abr. 2006.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Vigencia de los aportes de Celso Furtado al estructuralismo. *Revista de la CEPAL*, n. 88, 2006.

BLOMSTRÖN, Magnus; ENTE, Bjorn. *La teoría del desarrollo en transición*. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

BOLTVINIK, Julio. *Pobreza y necesidades básicas, conceptos y métodos de medición*. Proyecto regional para la superación de la pobreza. Bogotá: Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo, RLA/86/004, 1990.

BRYAN, Robert. *Ciudades de campesinos: la economía política de la urbanización en el Tercer Mundo*. México: Siglo XXI, 1978.

BUSTELO, Eduardo. La producción de Estado de malestar, ajuste y política social en América Latina. In: MINUJIN, Alberto et al. *Cuesta abajo. Los nuevos pobres: efectos de la crisis en la sociedad Argentina*. Buenos Aires: UNICEF; Losada, 1995.

CARDOSO, Fernando Enrique. Comentario sobre los conceptos de sobrepoblación relativa y marginalidad. *Revista Latino Americana de Ciencias Sociales*, Santiago, n. 1/2, p. 57-76, 1972.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. Dependencia y desarrollo en América Latina. In: JAGUARIGE, Hélio et al. *La dominación de América Latina*. Buenos Aires: Amorrortu, 1968.

_____. *Dependencia y desarrollo en América Latina* México: Siglo XXI, 1969

CARTAYA, Vanessa. El confuso mundo del sector informal. *Revista Nueva Sociedad*, n. 90, jul./ago. 1987.

CASTEL, Roberto. *Las metamorfosis de la cuestión social*. Una crónica del asalariado. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1997.

_____. *Las trampas de la exclusión, trabajo y utilidad social*. Buenos Aires: Topia Editorial, 2004.

CASTRO, Josué de. *Geopolítica da fome*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1951.

_____. *Ensayos sobre el sub-desarrollo*. Buenos Aires: Siglo Veinte, 1965.

CASTRO GOMEZ, Santiago. Ciencias sociales, violencia epistémica y el problema de la "invención del otro". In: LANDER, Edgardo (Comp.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales, perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

CEPAL. Naciones Unidas. *Panorama social de América Latina*. Documento informativo, 2004.

CLICHEVSKY, Nora. *El acceso de los sectores populares a la tierra urbana. Cuadernos del CEUR*, Buenos Aires, n. 16, 1986.

CLICHEVSKY, Nora et al. *Construcción y administración de la ciudad latino-americana*. Buenos Aires: Instituto Internacional de Medio Ambiente y Desarrollo – IIED – América Latina, Grupo Editor Latinoamericano, 1993.

Di TELLA, Torcuato; CHUMBITA, Hugo et al. *Diccionario de Ciencias Sociales y Políticas*. Buenos Aires: Ariel, 2001.

DUQUE, J.; PASTRANA, E. *Las estrategias de sobrevivencia familiar económica de las unidades familiares del sector popular urbano*. una investigación exploratoria. Santiago de Chile: Programa ELAS/CELADE, 1973.

EDEL, Matthew. Los estudios urbanos latinoamericanos: más allá de la dicotomía. In: HARDOY, Jorge E.; MORSE, Richard M. (Comp.). *Repensando la ciudad de América Latina*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1988.

EHRENREICH'S, Barbara. *Nickel and dimed*. New York: Henry Holt Publisher, 2001.

ESCOBAR, Arturo. *La invención del Tercer Mundo*. construcción y deconstrucción del desarrollo. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 1998.

ESCOBAR, Sylvia. Globalización, trabajo y pobreza: el caso de Bolivia. In: ALVAREZ LEGUIZAMÓN, Sonia (Org.). *Trabajo y producción de la pobreza en Latinoamérica y el Caribe* estructuras, discursos y actores. Buenos Aires: CLACSO-CROP, 2005.

ESTEVA, Gustavo. Desarrollo. In: SACHS, Wolfgang. *Diccionario del desarrollo*: una guía del conocimiento como poder. Cuzco: PRATEC Proyecto Andino de Tecnologías Campesinas, 1996.

FARAH, Ivonne. Políticas públicas y lucha contra la pobreza. In: ALVAREZ LEGUIZAMÓN, Sonia (Org.). *Trabajo y producción de la pobreza en Latinoamérica y el Caribe* estructuras, discursos y actores. Buenos Aires: CLACSO-CROP, 2005.

FLEURY, Sonia. *Estado sin ciudadanos*. seguridad social en América Latina. Buenos Aires: Lugar Editorial, 1997.

FOGUEL, Ramón. Soja transgénica y producción de la pobreza. El caso de Paraguay. In: ALVAREZ LEGUIZAMÓN, Sonia (Org.). *Trabajo y producción de la pobreza en Latinoamérica y el Caribe* estructuras, discursos y actores. Buenos Aires: CLACSO-CROP, 2005.

FURTADO, Celso. *Teoría y política del desarrollo económico*. México: Siglo XXI Editores, 1974.

_____. *El desarrollo económico*: un mito. México: Siglo XXI Editores, 1975.

_____. *Prefacio a una nueva economía política*. México: Siglo XXI Editores, 1978.

GACITÚA, Estanislao; SOJO, Carlos (Ed.). *Exclusión social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe* San José de Costa Rica: FLACSO; Banco Mundial, 2003.

GONZALEZ, Stepan B. Ecomías fundacionales. Diseño del cuerpo ciudadano: del espacio público y privado. In: GONZALEZ, Stepan (Comp.). *Cultura y Tercer Mundo*: nuevas identidades y ciudadanía. Caracas: Editorial Nueva Sociedad, 1996.

GONZALEZ CASANOVA, Pablo. *Sociología de la explotación*. Mexico: Siglo XXI, 1975.

GONZALEZ DE LA ROCHA, Mercedes; PERLMAN; Janice; SAFA, Helen; JELIN, Elizabeth; ROBERTS, Bryan; WARD, Peter. From the marginality of the 1960' to the

“new poverty” of today. In: LLARR RESEARCH FORUM. *Latin American Research Review*, The University Texas Press, v. 39, n. 1, Feb. 2004.

GRACIARENA, Jorge. *Poder y clases sociales en el desarrollo de América Latina*. Buenos Aires: Paidós, 1976.

GROSGUÉL, Ramón. Developmentalism, modernity, and dependency theory in Latin America. *Nepantla: Views from South*, Duke University Press, v. 1, n. 2, 2000.

GUIMARAES DE CASTRO, M. H. Equipamentos sociais e política local no país no pós-64: dois estudos de caso. *Espaço e Debates*, São Paulo, ano VIII, n. 24, 1988.

GUNDER FRANK, Andre. *Capitalismo y subdesarrollo en América Latina*. Buenos Aires: Ediciones Signos, 1970.

_____. *América Latina: subdesarrollo o revolución*. México: Ed. Era, 1976a.

_____. Inestabilidad e integración en la Latinoamérica urbana en América Latina. In: _____. *América Latina: subdesarrollo o revolución*. México: Ed. Era, 1976b.

_____. Estructura económica rural y poder político campesino. In: _____. *América Latina: subdesarrollo o revolución*. México: Ed. Era, 1976c.

HINKELAMMERT, Franz J. Dialéctica del desarrollo desigual. *Cuadernos de la Realidad Nacional*, Santiago de Chile, 1970.

HINTZE, Susana. Crisis y supervivencia; estrategias de reproducción. *La Ciudad Futura*, Buenos Aires, n. 8/9, dez. 1987.

_____. *Estrategias alimentarias de sobrevivencia*. Buenos Aires: CEAL, n. 270, 1989.

HOSELITZ, Bert F. *Sociological factors in economic development*. Glencoe: The Free Press, 1960.

INDES BID. *El desarrollo: sus dimensiones y sus dinámicas*. Material do curso para formação de professores tutores do INDES sobre gerência para resultados no desenvolvimento, Módulo I, 2005.

IVO, Anete. The redefinition of the social issue and the rhetoric on poverty during the 90's. In: CIMADAMORE, Alberto; DEAN, Hartley; SIQUEIRA, Jorge (Ed.). *The poverty of the State: reconsidering the role of the State in the struggle against global poverty*. London: CROP/ Comparative Research Programme on Poverty, 2005.

JARAMILLO, Samuel. Crise dos meios de consumo coletivo urbano e capitalismo periférico. *Espaço e Debates*, São Paulo, n. 18, 1986.

JELIN, Elizabeth. *Familia y unidad doméstica: mundo público y vida privada*. Buenos Aires: Estudios CEDES, 1984.

KOWARICK, Lucio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

LEWIS, Oscar. *La cultura de la pobreza: cinco familias*. México: Fondo de Cultura Económica, 1961.

LO VUOLO, Rubén; BARBEITO, Alberto; PAUTASSI, Laura; RODRÍGUEZ, Corina. *La pobreza... de la política contra la pobreza*. Buenos Aires: Miño y Dávila Editores y CIEPP, 1999.

LÓPEZ PANIAGUA; Rosalía; CHAUCA MALÁSQUEZ, Pablo M. El oro verde: agricultura de exportación y pobreza rural en México. El caso de los cortadores de aguacate en Michoacán. In: ALVAREZ LEGUIZAMÓN, Sonia (Org.). *Trabajo y producción de la pobreza en Latinoamérica y el Caribe: estructuras, discursos y actores*. Buenos Aires: Programa CLACSO-CROP de estudios sobre pobreza na América Latina e Caribe, 2005.

MARIÁTEGUI; José Carlos. *Ensayos de interpretación de la realidad peruana*. Lima: Biblioteca Amauta, 1928.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialéctica de la dependencia*. 3. ed. México: Era, 1977.

MATOZZO DE ROMUALDI, Liliana. Decisiones de la Corte Suprema de los Estados Unidos sobre derechos reproductivos. Cronología desde 1965 hasta 1997. *Revista Jurídica, El Derecho*, Buenos Aires, Tomo 190, p. 847-857, 1999.

MINUJIN, Alberto; KESSLER, Gabriel. *La nueva pobreza en la Argentina*. Buenos Aires: Temas de Hoy, 1995.

MINUJIN, Alberto et al. *Cuesta abajo*. Los nuevos pobres: efectos de la crisis en la sociedad argentina. Buenos Aires: UNICEF/LOSADA, 1995.

MONTERO, Lourdes. Las paradojas del modelo exportador boliviano o cómo una mayor integración puede generar más pobreza. In: ALVAREZ LEGUIZAMÓN, Sonia (Org.). *Trabajo y producción de la pobreza en Latinoamérica y el Caribe: estructuras, discursos y actores*. Buenos Aires: CLACSO-CROP, 2005.

MURMIS, Miguel; FELDMAN, Silvio. La heterogeneidad social de las pobrezas. In: MINUJIN, Alberto et al. *Cuesta abajo*. Los nuevos pobres: efectos de la crisis en la sociedad argentina. Buenos Aires: UNICEF/LOSADA, 1995.

NACIONES UNIDAS. *Informe de las Naciones Unidas sobre la distribución de la riqueza en el mundo*. 1996.

NARAYAN, Deepa. Voices of the poor. In: POVERTY GROUP. *Voices from 47 countries*. PREM, World Bank. Dec. 1999. V. I: Can anyone hear us?

NARAYAN, Deepa et al. *Voices of the poor. Can any one hear us?* Washington: Oxford University Press: 2000a.

_____. *Voices of the poor. Crying out for change*. Poverty Groupe. World Bank. Junho, 2000b.

NEFFA, Julio. Pobreza y producción de la pobreza en Latinoamérica y el Caribe. In: ALVAREZ LEGUIZAMÓN, Sonia (Org.). *Trabajo y producción de la pobreza en Latinoamérica y el Caribe*: estructuras, discursos y actores. Buenos Aires: CLACSO-CROP, 2005.

NIVÓN, Eduardo Matthew et al. La cultura de la pobreza: O. Lewis. *Revista Alteridades*, Revista de antropología y estudios culturales, México, Universidad Autónoma Metropolitana-Iztapalapa, Departamento de Antropología, n. 7, 1994.

NUN, José. Superpoblación relativa, ejército industrial de reserva y masa marginal. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales*, Buenos Aires, v. IV, n. 2, p. 178-236, 1970.

_____. Marginalidad y otras cuestiones. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales*, Santiago de Chile, FLACSO, n. 4, 1972.

_____. Introducción. In: _____. *Marginalidad y exclusión social*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2001.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista/ o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

OYEN, Else. Poverty production: a different approach to poverty understanding. In: GENOV, Nicolai (Ed.). *Advances in sociological knowledge over half a century*. Paris: International Social Science Council, 2002.

PETRAS, James; ZEITLIN, Maurice. *América Latina: reforma o revolución*. Argentina: Editorial Tiempo Contemporáneo, 1973.

PETRECEILLE, Edmond. Políticas urbanas, equipamentos e serviços coletivos: elementos para um balanço das pesquisas. *Espaço e Debates*, São Paulo, n. 18, 1986.

PORTES, Alejandro. El sector informal, definición, controversias y relaciones con el desarrollo nacional. In: HARDOY, Jorge E.; PORTES, Alejandro (Ed.). *Ciudades y sistemas urbanos*. Buenos Aires: CLACSO, 1987.

PREBISCH, Raul. *Interpretación del proceso de desarrollo latinoamericano en 1949*. Santiago de Chile: CEPAL, 1951

_____. *Capitalismo periférico crisis y transformación*. México: Fondo de Cultura Económica, 2002.

PRZEWORSKI, Adam. La teoría sociológica y el estudio de la población: reflexiones sobre los trabajos de la comisión de población y desarrollo. In: MERTENS, Walter; PRZEWORSKI, Adam. *Reflexiones teórico metodológicas sobre investigaciones en población*. México: El Colegio de México, 1982.

QUEIROZ RIBEIRO, Luiz César de. Segregación residencial y segmentación social: el "efecto vecindario" en la reproducción de la pobreza en las metrópolis brasileñas. In: ALVAREZ LEGUIZAMÓN, Sonia (Org.). *Trabajo y producción de la pobreza en Latinoamérica y el Caribe*: estructuras, discursos y actores. Buenos Aires: CLACSO-CROP, 2005.

QUIJANO, Anibal. La formación de un universo marginal en las ciudades de América Latina. In: CASTELLS, Manuel (Comp.). *Imperialismo y urbanización en América Latina*. Barcelona: Ed. Gustavo Gilli, 1971.

_____. *Introducción a Mariategui*. México: Siglo XXI, 1981.

_____. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (Comp.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales, perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: FLACSO, 2000.

QUIJANO, Anibal; WEFFORT, Francisco. *Populismo, marginación y dependencia*. Costa Rica: Ed. Universitaria de Centro América, 1973.

QUIÑONES, Mariela; SUPERVILLE, Marcos. De la marginalidad a la exclusión social: cuando el empleo desaparece. In: ALVAREZ LEGUIZAMÓN, Sonia (Org.). *Trabajo y producción de la pobreza en Latinoamérica y el Caribe: estructuras, discursos y actores*. Buenos Aires: CLACSO-CROP, 2005.

RIBEIRO, Darcy. *El dilema de América Latina*. Estructuras de poder y fuerzas insurgentes. México: Siglo XXI, 1977.

RODRÍGUEZ, Daniel. Discusiones en torno al concepto de estrategias de supervivencia. *Economía y Demografía*, México, v. XV, n. 2, 1981.

ROSTOW, Walt Whitman. *Las etapas del crecimiento económico*. México: F. C. E., 1970.

SACHS, Wolfgang. The archaeology of the development idea. In: _____. *Planet dialectics: explorations in environment & development*. London: Zed Book, 1999.

SALAMA, Pierre. *Riqueza y pobreza en América Latina: la fragilidad de las nuevas políticas económicas*. México: Fondo de Cultura Económica; Universidad de Guadalajara, 1999.

SANTOS, Theotonio dos. La crisis de la teoría del desarrollo y las relaciones de dependencia en América Latina. In: JAGUARIBE, Hélio et al. *La dependencia político-económica en América Latina*. México: Siglo XXI, 1970.

_____. A teoria da dependência: um balanço histórico e teórico. In: CRESALC. *Los retos de la globalización: desafíos del sistema mundial. Ensayos en homenaje a Theotonio dos Santos*. UNESCO, 2002.

_____. *La Teoría de la Dependência: balance y perspectivas*. Barcelona: Plaza y Janés Editores, 2003.

SEN, Amartya Kumar. *Poverty and famines: an essay on entitlement and deprivation*. Oxford: OIT; Clarendon Press, 1981.

_____. Capability and well being. In: NUSSBAUM, Martha; SEN, Amartya (Comp.). *The quality of life*. Oxford: Clarendon Press, 1993.

- SINGER, Paul. *Economía política del trabajo*. elementos para un análisis histórico estructural del desempleo y de la fuerza de trabajo en el desarrollo capitalista. México: Siglo XXI, 1980.
- SOJO, Carlos. Dinámica sociopolítica y cultural de la exclusión social. In: SOJO, Carlos; GACITÚA, Estanislao; DAVIS, Shelton. *Exclusión social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe*. San José, Costa Rica: FLACSO; Banco Mundial, 2000.
- SOUZA, A. (Comp.). Qualidade de vida urbana. *Debates Urbanos*, Rio de Janeiro, n. 7, 1987.
- SPICKER, Paul; ALVAREZ LEGUIZAMÓN, Sonia; GORDON, David. *Poverty: an international glossary*. Londres: Zed Book, 2006.
- STAVENHAGEN, Rodolfo. Siete tesis equivocadas sobre América Latina. In: _____. *Sociología y subdesarrollo*. México: Editorial Nuestro Tiempo, 1974a.
- _____. Marginalidad y participación en la reforma agraria mexicana. In: _____. *Sociología y subdesarrollo*. México: Editorial Nuestro Tiempo, 1974b.
- _____. Estructura social y subdesarrollo. In: _____. *Sociología y subdesarrollo*. México: Editorial Nuestro Tiempo, 1974c.
- SUNKEL, Osvaldo; PAZ, Pedro. *El subdesarrollo latinoamericano y la teoría del desarrollo*. México: Siglo XXI, 1975.
- TOKMAN, Victor E. El imperativo de actuar. El sector informal hoy. *Nueva Sociedad*, Venezuela, jul./ago. 1987.
- _____. La informalidad en los años 90: situación actual y perspectivas. In: CARPIO, Jorge; NOVACOSVSKY, Irene. *De igual a igual: el desafío del Estado ante los nuevos problemas sociales*. Buenos Aires: SIEMPRO; FLACSO; FCE, 1999.
- TORRADO, Susana. *Sobre los conceptos de estrategias familiares de vida y procesos de reproducción de la fuerza de trabajo*. Buenos Aires, 1982. Mimeografiado.
- _____. El enfoque de las estrategias familiares de vida en América Latina: orientaciones teórico metodológicas. *Cuadernos del CEUR*, Buenos Aires, n. 2, 1982.
- VALDEZ, Teresa. *Poblaciones y pobladores: notas para una discusión conceptual*. Santiago de Chile: FLACSO, set. 1982. (Material de discusión, Programa FLACSO-Santiago de Chile, n. 33).
- VALENTÍN, Charles. *La cultura de la pobreza*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1970.
- VECKEMANS, Roger; VENGAS, Ramón. *Seminario de promoción popular*. Santiago de Chile: Ed. DESAL, 1966.
- VILLARREAL, Juan. *El capitalismo dependiente: estudio sobre la estructura de clases en Argentina*. México: Siglo XXI Editores, 1978.

WALTON, John. La economía internacional y la urbanización periférica. In: WALTON, John et al. *Ciudades y sistemas urbanos*. Buenos Aires: CLACSO, 1984.

ZICCARDI, Alicia (Comp.). *Pobreza, desigualdad y ciudadanía*. Buenos Aires: CLACSO, 2003.

Laura Mota Díaz*

INSTITUIÇÕES DO ESTADO E PRODUÇÃO E *REPRODUÇÃO* DA DESIGUALDADE NA AMÉRICA LATINA

No atual cenário global, caracterizado pela integração econômica, o desenvolvimento tecnológico e os avanços científicos, a desigualdade continua sendo um fenômeno cruel que afeta milhões de habitantes em todo o mundo, mas particularmente na América Latina e Caribe, região considerada atualmente como a mais desigual do planeta. O modelo global, implementado na América Latina há quase três décadas, demonstrou sua ineficácia, no transcurso de sua evolução, para gerar condições de desenvolvimento equitativo e inclusivo, contribuindo, sob todos os aspectos, para o aumento da brecha entre ricos e pobres. Com importantes custos sociais, mantêm-se a concentração da renda e as desigualdades entre os países e no interior deles.

Para ilustrar a afirmação, há o fato de que, em princípios do século XXI, as duzentas pessoas mais ricas do mundo possuíam mais que o montante detido por um bilhão e quatrocentos milhões de pessoas, e apenas as duas pessoas mais ricas tinham muito mais que o conjunto dos países menos desenvolvidos do planeta. Atualmente, pode se dizer que há indivíduos mais ricos que nações importantes. Os últimos dados da revista

* Laura Mota Díaz é doutoranda em Administração Pública pela Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM), Mestra em Ciências Sociais, com especialidade em Desenvolvimento Municipal pelo Colégio Mexiquense, e Antropóloga Social pela Universidade do Estado do México. Atualmente, é docente-pesquisadora em tempo integral na Faculdade de Ciências Políticas e Administração Pública da Universidade Autônoma do Estado do México, onde realiza pesquisas sobre pobreza, políticas públicas e desenvolvimento local.

Forbes indicam que a fortuna dos mais ricos está aumentando. Enquanto isso, a desigualdade entre países cresce, mas também esta se produz e *reproduz* dentro dos países.

O quadro de desigualdade na América Latina completa-se com a existência de altos níveis de pobreza. Um informe publicado pela CEPAL no ano 2005, relativo aos avanços dos objetivos de desenvolvimento do milênio (ODM), registra que, em vários países da região, podem se observar progressos significativos em matéria de redução da pobreza. Porém, o documento reconhece que tais avanços são insuficientes para gerarem progresso e bem-estar humano, porque continuam as desigualdades no acesso à educação, à saúde e à tecnologia (CEPAL, 2005).

A possibilidade de se alcançar o desenvolvimento pleno consiste não apenas na diminuição do número de pobres, como também na superação das desigualdades existentes em todos os âmbitos da vida humana. No entanto, nos últimos anos, observa-se o incremento da desigualdade em todo o mundo, particularmente na América Latina. Daí a importância de se direcionarem estudos e pesquisas atuais para o esclarecimento e explicação dos fatores que *reproduzem* essa situação.

Durante muitos anos, as pesquisas concentraram-se em quantificar as desigualdades e em descrevê-las, dando ênfase principalmente às análises econômicas. Os atuais níveis de desigualdade, que contrastam com os da enorme riqueza acumulada em algumas mãos, colocam hoje a necessidade de se passar das medições e descrições à busca de respostas sobre os fatores que estão contribuindo para a reprodução desse fenômeno. O objetivo deste artigo é explicar a reprodução da desigualdade, colocando o Estado e suas instituições como responsáveis por tal processo, considerando que, no transcurso da história, foram facilmente permeáveis aos grupos e interesses particulares.

A apresentação estrutura-se em quatro tópicos. No primeiro, define-se desigualdade, associando-a ao processo de sua reprodução. No segundo tópico, alude-se à origem e evolução das desigualdades na América Latina, destacando como, ao longo da transformação do sistema econômico, as elites burguesas foram configurando as instituições para obter vantagens e benefícios particulares e, a seguir, como estas continuaram sob o domínio das classes que exercem o poder, não só econômico como também político. No terceiro tópico, aborda-se a explicação sobre o papel que as instituições do Estado desempenham na reprodução das desigualdades. Inicia-se com uma rápida definição acerca do que sejam as ins-

tuições, tomando-se como base da explicação a teoria neo-institucionalista. No quarto tópico, reúnem-se as conclusões derivadas do que foi exposto nos três tópicos anteriores.

PRECISÕES SOBRE A DESIGUALDADE

Abordar a desigualdade, em qualquer de suas vertentes, exige precisar um conceito e/ou elementos que a caracterizem, para deixar claro qual seja a concepção que se tenha do fenômeno para os objetivos da análise proposta. Nas literaturas econômica e social, o conceito de desigualdade frequentemente esteve vinculado à renda das pessoas e das nações, assim como à sua concentração e distribuição em estratos populacionais. Nessa perspectiva, a desigualdade é um fenômeno que caracteriza diversos tipos de desenvolvimento entre nações e regiões do mundo e identifica-se como uma das causas principais da criação de pobreza.

Um dos autores que, dentro da teoria econômica, abordou pela primeira vez a desigualdade de rendas e sua relação com as tendências de crescimento das nações economicamente avançadas foi Simon Kuznets. Segundo a tese desse autor, em uma primeira fase do crescimento econômico e dada a existência de forças que se contrapesam umas às outras, é natural a existência de uma brecha importante na distribuição da renda, sendo provável que a desigualdade aumente. Em uma segunda fase, especialmente quando as oportunidades do mercado ampliam-se, as mudanças tecnológicas aumentam, e ocorrem mudanças estruturais na economia. Espera-se, então, que a brecha da desigualdade reduza-se paulatinamente. Mas somente quando as forças de inovação tecnológica e de mercado são débeis, as possibilidades de diminuição dessa brecha reduzem-se (Kuznets apud Fields, 1999).

Estudos posteriores levaram a se questionar a tese apresentada por Kuznets e demonstraram progressivamente que a igualdade ou a desigualdade de rendas permanecem inalteradas em décadas sucessivas de recessão e de alta recuperação econômica, tal como aconteceu na América Latina, particularmente nas décadas de 1980 e 1990. A conclusão é que não é necessariamente a taxa de crescimento econômico que determina o aumento ou diminuição da desigualdade das rendas, sendo necessário considerarem-se outros fatores para se explicar a estrutura distributiva.

Para o caso dos países latino-americanos, diversas pesquisas realizadas durante a década de 1990 examinaram outras variáveis para caracterizar a desigual distribuição de rendas. Constituem também fatores que incidem de maneira importante na distribuição da renda a posição do emprego (nos setores formal ou informal da economia), as oportunidades educativas, as diferenças de instrução dos estratos populacionais e de acesso aos serviços básicos de saúde, as taxas demográficas, o número de filhos por família e as diferenças de gênero.

De acordo com Luis Reygadas (2004, p.8),

[...] na capacidade individual para ter acesso às riquezas sociais intervêm outros fatores, menos conhecidos ou mais difíceis de avaliar ou quantificar, mas que também são decisivos. Entre eles podem se mencionar o capital cultural, as certificações, o status, a etnia, o gênero e outros atributos individuais.

Para Pierre Bourdieu (1988), o capital cultural pode ser material ou objetivado, mas também pode ser subjetivo, adquirido pelos indivíduos ao longo de muitos anos de socialização e incorporado a seus esquemas de percepção e pensamento.

As certificações garantem as capacidades individuais, sendo levadas em conta para a atribuição de postos de emprego e remuneração. Não são necessariamente prova das capacidades reais de que se disponha, mas funcionam como mecanismos de exclusão.

O prestígio social também é fonte de desigualdades, já que o acesso diferencial a muitos recursos encontra-se associado às distinções de *status*. Do mesmo modo, as características étnicas, historicamente, têm sido fonte de muitas desigualdades devido à ampla discriminação que existe e porque as populações indígenas foram vítimas, em todo momento, da marginalização e exclusão social.

O gênero é um dos fatores medulares na construção de desigualdades. Para além das diferenças biológicas, foram estruturadas distinções sociais e culturais entre homens e mulheres, dentro das quais se estabelecem hierarquias de poder, de *status* e de rendas. Finalmente, os atributos individuais constroem-se socialmente como resultado de processos históricos. Sua aquisição depende de condições e processos coletivos que atribuem, a cada indivíduo, uma posição dentro das estruturas econômica, política e social.

Além da concorrência entre pessoas com diferentes capacidades, existem muitos outros fatores que regulam a circulação e apropriação das riquezas sociais, daí a importância de se estudarem as interações, mas particularmente as instituições governamentais, porque elas regulam as interações no espaço social. Nesses termos, a desigualdade é concebida como um fenômeno de caráter multidimensional em que intervêm fatores de tipo econômico, político, social e cultural. Mais ainda, a desigualdade é uma situação que foi se construindo e reproduzindo no campo das interações sociais, estabelecendo múltiplas diferenças tanto individuais como coletivas em todos os âmbitos da vida humana.

A desigualdade tem facetas distintas. Fala-se da *desigualdade econômica* como aquela situação caracterizada pela diferença de rendas e capacidade de consumo entre indivíduos, regiões e nações. Também faz-se referência à *desigualdade política*, entendida como a diferença com que se exercem os direitos políticos e tem-se acesso ao poder político. Finalmente, se fala da *desigualdade sociocultural*, entendida como a diferença entre grupos populacionais por etnia, gênero, ideologia, capital cultural e *status* social. Cada uma dessas formas de desigualdade encontra-se inter-relacionada, tornando mais complexo o fenômeno, especialmente se considerando sua *reprodução*.

A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA DESIGUALDADE NA AMÉRICA LATINA

A desigualdade na América Latina não é um fenômeno recente nem tampouco é produto do sistema global atual. A desigualdade tem nos acompanhado em diferentes momentos, a tal ponto que podemos dizer que nossa história está impregnada de crescentes desigualdades econômicas, políticas e socioculturais.

Sobre sua origem, é comum encontrarem-se, na literatura, explicações que a situam como produto da estrutura e funcionamento da economia. Tais análises apontam para o fato de que as estruturas produtivas da região latino-americana conformaram-se, desde o início, em correspondência com uma distribuição concentrada da renda, o que obedeceu ao estabelecimento de mercados internos determinados, em alto grau, pelas demandas de facções relativamente pequenas da população total. De acordo com Pedro Vuskovic (1993, p. 40), o incremento da demanda e produ-

ção de bens não-essenciais ligados à necessidade de reprodução de formas de vida e consumo próprios da classe privilegiada deu lugar a uma economia com perfis técnicos que limitavam a capacidade de absorção da força de trabalho e demandavam investimentos relativamente grandes, cujo funcionamento dependia, em alto grau, de abastecimentos intermediários importados. Assim, o aumento da desigualdade foi se agravando à medida que se expandia a capacidade de consumo dos estratos mais altos da população, enquanto a dos estratos mais baixos reduzia-se, em especial se seus recursos eram insuficientes para adquirir bens de consumo básicos.

Durante o século XVI, a sociedade latino-americana esteve subordinada à condição de colônia espanhola e portuguesa. Como tal, a colonização fez parte do processo histórico de criação do mercado mundial capitalista e, por extensão, das formas de exploração a que foram submetidos os nativos da região, o que contribuiu para ampliar a desigualdade.

Na América Latina, não só houve capital comercial como, fundamentalmente, um capital que se investia em empresas mineradoras, agropecuárias e artesanais, dando origem a uma burguesia crioula não meramente comercial, mas também produtora. Assim, durante a colonização, as riquezas naturais da América Latina permitiram a produção de mercadorias consideradas de alto valor nos mercados internacionais: ouro e prata nos países andinos e na Nova Espanha; açúcar e outros produtos agrícolas tropicais no Brasil e em outras colônias com vastas extensões de terra (Vitale, 1979, p. 11-19).

Tanto a extração de minerais como a agricultura demandavam mão-de-obra intensa. Foi nesse contexto que os colonizadores transplantaram instituições de origem feudal, como a *encomienda*, que teve como fundamento teórico a inferioridade natural ou social do índio e como base real a necessidade de se premiar o conquistador e guardião da terra, retribuir-lhe e proporcionar-lhe mão-de-obra para suas empresas agrícolas e mineiras. A *encomienda* estabeleceu, entre as classes, uma relação pré-capitalista com aparência feudal, mas, em seu conteúdo, foi claramente escravagista, pela exploração a que eram submetidos os trabalhadores (De Ferranti, 2003; Vitale, 1979). Desse modo, a desigualdade não só foi produto da concentração da renda, como também das interações sociais, marcadas pela existência de relações assimétricas que se estabeleceram entre os colonizadores europeus e a população originária da América Latina. Sem dúvida, foram a criação e a ampliação de instituições, tanto formais como informais, relacionadas especialmente com a administração do trabalho, o uso da terra e o con-

trole político e erigidas pelos próprios colonizadores para consolidar seu poder, que permitiram se estabelecer e manter tal assimetria.

Embora o fator econômico tenha dominado o interesse e a conduta dos colonizadores, seu alcance não teria sido possível sem a existência de um poder político que moldasse as instituições necessárias para legitimar tais ações. Esse poder foi exercido primeiro pela monarquia espanhola e, pouco a pouco, foi se repartindo entre as elites crioulas, permitindo que elas acumulassem uma enorme quantidade de propriedades e de riquezas com as quais reafirmaram seu poder e obtiveram mais privilégios. Os processos econômicos não ocorrem num vazio. Pelo contrário, são mediados pelas instituições existentes, particularmente por aquelas que estão sob o controle governamental e que se orientam para regular, entre outras coisas, o funcionamento dos mercados, os direitos de propriedade e os contratos de agentes privados.

No século XIX, após uma intensa luta social e séculos de submissão e exploração, países latino-americanos conseguiram a independência política formal dos impérios espanhol e português, embora continuassem dependentes do capitalismo europeu. Limitando o processo de libertação à independência política, logo caíram em um novo tipo de dependência. “A especificidade de nossa dependência no século XIX estava em que, apesar de ser dependentes dos mercados europeus, os empresários, mineiros e terra-tenentes eram então donos das terras, das minas e das plantações” (Vitale, 1979, p. 28).

Durante o século XIX, o Estado era dirigido pela velha oligarquia terra-tenente, em aliança com as burguesias mineira, comercial, bancária e financeira. Nesse período, a América Latina conservou suas riquezas nacionais em poder da burguesia crioula porque o desenvolvimento capitalista europeu não se fundamentava ainda no investimento de capital financeiro nas zonas periféricas, mas em suas próprias nações, em pleno processo de industrialização (Vitale, 1979).

Após as sucessivas proclamações de independência, poucas coisas mudaram. Apesar de a maioria desses Estados jovens ser formalmente composta por democracias republicanas, na prática, os descendentes europeus continuaram configurando as instituições e as políticas em seu próprio benefício, quanto ao sufrágio, ao acesso à educação e à política de terras, o que tornou possível que mantivessem seus privilégios e posições estratégicas dentro da sociedade (De Ferranti, 2003). A elite crioula foi capaz de alcançar e preservar uma quantidade desproporcional de poder e influência na formação e implementação de políticas governamentais. Os

poderes político e econômico permaneceram em mãos de uns poucos, e a concentração do poder constituiu um legado inquestionável do colonialismo.

Os últimos anos do século XIX foram caracterizados pelas transformações agrárias, pela queda dos custos de transporte, pelo crescimento do comércio mundial e pela penetração dos capitalismo inglês e norte-americano. Esse novo cenário reforçou a marcante concentração de poderes político e econômico.

A defasagem entre um Estado formado segundo as pautas da democracia liberal e uma sociedade dominada por relações servis e despóticas não só impediu o desdobramento da institucionalidade política, como também determinou a própria deformação do Estado. Desse modo, a importância que o Estado adquiriu e sua apropriação por interesses privados tiveram como resultado, durante muito tempo, uma sociedade civil dependente e submetida, em seus segmentos majoritários, à exclusão política, econômica e cultural (De Ferranti, 2003).

A América Latina ingressou no século XX com uma enorme quantidade de problemas decorrentes da herança colonial: baixa qualidade educativa, que afetava a maioria de sua população, situações de exclusão e discriminação sociais, oligarquias poderosas, dependência de minerais e produtos agrícolas para a exportação, debilidade do Estado de direito, relações de patronato, rentistas parasitários, corrupção e uma longa lista de dificuldades que afligia o conjunto da população. Após a crise mundial de 1929, desenvolveu-se, na maioria dos países latino-americanos, o processo industrial de substituição de importações, permitindo a consolidação de uma burguesia industrial com capitais nacionais. O novo modelo econômico exigiu uma crescente intervenção do Estado no processo econômico e a formação de condições próximas ao modelo do Estado de bem-estar, como maneira de redistribuir a renda e, assim, alcançar a justiça social. O resultado foi a preeminência do Estado sobre a sociedade. Legitimou-se ideologicamente a intervenção do Estado nas mais diferentes áreas desde que fosse possível controlarem-se o ciclo econômico e a ordem social (Cunill, 1997).

Ao Estado e aos governos, como seus braços executores, atribuíram-se os papéis de motores da economia, de planejadores do desenvolvimento, de garantidores da integração social, empregadores e protetores dos nascentes setores empresariais. Cabia também ao Estado redistribuir renda e subsidiar o restante da sociedade (Brito, 2003).

A intervenção na economia realizou-se por meio da aplicação da política fiscal, para se efetivarem os objetivos macroeconômicos e a geração de emprego, da prestação de bens e serviços públicos e políticos de proteção social e da implantação de sistemas fiscais de caráter progressivo. Para alcançar objetivos como os do progresso e equidade, o Estado também exercia o papel de condutor e garantidor da negociação entre trabalhadores e empresários na distribuição da riqueza e de árbitro em frente ao conflito para manter a paz social (Cunill, 1997). Ao contrário de séculos anteriores, o Estado já não era apenas um intermediário político-administrativo das relações entre o imperialismo e a burguesia crioula. Agora, atuava como sócio direto mediante a associação do capital estatal com as empresas multinacionais.

O intervencionismo estatal foi, em primeiro lugar, uma tradução política dos conflitos de interesse que já não podiam continuar se desenvolvendo no marco da esfera privada. Mais tarde, incrementou-se como resposta aos desafios e reajustes colocados pelo crescimento econômico, pela reestruturação agrária, pela hiper-urbanização, pelas mudanças ocorridas na estratificação e mobilizações sociais e pelos conflitos ideológicos e políticos, alternando-se ciclos de autoritarismo e democracia (Cunill, 1997).

Embora o Estado interventor tenha proposto objetivos sociais em favor dos setores com maiores necessidades, as realizações ficaram longe das intenções especialmente no que tange aos mecanismos de acesso à segurança social, à educação e à prestação dos serviços públicos de qualidade. O Estado também foi objeto de captura por parte dos grupos de interesse, sindicatos, empresários e banqueiros, que, em todo o momento, foram orientando a ação pública em benefício próprio.

No final dos anos 1970, o Estado interventor da América Latina havia entrado em crise devido aos seguintes fatores: a) incapacidade para atender ao problema do desemprego, resultante do desequilíbrio entre oferta de mão-de-obra e demanda por parte dos empregadores; b) aumento do gasto público sem ter havido modificação da estrutura distributiva; c) ineficiência na execução do gasto público; d) crise fiscal, que diminuiu a capacidade de financiamento do gasto público; e, por fim, e) novas condições internacionais, modificando a soberania nacional (Brito, 2003). Além de não conseguir modificar substancialmente as raízes histórico-estruturais da desigualdade, o Estado contribuiu para a reprodução e ampliação do fenômeno.

Os anos 1980 marcaram o início de uma nova era para os países latino-americanos. Tudo levava a crer na melhoria das condições econômicas, políticas e sociais, permitindo criar os equilíbrios necessários para garantir estabilidade econômica, governabilidade e bem-estar social. A derrocada dos governos militares e o retorno à democracia na América Latina apresentavam um novo cenário de otimismo nos campos político e social. A adoção de uma nova estratégia de desenvolvimento, inspirada no neoliberalismo, prometia trazer mudanças nas economias de nossos países, desta vez por via das liberalizações econômica e comercial, assim como pela abertura ao investimento estrangeiro. A meta era alcançar suficiente competitividade para inserir-se com sucesso na economia globalizada e fortalecer os mercados internos.

Foi nesse contexto que se propôs reformar o Estado, para adequá-lo às necessidades e exigências da nova ordem internacional. Predominou a posição de que o Estado deveria se limitar a exercer suas competências básicas e indelegáveis, tais como segurança e defesa, educação e saúde e programas sociais. Em síntese, o Estado deveria ser encolhido para dar espaço ao mercado e à sociedade (Cunill, 1997; Brito, 2003).

Nos anos 1980, iniciaram-se as reformas conhecidas como de “primeira geração”, cujas prioridades foram a redução do tamanho do Estado, a descentralização, a privatização, a desregulação da economia e a terceirização de serviços públicos, tudo isso com o fim de eliminar padrões culturais disfuncionais para a economia de mercado, tais como clientelismo, paternalismo e intervencionismo estatal (Prats i Catalá, 1998; Oszlak, 1999). Essas primeiras reformas foram acompanhadas pela preocupação obsessiva com a estabilização e o crescimento econômico e com a abertura e competitividade no mercado mundial, ficando em segundo plano as preocupações com o bem-estar social e a democracia.

Os resultados foram considerados insuficientes para se alcançarem os objetivos do desenvolvimento social: os custos das reformas instituídas haviam sido maiores que seus benefícios, sendo necessário implementarem-se reformas de “segunda geração”. Nelas, se incluíam o desenvolvimento institucional e uma radical modernização gerencial da administração pública, além do aperfeiçoamento do sistema político democrático. O enfoque neo-institucionalista invertia a relação causal entre crescimento econômico e democracia: a importância dos processos políticos passou a ser equiparada à dos processos econômicos.

As novas reformas enquadraram-se em uma visão mais ampla do desenvolvimento, que sujeitava os avanços do desempenho econômico a condições tais como o aperfeiçoamento do Estado de direito, a reforma dos poderes públicos, a capacitação dos serviços públicos e a reestruturação dos governos. O crescimento econômico e a competitividade no mercado mundial deveriam estar acompanhados do bem-estar social e da equidade. O desenvolvimento humano e a construção de um tecido social forte e de um sólido capital social estariam associados à sustentabilidade econômica e à estabilidade democrática (Brito, 2003). Aos Estados e seus governos, cabia assumir um papel relevante como criadores de políticas de apoio e estímulo ao setor privado, o que significava uma dupla função: a) complementar os mercados, não só corrigindo suas falhas, como organizando e coordenando, de forma dinâmica, as interações entre os fatores humanos, econômicos, políticos, sociais e culturais imprescindíveis para a competitividade; e b) detectar e contatar os potenciais agentes de desenvolvimento presentes na sociedade, mobilizá-los e articular suas ações (Rabotnikof, 2001).

Em síntese, os propósitos das reformas incluíam, além do aperfeiçoamento e da consolidação de sistemas políticos democráticos, mudanças nos padrões culturais e nas regras do jogo social, com o objetivo de propiciar, nas sociedades latino-americanas, as condições que tornariam possível projetar instituições capazes de estimular o crescimento econômico (Prats i Catalá, 1998; Fleury, 1999; Stiglitz, 1998). Para isso, se considerou necessária a concepção de estruturas de incentivos que estimulassem o comportamento eficiente e responsável do conjunto de atores sociais, públicos e privados.

Novamente, apesar das boas intenções, uma rigorosa análise das reformas de segunda geração indica que os objetivos sociais, especialmente os que se referiam à equidade e inclusão, não se materializaram. Apesar de a década de 1990 ter registrado importantes mudanças políticas, sociais e tecnológicas, elas foram insuficientes. As desigualdades permanecem iguais, e, na maioria dos países, registra-se sua ampliação, o que nos leva a questionar o papel do Estado.

COMO AS INSTITUIÇÕES DO ESTADO CONTRIBUEM PARA *REPRODUZIR* A DESIGUALDADE

SOBRE AS INSTITUIÇÕES

Apesar de ser algo simples, o conceito de *instituição* necessita ser explicitado para se compreenderem sua existência e utilidade nos processos econômicos, políticos e sociais. As instituições são definidas como: “as regras do jogo da sociedade”; “as limitações ideadas pelo homem que dão forma à interação humana”; “o conjunto de regras cujo objetivo é proporcionar estrutura e previsibilidade às interações entre os indivíduos na sociedade” (North, 1993); “estruturas de regras, procedimentos e acertos” (Shepsle; Weingast, 1984); “prescrições acerca das quais se requerem ações proibidas ou permitidas” (Ostrom, 1990); “estruturas de governo e acertos sociais guiados pelo desejo de diminuir os custos de transação” (Eggertsson, 1991); “o conjunto de regras que articulam e organizam as interações econômicas, sociais e políticas entre os indivíduos e os grupos sociais” (Ayala Espino, 2000).

O termo *instituição*, de acordo com Ayala Espino (1996), não se aplica unicamente aos sistemas que são organizados formalmente, mas à série de práticas e rotinas inter-relacionadas, às vezes formalizadas em regras e leis escritas e, em alguns casos, menos formalmente especificadas. Na esfera pública, um conjunto de regras só se transforma em instituição, *stricto sensu*, quando se compartilha seu conhecimento e se aceita seu cumprimento, voluntariamente ou coercitivamente imposto pelo Estado.

Da perspectiva do institucionalismo canônico, o principal papel das instituições em uma sociedade é reduzir a incerteza, estabelecendo uma estrutura estável para a interação humana. As instituições também funcionam como restrições, porque definem os limites dentro dos quais ocorrem o intercâmbio e as escolhas dos indivíduos.

No estudo das instituições, podemos situar duas tradições intelectuais. A primeira, que é a mais difundida, corresponde a um grupo de teorias que enfatiza os benefícios coletivos desprendidos de sua existência. A segunda tradição, diferentemente, enfatiza os conflitos sociais e distributivos gerados pelas instituições, argumentando que elas não beneficiam todos os agentes por igual, já que existe uma notável desigualdade entre os que têm poder e os que não o têm. Em consequência, estão limitados para influir na concepção, instrumentação, legalização, administra-

ção, vigilância e cumprimento dessas instituições. Desta segunda concepção, desprende-se um postulado importante e útil para se explicar o papel das instituições como *reprodutoras* de desigualdade: os agentes com mais poder relativo, mais capacidade organizativa decisiva e mais acesso à informação terão uma maior margem para manipular as instituições a seu favor (Knighth apud Ayala Espino, 2000).

Por que surgem as instituições? Uma primeira resposta alude ao fato de que as instituições e normas nascem e prevalecem onde quer que os indivíduos tentem viver em sociedade, pois torna-se necessário manter uma ordem que regule o intercâmbio e garanta a convivência. Para os institucionalistas, a resposta a essa questão deve partir do estudo do comportamento e das escolhas individuais, pois supõem que os seres humanos criem, reivindicuem, rejeitem, operem e finalmente alterem as instituições como um resultado primordial de suas escolhas egoístas e racionais. Nesse sentido, os economistas clássicos afirmaram, entre outras coisas, que o egoísmo é só um ponto de partida e não de chegada, já que os indivíduos, nas palavras de Hobbes, são criaturas compulsivas e impulsivas, vítimas de seus hábitos e emoções (Ayala Espino, 2000).

Assim, pode se afirmar que as instituições são moldadas dependendo do interesse predominante que guie as condutas individual ou coletiva em cada momento histórico. No caso da América Latina, desde o período colonial, as elites econômicas conformaram as instituições para que lhes permitissem exercer seu domínio sobre a população nativa e, desse modo, garantir a reprodução de seu capital e o aumento de seus privilégios.

O ESTADO E AS INSTITUIÇÕES

Definido juridicamente como a unidade entre um governo, um território e uma população, o Estado tem funcionado como o eixo de articulação do sistema mundial contemporâneo. Sua origem situa-se na Europa Ocidental, entre os séculos XI e XIII. Existe uma vasta literatura referente às circunstâncias que deram origem ao Estado, aludindo a sua evolução e organização. É intenção deste tópico fazer breve referência aos aspectos mais básicos do Estado, para entendê-lo em relação às instituições e ao exercício de poder.

Os teóricos do Estado admitem geralmente que este tenha, como função principal, garantir uma convivência organizada, em particular a paz e a

segurança jurídicas. O desempenho dessa função supõe o poder estatal, quer dizer, a faculdade de regular obrigatoriamente a conduta da comunidade e de forçar a conduta prescrita com os meios do poder, mesmo com o uso da força física, pois, como afirma Weber, o Estado é o único que pode exercer legitimamente a violência. O poder do Estado toma forma no governo e personifica-se na atuação dos agentes governamentais.¹

Para Estela Arredondo (1982), o Estado deve ser entendido não só como o aparato de governo, mas também como o conjunto de instituições encarregadas de ditar leis e fazê-las cumprir. Esse é um Estado hegemônico, com capacidade de dirigir e dominar, produto de determinadas relações de forças sociais, que desenvolve atividades teóricas e práticas com as quais a classe dominante não só justifica e mantém seu domínio, como também consegue sustentar o consenso ativo de seus governados.

Para Clauss Offe (1990), desde uma perspectiva sistêmica, o Estado pode ser analisado como um grupo multifuncional e heterogêneo de instituições econômicas e políticas. Esse grupo incide diferencialmente no funcionamento e operação dos distintos sistemas.

Por sua vez, Ayala Espino (1996) define o Estado como uma organização que desempenha um papel crucial no projeto, criação e manutenção das instituições públicas e privadas, que fixam as regras do jogo para o intercâmbio. O autor firma também que as instituições têm importância para o desempenho dos sistemas econômico, político, social e cultural e, naturalmente, para o próprio Estado.

Uma definição que considero mais próxima ao que sejam as instituições do Estado é a de Ulrich Beck (2004), para quem as instituições são regras de base e de fundo vigentes para o exercício do poder e do domínio, ou seja, preceitos formais e informais de conduta que servem para possibilitar ou pretextar determinadas formas de práxis política (nacionais e internacionais).

1 O governo poderia ser definido como a realidade visível do Estado. O termo designa, de uma perspectiva política, tanto os mecanismos pelos quais se leva a cabo a direção pública da coletividade social, como o aparato que torna aquela possível. O governo, portanto, adquire significados concretos diversos, que podem aludir: à forma de organização global em um Estado (ou regime político); à ação mesma de colaboração das políticas públicas (ou governança); ou à organização institucional onde reside a autoridade formal do Estado. Os agentes governamentais são as pessoas que ostentam a representação do Estado no exercício das funções específicas para as quais tenham sido legitimamente nomeadas.

O neo-institucionalismo – corrente teórica em que se sustenta este artigo – concebe o Estado como uma organização dotada de poderes suficientes para atuar como o garantidor do interesse público num duplo sentido. Primeiramente, ele restringe a conduta maximizadora e egoísta dos agentes econômicos, por meio da manutenção e vigilância das instituições públicas. Em segundo lugar, o Estado cria novas instituições em qualquer lugar ou circunstância onde as instituições privadas obstruam ou cancelem as possibilidades de se obterem os lucros derivados da organização, cooperação e intercâmbio (Ayala Espino, 1996). Além disso, o neo-institucionalismo concebe o Estado como um contrato social que se trava entre a burocracia estatal e os governados. Dito contrato fixa os termos em que ocorre o intercâmbio de instituições entre a sociedade e o Estado. Isso significa que a burocracia estatal oferece instituições para proporcionar um marco de mais estabilidade e segurança econômicas, enquanto os indivíduos reivindicam instituições porque percebem que, apesar dos custos, estas lhes permitem obter os ganhos derivados do intercâmbio.

O neo-institucionalismo é uma das correntes teóricas contemporâneas que se preocupou em desenvolver uma teoria do Estado do ponto de vista das instituições. Essa perspectiva analítica enfatiza a intervenção do governo como um fator regulador do intercâmbio e corretivo das falhas do mercado. Concebe o papel do Estado como um elemento capaz de melhorar a atribuição de recursos, embora aceite que também pode piorá-la. Do mesmo modo, o neo-institucionalismo atribui ao Estado um papel central no comportamento econômico dos indivíduos, porque fixa e vigia o cumprimento das regras fundamentais que regulam o intercâmbio: os direitos de propriedade exclusivos, os contratos entre os agentes privados e as diversas regulamentações. A concepção e a operação dessas regras dependem, em boa parte, do poder do Estado para introduzir as restrições, quer dizer, para delimitar o permitido e o proibido e para vigiar e obrigar seu cumprimento (Ayala Espino, 1996).

Um dos mais importantes neo-institucionalistas contemporâneos é Douglas North, para quem o Estado é “[...] uma organização com vantagens comparativas na violência estendida sobre áreas geográficas cujos limites são determinados por seu poder para obter impostos” (North, 1984, p. 21). No modelo de North, o Estado está controlado por uma burocracia que monopoliza o uso da violência e da oferta de bens e serviços públicos. Nesse sentido, o Estado atua como uma entidade monopólica

discriminatória, quer dizer, ele pode empregar seus poderes (por exemplo, o tributário) para onerar desigualmente os grupos da sociedade e, desse modo, contribuir para reproduzir o fenômeno. Na realidade, o Estado cobra impostos de maneira diferenciada, e os que se beneficiam dessas medidas não são precisamente os mais necessitados, mas os que têm uma maior acumulação de riqueza.

Os pressupostos básicos do modelo de North são: a) a conduta econômica da burocracia e a dos governados são guiadas pela maximização de benefícios; e b) o único bem público intercambiado entre o Estado e os cidadãos é a ordem institucional. Os governados reivindicam instituições das quais esperam obter os máximos benefícios aos mais baixos custos. Por sua vez, a burocracia promoverá aqueles acertos institucionais que permitam manter a ordem pública. A burocracia tratará de alcançar seu objetivo aos custos mais baixos possível, mas também buscará maximizar seus poderes político e econômico.

Para North (1984), o Estado pode ser interpretado como uma organização polivalente no sentido de que pode ser simultaneamente:

- um Estado maximizador de sua riqueza: receitas, orçamento, emprego público;
- um Estado mediador, no sentido de que é um árbitro entre os grupos, com uma burocracia forte que persegue seu próprio interesse, embora este possa coincidir com o interesse geral dos grupos proeminentes da sociedade; e
- um Estado-instrumento de uma classe ou grupo, sendo este um Estado com pouca autonomia e, em consequência, facilmente penetrável pelos grupos de interesse.

O neo-institucionalismo econômico destaca duas idéias-chave: 1) os mercados e os Estados de distintos países são organizações institucionais que podem operar de acordo com normas e regras particulares e alcançar resultados econômicos, políticos e sociais muito diferentes; e 2) a conduta e as escolhas dos agentes econômicos recebem a influência de um conjunto de instituições.

North afirma que a institucionalização do Estado não é garantia de que ele se comportará como agência² eficiente, porque surge

2 O termo *agência* é empregado aqui em relação à teoria do principal-agente em função de que o Estado, na perspectiva neo-institucionalista, é concebido como um “terceiro partido”, cujo papel principal corresponde à burocracia dirigente que delega certas funções e atividades ao resto da burocracia e, em alguns casos, inclusive outorga franquias e concessões a grupos privados.

um paradoxo: para fazer cumprir os acordos, o Estado necessita de poder, mas esse poder, por sua vez, pode ser empregado arbitrariamente para favorecer os interesses da própria burocracia e não da sociedade em seu conjunto. Visto dessa perspectiva, o Estado é neutro somente quando o governo não é tomado ou penetrado por uma força que expulse ou desloque outras forças econômicas, políticas ou militares. No entanto, quando o balanço do poder se modifica ou se altera com a presença de novas forças, então o Estado neutro extingue-se (North, 1984).

Desse modo, North distingue entre um Estado débil, que é facilmente penetrado por grupos com interesses específicos na busca de rendas, e um Estado neutro, que goza de mais autonomia no sentido de que tem o poder suficiente para se manter imparcial e não depender do apoio de algum grupo. Essa distinção permite captar o duplo papel do Estado: um poder para preservar o sistema em seu conjunto e, ao mesmo tempo, um instrumento para favorecer os interesses privados, inclusive os de algum grupo em particular.

Por sua vez, as políticas e as instituições “[...] São os resultados finais de processos de economia política nos quais diferentes grupos buscam proteger seus próprios interesses. Alguns grupos têm mais poder que outros e suas opiniões prevalecem” (Banco Mundial, 2006, p. 14).

Em suma, mediante a criação de instituições, o Estado trata de manter a ordem e de cumprir seus fins, particularmente os de garantir a segurança e o bem-estar coletivos. Porém, quando essas instituições são capturadas por interesses particulares, então o Estado desvia-se de seus fins e converte-se em um agente produtor e reproduzidor de desigualdade. Na América Latina, o Estado neutro jamais existiu, pois ele esteve constantemente dominado por forças externas e internas específicas.

COMO AS INSTITUIÇÕES DO ESTADO CONTRIBUEM ATUALMENTE PARA A REPRODUÇÃO DA DESIGUALDADE

Embora o Estado tenha como um de seus encargos principais o de garantir o bem comum, a verdade é que isso não aconteceu, porque suas instituições originaram-se em meio a fortes interesses de poder, riqueza e domínio. Essa situação prevalece, apesar das diversas mudanças ocorridas nas ordens econômica, política e social.

Até a década de 1990, as elites governamentais e corporativas da maioria dos países haviam redefinido o Estado, que passou de protetor dos direitos e dos interesses humanos a protetor dos direitos e da propriedade corporativos. Em fins do século XX, aportamos em uma economia mundial em que todas as economias nacionais ficaram integradas, em graus diferentes, a uma estrutura única não-centralizada. As funções tradicionais do Estado foram fortemente alteradas como resultado da nova dinâmica mundial. O Estado viu-se assediado e, às vezes, submetido ao poder dos consórcios e do capital financeiro, que impulsionaram a globalização. Esses agentes exigem acordos, normas, regras e comportamentos econômicos favoráveis à expansão e integração dos mercados, exercendo uma enorme influência sobre as regras do jogo que regulam os intercâmbios, os contratos e os direitos de propriedade, quer dizer, sobre as instituições do Estado.

O sistema econômico expandiu-se de tal forma no âmbito transnacional, que as possibilidades de uma regulação nacional da economia são bem limitadas. As novas condições surgidas dessa situação não são impostas pelo Estado, mas pelas exigências objetivas da concorrência internacional.

Embora o poder das instituições financeiras e das multinacionais seja decisivo na concorrência internacional, é importante lembrar que os governos e as classes dirigentes nacionais também impulsionaram politicamente a globalização, facilitando a penetração de capitais estrangeiros, muitas vezes mediante acordos internacionais. Tal cooperação deu-se sob a dupla ilusão de que a economia é hoje naturalmente interdependente e que não há outra possibilidade de se superarem as próprias limitações senão aceitando-se as regras do jogo estabelecidas pela economia mundial (Olea Flores; Mariña, 2000).

O fato é que a globalização hoje é o resultado da pressão exercida pelos Estados centrais e por suas corporações e centros financeiros, mas também da iniciativa e aceitação dos governantes de nossos países. Trata-se então de uma verdadeira reorganização das relações internacionais e do Estado contemporâneo, em que o ator político principal da época moderna (o Estado) deixa seu lugar no cenário para outras forças, as das economias mais poderosas. Estas definem, em grande medida, a direção e o conteúdo das decisões políticas dos Estados nacionais.

Em todo o mundo, observa-se que as grandes empresas corrompem o sistema político e os tribunais para poderem participar dos pode-

res governamentais e reformular as leis em benefício de seus próprios interesses. Esse é um processo seguido pelas elites empresariais, que determinam as agendas à margem das instituições formais da democracia. Exemplo disso são os fóruns como a Comissão Trilateral, a Câmara de Comércio Internacional e o Fórum Econômico Mundial. Essas elites utilizaram o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM) e a Organização Mundial do Comércio (OMC) para substituir a tomada democrática de decisões nos assuntos econômicos por processos em que dominam seus interesses corporativos. Desse modo, hoje, já não é possível atribuir-se, ao Estado, um exercício do poder político simplesmente ajustado a “normas” sem se considerar a relação efetiva das forças econômicas e políticas que atuam dentro e no exterior do Estado.

Atualmente, em vários países da região, é característica a presença de Estados e atores governamentais débeis, postos a serviço do capitalismo global e sem capacidade de decisão para dirigir os rumos econômico, social e político dentro de seus próprios territórios. A função dos corpos governamentais, tanto nacionais como globais, é servir ao interesse corporativo, fazendo uso de seus poderes coercitivos para proteger a propriedade e garantir seus benefícios, destruir os sindicatos, vender os bens públicos e assegurar que o resto das pessoas cumpra seu papel de trabalhadores e de consumidores obedientes e dóceis.

Por meio de sua institucionalidade, o Estado pratica hoje uma política altamente protetora dos interesses econômicos das elites empresariais e permissiva quanto aos mecanismos de exclusão e exploração do trabalho que o capitalismo global utiliza. Aí reside seu papel como agente reprodutor de desigualdades. Mais que em outros tempos, o Estado submete toda a sua institucionalidade aos interesses das elites empresariais nacionais e globais, possibilitando que elas instalem suas empresas ao longo e ao largo do território e multipliquem sem controle suas fortunas, pois, ao final, são elas que impõem suas próprias regras de funcionamento.

O sistema capitalista atual confirma, de maneira peremptória, ser um modo de produção que não traz consigo a prosperidade para todos. Ele se desenvolve de maneira desigual, implicando combinações que significam polarização, desequilíbrio e divisões extremas de economias e sociedades.

Presentemente, nossas instituições estatais caracterizam-se por ter aspectos que são produto da herança colonial, mas também de processos

recentes gerados pela própria dinâmica do capitalismo. Essas características são três: 1) sua debilidade e incapacidade; 2) sua freqüente captura por parte de setores com interesses particulares; e 3) a presença de instituições informais.

A debilidade e a incapacidade das instituições estatais são elemento herdado da colônia, mas permanecem entre as características mais notórias que se pode observar na atualidade. Nossas instituições são débeis porque estão sob o domínio de agentes econômicos externos e são incapazes porque não puderam aplicar uma política de desenvolvimento que gerasse equidade e igualdade em nosso território.

Em relação à captura do processo político, a história da América Latina deu abundantes mostras desse fenômeno por parte de certos interesses setoriais, como é o caso de empresários, banqueiros e latifundiários, entre outros, que tiveram uma forte influência nos governos para orientar as decisões a favor de seus interesses. É necessário precisar que a captura do processo político opera fundamentalmente em dois planos. Em primeiro lugar, interfere na formulação e implementação de políticas públicas, orientando-as para favorecer interesses particulares. Em segundo lugar, opera no âmbito das instituições, tratando de configurá-las a serviço de certos interesses particulares. Deve-se levar em conta que, em sociedades tão desiguais como as latino-americanas, a concepção de instituições obedece às necessidades de uma coalizão de atores estratégicos formada pelo grupo social e econômico dominante. O Estado e suas instituições ficam em mãos das elites econômicas globais e dos organismos internacionais, cujo domínio transcende as fronteiras dos países até chegar a questionar sua soberania.

Em relação à presença das instituições informais do Estado, podemos mencionar uma série de práticas e comportamentos pelos quais se conduzem os agentes governamentais para exercer o poder e manipular as instituições a favor de certos interesses que não são os da coletividade e que tampouco se orientam na busca do bem comum. Entre essas práticas que fazem parte da institucionalidade informal, encontram-se a corrupção e o clientelismo.

Até esta data, não existe um desenvolvimento teórico e conceitual para explicar a corrupção e sua incidência nos diferentes âmbitos da sociedade. Em geral, é costume referir-se a ela como um ato de desvio normativo ou de não acatamento da regra para um determinado fim, que quase sempre se orienta para o benefício de um indivíduo ou grupo deter-

minado. Dito benefício pode ser monetário ou de outra natureza. Na situação de corrupção, normalmente se apresenta uma situação de assimetria em alguma dimensão do poder.

No âmbito político, a corrupção favoreceu o crescimento da instabilidade institucional e o persistente desgaste das relações, tanto entre indivíduos como entre instituições e Estado. A perda de legitimidade política que muitos governos experimentam, a polarização do poder e a ineficiência burocrática, entre outros, são alguns dos problemas políticos que se atribuem à ação da corrupção.

O clientelismo é outra forma de institucionalidade política informal, entendida como um tipo de relações políticas altamente hierárquicas, sustentadas no intercâmbio de serviços de diversos tipos. A raiz dessa prática, fortemente arraigada nos países latino-americanos, encontra-se na existência de uma cultura patrimonialista da política e do poder, segundo a qual a política é concebida como a extensão do espaço privado, que permite satisfazer interesses particulares.

Interessa destacar que, ao mesmo tempo em que a relação política vertical estabelecida pelo clientelismo é reflexo da situação desigual vivida pela região, ele atua como elemento de reforço a essa situação. Por um lado, o clientelismo caracteriza-se por distribuir bens ou serviços para indivíduos e grupos singulares, à margem de critérios generalistas das políticas públicas. Por outro lado, na medida em que articula laços verticais, ele bloqueia o estabelecimento de relações horizontais e de cooperação, com o que inibe a ação coletiva e a mobilização em defesa dos interesses gerais, mantendo assim a política desigual. O clientelismo é particularmente visível em épocas eleitorais, quando o oferecimento de favores por parte dos partidos em troca de apoio traduz-se na compra do voto – fundamentalmente dos setores mais empobrecidos – e na promessa da divisão dos cargos públicos.

Mais perigosa que a desigual distribuição de capacidades, recursos e outras verbas, é a deficiente institucionalidade em que se fundamenta a governabilidade da região, pois assenta e perpetua a desigualdade, gerando uma sociedade fortemente dualizada entre indivíduos de primeira e de segunda classes. Nessa sociedade, os primeiros gozam de enormes facilidades para perpetuar sua condição, enquanto os segundos vêem dificultadas suas capacidades e liberdades.

AS REFORMAS NECESSÁRIAS

Uma solução para essas situações está em uma verdadeira reforma institucional que se oriente para a formação de sistemas de representação que dêem voz ao pluralismo político, econômico e social a fim de se conseguirem políticas públicas que incitem o compromisso do mais amplo leque de forças políticas. Para isso, necessita-se de sistemas eleitorais que promovam a eficácia governamental e a justa representação de interesses, necessita-se de partidos políticos que verdadeiramente agreguem as demandas da sociedade mediante pactos, negociações e transações institucionalizadas. Mais ainda, necessita-se de uma redefinição e expansão de cidadania que não se esgotem nos direitos cívicos, econômicos e sociais, mas que se projetem em diversos campos da vida social onde se expresse a relação de poder. Precisa-se de uma sociedade organizada capaz de servir de dique às incapacidades das instituições do Estado.

Tudo isso deve dar conteúdo à agenda do desenvolvimento dos países latino-americanos. A debilidade institucional que prevalece, a ineficiência do Estado em frente aos objetivos do desenvolvimento, a desigualdade de acesso ao poder e o aumento das disparidades econômico-sociais geraram, na população, uma sensação de mal-estar e sentimentos de abatimento e desilusão. Diante dessa situação, o desafio está em se garantir a eficácia das instituições, diminuir a desigualdade econômico-social, recuperar o Estado em termos de autonomia e soberania, consolidar a democracia social, fortalecerem as instituições e orientarem as decisões mediante o diálogo e o consenso entre os distintos atores.

CONCLUSÕES

Algumas conclusões podem ser derivadas do exposto neste artigo. A primeira é que a desigualdade na América Latina, desde o começo, esteve ligada à distribuição de ativos e recursos naturais, especificamente no modo como estes foram inicialmente repartidos, e nas estruturas de propriedade, o que foi possível graças à institucionalidade imposta durante o período colonial.

Os colonizadores europeus configuraram instituições políticas para obter e ampliar seus privilégios e, desse modo, exercer domínio sobre os colonizados. Assim, estabeleceram as regras que lhes deram acesso legíti-

mo ao uso da terra, ao controle político e à administração do trabalho. Essa situação reproduziu-se por vários anos entre as elites crioulas, que foram aperfeiçoando essas instituições, ajustando-as às novas necessidades do desenvolvimento do capitalismo.

Mais tarde, quando os Estados-nação conformaram-se, as elites econômicas continuaram influenciando nas instituições, procurando que estas se orientassem pela proteção de seus interesses. Isso só foi possível porque, apesar de serem países com independências política e social, economicamente continuavam dependentes do capitalismo estrangeiro. Até a data de hoje, não foi possível desligarem-se da dependência econômica.

Durante a época do Estado interventor, a institucionalidade já estava capturada não só pelos interesses capitalistas estrangeiros, como também, e de maneira mais forte, pelos interesses econômicos e políticos nacionais. Mais tarde, com a mudança do modelo econômico e os processos de reforma, a institucionalidade do Estado ficou sob o domínio das corporações globais e dos organismos internacionais. Como dessa captura das instituições e da debilidade do Estado, o acesso às oportunidades econômicas, aos fatores de produção e ao capital cultural foi exclusivo dos ricos. Atualmente, os pobres nem sequer contam com o fator trabalho como única arma para melhorar suas condições de vida no mercado formal. Conseqüentemente, a maioria vê-se condenada a desenvolver suas capacidades no setor informal ou, na melhor das hipóteses, integra-se ao trabalho formal em situações escravizantes, com salários precários, sem contratos de trabalho nem acesso à segurança social.

Outra conclusão que emana do exposto é que as desigualdades não só se multiplicam pelo poder que as elites econômicas exercem na configuração institucional, como também pelas formas de acesso ao poder político, pois é nele que se tomam as decisões e se definem as políticas que afetam ou beneficiam os distintos setores da população. Quando os postos de poder são ocupados somente pelas elites econômicas e políticas, é muito mais freqüente que as instituições estejam configuradas para proteger apenas certos interesses e que, na realidade, não se ocupem da geração de condições para propiciar a igualdade. À medida que o poder se distribua entre os diferentes setores que integram a população latino-americana – e que realmente esteja ocupado por eles –, estará se garantindo uma institucionalidade efetiva para o desenvolvimento em termos de equidade, democracia e inclusão.

Se essas “regras do jogo” não conseguirem anular de maneira efetiva os perniciosos efeitos de uma desigual distribuição dos recursos de poder, a governabilidade resultante continuará favorecendo as classes altas da sociedade em detrimento dos mais pobres. Como resultado, as classes dominantes continuarão perpetuando sua situação de privilégio, aprofundando assim a brecha que as separa do restante da sociedade.

Em nossos países, a construção da cidadania ficou sujeita às estruturas institucionais que a possibilitam. Nesses termos, encontra limitações sérias quando os poderes político e econômico vêm-na como um perigo para seus interesses e privilégios.

Finalmente, é necessário reconhecer que o maior custo social criado pelas instituições do Estado foram precisamente a ampliação e a manutenção da desigualdade em todas as suas dimensões. Até o presente, o Estado não foi capaz de criar uma institucionalidade que pusesse ordem no modo como recursos e riquezas são tomados e distribuídos. É paradoxal que, em todos os países da América Latina, haja uma riqueza natural imensa, enquanto suas populações vivam na mais exorbitante desigualdade. Isso só pode ser explicado pela presença de um Estado e de uma institucionalidade frágeis que, permanentemente, foram objeto de captura por parte de grupos privilegiados.

REFERÊNCIAS

ÁLVAREZ LEGUIZAMÓN, Sonia (Compil.). *Trabajo y producción de la pobreza en Latinoamérica y el Caribe*: estructuras, discursos y actores. Buenos Aires: CLACSO-CROP, 2005. (Colección CLACSO-CROP).

ARREDONDO, Estela et al. *Sociedad, política y Estado*. México: Centro de Investigación y Docencia Económicas (CIDE), 1982. (Colección Estudios Sociopolíticos).

AYALA ESPINO, José. *Mercado, elección pública e instituciones*: una revisión de las teorías modernas del Estado. México: Grupo Editorial Miguel Ángel Porrúa; Facultad de Economía UNAM, 1996.

_____. *Instituciones y economía*: una introducción al neoinstitucionalismo económico. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.

_____. *Informe sobre el desarrollo mundial 2006*: equidad y desarrollo. Colômbia: Banco Mundial; Mundi-Prensa; Ediciones Mayol, 2006.

BECK, Ulrich. *Poder y contrapoder en la era global*: la nueva economía política Mundial. Barcelona: Paidós, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *La distinción: criterio y bases sociales del gusto*. Madrid: Taurus, 1988.

BRITO, Morelba. Las reformas de “segunda generación” en América Latina. La reivindicación de la política. *Ciencias de Gobierno*, ano 7, n. 13, jan./jun. 2003.

CEPAL. *Objetivos de desarrollo del milenio: una mirada desde América Latina*. Santiago de Chile, 2005.

CUNILL, Nuria. *Repensando lo público a través de la sociedad: nuevas formas de gestión pública y representación social*. Venezuela: CLAD; Nueva Sociedad, 1997.

De FERRANTI, David et al. *Desigualdad en América Latina y el Caribe ¿Ruptura con la historia?* Estudios do Banco Mundial sobre América Latina e Caribe, 2003. Resumo executivo. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/external/default>>. Acesso em: 22 jan. de 2006.

EGGERTSSON, Thrainn. *Economic behavior and institutions*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

FIELDS, Gary. *Distribution and development: a summary of the evidence for the developing world*. Cornell University, 1999.

FLEURY, Sonia. Reforma del Estado en América Latina. *Nueva Sociedad*, Caracas, n. 160, p. 58-80, 1999.

MOTA DÍAZ, Laura. Globalización y pobreza: dicotomía del desarrollo en América Latina y México. *Espacio Abierto*, Cuaderno Venezolano de Sociología, Venezuela, Universidad del Zulia, v. 11, n. 2, p. 189-204, abr./jun. 2002.

NORTH, Douglas. *Estructura y cambio en la historia económica*. Madrid: Alianza Universidad, 1984.

_____. *Instituciones, cambio institucional y desempeño económico*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

OFFE, Claus. *Contradicciones en el Estado de bienestar*. México: Alianza Editorial, 1990.

OLEA FLORES, Victor; MARINÑA, Abelardo. *Crítica de la globalidad y liberación de nuestro tiempo*. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.

OSTROM, Elinor. *Governing the commons: the evolution of institutions for collective action, political economy of institutions and decisions*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

OSZLAK, Oscar. De menor a mejor. El desafío de la *segunda* reforma del Estado. *Revista Nueva Sociedad*, Caracas, n. 160, p. 81-100, 1999.

PRATS I CATALÁ, Joan. Administración pública y desarrollo en América Latina. Un enfoque neoinstitucionalista. *Revista Reforma y Democracia*, Caracas, CLAD, n. 11, p. 7-48, 1998.

RABOTNIKOF, Nora. La caracterización de la sociedad civil. *Nueva Sociedad*, Caracas, n. 171, p. 109-119, 2001.

REYGADAS, Luis. Las redes de la desigualdad: un enfoque multidimensional. *Política y Cultura*, México, Universidad Autónoma Metropolitana, n. 22, 2004.

SHEPSLE, Keneth; WEINGAST, Barry. Political solutions to market problems. *The American Political Science Review*, v. 78, p.417-434, 1984.

VITALE, Luis. *La formación social latinoamericana (1930-1978)*. Barcelona: Editorial Fontamara, 1979.

VUSKOVIC, Pedro. *Pobreza y desigualdad en América Latina*. México: UNAM, Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Humanidades, 1993. (Colección Alternativas).

Alberto L. Bialakowsky* Ana L. López**
M. Mercedes Patrouilleau***

PRÁTICAS GOVERNAMENTAIS NA REGULAMENTAÇÃO DE POPULAÇÕES EXTINGUÍVEIS

Este trabalho destina-se a analisar as práticas governamentais situadas em contexto de mudança de época, quando a produção de pobreza e as populações segregadas já não sofrem intervenções como outrora pelas diversas instituições apontadas como eixo das práticas disciplinares (Foucault, 2000). Propõe-se assim a identificar conteúdos nas determinações dessa nova regulamentação social em seus múltiplos aspectos, que resultam sistêmicos e que podem se singularizar temporal e regionalmente, tentando descobrir relações específicas entre a constituição da força de trabalho e as condições de vida. O enunciado e a descoberta das ditas regulamentações apresentam-se, destarte como canais de interrogação.

Por um lado, esses eixos de interrogação podem remeter à análise das composições setoriais e à distribuição dos recursos na sociedade (Cimadamore, 2005), assim como à detecção de seus responsáveis sociais: os *perpetradores* (Alvarez Leguizamón, 2005, p. 22). Por outro lado e comple-

* Sociólogo. Professor titular. Diretor do Projeto de Pesquisa UBACyT S015: *Exclusão – Extinção Social e Processos de Trabalho Institucionais. Dispositivos de Intervenção Transdisciplinares*, Instituto de Pesquisas Gino Germani, Faculdade de Ciências Sociais, Universidade de Buenos Aires. Coordenador do Grupo de Trabalho 19: Reestruturação produtiva, Trabalho e Dominação social de ALAS (Associação Latino-Americana de Sociologia).

** Socióloga. Integrante do Projeto de pesquisa UBACyT S015.

*** Sociólogo. Bolsista de Doutorado do Projeto de Pesquisa UBACyT S015.

Agradecemos especialmente a colaboração de Rocío Martínez Schnaider e Nora M. Haimovici, pelas contribuições a este trabalho e os comentários acerca dele.

mentarmente, poderia se problematizar, como o faremos aqui, sobre as questões do *método*, ou seja, acerca da *ordem* na reprodução e ampliação das brechas da desigualdade, do desemprego e da pobreza. O *método*, então, não se apresenta em primeiro plano, pois se refere, nesse contexto discursivo, às práticas, processos de trabalho, paradigmas e pensamentos sociais que, de forma articulada institucionalmente, incidem nos processos de exclusão sociolaboral e proporcionam-lhes um revestimento de *processos naturais*.

O método encontra-se a meio caminho entre o plano estratégico e os conteúdos nas práticas do biopoder, de modo que as cifras e as amostras aqui utilizadas não se atêm a definir indivíduos em particular e suas qualidades, mas a descobrir o exercício das práticas e dos processos que os constituem coletivamente. A descoberta do método, encarnado nas práticas institucionais governamentais, implica: a) uma descrição de processos sociais que singularizam o sistema; e b) as principais dimensões que caracterizam as práticas institucionais que convergem na desa(se)gregação sociolaboral e suas modulações como população excedente, potencialmente extinguível.

Com esse objetivo, o percurso proposto inicia com as hipóteses que sustentarão as interrogações deste estudo; seguem-se notas referentes à metodologia adotada tanto no rastreamento de dados como em sua interpretação, avançando em seguida quanto às análises particular e transversal das dinâmicas mencionadas anteriormente no jogo da modelação metódica inseridas nos processos de exclusão-extinção social. Por último, apresentam-se reflexões finais em torno das hipóteses e questões expostas ao longo do texto.

Hipóteses

O sistema capitalista pode ser definido contemporaneamente por meio de um processo que expressa uma grande contradição: a possibilidade de autodestruição manifestada na desagregação da classe trabalhadora como classe assalariada universal e submetida hoje a uma dinâmica social de reconversão em *força de trabalho supérflua* (Mészáros, 2003; Antunes, 2005). O capitalismo define-se basicamente por sua hegemonia (legitimação) sobre o processo de obtenção e apropriação da mais-valia proveniente do trabalho coletivo da mão-de-obra assalariada. A crescente diluição de frações da classe dos que sobrevivem da venda de seu trabalho (Antunes, 2003) significaria, então, reforçar uma contradição em sua estrutura básica de reprodução sistêmica, no tocante aos padrões clássicos de repro-

dução. Se isso é verdade, o sistema abandonaria as bases convencionais da sua hegemonia, passando para uma fase mais coativa, aprofundando a extinção social de frações de produtores. Esse enfoque sobre o capitalismo globalizado poderia se caracterizar contemporaneamente pelo atravessamento sistêmico do *continuum* exclusão-extinção social (Bialakowsky et al., 2004).¹ Tal *continuum* estende, metaforicamente, o conceito de biopolítica de Foucault, para compreender as regulações do *fazer viver e deixar morrer*, e para incluir a emergência de formas *tanatopolíticas* (Agamben, 2003) do *fazer extinguir*.² Com esses enunciados, *especifica-se* a diáde

1 Para o conceito de *exclusão social*, retomam-se as contribuições de R. Castel (2001), ao sustentar que o conceito não se baseia na diferenciação entre um “in” e um “out”, mas em um *continuum* de posições que coexistem em um mesmo conjunto. Com *extinção social*, faz-se referência ao desolajamento de segmentos de população das condições de reprodução da vida e à forma de regulação que abandona o horizonte de integração social (Bialakowski et al., 2004). Outra contribuição para esse conceito aparece na publicação de Sousa Santos (2006, p. 54-55): “Mas há um sistema de exclusão, de pertença hierarquizada, onde o que está abaixo está fora, não existe: é descartável, é imprestável, desaparece. A Sociologia das Ausências tenta trazer para o centro de nossa discussão o sistema de exclusão. Michel Foucault foi de grande importância, com seus estudos sobre a normalização, para ver como se cria a exclusão: um outro que fica totalmente fora. Neste momento temos que analisar essas duas formas de desigualdade/exclusão por várias razões. Primeiro, porque o que está ocorrendo hoje – sem que o saibamos muito bem, não o teorizamos – é que cada vez mais pessoas passam do sistema de desigualdade para o sistema de exclusão; de estar dentro de uma maneira subordinada a estar por fora, a sair do contrato social, da sociedade civil: são os desempregados que não têm esperança de voltar a ser empregados; e os jovens em milhares de guetos urbanos nas grandes cidades. [...] O sistema de exclusão tem um extremismo que todos nós conhecemos: foi pelo extermínio de judeus e de ciganos no Holocausto, e que hoje temos no Sudão, como o tivemos em Ruanda e Burundi. O sistema de desigualdade também tem uma forma extrema: a escravidão. O problema é que as formas extremas continuam existindo, não são parte do passo mas sim do presente [...]”.

2 A população extingüível, como se enuncia no título deste trabalho, é aquela colocada em curso do *continuum* de exclusão-extinção social sobre a qual se potencia a ameaça genérica de exclusão da vida do sistema capitalista neoliberal, distanciado já dos padrões de modelos keynesianos, social-democratas ou socialistas. Essa população está subordinada, submetida, a regulações em que se extrema, parafraseando Espósito (2005, p.21), a “indistinção entre conservação e exclusão da vida”. “Simultaneamente à afirmação da biopolítica, se assiste, de fato, a um deslocamento e a uma progressiva ampliação, para além dos limites do estado de exceção, das decisões sobre a vida nua em que consistia a soberania. Se, em todo Estado moderno, há uma linha que marca o ponto em que a decisão sobre a vida se torna decisão sobre a morte e em que a biopolítica pode, assim, se transformar em tanatopolítica, esta linha já não se apresenta hoje como uma fronteira fixa que divide duas zonas claramente separadas: é antes uma linha móvel atrás da qual ficam situadas zonas mais e mais amplas da vida social [...] (Agamben, 2003, p. 155).

“normalidade-anormalidade”, em referência a práticas e processos sociais pelos quais se oficializa a impossibilidade de absorver a força de trabalho empregável.

As últimas décadas do século XX marcaram o fim do modelo de Estado de bem-estar, cujo horizonte tendia à social-democracia e cujo ordenamento sistêmico sobre os trabalhadores parecia abarcar todas as práticas governamentais *biopolíticas*, a gestão da vida. Foucault (2000) analisou o estreito encontro entre o poder sobre a vida e a morte do regime nazista. Embora, atualmente, não ocorra essa modalidade de genocídio planejado com objetivos definidos pelos mesmos critérios do extermínio nazista (Feierstein, 2005), há o surgimento de complexos e diversos processos de extinção social derivados da estrutura socioeconômica e de suas regulamentações institucionais.

Essas formas que caracterizam atributos da passagem social de inter-séculos podem ser definidas como (neo)fascismos societais (Sousa Santos, 2005), inaugurando a nova *Grande Segregação* (Bergalli, 1997) e sendo expressões do *continuum* de exclusão-extinção social, cujas dinâmicas relevantes convergem e constituem processos intersectados de *desnormalização* laboral³ e educativa, segregação espacial (Bialakowsky et al, 2005), nova gestão punitiva (Wacquant, 2000) e fragilização dos corpos, entre outras dinâmicas que compõe a mudança sistêmica. Suas atuais *lager*⁴ de exclusão têm correspondência com reedições de prisões, campos de refugiados e núcleos urbanos segregados (favelas, quilombos, barracos, *slums*, *cités*). Nesse enfoque conceitual, o sistema define-se por seus extremos segregados, não como excrescências, mas por suas contradições centrais. O *tanatotopoder* pode se expressar tanto por meio de dispositivos convexos (en-

3 Embora o conceito seja desenvolvido no próximo tópico, poderia se adiantar que se trata de uma categoria que tenta expressar um deslocamento da força de trabalho para um espaço ainda mais subordinado, com dois significados: o primeiro refere-se à impossibilidade da venda de trabalho, e o segundo significado, à ruptura das práticas disciplinares de normalização da força de trabalho, tal como Michel Foucault (2003, p. 143-144) o definira: “nesta terceira função das instituições de seqüestro através dos jogos de poder e saber – poder múltiplo e saber que interfere e é exercido simultaneamente nestas instituições –, temos a transformação da força do tempo e da força de trabalho e sua integração na produção. Que o tempo da vida se converta em tempo de trabalho, que este por sua vez se transforme em força de trabalho e que a força de trabalho passe a ser força produtiva; tudo isto é possível pelo jogo de uma série de instituições que, esquemática e globalmente, se definem como instituições de seqüestro”.

4 Referência aos campos de extermínio do regime nazista.

carceramento massivo, por exemplo), como por programações côncavas, cingidas por *armaduras* governamentais⁵ das quais as populações não podem se liberar (flexibilização laboral, por exemplo) (Rose, 1996).

Os trabalhadores podem ser identificados pelos níveis de inclusão, começando pelos mais até chegar aos menos incluídos. Nossa análise busca proceder de outra forma, iniciando da categoria de totalmente excluído ou totalmente improdutivo para o centro, até chegar ao núcleo estável do emprego assalariado. Classicamente, o *exército de reserva* e a *população excedente* foram definidos como componentes da dinâmica do mercado de trabalho. No contexto atual, essa situação é alterada: a massa marginal, funcional ou não (Nun, 2001), está ameaçada pelo desterro definitivo por meio do desalojamento laboral. Os processos dos anos 1990 provocaram demissões que consolidaram o desemprego estrutural e a precarização. Subcontratações, deslocalização e externalização (*offshore, outsourcing*) (Del Bono, 2002) completam o quadro.

Essas operações modulam um novo *espectro* que atravessa as coletividades e os corpos e se constitui em uma ameaça coercitiva cuja força obtém, por um lado, o disciplinamento no entorno da organização laboral e, por outro, a naturalização do processo de gestão global da força de trabalho empregada como apenas um recurso a mais, coisificada e considerada ficcionalmente da mesma forma que outros bens cuja substituição parece infinita. Cabe descobrir, então, as dimensões e regulamentações convergentes que caracterizam sua modulação, entre as quais se destacam a gestão punitiva de populações (im)produtivas excedentes, a subproletarização (Antunes, 2005), sua diagramação espacial guetificante e os diferentes aspectos de fragilização dos corpos. Essa diagramação espacial guetificante remete às metáforas geográficas utilizadas por Deleuze e Guattari, pelas quais se pode fazer uma “cartografia” indicando limites geográficos reais e segregações espaciais para o caso das favelas crescentemente militarizadas, cercadas, vigiadas e demarcadas por fronteiras físicas e por estigmas e barreiras sociais.

5 Entre os diversos significados que se atribuem ao conceito de *governamentalidade*, aqui se refere mais particularmente a um dos atribuídos por Michel Foucault (2006, p. 136) em seu curso no Collège de France, 1977-1978, em que alude com essa palavra a: “o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer esta forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por forma maior de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança”.

Notas metodológicas

A linha de indagação proposta requer que nos detenhamos para refletir sobre o modo como se elaboram os dados, para então, a partir destes, empreender a leitura sobre o social. O método, é claro, nunca é indiferente à capacidade de compreensão e crítica sobre a realidade; significa uma ferramenta de análise que necessariamente deve ter flexibilidade, evitando assim se transformar em um instrumento estático, rígido e predefinido, que obstrua a capacidade de descobrir e produzir. Descobrir processos, eis nosso tema central; então, como demonstrá-lo?

Por um lado, as cifras apresentam-se como possibilidade de descoberta; assim tratamos de elaborar alguns de seus registros, selecionados como significativos, interrogando sobre suas tendências e sua variabilidade. No entanto, o quantitativo não pretende, nesta exposição, de modo algum, ser exaustivo; tenta, isso sim, em termos metafóricos, emular o sentido último de uma *amostra* que, como tal, representará uma parte do universo. Assim, a cifra será principalmente modelo e não abrangerá o fenômeno em sua totalidade senão que demonstrará apenas *indicativamente* traços que poderiam caracterizá-lo, descobrindo sua estrutura em contraste com o marco conceitual.⁶

Nessa orientação, servimo-nos também da análise qualitativa e particularmente do tipo *icônico*, ao modo como Michel Foucault tomava um projeto arquitetônico e configurava, a partir deste, uma caracterização sobre o social, tal como a utilização teórica do dispositivo panóptico para compreender as instituições da *sociedade disciplinar* e as projeções do biopoder.⁷ Essa metodologia, estimamos, produz sobretudo efeitos

6 Nesse sentido, as cifras aqui se apresentam como paradigmáticas: “Significa, enfim, trabalhar por paradigmas, neutralizando a falsa dicotomia entre universal e particular. Um paradigma (o termo em grego quer dizer simplesmente ‘exemplo’) é um fenômeno particular que, enquanto tal, vale por todos os casos do mesmo gênero e adquire assim a capacidade de constituir um conjunto problemático mais vasto” (Agamben, 2004, p. 13).

7 “O Panóptico”, dirá Foucault (1989a, p. 208-209), “[...] deve ser compreendido como um modelo generalizável de funcionamento; uma maneira de definir as relações de poder com a vida cotidiana dos homens [...] pode ser muito bem apresentado como um puro sistema arquitetônico e ótico: é de fato uma figura de tecnologia política que se pode e que se deve desprender de todo uso específico [...] É polivalente em suas aplicações; serve para emendar os presos, mas também curar os doentes, para instruir os escolares, guardar os loucos, vigiar os operários, fazer trabalhar os mendigos e ociosos. É um tipo de implantação dos corpos no espaço, de distribuição dos indivíduos uns em

de compreensão, recupera uma forma da demonstração e principalmente abre espaço a uma interpretação mais profunda e qualitativa do fenômeno abordado.

Em síntese, o desenvolvimento metodológico toma a cifra a partir de uma perspectiva qualitativa e não o contrário, como também o qualitativo toma a forma do enfoque icônico, paradigmático. Esses eixos metodológicos resultam úteis para a compreensão de dinâmicas sociais que, normalmente, são difíceis de apreender com instrumentos qualitativos ainda insuficientes, quando não inexistentes ou inadequados. A cifra representa assim, neste estudo, tendências fenomênicas, e os ícones erigem-se como modelos para se compreenderem questões que, no sistema capitalista atual, se encontram *fetichizadas* ou despojadas de uma compreensão mais abrangente.

Propomos uma configuração de dimensões tais como normalização, guetificação, gestão punitiva e fragilização dos corpos, com a utilização de dados secundários particularmente referidos à Argentina. Por sua vez, a análise complementa-se com a seleção, em cada caso, de *cenas ou figuras icônicas*, baseadas em fatos que são ilustrações hologramáticas.⁸ Neste texto, tentamos entrelaçar cifra e qualidade, em um exercício analítico inspirado, por sua vez, no paradigma da complexidade, por meio da abordagem multidimensional e transdisciplinar. A articulação metodológica e conceitual das diferentes dimensões propõe assim aprofundar o campo complexo na gestão da população *empobrecida* e, por intermédio dela, a caracterização do próprio sistema por seus extremos.

relação aos outros, de organização hierárquica, de disposição dos centros e dos canais de poder, de definição de seus instrumentos e de seus modos de intervenção, que se pode utilizar nos hospitais, nos escritórios, nas escolas e nas prisões". Em uma reportagem realizada com o próprio Foucault, interrogado sobre o significado da descoberta do panóptico, respondia: "O próprio nome de 'panóptico' parece fundamental. Designa um princípio global. Bentham não imaginou, pois, simplesmente uma afigura arquitetônica destinada a resolver um problema concreto, como o da prisão, da escola ou do hospital. Proclama uma verdadeira invenção que ele mesmo denomina de 'ovo de Colombo'" (Foucault, 1989b, p. 11).

8 Com *hologramática*, referimo-nos à definição de E. Morin de um dos princípios que o pensamento complexo deve seguir: "Como num holograma, em que cada parte contém praticamente a totalidade da informação do objeto representado, em toda organização complexa não só a parte está no todo como também o todo está na parte" (Morin, 2002, p.29). Desse modo, quer-se ressaltar a capacidade descritiva das amostras para a compreensão de dinâmicas gerais do sistema.

O ABANDONO DA NORMALIZAÇÃO ANTECEDENTE. DO *HOMO FABER* AO *HOMO SACER*⁹

Começamos por nos interrogar como é possível pensar um processo de mudança no qual se desenvolvem tensões cruciais na acumulação e na distribuição da força de trabalho. Supomos aqui uma mudança radical, uma desconstrução social, uma dinâmica que poderia se denominar de *desnormalização* e que conota uma transição para novos processos normalizadores.

Neste ensaio, desejamos inicialmente ampliar e reelaborar o conceito de *normalização* utilizado por Foucault, entendendo que esse conceito permite melhor destacar as práticas articuladas da *anatomopolítica e da biopolítica*.¹⁰ Na atualidade, essa designação, como se apontou, abrange formas da *tanatopolítica*. A desnormalização, nesse contexto, refere-se então às práticas institucionais que, no abandono do padrão de normalização, não promovem inclusão produtiva do conjunto da classe trabalhadora. A inclusão resulta acessível somente para uma fração mais reduzida dos produtores que no passado imediato. Poderia se afirmar que, nessa transição, crescentes frações dos trabalhadores são deslocados, subordi-

9 *Homo sacer* é o termo pelo qual Agamben designa “uma vida absolutamente exposta à morte, objeto de uma violência que excede ao mesmo tempo a esfera do direito e do sacrifício [...] uma vida que se pode matar licitamente” (Agamben, 2003, p. 112).

10 Nas palavras de Foucault: “A disciplina normaliza, e acho que este aspecto apenas pode ser discutido. De qualquer forma, deve-se precisar em que consiste, em sua especificidade, a normalização disciplinar... A disciplina, naturalmente, analisa, decompõe os indivíduos, os lugares, os tempos, os gestos, os atos, as operações. Decompõe-nos em elementos que são suficientes para percebê-los, por um lado, e modificá-los, por outro... Em segundo lugar, a disciplina classifica os elementos assim identificados em função de determinados objetivos... Terceiro, a disciplina estabelece as seqüências ou as coordenações ótimas... Quarto, a disciplina fixa os procedimentos de adestramento progressivo e controle permanente e, por último, a partir daí, distingue entre os que serão classificados como ineptos e incapazes e os demais. Quer dizer que sobre essa base faz uma divisão entre o normal e o anormal. A normalização disciplinar consiste em apresentar antes de tudo um modelo, um modelo ótimo que se constrói em função de determinado resultado, e a operação de normalização disciplinar passa por tentar que as pessoas, os gestos e os atos se ajustem a esse modelo: o normal é, precisamente, o que é capaz de se adequar à norma, e o normal, o que é capaz de fazê-lo” (Foucault, 2006, p. 75-76).

dados, *subnormalizados*, ficando socialmente instalados em uma faixa caracterizada pela inacessibilidade aos padrões de reprodução da força de trabalho por meio das formas assalariadas integradoras, *típicas ou não precárias* na forma *disciplinar* usual.

As instituições encontram-se num impasse, não podendo responder ao imaginário precedente do trabalhador universal nem projetar um novo trabalhador suficientemente hegemônico.¹¹ Elas encontram dificuldades de materializar – como antes – ficções de realização por meio do trabalho, ao mesmo tempo em que não podem revelar sua inutilidade em frente às necessidades sociais. O capitalismo opera com as ficções de *recursos renováveis* e de que o trabalhador excedente, à espera de emprego, será, em algum momento, necessário *produtivamente*. Na realidade cotidiana, o trabalhador deslocado enfrenta o risco de extinção, tanto em seus significados econômico e social, como subjetivo. As categorias classificatórias como as de trabalhador *típico ou atípico* utilizadas pelas agências internacionais revelam, como sugerem outros autores, a *segmentação social de oportunidades de emprego* e a conseqüente formação de uma *infraclasse* (Salvia, 2006, p. 39).

As cifras para o conjunto de países latino-americanos mostram o incremento do desemprego aberto, que passou de 6,9% da população em 1990 para 10% em 2004 (ONU, 2005, p. 7). Também registram um incremento da informalidade do emprego em setores de baixa produtividade na região. Segundo a CEPAL, durante a última década, 70% do aumento do emprego concentrou-se no setor informal, e a percentagem de pessoas ocupadas em empregos de baixa produtividade cresceu significativamente, afetando sobretudo os jovens (CEPAL, 2004, p.7-8). No Quadro 1, ficam evidentes as altas proporções do emprego concentradas em setores de baixa produtividade, que, por sua vez, tendem a se aprofundar na comparação entre 1990 e 2002.

11 Segundo Bergalli (1997, p. 49), “o manicômio e a prisão retomaram uma centralidade nos sistemas de controle duro que se considerava deslocada. Portanto, as instituições de seqüestro rearmaram suas práticas e reimplantaram as técnicas condutivistas que, embora já não possam se sustentar sobre discursos de reabilitação, reeducação, ou ressocialização, servem para legitimar a gestão institucional e manter os seqüestros”.

Quadro 1 – Percentagem de pessoas ocupadas em setores de baixa produtividade, conforme grupo de idade, total nacional, 1990 e 2002 (17 países da América Latina – em %)

Faixas de idade	1990	2002	Variação percentual
15-19	63,3	69,1	9,2
20-24	46,8	49,4	5,5
25-29	42,7	45,1	5,7
30-64	48,9	51,7	5,7

Fonte: Elaboração própria, com base em dados da CEPAL, 2004.

As características do mercado de trabalho latino-americano têm relação com a persistência da pobreza, que afeta 43,% da população, enquanto as políticas de governo e de organismos multilaterais para o desenvolvimento impulsionam medidas paliativas que ainda não são capazes de encontrar soluções para o problema.¹² Com raríssimas exceções, desde princípios da década de 1990, os países da região tenderam também a uma maior concentração de renda:

Em primeiro lugar, se observa que os valores extremos, entre os quais flutuam os coeficientes de Gini, aumentaram. Enquanto em 1990 os limites inferiores e superiores deste indicador alcançavam 0,438 (Costa Rica) e 0,627 (Brasil) respectivamente, em 2002 haviam se deslocado até 0,456 (Uruguai) e 0,639 (Brasil). Por outro lado, vários países mostraram uma deterioração perceptível em matéria distributiva (Argentina, Costa Rica, Equador e Colômbia, entre outros), e somente três (Guatemala, México e Panamá) experimentaram uma melhora apreciável. (CEPAL, 2004, p.92-93).

A maior concentração da renda revela, sem dúvida, processos de convergência: no plano das rendas, implica uma redução do consumo na

12 Assim como nos anos 1990 as políticas prometiam melhoras a partir da liberalização econômica e a reestruturação produtiva, na década atual opta-se por algum incremento no gasto público nos países latino-americanos, que passou de 10,1% em 1990 para 13,8 em 2002 (ONU, 2005, p. 8) e pelos créditos e concentração de metas para o desenvolvimento impulsionados por organismos supranacionais.

base dos setores com menores rendas, ampliando a segregação social e seu corolário, auto-responsabilização pelo fracasso e baixa da auto-estima coletiva. No dia-a-dia, o declínio de renda traduz-se no incremento da pobreza e da indigência.

Na Argentina, observa-se uma elevação abrupta da taxa de desemprego, que marca a saída do modelo de pleno emprego ao passar, por exemplo, de 7,4% em 1990 para 15,1% no ano de 2000. Mesmo sem se levarem em conta os pontos que marcam as variações mais agudas, o desemprego urbano passou, no mesmo período, de 2,6% para 13,8%.

Quadro 2 – Argentina.
Taxa (anual média) de desemprego urbano (em %)

Ano	%
1980	2,6
1985	6,1
1990	7,4
1995	17,5
2000	15,1
2003	17,3
2004	13,8

Fonte: Instituto Nacional de Estadística y Censos (INDEC).
Dados da Pesquisa Permanente de Domicílios (1980 a 2000)
e Pesquisa Permanente de Domicílios Contínua (2003 e 2004).

Apesar dos sinais de diminuição da taxa de desemprego no último período, fontes oficiais reconheceram que “[...] em boa medida, o desemprego maior e a incidência da pobreza mais elevada passaram a ser traços estruturais da economia e da sociedade, já que mesmo o crescimento econômico a ritmos razoáveis não reduzirá a taxa de ociosidade de maneira muito significativa” (Ministerio de Economía, 2003, p. 59). Esse tipo de diagnóstico enquadra-se em um jogo *ficcional* que geralmente se limita a confirmar o estado atual das coisas, naturalizando a problemática abordada e ignorando as causas estruturantes. No Quadro 3, podem se observar as diferentes medições sobre a evolução das taxas do mercado de trabalho no último triênio.

Quadro 3 – Argentina. Taxas básicas do mercado de trabalho, total de aglomerados urbanos, III trimestre de 2004-II trimestre de 2006 (em %)

TAXAS	2004		2005				2006	
	III	IV	I	II	III	IV	I	II
Atividade	46,2	45,9	45,2	45,6	46,2	45,9	46,0	46,7
Emprego	40,1	40,4	39,4	40,1	41,1	41,3	40,7	41,8
Desemprego	13,2	12,1	13,0	12,1	11,1	10,1	11,4	10,4
Subocupação	15,2	14,3	12,7	12,8	13,0	11,9	11,0	12,0
Subocupação demandante	10,5	9,7	9,0	8,9	8,9	8,4	7,8	8,1
Subocupação não-demandante	4,7	4,5	3,7	3,8	4,2	3,5	3,2	3,9

Fonte: Instituto Nacional de Estadísticas y Censos (INDEC).
Dados da Pesquisa Permanente de Domicílios Contínua.

Embora perceba-se, nesses registros, uma tendência de decréscimo do desemprego, ela se mantém em torno dos dois dígitos, acompanhada de altas taxas de subocupação, e não consegue diminuir para valores próximos, por exemplo, àqueles do ano 1990 (7,4%). Em um balanço mais abrangente, Augustín Salvia afirma a respeito:

São quase dez milhões de pessoas (70 por cento da população economicamente ativa) que sofrem problemas de emprego. Excluídas dessa situação as que, tendo um emprego, não procuram trabalhar mais horas ou mudar de trabalho, a massa de trabalho que sobra do capitalismo argentino ascende de qualquer forma a quase sete milhões de pessoas (50 por cento da força de trabalho urbana). (Salvia, 2005, p. 33).

Um indicador-chave para se analisarem a situação de emprego deficiente e precário e suas inferências na renda dos trabalhadores, é a pro-

porção destes que recebe um salário inferior ao que se considera como cesta básica de alimentação (*normal*), constituindo o problema atual dos *pobres ainda que trabalhem*.

Quadro 4 – Argentina. Trabalhadores que recebem um salário inferior à cesta básica total, em % (2000-2005)

Ano	%
2000	42,8
2001	43,9
2002	65,3
2003	66,3
2004	60,4
2005	54,9

Fonte: SAyDs (2006). Dirección Geral de Estudos e Formulação de Políticas, Subsecretaria de Programação Técnica e Estudos Laborais. Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social, com base nos dados da Pesquisa Permanente de domicílios Pontual e Contínua e Censos (INDEC).

Na Argentina, em 2005, mesmo se comparado aos dos anos imediatos da desvalorização (2002 e 2003), o salário de 55% dos trabalhadores não alcançava o valor da *cesta básica total*. Novamente, a “normalidade” situava-se em níveis muito altos de precariedade, de desemprego e de subnutrição. A pobreza então se encontra ligada não apenas à carência de uma ocupação remunerada, mas, também, ao emprego precário e ao subemprego. Pode se alertar sobre a utilização das medições baseadas nas linhas de pobreza e indigência, na medida em que somente a referência a elas deixa a análise enquadrada em seus próprios limites de renda monetária. O indicador denominado *brecha de pobreza e brecha de indigência*¹³ pode nos dizer algo mais sobre os processos que se desenvolvem por baixo dessas linhas. No Quadro 5, apresentam-se os dados que permitem calcular as brechas e os resultados.

13 As brechas são calculadas a partir dos ganhos dos denominados pobres e sua relação com o valor monetário das cestas básicas total e alimentícia que assinalam os umbrais de carência. O mesmo valor mede a distância entre o ganho médio da população empobrecida e o valor da linha de pobreza, ou seja, em certa medida qualifica o déficit de ganhos dos denominados pobres.

Quadro 5 – Argentina. Incidência da pobreza e da indigência, Segundo semestre de 2003 – primeiro semestre de 2006

Período	Sob a linha de pobreza		Corte Básico Total média dos lares pobres (3)	Índice de pobreza (%)	Sob a linha de indigência		Corte básico abastecido média dos lares indigentes (4)	Índice de indigência (%)
	Lares	Pessoas			Domicílio	Pessoas		
II-2003	36,5	47,8	731,7	44,5	15,1	20,5	362,8	32,1
I-2004	33,5	44,3	781,2	41,7	12,1	17,0	379,7	30,3
II-2004	29,8	40,2	804,6	44,6	10,7	15,0	380,1	41,6
I-2005	28,8	38,9	847,5	43,2	9,7	13,8	408,7	42,0
II-2005	24,7	33,8	888,7	42,9	8,4	12,2	432,4	40,3
I-2006	23,1	31,4	-----	-----	8,0	11,2	-----	-----

Fonte: elaboração própria com base em dados da Pesquisa Permanente de Domicílios Contínua, Instituto Nacional de Estadísticas y Censos (INDEC).

Pode-se observar como os dados de incidência de pobreza e indigência mantiveram-se elevados, com pequenas variações. Para o primeiro semestre de 2006, 31,4% das pessoas eram consideradas pobres, e 11,2% indigentes. Os níveis de pobreza e indigência para o segundo semestre de 2005 informam que as rendas médias dos considerados pobres encontravam-se em 42,9% abaixo da linha de pobreza e que a média dos considerados indigentes estava 40,3% abaixo da linha de indigência. Esses valores apontam o grau de carência e subnutrição abaixo das medições padrão que marcam os *limites de sobrevivência*.

Outro aspecto que não se pode ignorar é a relação entre a política social da Argentina e o agravamento das crises econômica e social no final dos anos 1990 e início do novo século. A partir de 2001-2002, generalizou-se a concessão de planos sociais a pessoas em situação de pobreza encarregadas de família, sob forma de subsídios com contraprestação de serviços.¹⁴ Esse programa é contraditório: o governo concede um subsídio de assistência de 150 pesos (em torno de 50 dólares mensais) reconhecendo, expressa ou tacitamente, um direito universal para trabalhadores desempregados e

14 Chamado Plan Jefes y Jefas de Hogar Desocupados (Plano Chefes de Família Desempregados). Atualmente, está havendo a desativação desse plano e sua substituição, em grande parte, pelo Plano Famílias, pertencente à pasta de Desenvolvimento Social, que tentaria absorver um tanto dos beneficiários do primeiro.

indigentes. O subsídio não se traduz em nenhum contrato ou compromisso estável, porém o Estado apresenta publicamente dados de desemprego suavizados pela “inclusão” desses trabalhadores em lista alternativa, computados estatisticamente como empregados. O programa chegou a abranger 2,3 milhões de trabalhadores e, com regularidade, no triênio 2002-2005, alcançava 10% da população economicamente ativa (PEA).

Quadro 6 – Quantidade de pessoas beneficiadas pelo Plano Chefes de Família (*Plan Jefas y Jefes de Hogar*) e estimativa da proporção da PEA, 2002-2005 (médias trimestrais, dados mensais)

* Estimativa em relação aos dados da PEA do Censo Nacional de População 2001.

	Mai-Junho 2002	IV Trimestre 2002	IV Trimestre 2003	IV Trimestre 2004	IV Trimestre 2005	Outubro 2006
Total beneficiários	877.266	1.796.630	1.856.218	1.603.838	1.525.710	1.472.187
Porcentagem da PEA*	5,7	11,8	12,2	10,5	10,0	9,6

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do Censo Nacional de População, Domicílios e Moradia 2001 (INDEC), do SIEMPRO (2005b), e Portal do Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social.

Forma anômala de contratação e classificação social, esse subsídio *regulariza* um trabalho atípico, *subnormal*: é e não é uma ocupação ou um emprego, é e não é uma prestação social, configurando um espaço de estigmatização social. A leitura dessas contradições e o alcance quantitativo e temporal do programa permitem, então, considerar essa figura de plano social como um ícone de *subnormalização* laborativa, já que fixa limites em frente ao direito universal, ao mesmo tempo instalando a *precarização*, a *dependência* e a *superfluidização* da força de trabalho.

A situação das gerações de jovens e as condições de trabalho a que têm acesso representam outro aspecto importante do processo de desnormalização sociolaboral. No mundo, as tendências do emprego juvenil indicam que a probabilidade de se estar desempregado é 3,5 vezes maior para os jovens que para os adultos (OIT, 2004). Na Argentina, em 2004, a taxa de desemprego dos jovens de 15 a 24 anos alcançava 30,6%, quase o dobro da taxa geral, que era de 16,3% (CNCPS, 2005, p. 150). Além disso, para o mesmo ano, 66,5% dos trabalhadores assalariados, com 18 a 24 anos de idade, não tinham carteira assinada, de modo que não se encontravam amparados pelas leis trabalhistas (CNCPS, 2005, p. 151).

Outro aspecto relevante a ser considerado em torno dos processos de desnormalização é o relacionado com as qualificações necessárias para se ter acesso à ocupação. Aqui nos deparamos com outra variável recorrente na ficcionalização do emprego pleno. O problema não estaria no número limitado de vagas, mas nas “qualificações insuficientes”. Beck (2002, p. 113-114) aponta com clareza a respeito:

À vista do excesso de ofertas em títulos educativos e da escassez de postos de trabalho, ocorre uma paradoxal desvalorização e revalorização dos diplomas. Sem título educativo, as oportunidades de trabalho são quase nulas. Com ele, só se obtém o direito a participar na concessão das oportunidades laborais, mas não aos postos de trabalho.

Assim, se manifesta uma contradição:

As instituições sociais (partidos políticos, sindicatos, governo) se transformam em mantenedoras de uma realidade social que existe cada vez menos [...] Uma sociedade industrial conservada nas instituições e que já não compreende o mundo (ibid., 127-128).

A escolarização e a educação superior proporcionam, como sempre, *status* sociais diferenciados, e sua acessibilidade é determinada pelo capital social e cultural familiar. No entanto, seu enunciado disciplinar perdeu hegemonia; educação não assegura um emprego qualificado, especialmente aquela obtida em termos convencionais (Cattani, 2004). Ao mesmo tempo, as baixas condições de vida dos trabalhadores impedem-lhes de manter a continuidade escolar ascendente de seus filhos. Ocorre assim uma interrupção no circuito tradicional, inviabilizando a obtenção de trabalho graças à formação.

Para a América Latina, segundo estimativas da CEPAL (2004), os índices de escolarização incrementaram-se na última década; no entanto, aumentou o desemprego entre jovens escolarizados, e persiste a desigualdade conforme o nível de renda. Na Argentina, 66,3% das crianças que se escolarizam aos 6 anos de idade terminam o 9º ano de educação, e apenas 34,5% completam o nível secundário (SAyDS, 2006, p. 43),¹⁵ considerado o nível mínimo

15 Dados da Direção Nacional de Informação e Avaliação de Qualidade Educativa. Secretaria de Educação – Ministério da Educação, Ciência e Tecnologia para as coortes de egresso 2004-2005.

de qualificação para o emprego. Embora tenha se observado um incremento das pessoas de 20 anos e mais que concluíram o secundário, entre os anos 1991 (25,5%) e 2001 (38,9%), a percentagem continuou baixa, levando-se em conta, especialmente, o filtro que exclui os que não conseguem esse grau educativo mesmo para cargos que não requeiram mais qualificação. O processo educativo opera assim em mão dupla: frustra as expectativas de emprego, mas classifica ao mesmo tempo a minoria que chega aos níveis superiores. Para o ano 2001, segundo o Censo Nacional de População, 18,7% (835.080) dos jovens entre 18 e 24 anos do país não estudavam nem trabalhavam, e, entre essa mesma população, 47,7% completara o nível primário de educação, 47% iniciara ou terminara o nível secundário e somente 5,4% começara um nível de educação superior (SAyDS, 2006, p. 45).

Observa-se, então, que o funcionamento das instituições educativas argentinas já não tem correspondência com a conformação de um padrão universal (normalização), com as integrações social e nacional, como se buscava desde o século passado, para cumprir esse ideal local de homogeneidade cultural e, posteriormente, de integração do trabalhador fordista. Agora, certamente poderia se observar a contradição do ponto de vista de “carência” ou, como tentamos argumentar, como o resultado de uma *produção metódica positiva* de um novo tipo de *trabalhador desvalorizado* (Beaud; Pialoux, 2006), desnormalizado, um *subproletariado* (Antunes, 2005) posto no limite da integração eventual.

Essa elaboração conceitual, que propomos aqui em termos de *subnormalização*, sugere pontes, por um lado, com a explicação foucaultiana acerca das práticas de normalização sob uma perspectiva disciplinar, articulada biopoliticamente, e, por outro, pode oferecer uma imagem de subordinação, de estrato inferior, subterrâneo.¹⁶ Assim, emergem práticas institucionais de subordinação mais complexas ainda, nas quais tanto o modelo normal resulta inalcançável, como se criam novas categorias de sujeitos (desertores do sistema educativo, desempregados, trabalhadores permanentemente temporários, processados sem sentença

16 Ulrich Beck (2000, p. 101) dirá, por exemplo, que “O fenômeno não é outro que a substituição do trabalho normal pelo trabalho não normal. Na atual conjuntura do mercado mundial, o crescimento econômico torna obsoleta a idéia de pleno emprego clássico, e, portanto, a consigna de postos de trabalho para toda a vida”, apontando como atributos desse trabalho normal um alto grau de formalização, legalização, hierarquização e universalização (ibid., p. 105).

judicial, ex-presidiários, etc.). Daí que a regulação reveste-se de uma nova complexidade que abrange duas fases, uma de desnormalização, com a desconstrução dos atributos que normalizam a força de trabalho tais como o emprego para a vida toda, a identidade operária, a pertença a um grupo e a própria reprodução da existência, e outra fase de subnormalização, fração estratificada sem possibilidades de inclusão ascendente, constituída por ofertantes de força de trabalho integrando um novo subproletariado (Antunes, 2005; Borón, 2004) e por um *ejército de indigentizados*.

Esses conceitos reelaboram a explicação das formas biopolíticas predominantes até os anos 1970, buscando evidenciar especialmente as formas tanatopolíticas. No paradigma anterior, as instituições governamentais tendiam, predominantemente, à normalização por meio do modelo *panóptico*. Atualmente, os processos que analisamos aqui se voltam para modelos *não-óticos*: a observação das populações, seqüestradas institucionalmente ou delimitadas espacialmente, está escotomizada. A observação encontra-se parcializada, meio cega, perde seu caráter reticular e individualizante; trata-se da intervenção sobre populações de conjunto desnormalizadas, anonimizadas, invisibilizadas.¹⁷

Enquanto que, no panoptismo, o enunciado de normalização mantinha coerência com o método de reabilitação da força de trabalho, neste segundo modelo, as instituições devem apelar para um jogo *ficcional* a fim de se legitimarem, autojustificando sua função seqüestradora com fins normalizadores, enquanto seu método já não consegue cumprir a promessa de inclusão para a força de trabalho excedente. O enunciado real e ideológico *neoliberal* é que o *excesso de emprego* constitui *uma falha do sistema produtivo capitalista* e, ao mesmo tempo, o emprego perpetua-se como único caminho de saída para a sobrevivência do trabalhador e da própria produção do capital em sua forma clássica fabril. As instituições reguladoras não conseguem construir parâmetros coletivos e subjetivos normalizadores, formando uma ampla *subcategoria subordinada*.

17 Especialmente na Argentina, mas também no contexto latino-americano e mesmo europeu, as resistências dos movimentos sociais iniciam-se em torno de uma luta por sua visibilidade pública, partindo de horizontes reivindicativos da margem como os desempregados e povoados originários.

ACERCA DA SEGREGAÇÃO ESPACIAL

Abandonamos, por um momento, a dinâmica de desnormalização para nos ater aos processos de segregação espacial ou *guetificação* como outra das vertentes convergentes para a compreensão aqui proposta. Embora essa figura lembre as experiências históricas dos *guetos* europeus, encontraram-se sintonias teórica e empírica para qualificá-los como processos agudos de *segregação espacial* que intervêm na constituição da cartografia socioterritorial por meio do seletivo exercício do controle sobre populações definidas e delimitadas. Na dinâmica que move esse processo, os *párias urbanos* (Wacquant, 2001) corporificam aqueles atributos suscetíveis de serem vigiados e segregados no interior da trama urbana massiva. Embora a situação não seja nem possa ser idêntica à do gueto nazista, já que existem claras diferenças históricas e políticas, é pertinente resgatar o conceito como matriz de abordagem, como forma isomórfica, já que sua utilização não se apega necessariamente a uma coordenada espaço-temporal em particular, senão que se define em relação a uma produção social modélica.

Em outras palavras, o processo de guetificação pode ser concebido como um *instrumento bifronte de cerco e controle* atravessado, em sua construção, por variáveis como poder, sujeição, discursos e práticas sobre o *outro*. Circunscreve-se então, mediante um conjunto de operações, à própria territorialidade como única margem tolerável. Dessa forma, pode se fazer referência a diversas *formas institucionais* (Wacquant, 2001) de *núcleos urbanos segregados*, como *bidonvilles*, favelas, *cités*, vilas, barracos, assentamentos, etc. Não se trata simplesmente de apontar que sejam espaços de pobreza ou indigência, mas que padeceram um processo de guetificação, constituindo-se em *Estados de exceção* (Agamben, 2004), circundados – cercados – e monitorados governamentalmente – controlados –, estigmatizados pela ameaça que se considera significarem (risco), mas tendo invisibilizada a violação dos seus direitos. A exceção se corporificando como reverso da própria norma, o Estado de direito torna-se um ideal cada vez mais difícil de ser materializado, e as democracias contemporâneas desenvolvem mais demarcações espaciais e formas de vigilâncias seletivas sobre as denominadas classes perigosas. Como afirma o geógrafo David Harvey (2006), a cidade não deve ser pensada como uma *cidade de fragmentos*, mas como um *corpo político*, uma entidade que tem caráter próprio e que expressa em si mesma não só a divisão internacional do trabalho, como também as contradições e tensões do capitalismo atual. A guetificação encontra-se

embutida no marco do *continuum* de exclusão-extinção, que delimita o *lager* urbano:

O campo como localização deslocante é a matriz oculta da política em que ainda vivemos, a matriz que temos que aprender a reconhecer através de todas suas metamorfoses, tanto nas *zones d'attente* de nossos aeroportos como em certas periferias de nossas cidades. Este é o quarto e inseparável elemento que se uniu, rompendo-a, à antiga trindade Estado-nação-nascimento-território. [...] Agora este princípio entrou em um processo de deslocamento e de deriva que torna evidentemente impossível seu funcionamento e que nos faz prever não só o surgimento de novos campos, como também de novas e mais delirantes definições normativas da inscrição da vida na Cidade. O campo de concentração, que agora se instalou solidamente nela, é o novo nómos biopolítico do planeta. (Agamben, 2003, p. 224).

Aquilo que usualmente as agências governamentais apontam e registram estatisticamente se refere especialmente à precariedade material das moradias, ficando dessa forma invisibilizados múltiplos fatores que constituem o espaço segregado, como os controles arquitetônico e institucional das fronteiras sociais e a militarização seletiva da vida urbana (Alerta Argentina, 2006). Os espaços fragmentados da cidade sinalizam a decadência do ideal integrador que, em tempos passados, assumia a máxima do progresso como uma obra de uso coletivo. Por isso, interessa aqui ampliar a reflexão sobre os aspectos nem sempre previstos no registro de censos e estudos. Algumas práticas institucionais de construção de dados associam estigmas a delitos, reforçando a discriminação no mercado de trabalho e no acesso à justiça, o mesmo acontecendo quando se trata de identificar trabalhadores que morem na proximidade de parques industriais degradados ou de lixões.

A guetificação social, encarnada no que denominamos Núcleo Urbano Segregado,¹⁸ materializa-se por meio de um processo social de

18 Por Núcleos Urbanos Segregados (NUS), entendemos aquelas unidades ou complexos habitacionais que, por determinações históricas e sociais, ficam associados às macrounidades urbanas, sendo por elas segregados. Padecem de isolamento social, deterioração urbanística extrema, estigma e condições de vida que os definem, na segregação ecossocial, em processos de “guetificação” e cujas características de habitat recortam-nos do entorno urbano (Bialakowsky et al., 2001).

deslocamento, de uma dinâmica de alojamento e desalojamento diferencial pela qual a sociedade constrói uma delimitação segregada. O espaço converte-se num estigma, e seus habitantes levam o nome do estigma cuja referência deve ser evitada para poder circular no entorno urbano; longe de se constituir em periferia, esses espaços encontram-se no meio das cidades expandidas. As representações sociais situam-no num subúrbio imaginário, mesmo quando o espaço comum não apresenta nenhuma descontinuidade na grande urbe. (Bialakowsky et al., 2005).

Segundo os dados disponíveis, em 2004 cerca de um bilhão de pessoas viviam *favelizadas* no mundo, das quais 14% se encontravam na América Latina e 80% distribuídas entre a África e a Ásia. Somente em três das grandes cidades latino-americanas (México, Bogotá e Caracas), encontram-se 8 milhões de pessoas que vivem em vilas ou assentamentos precários (Pavón, 2006). Na Argentina, a quantidade de habitantes em favelas aumentou 41% entre 1991 e 2001 (Borthagaray, 2005, p. 14-15). Do total de conglomerados urbanos nacionais, estima-se que 22% da população reside em moradias situadas a três quadras ou menos de terrenos utilizados habitualmente como lixões (SIEMPRO; INDEC, 2001).

De acordo com outra fonte, os domicílios em situação precária na Argentina aumentaram 26% entre 1980 e 1991 (Bricchetto, 2005). A população vivendo em favelas passou de 42.462 em 1962 para 107.805 em 2001, aumento esse de 153%. Em 1991, o total de população de favelas e assentamentos precários na cidade de Buenos Aires e Grande Buenos Aires era de 410.481, enquanto, em 2001, essa cifra subia para 653.721 habitantes (Nistal; Vidal, 2005). Dados do governo da cidade de Buenos Aires indicam que mais de 85 mil famílias vivem em situação habitacional deficitária. No período 1991-2001, a quantidade de habitantes em vilas de emergência e núcleos habitacionais transitórios aumentou aproximadamente 100% (GCBA, 2005). Além do mais, umas 150 mil pessoas vivem em bairros pauperizados, aos quais devem se somar entre 800 e 1.000 favelas da província de Buenos Aires.

Além das condições de pauperização e indigência, cabe destacar que, nas últimas décadas, se abateram sobre as favelas, assentamentos e complexos habitacionais novos processos de *guetificação social e espacial* que condicionam radicalmente as condições materiais de vida. As cidades mudam e, em sua mutação, polarizam-se numa espécie de emparedamento, de cercamento que define fronteiras sociais e espaciais. Erige-se uma esté-

tica contrastante que, em seus extremos cromáticos, anula matizes que antigamente ilustravam um horizonte com pretensão de integração e mobilidade social ascendente.

É relevante considerarem-se as mutações ocorridas nas racionalidades que estruturam os diferentes projetos de intervenção governamental sobre a problemática relacionada com habitação e habitat. Na Argentina, entre vários países latino-americanos, podem se identificar modelos de integração ao espaço urbano desde a década de 1950 até os anos 1980, o que opera em direção à *normalização da força de trabalho* por meio da erradicação e da radicação. São exemplos do primeiro, sob o autoritarismo das ditaduras, planos de *erradicação* de vilas de emergência, como o PEVE (Plan de Erradicación de Villas de Emergencia), criado em 1967, que definiu todo um estilo de intervenção para os habitantes dos espaços urbanos estigmatizados. Como exemplos do segundo, na etapa democrática, com ensaios de diálogo e participação dos atores residentes, há os planos de radicação de favelas e assentamentos sancionados em meados da década de oitenta.¹⁹

Atualmente, o modelo emergente tende a mudar a concepção sobre esses espaços: “A dinâmica social das grandes cidades deixa de exercer a função de integração e assimilação e, ao mesmo tempo, sustenta as grandes distâncias sociais entre as classes sociais” (Queiroz Ribeiro, 2005, p. 152). Embora nunca o enunciado seja homogêneo e existam cruzamentos discursivos e governamentais que se tensionam, crescentemente se apontam espaços segregados como usinas de perigo, orientando-se sua administração para um modelo de *contenção residual*, usualmente com forças de segurança, produzindo-se um cerco sobre os alojados-desalojados

19 Podemos situar mais precisamente essas políticas: “A lógica da erradicação de vilas de emergência predominou desde os anos 50 até a década dos 80 [...] O caso mais difundido foi o PEVE (Plan de Erradicación de Villas de Emergencia), implementado nos anos 60. Esse plano originou a erradicação massiva de favelas, transferindo seus moradores para Núcleos Habitacionais Transitórios (N.H.T.) como etapa intermediária do programa. A seguir, a população seria levada para moradias definitivas, uma vez cumprida a fase de adaptação. Até hoje, a população erradicada por meio desse programa permanece nos NHT” (Martínez, 2004). A radicação surge em seguida no âmbito da cidade de Buenos Aires: “No ano 1984, por meio da Ordenança 39.753, estabelecem-se as pautas programáticas para a implementação de um Programa de Radicação Integral de Vilas de Emergência e Bairros Carentes da Capital Federal. Dois legisladores posteriores apresentam a radicação como eixo das intervenções em favelas: a Ordenança 44.873, do ano 1989, e a Lei 148, sancionada em dezembro de 1998” (Martínez, 2003).

(Bialakowsky, 2005). A figura da periculosidade tende a se concentrar nos jovens-pobres-urbanos, ou no limite de população que sobra em uma sociedade excludente. O Estado *penal* desenvolve diferentes táticas de varredura sobre o indesejável ou mantém em margens claramente delimitadas aquilo que atente contra determinado ordenamento social. Esse desenvolvimento dá-se não porque essas *populações extinguíveis* constituam uma ameaça de confronto aberta e explícita, mas, principalmente, pelo intolerável e atemorizante que resultam as produções sociais segregadas.

O princípio de mobilidade social que postulava o modelo de integração keynesiano desvanece-se ao mesmo tempo em que se opera uma virada que estipula, como princípio de organização e gestão espaciais, a contenção perimetral silenciadora. A realidade é invisibilizada e estereotipada, e o que ocorre ali é aceito como focos inabordáveis, onde as próprias instituições governamentais de bairros padecem cercos e incertezas. Esses processos percorrem e atravessam tanto as favelas e os conjuntos habitacionais massivos em estado de degradação, como as zonas específicas da cidade que revelam alta deterioração e abandono. O processo de guetificação não está tanto na prevalência do tipo habitat precarizado, embora constitua sua condição, mas especialmente nos processos que assumiram a intervenção governamental sobre as frações mais empobrecidas. Entre essas intervenções, a multiplicação de dispositivos de criminalização da pobreza e a territorialização dos conflitos dão conta da dramática reconfiguração desse corpo político urbano que torna cada vez mais robusta a criação de uma alteridade social polarizada, por meio de fronteiras sócio-espaciais entre a cidade rica e cosmopolita e a pauperização e desindustrialização das zonas onde habitam as *classes perigosas* (Alerta Argentina, 2006).

Complementarmente, poderiam se citar numerosos exemplos de espaços urbanos atravessados pelos processos de guetificação. Para este ensaio, selecionamos o complexo habitacional denominado mediaticamente de *Fuerte Apache*, que, como outros da periferia bonaerense – *Carlos Gardel, La Cava* –, possui um caráter icônico na medida em que sua própria trama municipal e corporal condensa dentro de si a construção social do cerco e do escotoma.²⁰

20 “Escotoma: termo tomado das ciências médicas que significa área de cegueira parcial ou total dentro dos limites de um campo visual normal. De nossa perspectiva, retomamos esse conceito para nos referir a uma prática de invisibilização de trajetórias sociais nos processos de exclusão-extinção social” (Bialakowsky et al., 2006).

Esse complexo habitacional denominado oficialmente como Bairro Exército dos Andes, situado em Ciudadela, localidade da Grande Buenos Aires, foi edificado sob o Plano de Erradicação de Favelas de Emergência (PEVE) na década de 1960, durante um período ditatorial. O complexo abrange uma superfície de 26 hectares, integrado originalmente por 22 monoblocos e 11 “nós” – cada um deles com três torres de 10 andares – unidos entre si pelas denominadas “cordas” de três andares, somando um total de 4.657 apartamentos. Segundo dados oficiais do último censo nacional (2001), habitam ali 17.777 pessoas. No entanto, cálculos de organizações comunitárias e das forças de segurança supõem que a cifra real ronde as 30 mil pessoas (Diario Clarín, 27.03.05), chegando outras estimativas a apontar um mínimo de 50 mil habitantes (CELS, 2005b).

Desde sua criação e no transcurso das últimas décadas, o complexo habitacional apresentou diversas formas de segregação e guetificação: sua conformação como espaço disruptivo na trama urbana e sua concepção massiva de normalização de setores populares, até se transformar progressivamente em “alojamento do desalojamento” social e portador do estigma de *periculosidade*, fundamentalmente a partir de sua denominação como *Fuerte Apache*. Desde 2003, o bairro encontra-se cercado por forças armadas da polícia que “controlam” os acessos e saídas tanto de veículos, como de pessoas. Em sentido icônico, a segurança do cerco tornou-se emblemática. O exercício de uma vigilância seletiva entre o demarcado dentro e fora do perímetro do bairro atende à exigência de controle eficaz que module os corpos tidos por perigosos ao mesmo tempo em que configura um espaço de exceção, sitiado, militarizado.

A configuração social do espaço na era da *globalização* implica, ao modo da faixa de *Moebius*, a segregação por meio da localização territorial (Bauman, 1999). As dinâmicas que estreitam as lógicas do “glocal”, conceito que une a falsa distância entre o local e o global, encarnam as formas que submetem os setores deslocados para um estranhamento radical, criminalizando a pobreza (Wacquant, 2001), e intervenções de *exceção*, pelas quais se produz o *arbitrio* para além do legal (Agamben, 2004). Resultante disso, também se definem a *exotização* dessas populações e a luta para se imponham pautas de sua auto-responsabilização. Traça-se assim a fronteira do *lager* urbano:

O resultado da forma urbana desenvolvida através do tempo é a história das lutas, dos confrontos pela divisão injusta e sempre

assimétrica do território da cidade, porque em geral as cidades são organismos carnívoros que necessitam de forma constante territórios para colonizar. (Faivre, 2005, p. 461).

Pode se dizer, seguindo-se Faivre, que, no marco dos processos de guetificação social, não só se realiza a luta pela conquista do espaço, como também a luta pela designação dos espaços *demonizados*, construindo-se de tal modo uma *cartografia do sobrante*, do segregado. Essa construção do espaço urbano resulta em uma complexidade inscrita em contradições sociais que a tensionam: por um lado, há a existência de um *continuum* de inclusão-exclusão social e, por outro, a *governabilidade* que alimenta essa dinâmica. Assim, as noções de erradicação-cerco de populações têm múltiplos significados que não se esgotam ao se pensar isoladamente a realocização de populações empobrecidas, a simples expulsão de ocupantes ou sua contenção, senão que possuem a virtualidade da modulação social destinada aos setores sociais excluídos no marco da matriz hegemônica da sociedade (Bialakowsky et al., 2005). Os diversos cercos e sistemas de exclusão conjugam-se e implicam as novas formas de controle e gestão social como processos de neoguetificação.

OS NOMES DA GESTÃO PUNITIVA

Em continuidade às análises precedentes, agora tentaremos dar conta de outro processo que modula certas frações da classe trabalhadora, neste caso, por meio da gestão punitiva. A gestão penal institucional, a exemplo das intervenções das forças de segurança, expressa parte do *continuum* de exclusão-extinção social que, como mencionamos, atravessa a vida social esculpindo corpos, trajetórias e *espacialidades diferenciais*. Assim, a *criminalização* (penalização) das populações deslocadas vincula-se estreitamente com a *superfluidização* da força de trabalho.

A gestão punitiva inscreve-se sob diversas formas, desde modulações segregativas até o caso extremo, o encerramento (e aniquilação) penal. De forma convergente, constitui-se um processo de construção de um *outro* ameaçador, *perigoso* (Castel, 2004), exigindo-se a segurança da *tolerância zero*. A segregação, combinada com as normas restritivas que definem o desejável socialmente, cria *párias* do sistema produtivo, populações violadas potencialmente extinguíveis.

O reordenamento sob signos da *tanatipolítica* criará condições para se gerarem processos disruptivos permanentes da ordem estabelecida. O sistema penal descarregará assim novas formas de vigilância e coação estatal legitimadas sobre as novas formas de pobreza e exclusão ligadas ao pós-fordismo (Bergalli, 1997). A lógica do enunciado, na realidade, revela a trama oculta do conflito social, e a taxa de encarceramento é apresentada como aquela ação eficaz que conseguiria *conter* esse outro perigoso. Segundo o jornal *El Clarín* (4 jul. 2005), com base em estatísticas do Ministério da Justiça argentino, nos últimos cinco anos, os presos aumentaram em 44% em penitenciárias federais, enquanto a população do país só aumentou 5%. Essa assincronia demonstra a crescente gestão punitiva sobre as populações deslocadas da integração normalizada.

De acordo com um informe apresentado pelo Alerta Argentina (2006), na província de Buenos Aires, 9 em cada 10 presos são pobres, e, entre eles, 75% foram processados sem condenação em primeira instância, quer dizer, sem determinação jurídica de culpabilidade. Somente nessa província, a população carcerária duplicou entre 1998 e 2004. O Ministério da Justiça reconhecia:

O sistema penal pune com maior severidade os delitos cometidos mais freqüentemente pelas pessoas que pertencem aos setores sociais mais marginalizados e não os delitos mais graves (...) ao contrário do que usualmente se pensa, o número de presos não tem relação com a freqüência dos delitos, e cada país toma as decisões politicamente. (Clarín, 4 jul. 2005).

Os traços de uma nova forma de governo destacam a *incerteza* (Castel, 2004) como lógica do *Estado de exceção* (Agamben, 2004, p. 25, 44, 83):

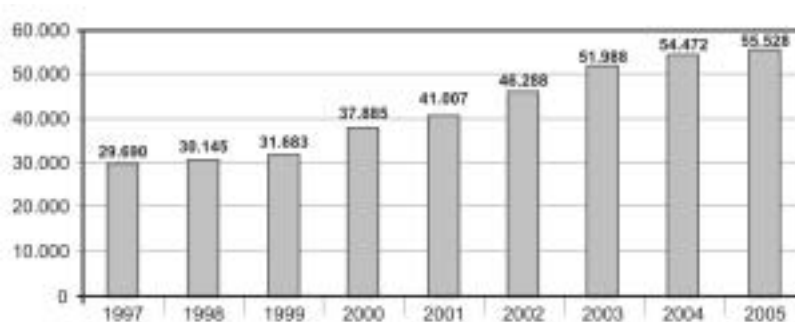
O totalitarismo moderno pode ser definido, neste sentido, como instauração, através do estado de exceção, de uma guerra civil legal, que permite a eliminação física não só dos adversários políticos como de categorias inteiras de cidadãos que por qualquer razão sejam não integráveis no sistema político. Assim, a criação voluntária de um estado de emergência permanente (embora eventualmente não declarado em sentido técnico) tornou-se uma das práticas essenciais dos Estados contemporâneos, mesmo daqueles assim chamados democráticos. [...] Conforme uma tendência ativa nas democracias ocidentais, a declaração do estado de exceção está sendo progressivamente substituída por uma generalização sem preceden-

tes do paradigma da segurança como técnica normal de governo [...]. Em todo caso, o estado de exceção aponta um umbral no qual lógica e práxis indeterminam-se e uma pura violência sem *logos* pretende atuar um enunciado sem nenhum referencial real.

Os dados indicam que a população carcerária na Argentina aumentou de forma extraordinária nos últimos 20 anos. Desde o início da democracia (1984) até 2002, e apenas nas penitenciárias federais, a quantidade de pessoas processadas pelo sistema penal apresentou um crescimento de 283% (SPF, 2005).²¹

Gráfico 1 – Argentina. Evolução da população carcerária.*

* A estatística oficial sobre população carcerária começou no ano 2002. Nos anos anteriores, não há dados para algumas províncias.



Fonte: Direção Nacional de Política Criminal. Secretaria de Política Criminal e Assuntos Penitenciários. Ministério da Justiça e Direitos Humanos (SAyDS, 2006).

Observa-se ter havido um nítido incremento da quantidade de pessoas encarceradas, a partir da introdução da doutrina da *tolerância zero* na década do governo neoliberal (1990-1999), tendo esse número praticamente dobrando. O fenômeno é acompanhado pela exacerbação do uso da violência policial. Segundo o Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS,

21 Embora essa fonte apresente um importante sub-registro, porque não existia uma contabilidade da população em todo o sistema penal, é importante resgatar a tendência que demonstra: de valores elevados na década de 1970, em período de ditadura militar, revela uma diminuição na primeira década de democracia, mas, a seguir, os valores indicam uma tendência ascendente até superar a população encarcerada durante a ditadura.

2005a), desde 1996 até a atualidade, o número de civis mortos em confrontos com a polícia aumentou 69%. Informação divulgada na imprensa indica que:

Nas prisões provinciais, há quase 25.000 presos e – de acordo com um informe da Comissão pela Memória – 90% não têm sentença definida. Além do mais, o CELS assegurou que a capacidade dos presídios alcança conter em condições dignas apenas 45% desse número de detidos [...] [e] nos primeiros 60 dias de 2005, houve 48 mortes em celas das penitenciárias. (Diario Clarín, 15 abr. 2005).

Como indica o Quadro 7, a taxa de encarceramento por 100 mil habitantes apresenta situações díspares: os Estados Unidos registram o maior percentual, e países do Cone Sul, como Chile, Argentina, Brasil e Uruguai, mostram altas taxas em comparação a países como o Japão ou a Suécia.

Quadro 7 – População carcerária e taxa para cada 100 mil habitantes (países selecionados)

	POPULAÇÃO CARCERÁRIA	TAXA PARA CADA 100 MIL HABITANTES
Chile	31.600	205
Argentina	62.877	173
Brasil	233.859	133
Uruguai	4.012	123
EUA	1.962.220	686
Japão	61.242	48
Suécia	6.089	68

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Documento de Trabalho do Sistema Penitenciário na República Argentina (2005).

Na Argentina, registravam-se, em 1997, 29.690 pessoas presas entre penitenciárias federais e provinciais. Essa cifra cresceu gradualmente até 2005, quando passou a ser de 55.528, o que significa um incremento de 87% na quantidade de pessoas presas. Por sua vez, a taxa de encarceramento para cada 100 mil habitantes passou de 83,2 em 1997 para 143,4 em 2003,

o que dá um incremento de 72,4%, enquanto a diferença percentual de ocorrências delitivas registradas para o total do País no mesmo período (1997 a 2003) foi de 55,7% (DNPC, 2005).

Tomemos como exemplo outro caso. Segundo o Serviço Penitenciário de Córdoba, em maio de 2005 havia, em toda a província, 5.823 pessoas alojadas num estabelecimento com capacidade para 3.432. No estabelecimento Número 2 de San Martín, dessa província, havia 1.621 presos, quando a capacidade era somente para 850. Entre eles, 48% permanecem sob prisão estatal e ainda não foram condenados.

A chave da análise desses dados não consiste em indagar-se particularmente sobre as agências do sistema penal, mas em apontar, principalmente, por meio da tendência temporal desses indicadores, a dimensão que assume a dinâmica de penalização, a qual opera sobre vastos setores *superfluidizados* da sociedade. Segundo o censo penitenciário de dezembro de 2003, 62% das pessoas processadas e encarceradas permaneciam na condição de processados sem sentença judicial (DNPC, 2005). Esse fenômeno ilustra a idéia de contenção *preventiva*, complemento dos processos de guetificação. O encarceramento foi ressuscitado e reinventado porque é útil para uma nova função necessária da dinâmica das sociedades neoliberais tardomodernas: achar um modo “civilizado” e “constitucional” de segregar as populações problemáticas criadas pelas instâncias econômicas e sociais atuais. (Garland, 2005, p. 322).

No que se denomina *gestão punitiva*, a intervenção pode se apresentar não apenas sob forma de reclusão, mas também sob formas extensivas e mais drásticas ainda por meio das mortes que ocorrem reiteradamente em nome da *defesa social* (Daroqui, 2001). Segundo dados elaborados pela CORREPI (2005), 44,6% das mortes de pessoas causadas pelas forças de segurança ocorrem em delegacias ou prisões, quer dizer, sob a tutela estatal. Somando-se a elas as mortes sob o rótulo de “supostos ladrões”, a cifra ascende a 68%.

Outros elementos que se podem agregar à análise, para se compreender a intensidade desses processos, são a estigmatização e a orientação punitiva das agências do sistema penal para jovens de setores pobres urbanos. Esses elementos são fundamentais às novas formas de controle que tendem a incrementar e “*infantilizar*” o registro carcerário. A partir da análise dos dados do ano 2000, algumas pesquisas apontaram que 20% das condenações totais pronunciadas no País concentravam-se em jovens de até 21 anos de idade (Guemureman, 2001).

A tática da contenção ajusta-se: “Com eles não se fará ‘nada’, a nova estratégia será incapacitá-los e neutralizá-los em instituições que mudarão também e justamente para eles sua disposição espacial-territorial e espacial-intrainstitucional” (Daroqui, 2001, p. 79). Em relação à faixa etária, dados elaborados pela CORREPI (2005) indicam que 64,42% dos mortos pelas forças de segurança tinham, no momento de sua eliminação física, entre 15 e 25 anos. Em termos de *seqüestro institucional* (Bergalli, 1997), ao término do ano de 2005, quase 20 mil meninos, meninas e jovens na Argentina encontravam-se privados de liberdade, sob a tutela do Estado (MJyDD; UNICEF, 2006), entre os quais mais de 80% das crianças estavam encarceradas por razões ligadas à pobreza. Somente na província de Buenos Aires, a quantidade de menores envolvidos com questões judiciais passou de 23.555, em 1996, para 43.654 em 2004 (Guemureman; Azcárate, 2005). Na província de Córdoba (segunda em volume populacional na Argentina), a idade média dos detentos está entre 23 e 27 anos, sendo 6% dos presos analfabetos e 88% desocupados ou trabalhadores ocasionais no momento de sua detenção (Alerta Argentina, 2006).

Segundo outros exemplos tirados de um informe da Direção Nacional de Política Criminal (DNPC, 2005), na origem de questões judiciais envolvendo jovens, 62% foram geradas por prevenção policial, 36% por denúncia policial e 2% por denúncia em frente a um tribunal, e o início de questões judiciais de mais de 60% dos menores institucionalizados esteve ligado à tutela estatal. A lei chamada de “patronato”, de 1910, permitia ao Estado suprimir o poder paterno, institucionalizando a criança. Não se procedia a uma abordagem completa da família, preferindo segregar a criança. Quanto aos atos cometidos por esses menores, 47,5% constituíram delitos contra a propriedade (furtos e roubos); em segundo lugar, vieram as lesões (22%) e, em terceiro, as ameaças (11%). Em quantidade inferior, foram investigados delitos contra a integridade sexual, delitos relacionados com o porte e uso de armas de fogo e atentado e resistência à autoridade. Dos imputados, 20% eram menores de 14 anos no momento da ocorrência, 38% tinha entre 14 e 15 anos e 42% tinha entre 16 e 17 anos. Quanto ao nível de instrução alcançado, em 38% dos casos os menores tinham sua educação primária completa e em 24%, incompleta. Dos imputados que realizavam alguma atividade, 50% faziam biscates (trabalhos eventuais não-qualificados e precários), 27% declararam trabalhar em relação de dependência, enquanto 7% trabalhavam por conta própria (DNPC, 2005).

Esses dados surpreendem, já que uma grande porção dos jovens detidos pelo sistema penal mantém algum laço com o mercado de trabalho, e, nessa ambigüidade, repousa a explicação: pertencem à classe trabalhadora, mas encontram-se no limite da inclusão que se supõe, em seu enunciado, *normalizadora*. A hipótese que se debate frequentemente postula a correlação entre incremento de pobreza e incremento de delitos. No entanto, o que aqui se desenvolve é justamente a correlação entre o desalojamento de populações do mercado de trabalho formal e regular e o incremento da coação do sistema penal: “A prisão reinventada do presente é uma solução penal em frente ao novo problema da exclusão social e econômica” (Garland, 2005, p. 323).

O signo da etapa disciplinar era constituído pelo *panóptico* de Bentham e a reclusão normalizadora; na etapa atual, oferece-se um modelo oposto, implusivo e mortífero destinado à distribuição dos corpos institucionalizados. Efetivamente, podem se analisar sucessivos motins penitenciários como os ocorridos nas prisões de Córdoba e Magdalena,²² que tiveram um saldo de 47 mortes e um sem-número de feridos. A análise revela seqüestros coletivos, violência e ações mortíferas no tratamento das populações reclusas. A partir dessas considerações, pode-se dizer que o par disciplina-reabilitação tende a mudar nessas circunstâncias para *reclusão-inabilitação*.

Esses complexos penais, em muito semelhantes a outros da Argentina e América Latina, acham-se em situação de superlotação de reclusos. Os que ali passam seus dias, quer dizer, aqueles que devem *aprender a viver em liberdade a partir da prisão* (Daroqui, 2001), encontram-se amontoados,

22 O que se conhece como o massacre de Coronda iniciou em abril de 2005, na penitenciária situada na província argentina de Santa Fé, deixando um saldo de 14 mortos. O segundo caso que apresentamos para este ícone é o massacre de Magdalena (penitenciária situada na província de Buenos Aires), em que morreram 33 internos, com uma diferença de poucos meses em relação ao primeiro caso. Em ambos os casos – embora principalmente no de Magdalena –, foram denunciadas intervenções repressivas ilegais, abuso do uso da força e violações aos direitos humanos por parte do pessoal do serviço penitenciário, sobre o qual recaíram graves acusações de organismos de direitos humanos e da justiça, por sua intervenção, responsabilidade e posterior sumiço de provas acerca do confinamento de internos durante o incêndio (provocando mortes por incineração e asfixia) e a repressão com armas de fogo. Veja-se a respeito o jornal Clarín (13 maio 2005, 5 jun. 2005) e o jornal *La Opinión* (15 abr. 2005). Atualmente, o caso encontra-se em processo de investigação na justiça penal argentina.

precarizados e violados em seus direitos elementares. O que esses acontecimentos paradigmáticos em torno da lógica do tratamento institucional apontam é seu potencial destrutivo ou de *eliminação* como parte de um método que ficcionaliza, que apresenta as tragédias como efeitos de *auto-eliminação* ou de conflitos horizontais. A intervenção institucional, que provoca a implosão dos corpos nos sistemas de prisão e de tutela estatal, oferece outra explicação para a crítica à naturalização do expulsado.²³

Cabe salientar também a importância da superlotação e do amontoamento em prisões como dimensão epidemiológica decisiva das populações reclusas. Pesquisas realizadas por especialistas em estudos sobre prisões estimam que um terço da população mundial de presos encontre-se infectada por tuberculose. A cada ano, entre oito e dez milhões de pessoas contraem a doença, ao mesmo tempo em que três milhões aproximadamente morrem na prisão por causa dela (Hoffner, 2005). Um dos fatores que favorece essa propagação é a incidência do vírus HIV, endêmico na população carcerária (idem).

O DEVIR NA FRAGILIZAÇÃO DOS CORPOS

Com a dinâmica de *fragilização dos corpos*, fazemos menção a processos sociais que violam a saúde de populações, afetando sua qualidade de vida e a longevidade. Esse vetor conflui para agravar as problemáticas da segregação que aparecem naturalizadas, já que condensa em si os padecimentos social e subjetivo em seus limites extremos e, ao mesmo tempo, reveste-se socialmente de caracteres puramente *bio(lógicos)* e (in)*dividuais*.

Os indicadores que podem ser citados são múltiplos. Cabe apontar os mais significativos de acordo com os conceitos desenvolvidos. O indicador que dá conta da fragilização de populações é a taxa de *mortalidade materna*²⁴ e sua associação com as condições de pobreza. Na Argentina, essa taxa exhibe uma tendência estável, com uma média de 4,3 por 10 mil

23 “As prisões funcionam agora como uma forma de exílio, e o uso que se faz delas não está tão definido pelo ideal da reabilitação como por um ideal que Rutherford chama de ‘a eliminação’” (Garland, 2005, p.292).

24 Por mortalidade materna, entende-se o óbito de uma mulher enquanto esteja grávida ou dentro dos 42 dias seguintes ao término da gravidez, devido a qualquer causa relacionada à gravidez, agravada por ela ou relativa à sua atenção (CNCPS, 2005, p. 170).

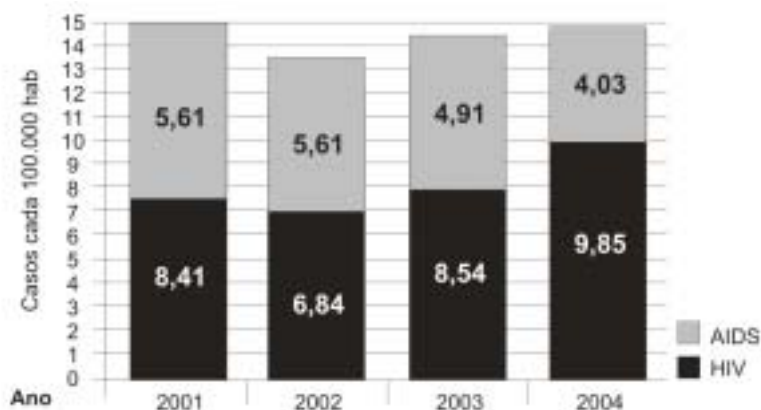
filhos nascidos vivos. No entanto, deve se notar que o principal determinante das mortes maternas é o aborto, representando 27% do total de óbitos. Entre 1995 e 2000, as internações por complicações de aborto aumentaram 46% em estabelecimentos oficiais (CNCPS, 2005, p. 96). Tais números revelam as circunstâncias extremamente precárias em que se realizam essas intervenções, condições sanitárias inadequadas que afetam especialmente as mulheres dos setores mais pobres, evidenciando a modulação *não-ótica* da incapacidade de se regular e prevenirem essas cirurgias e de nelas se intervir. “A distribuição da mortalidade materna entre as diferentes zonas do país apresenta uma ampla heterogeneidade, e são as províncias mais pobres as que têm uma taxa mais elevada” (idem). Nessa linha argumentativa, interessa lembrar as referências antes citadas sobre a incidência direta da subnutrição na fragilização, já que elas são mais amplas que os índices de desnutrição, tomando como referência as brechas de rendas abaixo das linhas de pobreza e indigência (ver Quadro 5).

Complementarmente, de modo significativo, com relação aos processos de *patologização* de populações, podem se apresentar cifras referentes a três endemias principais que as conotam contemporaneamente: HIV-AIDS, tuberculose e doença de Chagas-Mazza. Na América Latina e no Caribe, o HIV-AIDS propagou-se com grande rapidez desde os primeiros casos detectados. O Caribe registra a incidência mais alta entre adultos depois da África Subsaariana, com uma taxa média de 2,3%, o que transformou a doença na causa de morte mais importante entre a população de 15 a 49 anos. Na região latino-americana, registram-se incrementos significativos do número de pessoas infectadas entre 2002 e 2004, havendo, neste último ano, um registro total de 2,4 milhões de pessoas infectadas (ONU, 2005, p. 159).

A relação entre propagação e pobreza da população é direta: “Embora na maior parte dos países da região a epidemia tenha ingressado através de grupos abastados com capacidade de viajar, invariavelmente foi se transferindo para grupos na pobreza” (Cáceres, 2002, p. 8). Os fatores pobreza, nível educativo e gênero tornam maiores as probabilidades de contágio em mulheres em situação de pobreza e em jovens com baixo nível educativo (CEPAL, 2005). Outro estudo identifica as populações com necessidades básicas insatisfeitas e os grupos desprovidos de cobertura social como grupos em situação de mais vulnerabilidade em frente ao vírus. A doença ocorre sobretudo nos grupos mais pobres e com menos instrução, enquanto entre outros grupos sociais a incorporação de novas terapias de alta eficácia propiciou melhor qualidade de vida e sobrevida (Blanco; Arosio, 2005, p. 2).

No Gráfico 2, apresentam-se dados sobre HIV/AIDS na Argentina relativos ao período 2001-2004. Eles mostram ter havido um decréscimo da população com HIV/AIDS em 2002 e, em seguida, um incremento. As taxas de mortalidade por HIV/AIDS oscilam entre 12,5 e 14 casos em cada 100.000 habitantes. Observa-se também um relativo incremento dos casos de HIV (portadores saudáveis) em relação aos de AIDS (portadores doentes), expressando assim uma maior propagação ao mesmo tempo em que os tratamentos são mais eficazes.

**Gráfico 2 – Mortalidade por HIV/AIDS na Argentina.
Anos 2001-2004.**



Fonte: Dados de SAyDS e PNUD (2006).

Somente na cidade de Buenos Aires, a AIDS é a primeira causa de morte entre pessoas de 15 a 34 anos (Blanco; Arosio, 2005, p. 3). As notificações de HIV para o ano 2004 mostram um dado interessante em relação ao nível de instrução das pessoas diagnosticadas recentemente, segundo o qual a doença atinge mais gravemente aqueles com menor grau de escolarização:

Observa-se que 63% não completaram o segundo grau, e que além disso existem grandes diferenças regionais. As províncias de Chubut e Terra do Fogo não chegam a 20% com níveis de educação incompletos, enquanto que nas províncias de Salta e La Rioja representam mais de 90%. Mostram assim as diferenças regionais em relação à população vulnerável. (Ministerio de Salud..., 2005, p. 29).

A propagação dessa doença encontra-se associada ao padecimento de doenças que ganham importância a partir da disseminação da infecção

pelo HIV. Entre os exemplos possíveis, destaca-se a tuberculose, que, anteriormente, era analisada em relação à população mundial de prisões. A Argentina registra uma taxa de notificação desses casos superior à média da região. No ano de 2002, foram notificados 32 casos para cada 100 mil habitantes, quase o dobro das taxas do Uruguai e Chile, quatro vezes as de Cuba e mais de seis vezes dos casos registrados no Canadá e nos Estados Unidos (CNCPS, 2005, p.109).

A tuberculose, doença curável, que pode se prevenir, continua sendo uma importante ameaça para a saúde pública na Argentina. Apesar de que há várias décadas se conhecem drogas e tratamentos eficazes, assim como medidas e procedimentos de controle, atualmente assistimos a um recrudescimento da doença no âmbito nacional. Vários fatores, além da pandemia do HIV/AIDS, criaram condições propícias para seu agravamento em diferentes zonas do país. A esse quadro, se soma o enfraquecimento dos programas de controle, que, por serem menos eficientes em suas ações, determinaram o surgimento de um importante problema que obscurece o futuro da doença: a resistência às drogas antituberculose. (Morales, 2001, p. 2).

Um caso paradigmático pode ser traçado no sentido do exposto: a doença de Chagas-Mazza é uma enfermidade endêmica produtora de alterações cardíacas, com risco de morte,²⁵ estreitamente vinculada às condições de vida e moradia.

Segundo os últimos dados da Organização Mundial de Saúde (1999), existem em torno de 18 milhões de pessoas afetadas pela doença do mal de Chagas-Mazza na América do Sul, 6 milhões sobre um total de 210 milhões nos países do Cone Sul e, concretamente, na Argentina, onde é considerada a principal endemia, há 2,5 milhões de afetados. (Rozas Dennis, 2005, p. 36).

As zonas de risco e infecção chagásica têm em comum altas taxas de pobreza, escassez ou falta de água potável, carências habitacionais, insuficiência de postos de saúde ou impossibilidade de acesso a eles e instabilidade laboral (Rozas Dennis, 2005, p. 37). No total, considerava-se, para o ano de 2003, que em torno de 5,5 milhões de pessoas viviam em zonas que ofere-

25 A doença de Chagas-Mazza é causada pelo protozoário parasita *Trypanosoma cruzi* e transmitida pelo inseto vetor barbeiro, de ampla distribuição na Argentina, com exceção da Patagônia (SAyDS; PNUD, 2006).

ciam risco de contração da doença (Zeballos, 2005). As cifras sobre a quantidade de pessoas infectadas na Argentina constituem assim um ícone devido a sua magnitude e às possibilidades truncadas de se combater a endemia. Nesse país, embora existam, há décadas, programas de alcance nacional para seu controle e erradicação,²⁶ atualmente persiste, em algumas províncias, a transmissão vetorial ativa, e há um potencial incremento de infectados associado a dificuldades de acompanhamento e vigilância da propagação por parte dos *sistemas de prevenção* provinciais (Zaidenberg et al., 2004). Além disso, a *observação ecotomizada* sobre esse padecimento é reproduzida por organismos supranacionais, que, com frequência, eximem essa doença de seus principais programas de acompanhamento e metas para os países em desenvolvimento.

Cabe mencionar, por último, também a respeito dos processos de fragilização, um aspecto pouco considerado tradicionalmente pelas Ciências Sociais, mas que, na atualidade, ganhou vigência a partir dos paradigmas emergentes sobre desenvolvimento sustentável, promovido por múltiplas agências e organizações sociais. A lógica capitalista, mediante o aproveitamento dos recursos sob sua racionalidade instrumental, leva a graves desequilíbrios que afetam o ambiente e, conseqüentemente, seus povoadores. Como mencionamos anteriormente, as más condições do ambiente constituem uma característica freqüente dos bairros precarizados das cidades. Nesse sentido, podem se propor como figura icônica os fatos relacionados com a inundação ocorrida na cidade argentina de Santa Fé em 2003.

Segundo fontes oficiais, grande parte da cidade encontrou-se, em poucas horas, sob a água; foram atingidas mais de 140 mil pessoas (30% da população), obrigando a evacuação de 75.036 habitantes, atingindo 20 mil propriedades e ocasionando a morte de 22 pessoas por afogamento. Outras estimativas realizadas por organizações de direitos humanos denunciam mais vítimas associadas à inundação, apresentando até 67 casos de morte (Casa de Derechos Humanos..., 2004).

Na sua maior parte, as zonas atingidas eram também as mais vulneráveis do ponto de vista social [...] Em muitos casos, se tratava de assentamentos sem serviços ou com um padrão mínimo e situados num meio

26 Como exemplos, citamos os seguintes organismos e programas: Serviço Nacional de Profilaxia e Luta contra a Doença de Chagas (1952); Instituto Nacional de Diagnóstico e Investigação da Doença de Chagas “Dr. Mario Fatala Chabén” (1973); Comissão Intergovernamental contra a Doença de Chagas (1991); e Programa Dr. Ramón Carrillo (1992), entre outros (Zaidenberg et al, 2004).

ambiental deteriorado e de alto risco. O empobrecimento e a desocupação foram elementos determinantes na ocupação de solos com grande vulnerabilidade ambiental. (Ministerio de Salud..., 2003).

Em um país cujo território não é especialmente afetado por desastres naturais em grande escala, os motivos que produziram esse fato são explicados de modo similar em diferentes fontes. Uma delas afirma:

[...] falta de dados, inexistência de programas de monitoração, obras incompletas, carências de regulações, falta de controle e de planos de contingência não são mais que o reflexo cru de políticas de Estado que não priorizam adequadamente ou o fazem a partir de um olhar distanciado do povo. (Kippes, 2003, p. 10).

Concluindo, é possível observar o processo de fragilização dos corpos como um poliedro em que os múltiplos processos associados ao *continuum* de exclusão-extinção entrelaçam-se e dão conta da lógica sistêmica. As condições vitais degradam-se: na subnutrição de frações da população, na patologização dos corpos, nas condições de vida associadas aos seqüestros institucionais, na guetificação e na segregação do habitat. O significado de nos determos sobre esses processos não foi tanto para medi-los em si mesmo, mas a modulação que assume sua combinação com as condições de vida e trabalho das populações violadas. A governabilidade, assim, expressa-se pela distribuição dos riscos e pelas possibilidades de intervenção. Porém, como já apontamos, não se trata tanto de carências de intervenção, mas, pelo contrário, de sua vigência metódica. As ações governamentais, em consonância com o método científico tecnológico e sua divisão disciplinar, impedem a reunião das provas da convergência da causalidade.

CONCLUSÕES

Neste trabalho, procuramos ampliar o debate acerca da produção social da pobreza e da exclusão, partindo de uma definição particular do sistema capitalista atual pela qual acentuamos o eixo referido ao *continuum* de exclusão-extinção social, passando a seguir a distinguir os diferentes processos que expressam a modulação governamentalizada exercida sobre as populações empobrecidas e excedentes. Entre essas dimensões, estendemo-nos principalmente sobre as formas de desnormalização, os processos de segregação espacial, a gestão punitiva e a fragilização dos corpos.

Assim se tentam explicar, a modo de gerar novas hipóteses e interrogações, os métodos subjacentes relativos tanto aos epifenômenos analisados, como aos seus registros usuais. Embora se forneça informação quantitativa, as cifras não pretendem homologar a eficiência de uma amostra estatística, mas alcançar de certo modo uma indução, como uma maneira de representação tendente a ilustrar o marco conceitual e, complementarmente, intercalar relatos qualitativos como os ícones que guardam a intenção de se formular como representações hologramáticas do conjunto. Com esse recorte, tentamos detectar as formas naturalizadas da modulação nesta etapa do capitalismo fragmentador da força de trabalho, no qual a díade *produtores e a(ex)proprietários* (Grüner, 2005) tende a se diluir ou a se transformar numa tríade com a divisão entre os produtores outrora universais (seja por sua realidade fordista, seja por sua elaboração mítica).

Os processos e os métodos captados, embora guardem, nesta apresentação, a forma de vetores ortogonais ao plano social, não devem ser pensados isoladamente uns dos outros. Como descrevemos, cada dinâmica analisada possui uma especificidade particular, mas deve se notar que essas interseções configuram-se na realidade ajustadas, já que não se trata do relato de incidência microindividual, mas da compreensão dessas regulações sobre a população.

As modulações governamentais convergentes sobre o grupo compreendem, em nova época do capitalismo neoliberal (periférico), a reconcepção de *subcategorias subordinadas* da força de trabalho, de coerção punitiva, de segregação urbana e de patologização, cuja demarcação estigmatizada produz-se ao mesmo tempo que esses efeitos combinados, que aludem conceitualmente ao *Homo sacer* e, desse modo, à caracterização da população extinguível. Por sua vez, é relevante refletir sobre o conflito social e comprovar se essas parcialidades e extremos, provisoriiedades do analisar, falam da mudança. Partindo, como o fizemos, da definição do sistema por meio de um eixo seletivo, isso foi possível na consideração de que a díade produtor-apropriador encontra-se oculta de tal modo, que se dilui esse *outro* que outrora significava uma ponte para o conflito e para a transição para gestar mudança social. É preciso compreender então, nessa metamorfose, que é necessário não só a recuperação do produtor e a distribuição do produto alienado, como também dos métodos que operam como transfundo das práticas governamentais. Nessa proposta, e compartilhando a visão crítica com outros autores, o desafio consiste não só no desenvolvimento conceitual e seu embasamento

empírico, como especialmente na descoberta dos passos de um método governamental que module a população extinguível, na convicção de que, a partir da crítica dessas fraturas, são possíveis uma reconcepção e uma transformação em distintos níveis: político, conceitual e epistemológico (Bialakowsky et al., 2006b).

Deve se assinalar, como se antecipava, que a análise aqui desenvolvida não substitui a utopia, senão que considera que ela deve abranger não só os conteúdos epifenomênicos, mas também uma mudança radical do método que, recursivamente, abranja também a produção do conhecimento.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer*. El poder soberano y la nuda vida I. Valencia: Pre-Textos, 2003.

_____. *Estado de excepción*. *Homo sacer*, II, I. Buenos Aires: Adriana Hidalgo, 2004.

ALERTA ARGENTINA. *Derechos humanos en la Argentina – Informe 2005*, Buenos Aires: Ed. Tierra del Sur, 2006.

ALVAREZ LEGUIZAMÓN, Sonia. (Comp.). *Trabajo y producción de la pobreza en Latinoamérica y El Caribe*. Buenos Aires: CLACSO-CROP, 2005

ANTUNES, Ricardo. *¿Adiós al trabajo?* Ensayo sobre la metamorfosis y el rol central del mundo del trabajo. Buenos Aires: Ediciones Herramienta, 2003.

_____. *Los sentidos del trabajo*: ensayo sobre la afirmación y la negación del trabajo. Buenos Aires: Ediciones Herramienta-Taller de Estudios Laborales, 2005.

BECK, Ulrich. *La sociedad del riesgo*. Barcelona: Paidós, 2002.

BERGALLI, Roberto. La caída de los mitos (algunos datos para ilustrar la relación entre post-Modernidad y secuestros institucionales). Apuntes para la discusión. In: RIVERA BEIRAS, Iñaki, DOBÓN, Juan. *Secuestros institucionales y derechos humanos*. Barcelona: Ma. Jesús Bosch, 1997.

BIALAKOWSKY, Alberto et al. Fuerte apache, de la salud de la violencia o de la violencia de la salud. *Salud Problema y Debate*, Buenos Aires, año XI, n. 23, 2001.

_____. Procesos sociales de exclusión-extinción. Comprender y coproducir en las prácticas institucionales de núcleos urbanos segregados. In: MOTA DÍAZ, Laura; CATTANI, Antonio D. (Coord.). *Desigualdad, pobreza, exclusión y vulnerabilidad en América Latina*. México: UAEM, 2004.

_____. Núcleos urbanos segregados. Proceso de exclusión-extinción social y prácticas institucionales. In: WEINSTEIN, O. (Comp). *Hacia la gestión de un hábitat sostenible*. Buenos Aires: Nobuko, 2005.

BIALAKOWSKY, Alberto et al. Familias, estallidos y modulaciones. Gubernamentalidad en los procesos de exclusión-extinción social. In: EROLES, C. (Coord.). *Familia(s) estallido, puente y diversidad: una mirada transdisciplinaria de derechos humanos*. Buenos Aires: Editorial Espacio, 2006a.

_____. Capitalismo y método. Alternativas de la coproducción investigativa. *Laboratorio/n Line*, Buenos Aires, Instituto de Investigaciones Gino Germani, Facultad de Ciencias Sociales, año VII, n. 19, out./inv. 2006b.

BLANCO, Gabriela A.; AROSIO, Norma B. *La respuesta social a la epidemia de SIDA en la ciudad de Buenos Aires*. 2005. Disponible em: <www.sasnac.org.ar/docs/cienciassociales/la_respuesta_epidemia_sida.pdf>.

BORÓN, Atilio. La izquierda latinoamericana a comienzos del siglo XXI: nuevas realidades y urgentes desafíos. *Revista del Observatorio Social de América Latina*, CLACSO, año 5, n. 13, jan./abr. 2004.

BORTHAGARAY, Juan Manuel. Introducción y encuadre. In: _____. WEINSTEIN, O. (Comp). *Hacia la gestión de un hábitat sostenible*. Buenos Aires: Nobuko, 2005.

BRICCHETTO, Nora. Política de vivienda en la Argentina (1989-1999). In: WEINSTEIN, O. (Comp). *Hacia la gestión de un hábitat sostenible*. Buenos Aires: Nobuko, 2005.

CÁCERES, Carlos F. La prevención del VIH/SIDA en América Latina y el Caribe. Washington D.C.: Banco Interamericano de Desarrollo, 2002. (Serie de informes técnicos del Departamento de Desarrollo Sostenible).

CASA DE DERECHOS HUMANOS SANTA FENÔMENO. *Segundo informe sobre muertes a causa de la inundación. A 16 meses de la catástrofe, en Canoa, Hábitat popular*. 2004. Disponible em: <www.canoa.org.ar/DDHH03.shtml>.

CASTEL, Robert. *La metamorfosis de la cuestión social: una crónica del salariado*. Argentina: Paidós, 2001.

_____. *La inseguridad social*. Buenos Aires: Manatíal, 2004.

CATTANI, Antonio D. La vida precaria: bases para la nueva desigualdad. In: MOTA DÍAZ, Laura; CATTANI, Antonio D. (Coord.). *Desigualdad, pobreza, exclusión y vulnerabilidad en América Latina: nuevas perspectivas analíticas*. México: UAEM, 2004.

CENTRO DE ESTUDIOS LEGALES Y SOCIALES (CELS). 2005a. Disponible em: <www.cels.org.ar>.

_____. 2005b. Disponible em: <www.cels.org.ar/Site_cels/publicaciones/informes_pdf/2001.Capitulo3.pdf>.

CEPAL. *Anuario Estadístico de América Latina y el Caribe*. 2004. Disponível em: <www.eclac.cl>.

_____. *Panorama Social de América Latina 2005*. Disponível em: <www.eclac.cl>.

CIMADAMORE, Alberto. Prefacio. In: _____. ÁLVAREZ LEGUIZAMÓN, Sonia (Comp). *Trabajo y producción de la pobreza en Latinoamérica y El Caribe*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO); Cooperative Research Programme on Poverty (CROP), 2005.

CONSEJO NACIONAL DE COORDINACIÓN DE POLÍTICAS SOCIALES (CN-CPS). *Objetivos de desarrollo del milenio*. Informe país. Argentina: Programa de Naciones Unidas para el Desarrollo; Consejo Nacional de Políticas Sociales; Presidencia de la Nación, 2005.

COORDINADORA CONTRA LA REPRESIÓN POLICIAL E INSTITUCIONAL (CORREPI). *Informe anual 2005*. Disponível em: <www.correpi.lahaine.org/>.

DAROQUI, Alcira. El Estado penal. *Revista Encrucijadas*, Buenos Aires, año 1, v. 11, 2001.

Del BONO, Andrea. *Telefónica*. Trabajo degradado en la era de la información. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2002.

DIARIO CLARÍN. Buenos Aires, domingo, 27 mar. 2005.

_____. Buenos Aires, sexta-feira, 15 abr. 2005.

DIARIO CLARÍN. *Otra pelea entre presos en Coronda*. Buenos Aires, 6 maio, 2005.

_____. *Un guardia dice que sus colegas facilitaron la masacre*. Buenos Aires, 13 maio, 2005.

_____. *Crisis en el sistema penitenciario*. Buenos Aires, quinta-feira, 4 jul. 2005.

DIRECCIÓN NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL (DNPC). *Documento de trabajo, sistema penitenciario en la Republica Argentina*. 2005. Disponível em: <www.polcrim.jus.gov.ar>.

ESPOSITO, Roberto. *Immunitas: protección y negación de la vida*. Provincia de Buenos Aires: Amorrortu Editores, 2005.

FAIVRE, Mederico. La arquitectura de la ciudad en estado de excepción. In: WEINSTEIN, O. (Comp.) *Hacia la gestión de un hábitat sostenible*. Buenos Aires: Nobuko, 2005.

FEIERSTEIN, Daniel. El fin de la ilusión de autonomía. In: _____. *Genocidio: la administración de la muerte en la modernidad*. Buenos Aires: Ed. Universidad Nacional de Tres de Febrero, 2005.

FOUCAULT, Michel. *La verdad y la formas jurídicas*. México: Gedisa, 1986.

_____. *Vigilar y castigar: nacimiento de la prisión*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 1989a.

_____. El ojo del poder. In _____. *El panóptico*. Madri: Las Ediciones de La Piqueta, 1989b.

- _____. *Defender la sociedad*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2000
- _____. *Seguridad, territorio, población*. Curso en el Collège de France (1977-1978). Provincia de Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006.
- GARLAND, David. *La cultura del control*. Barcelona: Ed. Gedisa, 2005.
- GOBIERNO DE LA CIUDAD DE BUENOS AIRES (GCBA). 2005. Disponível em: <www.buenosAires.gov.ar>.
- GRÜNER, Eduardo. In(tro)ducción: el principio de la historia y el inconsciente político. In: _____. *La casa política o el accho de lo real*. Buenos Aires: Paidós, 2005.
- GUEMUREMAN, Silvia. Juventud, maltrecho tesoro. *Revista Encrucijadas*, Buenos Aires, año 1, v. 11, 2001.
- GUEMUREMAN Silvia; AZCÁRATE Julieta. *Población alojada en institutos de seguridad y asistenciales*. Una mirada necesaria. Informe de situación correspondiente al año 2004. 2005. Disponível em: <<http://www.observatoriojovenes.com.ar/>>.
- HARVEY, David. La ciudad como cuerpo político. Entrevista. *Revista de Cultura Ñ*, Buenos Aires, n. 160, 21 out. 2006.
- HOFFNER, Sven. *Tuberculosis*. A disease of the underprivileged. 2000. Disponível em: <www.prisonstudies.org>. Acesso em 2005.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICAS Y CENSOS. Ministerio de Economía. *Encuesta permanente de hogares continua*. Disponível em: <www.indec.gov.ar>. Acesso em: 14 ago. 2006.
- _____. *Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas 2001*. Disponível em: <www.indec.gov.ar>. Acesso em: 14 ago. 2006.
- KIPPE, Romina. ¿Por qué y cómo se inundó Santa Fe? Causas naturales y antrópicas. *Revista Encrucijadas*, Buenos Aires, n 23, Sep. 2003.
- MARTÍNEZ, Clarisa. Redefiniciones de la política de radicación de villas de la ciudad de Buenos Aires: período 1984-2000. *Revista Mundo Urbano*, n. 19, 2003. Disponível em: <<http://www.mundourbano.unq.edu.ar>>.
- _____. Juegos de reconocimiento del derecho al espacio urbano en la ciudad de Buenos Aires: el caso de la política de radicación de villas. *Laboratorio/n line, Revista de Estudios Sobre Cambio Social*, ano IV, n 16, 2004. Disponível em: <<http://www.catedras.fsoc.uba.ar/salvia/lavbo.htm>>.
- MÉSZÁROS, Istvan. *Siglo XXI ¿Socialismo o barbarie?* Buenos Aires: Ediciones Herramienta, 2003.
- MINISTERIO DE ECONOMÍA *Componentes macroeconómicos sectoriales y microeconómicos para una estrategia nacional de desarrollo. Lineamientos para fortalecer las fuentes del crecimiento económico*. Resumen Ejecutivo. 2003.

MINISTERIO DE JUSTICIA Y DERECHOS HUMANOS DE LA NACIÓN. Dirección Nacional de Política Criminal. *Investigación sobre niños y adolescentes en conflicto con la ley penal*. 2005. Disponível em: <www.polcrim.jus.gov.ar>, <www.jus.gov.ar>.

MINISTERIO DE JUSTICIA Y DERECHOS HUMANOS DE LA NACIÓN (MJyDD); UNICEF. *Privados de libertad. situación de niños, niñas y adolescentes en la Argentina*. 2006. Disponível em: <<http://www.derhuman.jus.gov.ar/institucional/publicaciones/publicaciones/otras/pdf/PrivadosdeLibertad.pdf>>.

MINISTERIO DE SALUD Y AMBIENTE DE LA NACIÓN. *Manejo de desastres por inundaciones. La inundación en la provincia de Santa Fe – Argentina, abril-junho de 2003*.

_____. Programa Nacional de Lucha contra los Retrovirus del Humano, SIDA y ETS 2005. *Boletín sobre el VIH/ sida en la Argentina*.

MINISTERIO DE TRABAJO, EMPLEO Y SEGURIDAD SOCIAL. *Informes y estadísticas 2006*. Disponível em: <www.trabajo.gov.ar>. Acesso em: 14 ago. 2006.

MORALES, Diego. Las enfermedades de la pobreza y el acceso a la salud pública. *Informe Anual 2001 del Centro de Estudios Legales y Sociales*, Buenos Aires, 2001.

MORIN, Edgar; CIURANA, Emilio Roger; MOTTA, Raúl Domingo. *Educar en la era planetaria: el pensamiento complejo como método de aprendizaje en el error y la incertidumbre humana*. Salamanca: UNESCO; Universidad de Valladolid, 2002.

NISTAL, María Adela I.; VIDAL, Sonia. La geografía de los asentamientos precarios en el AMBA. In: WEINSTEIN, O. (Comp.). *Hacia la gestión de un hábitat sostenible*. Buenos Aires: Nobuko, 2005.

NUN, José. *Marginalidad y exclusión social*. Buenos Aires: FCE, 2001.

OIT. *Tendencias mundiales del empleo juvenil*. Ginebra, 2004.

ONU. ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS. *Objetivos de desarrollo del milenio. Una mirada desde América Latina y El Caribe*. Santiago de Chile, Naciones Unidas, 2005.

PAVÓN, Héctor. Grandes urbes a la intempérie. *Revista de Cultura Ñ*, Buenos Aires, n. 160, 21 out. 2006.

QUEIROZ Ribeiro, Luis Cesar. Segregación residencial y segmentación social: el “efecto vecindario” en la reproducción de la pobreza en las metrópolis brasileñas”. In: ALVA-REZ LEGUIZAMÓN, Sonia (Comp.). *Trabajo y producción de la pobreza en Latinoamérica y el Caribe*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO); Cooperative Research Programme on Poverty (CROP), 2005.

ROSE, Nicolás. The death of the social? Re-figuring the territory of the government. *Economy and Society*, v. 25, n. 3, ago. 1996.

ROZAS DENNOS, Gabriela S. Enfermedad de Chagas-Mazza en Bahía Blanca. Acciones de control de vinchucas y tareas de prevención. *Revista del Consejo Profesional de Ciencias Naturales de la Provincia de Buenos Aires*, La Plata, ano 1, n. 2, set. 2005.

SALVIA, Agustín. Crisis del empleo y nueva marginalidad: el papel de las economías de la pobreza en tiempos de cambio social. In: MALLIMACI, Fortunato; SALVIA, Agustín (Coord.). *Los nuevos rostros de la marginalidad: la supervivencia de los desplazados*. Buenos Aires: Biblos, 2005.

_____. Los desafíos de medir el desarrollo humano en una Argentina de grandes privaciones y desigualdades. In: DEPARTAMENTO DE INVESTIGACIÓN INSTITUCIONAL DE LA UCA. *Barómetro de la deuda social argentina: las desigualdades persistentes*. Buenos Aires: Educa, 2006.

SECRETARÍA DE AMBIENTE Y DESARROLLO SUSTENTABLE (SAyDS). Jefatura de Gabinete de Ministros, República Argentina. *Sistema de Indicadores de Desarrollo Sostenible República Argentina*. 2006.

SECRETARÍA DE AMBIENTE Y DESARROLLO SUSTENTABLE (SAyDS); PROGRAMA DE NACIONES UNIDAS PARA EL MEDIO AMBIENTE (PNUD). *Iniciativa latinoamericana y caribeña para el desarrollo sostenible. Indicadores de seguimiento: Argentina* 2006. Buenos Aires, 2006.

SERVICIO PENITENCIARIO FEDERAL ARGENTINO (SPF). 2005. Disponible em: <www.spf.jus.gov.ar>.

SISTEMA DE INFORMACIÓN, MONITOREO Y EVALUACIÓN DE PROGRAMAS DE EMPLEO (SIEMPRO); Secretaría de Empleo, Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social. *Informe resumen de situación del programa Jefes de Hagar*. 2005a. Disponible em: <www.trabajo.gov.ar>.

_____. *Informe de cobertura social del perfil de los beneficiarios*. 2005b. Disponible em: <www.trabajo.gov.ar>.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. *Reinventar la democracia. Reinventar el Estado*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

_____. *Renovar la teoría crítica y reinventar la emancipación social*, CLACSO, Buenos Aires, 2006.

WACQUANT, Loic *Las cárceles de la miseria*. Buenos Aires: Manantial, 2000.

_____. *Parias urbanos: marginalidad en la ciudad a comienzos del milenio*. Buenos Aires: Manantial, 2001.

ZAIDEMBERG, Mario; SPILLMANN, Cyntia; CARRIZO PÁEZ, Rubén. Control de Chagas en la Argentina. *Revista Argentina de Cardiología*, v. 72, n. 5, set./out. 2004.

ZEBALLOS, José Luis. *Argentina: efectos sociosanitarios de la crisis. 2001-2003*. Organización Panamericana de la Salud, 2005. Disponible em: <www.ops.org.ar/Files/OPS_Pub.57%20Efectos.pdf>.

Ricardo Antunes* Marcio Pochmann**

A DESCONSTRUÇÃO DO TRABALHO E A EXPLOÇÃO DO DESEMPREGO ESTRUTURAL E DA POBREZA NO BRASIL

Nas quase três décadas de prevalência dos anos dourados do capitalismo do segundo Pós-Guerra, houve importantes avanços no tocante ao grau de conquistas laborais, que terminaram estabelecendo um patamar mais avançado de segurança do trabalhador. O crescimento do processo de acumulação fordista daquele período foi acompanhado simultaneamente pela diminuição do desemprego e pela elevação dos salários dos ocupados, no total da renda nacional. No último quartel do século 20, contudo, emergiram forças destrutivas do trabalho vivo adicionais. Com a intensificação do processo de acumulação pós-fordista, constata-se a inversão das bases de garantia da segurança do trabalhador.

Inexoravelmente, passou-se a assistir ao retorno do desemprego estrutural, que logrou mais força à medida que ganhou maior dimensão a globalização neoliberal. Se isso se transformou numa realidade generalizada nas economias centrais, na periferia do capitalismo mundial, onde o grau de seguridade social não havia avançado tanto durante os anos dourados, deu-se uma ampliação ainda mais intensa nos níveis de precarização e desemprego.

* Professor Titular de Sociologia no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP e autor, entre outros, de *Adios al Trabajo?* (Herramienta, 2003) e *Los Sentidos del Trabajo* (Herramienta, 2005). Coordenador das Coleções *Mundo do Trabalho* (Ed. Boitempo) e *Trabalho e Emancipação* (Ed. Expressão Popular).

** Professor do Instituto de Economia e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da UNICAMP e autor, entre outros, de *O emprego na Globalização* (Ed. Boitempo) e *Atlas da Exclusão Social no Brasil* (Ed. Cortez).

Diante de tal quadro, este ensaio procura destacar a situação atual de desconstrução do trabalho, acompanhada sobretudo pelo desemprego estrutural. Para tanto, a análise encontra-se dividida em duas partes. A primeira parte trata das forças responsáveis pela desconstrução do trabalho. Já a segunda refere-se à situação em curso do desemprego estrutural e das transformações do processo de empobrecimento dos trabalhadores no Brasil.

FORÇAS DA DESCONSTRUÇÃO DO TRABALHO

Foi em meados da década de 1970 que se desencadeou um conjunto muito grande de mudanças, de modo mais ou menos simultâneo, afetando fortemente o capitalismo e o sistema de produção de mercadorias. Essas transformações objetivavam tanto recuperar os níveis de acumulação e reprodução do capital, quanto repor a hegemonia que o capitalismo vinha perdendo, no interior do espaço produtivo, desde as explosões do final da década de 1960, quando as lutas sociais do trabalho passaram a reivindicar diretamente o controle social da produção.

Essas mudanças acarretaram profundas repercussões nos universos do trabalho e das classes trabalhadoras. Podemos dizer que o mundo do trabalho sofreu uma mutação de forte envergadura. Por sua vez, a empresa dita “moderna”, fosse ela uma fábrica, uma escola, ou um banco, ao alterar seu modo de operação, gerou fortes conseqüências, tanto no que concerne ao trabalho, quanto ao mundo do capital.

Sabemos que foi a partir daqueles anos que se aprofundou o processo de financeirização da economia – traço marcante da chamada *mundialização do capital*, para lembrar a tese de François Chesnais –, financeirização que é expressão de uma crise estrutural mais profunda, normalmente simplificada sob a denominação de crise do taylorismo e fordismo (Chesnais, 1996). Tal fenômeno tem uma dimensão mais complexa, presente no próprio movimento de acumulação e crise. Estávamos concluindo, então, os chamados *anos dourados*, os anos 1940/60, marcados pela vigência do *welfare State*, que atingiu uma parcela de países centrais importantes, principalmente da Europa Ocidental. Nesse período, houve uma clara simbiose entre o *welfare State* e o padrão taylorista e fordista, em ascensão nos EUA desde os anos 1920.

Como funcionava a empresa taylorista e fordista em seu processo produtivo? Tratava-se de uma produção cronometrada, homogênea, com

ritmo controlado, buscando, como disse Ford, que a opção do consumidor fosse escolher entre um carro *Ford preto modelo T* ou um carro *Ford preto modelo T*. Por ser homogênea, a produção dava-se em ritmo seriado e em linhas rígidas. Essa produção em massa favoreceria um barateamento dos preços, sendo ampliado, desse modo, o consumo também em massa, e, por conseguinte, incrementados os salários dos operários.

Esse cenário foi dominante até o início dos anos 1970, quando ocorreu a crise estrutural do sistema produtivo. Aquilo que a imprensa, à época, denominou “crise do petróleo”, em verdade foi expressão de uma turbulência muito mais intensa que, de certo modo, se prolonga até os dias de hoje, uma vez que o vasto e global processo de reestruturação produtiva ainda não encerrou seu ciclo.

Pois bem, nessas mudanças todas, a empresa *taylorista e fordista* mostrou que tinha cumprido sua trajetória. Tratava-se, então, de implementar novos mecanismos e formas de acumulação, capazes de oferecer respostas ao quadro crítico que se desenhava. Foram várias as experiências nesse sentido: na Suécia (em Kalmar); no Norte da Itália, por meio da chamada “Terceira Itália”; na Califórnia, nos EUA; no Reino Unido, na Alemanha e em diversos outros países e regiões. Estávamos presenciando, a partir da década de 1970, a experimentação daquilo que o cientista social e geógrafo norte-americano David Harvey (1992) chamou de era da “acumulação flexível”. Tratava-se de garantir a *acumulação*, porém de modo cada vez mais *flexível*. Daí é que se gestou a chamada empresa flexível.

Essa transformação estrutural – que deslanchou a chamada reestruturação produtiva do capital em escala global – teve forte incremento após as vitórias do neoliberalismo de Margareth Thatcher, na Inglaterra, e de Ronald Reagan, nos Estados Unidos, quando um novo receituário, um novo desenho ideo-político, apresentou-se como alternativa em substituição ao *welfare State*. Começava a se expandir a pragmática neoliberal.

Sob a regência do mundo do mercado, incentivaram-se as privatizações e as desregulamentações de todo tipo, da economia às relações trabalhistas, do mundo financeiro às leis fiscais. Foi assim que se expandiu o neoliberalismo. Vale lembrar, entretanto, que a redução do Estado no âmbito produtivo e na prestação de serviços públicos foi substituída pelo fortalecimento da ênfase privatista do aparato estatal, de que foi exemplo o governo Margareth Thatcher. Altamente intervencionista, esse governo teve a clara finalidade de *desregulamentar* a economia e privatizá-la,

além de impedir a atuação dos sindicatos no âmbito das comissões estatais, prática largamente utilizada durante a fase trabalhista anterior.

A Inglaterra foi, em grande medida, o laboratório europeu desse experimento. Posteriormente, vieram os Estados Unidos, com Ronald Reagan, e a Alemanha. Pouco a pouco, esse ideário e essa pragmática tornaram-se dominantes, apresentando-se, em alguns casos, como a única alternativa. Mas vale também lembrar que, antes deles, a ditadura militar de Pinochet igualmente estruturara a economia chilena em moldes neoliberais, o que, outrossim, mostra bem até onde é capaz de chegar a barbárie neoliberal.

Essa reestruturação produtiva fundamentou-se ainda no que o ideário dominante denominou como *lean production*, isto é, a empresa enxuta, a “empresa moderna”, a empresa que constrange, restringe, coíbe, limita o *trabalho vivo*, ampliando o maquinário tecno-científico, o que Marx denominou como *trabalho morto*. Ela redesenha cada vez mais a planta produtiva, reduzindo força de trabalho e ampliando sua produtividade.

O resultado está em toda parte: desemprego explosivo, precarização ilimitada, rebaixamento salarial, perda de direitos etc. Verifica-se a expansão daquilo que Juan Castillo cunhou como *liofilização organizacional*, um processo no qual substâncias vivas são eliminadas. Trata-se do *trabalho vivo*, que é substituído pela maquinaria técnico-científica, pelo *trabalho morto*. A *liofilização organizacional* não é outra coisa senão o processo de “enxugamento” das empresas (Castillo, 1996; Antunes, 2003, 2005). Desse modo, aqueles setores que eram os pilares da economia produtiva no século 20, cujo melhor exemplo é a indústria automobilística, sofreram fortes mutações. Nessa nova empresa, liofilizada, é necessário um novo tipo de trabalho e um novo tipo do que antes se chamava de trabalhador, o qual atualmente os capitais denominam, de modo mistificado, como “*colaborador*”.

Qual é esse novo tipo de trabalhador? Primeiro, ele deve ser mais “polivalente” do que o trabalhador ou trabalhadora da empresa de tipo taylorista e fordista. O trabalho moderno, buscado progressivamente pelas empresas, não é mais aquele fundamentado na especialização *taylorista* e *fordista* do passado, quando uma profissão era centrada em uma atividade específica. O novo trabalho deu origem à chamada “desespecialização multifuncional”, ao “trabalho multifuncional”, que, de fato, expressa a enorme intensificação dos ritmos, tempos e processos laborais.

Como resultado, o trabalho dos nossos dias é mais *desespecializado* e *multifuncional*, cujos ritmos e processos, tempos e movimentos são mais intensamente explorados. Esse trabalho perdeu a *especialização* adquirida em décadas anteriores, quando havia o predomínio da empresa de tipo taylorista e fordista, e tornou-se cada vez mais *multifuncional*, *polivalente*, segundo a terminologia dominante. Isso inclui tanto o mundo fabril, industrial, quanto o chamado setor de serviços, ainda que seja importante dizer que essa divisão “setorial”, dada a penetração do capital em todos os setores, é cada vez mais inexistente: vejam-se as expressões *indústria de serviços*, *serviços industriais*, *agronegócios*, que são exemplos da imbricação crescente entre os três setores (Lojkine, 1995).

Os serviços públicos, como os serviços de saúde, energia, telecomunicações e previdência, entre outros, sofreram um significativo processo de mercantilização, de *mercadorização*, que afetou ainda mais fortemente a classe trabalhadora também em seus universos estatal e público. As empresas passaram, inicialmente nos países centrais e posteriormente nos países dependentes, a assimilar muitos aspectos do *toyotismo*, variante que se originou no Japão do Pós-Segunda Guerra.

Esse sistema, por sua vez, teve origem na experiência norte-americana dos supermercados, mantendo-se estoques os menores possíveis (o chamado estoque mínimo), e tomou como base a indústria têxtil, na qual os/as trabalhadores/as operavam várias máquinas simultaneamente, ao contrário da relação um trabalhador, uma máquina, como ocorria no sistema *taylorizado* e *fordizado* (Antunes, 2003, 2005). Além da operação de várias máquinas (por isso se fala em “especialização multifuncional”), no mundo do trabalho atual, tem-se a intensificação do trabalho *imaterial*, como se não bastasse a enorme exploração, ainda dominante, sobre o trabalho *material*. Essa é a que hoje o discurso dominante qualifica como “sociedade do conhecimento”, dada pelo exercício do trabalho nas esferas de comunicação, *marketing* etc.

Estamos presenciando a sociedade do *logos*, *da marca*, do simbólico. Nela, o *design* da Nike, a concepção de um novo *software* da Microsoft, o modelo novo da Benetton, resultam do labor chamado imaterial, que, articulado ao trabalho material, expressa vivamente as formas contemporâneas da criação do valor. São novas formas de trabalho e de criação do valor.

Há ainda um outro traço central das novas modalidades laborais, que é dado pela crescente *informalização* do trabalho. Esse trabalho é des-

provido de regulamentação, com redução (quando não eliminação) de direitos conquistados por meio de duras e longas lutas sociais. Na Toyota, por exemplo, um núcleo estável de força de trabalho, dotado de qualificação técnica, era preservado, para poder manter a produção, sendo que, quando se precisava ampliá-la, se recorria à terceirização. Quando o mercado necessita, aumenta-se a produção e eleva-se o número de terceirizados; quando o mercado retrai-se, reduzem-se a produção e os terceirizados.

Pode-se compreender, portanto, o porquê da exigência mundial dos capitais pela legislação flexibilizada do trabalho, visando torná-la “compatível” com a flexibilização produtiva vigente nas empresas. Vale lembrar que, até recentemente, de 25% a 30% da classe trabalhadora japonesa tinham “emprego vitalício”, obtido, aliás, não por uma legislação legal, mas por um direito consuetudinário.

Com a ocidentalização do *toyotismo* a partir dos anos 1970, esse traço fundamental do “modelo japonês” ficou restrito ao Japão. Nos últimos anos, ele está sendo fortemente questionado também em seu país de origem, uma vez que o Ocidente *toyotizado* tornou-se mais produtivo e acabou por afetar as próprias condições de trabalho no Japão. Por isso, se pode também compreender a atual crise japonesa.

Todos presenciam os resultados: intensificam-se as formas de extração de trabalho e ampliam-se as terceirizações, sendo as noções de tempo e de espaço também profundamente afetadas. Tudo isso muda muito o modo de o capital produzir as mercadorias e valorizar-se. Hoje, onde havia uma empresa concentrada, pode-se, mediante o incremento tecnológico-informacional, criarem-se centenas de pequenas unidades interligadas pela rede, com número muito mais reduzido de trabalhadores e produzindo muitas vezes mais. O trabalho torna-se (quase) virtual num mundo real, conforme pode ser constatado em *O Caracol e sua Concha* (Antunes, 2005a; Huws, 2003).

Diante desses efeito, estamos vivenciando a erosão do trabalho estável, com profundas conseqüências sociais. Foi por estar atento a esse complexo que Richard Sennet (1999), em *A Corrosão do Caráter*, afirmou:

Como se podem buscar objetivos de longo prazo, numa sociedade de curto prazo? Como se podem manter relações sociais duráveis? Como pode um ser humano desenvolver uma narrativa de identidade e história de vida, numa sociedade composta de episódios e

fragmentos? As condições da nova economia alimentam, ao contrário, a experiência, como a deriva no tempo, de lugar em lugar, de emprego em emprego.

O autor acrescenta, ainda, que o capitalismo de nossos dias, de “curto prazo”, tende à *corrosão do caráter dos indivíduos*, sobretudo das qualidades de caráter que ligam os seres humanos uns aos outros e dão a cada um deles um senso de solidariedade e identidade. Trata-se, em suma, de um crescente processo de *desconstrução* do trabalho, típico de nossa sociedade involucral, do desperdício, da mercadoria crescentemente desprovida de utilidade social. Quando olhamos para o chão produtivo, o que vemos é um mundo do trabalho crescentemente precarizado.

Foi nesse contexto em que proliferaram também as distintas formas de “empreendedorismo”, “cooperativismo”, “trabalho voluntário” etc., entre as mais distintas formas alternativas daquilo que Vasapollo (2005) denominou como expressões diferenciadas de *trabalho atípico*. Por sua vez, os capitais utilizaram-se de elementos que, de certo modo, estiveram presentes nas lutas sociais dos anos 60, como controle operário e participação social, para dar-lhes uma outra configuração, muito distinta, eminentemente *patronal*, de modo a incorporar elementos do discurso operário, agora sob clara condução do capital (Bernardo, 2000, 2004).

O exemplo das cooperativas talvez seja o mais eloqüente, uma vez que, em sua origem, elas nasceram como reais instrumentos de luta e defesa dos trabalhadores contra a precarização do trabalho e o desemprego. Em contrapartida, dadas as mutações que estamos analisando, os capitais vêm, em escala global, criando cooperativas falsas, como forma de precarizar ainda mais os direitos do trabalho, visando até mesmo à sua redução e destruição.

Sabemos que as cooperativas originais, criadas autonomamente pelos trabalhadores, têm um sentido muito menos despótico e mais autônomo, em oposição ao arbitratismo fabril e ao planejamento gerencial, sendo, por isso, reais instrumentos de minimização da barbárie e do desemprego estrutural, consistindo também num efetivo embrião de exercício autônomo do trabalho. As “cooperativas” de orientação patronal têm, ao contrário, sentido completamente inverso. Na fase capitalista das megafusões, verdadeiros empreendimentos patronais para destruir direitos sociais do trabalho e precarizar ainda mais a classe trabalhadora são denominados freqüentemente, pelos capitais, como “cooperativas”. Estes

transfiguraram muitas das experiências empreendidas pelos trabalhadores, utilizando-se de suas autênticas denominações, convertendo-as, então, em instrumental de destruição dos direitos visando à intensificação das formas de exploração da força de trabalho.

Outro exemplo forte desse processo é o chamado empreendedorismo, o qual Luciano Vasapollo (2005) caracteriza de modo claro:

As novas figuras do mercado de trabalho, os novos fenômenos do empreendedorismo, cada vez mais se configuram em formas ocultas de trabalho assalariado, subordinado, precarizado, instável, trabalho “autônomo” de última geração, que mascara a dura realidade da redução do ciclo produtivo. Na verdade, trata-se de uma nova marginalização social e não de um novo empresariado.”

Pode-se presenciar o mesmo quadro de precarização quando se analisam, no contexto europeu, as diversas modalidades de “flexibilização” do trabalho, que sempre acabam trazendo, de modo embutido, diferentes formas de precarização. Ainda nas palavras de Vasapollo (2005):

A nova condição de trabalho está sempre perdendo mais direitos e garantias sociais. Tudo se converte em precariedade, sem qualquer garantia de continuidade: O trabalhador precarizado se encontra, ademais, em uma fronteira incerta entre ocupação e não-ocupação e também em um não menos incerto reconhecimento jurídico diante das garantias sociais. Flexibilização, desregulação da relação de trabalho, ausência de direitos. Aqui a flexibilização não é riqueza. A flexibilização, por parte do contratante mais frágil, a força de trabalho é um fator de risco e a ausência de garantias aumenta essa debilidade. Nessa guerra de desgaste, a força de trabalho é deixada completamente descoberta, seja em relação ao próprio trabalho atual, para o qual não possui garantias, seja em relação ao futuro, seja em relação à renda, já que ninguém o assegura nos momentos de não-ocupação.

Proliferam, nesse cenário aberto pelo neoliberalismo e pela reestruturação produtiva de amplitude mundial, as distintas formas de flexibilização: salarial, de horário, funcional ou organizativa, entre outros exemplos. Desse modo, a flexibilização pode ser entendida como “liberdade da empresa”: para desempregar trabalhadores, sem penalidades, quando a produção e as vendas diminuem; para reduzir o horário de trabalho ou para recorrer a mais horas de trabalho; para ter a possibilidade de pagar salários reais mais baixos do que a paridade de trabalho exige;

para poder subdividir a jornada de trabalho em dias ou semanas segundo as conveniências das empresas, mudando os horários e as características do trabalho (por turno, por escala, em tempo parcial, horário flexível etc.), entre tantas outras formas de precarização da força de trabalho (cf. *idem*). É por isso que, acrescenta Vasapollo (*idem*), a

flexibilização, definitivamente, não é solução para aumentar os índices de ocupação. Ao contrário, é uma imposição à força de trabalho para que sejam aceitos salários reais mais baixos e em piores condições. É nesse contexto que estão sendo reforçadas as novas ofertas de trabalho, por meio do denominado mercado ilegal, no qual está sendo difundido o trabalho irregular, precário e sem garantias. Com o pós-fordismo e a mundialização econômico-produtiva, o trabalho ilegal vem assumindo dimensões gigantescas, também porque os países industrializados deslocaram suas produções para além dos limites nacionais e, sobretudo, vêm investindo em países nos quais as garantias trabalhistas são mínimas e é alta a especialização do trabalho, conseguindo, assim, custos fundamentalmente mais baixos e aumentando a competitividade.

Nesta fase crítica para o universo laboral, caracterizada por uma espécie de *processo de precarização estrutural do trabalho*, os capitais globais estão exigindo também o desmonte da legislação social protetora do trabalho. As mutações que vêm ocorrendo no universo produtivo, em escala global, sob comando do chamado processo de globalização ou de mundialização do capital, vêm combinando, de modo aparentemente paradoxal, a “era da informatização”, por meio do avanço tecno-científico, com a “época da informalização”. Trata-se, pois, de uma precarização ilimitada do trabalho a qual também atinge uma amplitude global.

Os capitais passaram, então, a exigir a flexibilização dos direitos do trabalho, forçando os governos nacionais a ajustarem-se à fase da acumulação flexível. Flexibilizar a legislação social do trabalho significa, não é possível ter-se qualquer ilusão sobre isso, aumentar ainda mais os mecanismos de extração do sobretrabalho e ampliar as formas de precarização e destruição dos direitos sociais que foram arduamente conquistados pela classe trabalhadora desde o início da Revolução Industrial, na Inglaterra, e especialmente pós-1930, quando se começou a gestar o *welfare State*.

Como a lógica capitalista é acentuadamente destrutiva, os governos nacionais são cada vez mais pressionados a adaptar a legislação social naci-

onal dos respectivos países às exigências do sistema global do capital e aos imperativos do mercado, destruindo profundamente os direitos do trabalho onde eles ainda se mantêm. Por causa disso é que a legislação social do trabalho está sendo desmontada onde as resistências não têm a força suficiente para impedi-las. É também por isso que estão ocorrendo greves e manifestações em vários países, como Itália, Espanha e Alemanha, entre outros, desencadeando ações coletivas contrárias à política de destruição dos direitos públicos e sociais. Sabemos que a

globalização neoliberal e a internacionalização dos processos produtivos estão acompanhadas da realidade de centenas e centenas de milhões de trabalhadores desempregados e precarizados no mundo inteiro. O sistema fordista nos havia acostumado ao trabalho pleno e de duração indeterminada. Agora, ao contrário, um grande número de trabalhadores tem um contrato de curta duração ou de meio expediente; os novos trabalhadores podem ser alugados por algumas poucas horas ao dia, por cinco dias da semana ou por poucas horas em dois ou três dias da semana. (Vasapollo, 2005).

Se a impulsão pela flexibilização do trabalho é uma exigência dos capitais em escala cada vez mais global, as respostas do mundo do trabalho devem configurar-se de modo crescentemente internacionalizadas, mundializadas, articulando intimamente as ações nacionais com seus nexos internacionais. Se a era da mundialização do capital realizou-se, entramos também na era da mundialização das lutas sociais, das forças do trabalho, ampliadas pelas forças do não-trabalho, expressas nas massas de desempregados que se multiplicam pelo mundo.

Uma forma de se concretizar essas lutas sociais, é impedindo a desconstrução dos direitos sociais e obstando a expansão das formas diferenciadas de precarização do trabalho, travando a *desconstrução* do trabalho realizada pelo capital e recuperando e/ou criando uma nova forma de sociabilidade do trabalho efetivamente dotada de sentido. Sem isso, podemos constatar o agravamento do quadro geral de desemprego estrutural, bem como a transformação do próprio trabalhador ocupado em um segmento ainda mais empobrecido. No caso brasileiro, isso parece algo inegável, conforme podemos verificar a seguir.

EXPLOSÃO DO DESEMPREGO E EMPOBRECIMENTO DOS TRABALHADORES

Com o avanço do desemprego aberto, pode-se ter uma dimensão quantitativa do processo de degradação do trabalho na periferia do capitalismo mundial. Desde 1998, esse desemprego encontra-se acima de 9% do total da força de trabalho no Brasil, se considerada somente a medida simplista de desemprego (procura ativa, disponibilidade imediata para trabalhar e sem atividade superior a uma hora na semana da pesquisa). Mas se tomada como referência a situação mais ampla do desemprego estrutural, como uma pressão contínua por demanda de trabalho, a taxa de desemprego chega a alcançar 27% do total da força de trabalho, uma vez que se incorpora não somente o desemprego aberto, mas também os trabalhadores com jornadas inferiores a 15 horas semanais, os com remuneração abaixo de meio salário mínimo mensal e aqueles que demandam ocupação.

Pode-se também considerar a dimensão qualitativa do desemprego, capaz de caracterizar melhor a desvalorização dos trabalhadores sob a globalização neoliberal. Neste caso, constata-se que, para o conjunto das famílias de baixa renda, por exemplo, a taxa de desemprego no Brasil subiu de 9,4% para 13,8% entre 1992 e 2002, enquanto que, para os segmentos com maior remuneração, o desemprego subiu mais rapidamente, passando de 2,6% para 3,9%. Nesse sentido, o total de desempregados pertencentes às famílias de baixa renda subiu de 2,7 milhões, em 1992, para 4,8 milhões em 2003, enquanto na classe média alta (que, em geral, apresenta maior escolaridade), o desemprego, que afetava 232 mil pessoas em 1992, abrangeu o contingente de 435 mil em 2002. Em função disso, a parcela da força de trabalho pertencente às famílias de baixa renda aumentou sua participação relativa no total dos desempregados. Em 2002, por exemplo, 62% dos desempregados pertenciam justamente às famílias de baixa renda, com o restante dividido entre famílias de classe média (32,4% do total dos desempregados) e de classe média alta (5,6% desse total).

Também em relação ao nível de escolaridade, constata-se que a taxa de desemprego subiu em um ritmo mais rápido para os trabalhadores com mais anos de estudos. Para os indivíduos com 14 anos de estudo, por exemplo, a variação do desemprego no período foi de 76,9% – uma diferença três vezes maior que a verificada para aqueles que tinham até três anos de estudo. O que surpreende quando as taxas de desemprego para os

três níveis de renda são examinadas mais detalhadamente em função da escolaridade é a constatação de que, para os grupos de rendas familiares *per capita* média e alta, essas taxas sofrem uma mudança a partir da faixa de nove anos de estudo (daí em diante, o aumento do desemprego é menos acentuado), enquanto que, na classe baixa, as taxas mantêm-se crescentes à medida que aumenta o nível de escolaridade das pessoas, sem qualquer alteração. Assim, em um mercado de trabalho que se estreita e tem comportamento pouco dinâmico, os empregos mais nobres foram sendo preservados para os segmentos de mais alta renda, embora em dimensão insuficiente para permitir a contínua mobilidade socioprofissional.

O resultado desse quadro tem sido o aprofundamento da crise de reprodução social no interior do mercado de trabalho. De forma emblemática, percebe-se o maior peso dos trabalhadores ativos no interior da pobreza brasileira. Isso é o que podemos constatar a partir análise da evolução da pobreza no Brasil.

Nas duas últimas décadas, nota-se o aparecimento de uma nova forma de reprodução da pobreza, cada vez mais concentrada no segmento da população que se encontra ativa no interior do mercado de trabalho (desempregados e ocupação precária). No passado, por exemplo, a situação de pobreza estava mais relacionada ao segmento inativo da população (crianças, idosos, doentes, portadores de necessidades especiais, entre outros). Assim, ter-se acesso à ocupação no mercado de trabalho era condição quase suficiente para se superar o limite da pobreza absoluta.

Devido às alterações ocorridas no comportamento da economia nacional, que passou pela abertura comercial, financeira e produtiva desde 1990, como fruto da adesão passiva e subordinada do Brasil à globalização neoliberal, a pobreza sofreu uma importante inflexão, no tocante à parcela da população inativa. Quando se toma como referência a situação da pobreza segundo a condição de atividade da população, percebe-se que ela regrediu justamente nos segmentos inativos, com queda de 22,7% para os inativos com mais de 10 anos de idade e de 20,3% para inativos de até 10 anos de idade.

Esses dois segmentos de inativos foram, em especial, beneficiados diretos das inovações de políticas sociais derivadas da Constituição Federal de 1988. Para os inativos de mais idade, destacam-se os exemplos da ampliação de cobertura da previdência e assistência social e da Lei Orgânica da Assistência Social, entre outras, enquanto para os inativos de menos idade ressaltam-se as medidas vinculadas à garantia de renda, como o PETI

(Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), e os variados programas de transferência de renda vinculados à educação.

Já para o conjunto da população ativa no interior do mercado de trabalho, que depende exclusivamente do trabalho como determinante da situação de vida e renda, o contexto foi outro. Entre os anos de 1989 e 2005, o desemprego passou de 1,9 milhão de trabalhadores (3, % da PEA) para 8,9 milhões (9,3% da PEA), bem como houve piora nas condições e relações de trabalho, ainda que possam ser destacadas as medidas atenuantes de fortalecimento do salário mínimo e de valorização do seguro desemprego, entre outras modalidades de políticas públicas para o trabalho (qualificação profissional, intermediação de mão-de-obra). Nesse ambiente instável do mercado de trabalho, a taxa de pobreza entre os ocupados caiu 25,7% e, entre os desempregados, 3,6%. Por conta disso, alterou-se a composição da pobreza segundo condição de atividade. No Brasil como um todo, os inativos perderam participação relativa no total da população pobre (de 56,7% para 48%), enquanto os ativos aumentaram significativamente (de 43,3% para 52%), o que ocorreu sobretudo entre os desempregados.

Se o critério de análise for o comportamento da pobreza somente entre os ocupados de todo o País, podem ser observadas mudanças interessantes para o mesmo período de tempo. Em todas as posições na ocupação, a condição de empregado foi a única que registrou aumento da taxa de pobreza. Entre 1989 e 2005, a taxa de pobreza entre os empregados cresceu 53,9%. Para o mesmo período de tempo, a taxa de pobreza entre os empregadores caiu 44,6%, entre os trabalhadores por conta própria caiu 26,7% e, entre os sem remuneração, caiu 20,7%.

Não sem motivo, a composição do total de pobres ocupados no Brasil sofreu uma importante alteração entre 1989 e 2005. Somente os ocupados não-remunerados aumentaram a sua posição relativa (54,8%), enquanto os empregadores registraram o maior decréscimo na participação relativa (22,2%), seguidos dos empregados (14,6%) e dos trabalhadores por conta própria (3%).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este ensaio buscou tornar evidente a principal força responsável pelo avanço mais recente da desconstrução do trabalho no mundo capita-

lista. Apesar do patrimônio dos trabalhadores ter acumulado ganhos importantes nas chamadas “três décadas gloriosas” do capitalismo do segundo Pós-Guerra, verificam-se, mais recentemente, sinais de regressão no grau de segurança laboral.

A globalização neoliberal rompeu com o curso do quase pleno emprego e da proteção social ampliada instalada em várias nações do mundo. Mesmo na periferia do capitalismo, que jamais registrou um patamar de conquista dos trabalhadores equivalente ao das economias avançadas, houvera melhoras importantes em relação ao começo do século 20. Atualmente, contudo, a situação inverteu-se, com a piora das condições e relações de trabalho, inclusive no centro do capitalismo. Na periferia, a destruição dos direitos do trabalho tornou-se uma ação quase que contínua, especialmente nos governos dóceis à globalização neoliberal. Isso pareceu ficar muito evidente quando se buscou brevemente descrever os principais aspectos relacionados à alteração da pobreza no Brasil. Ao contrário do ciclo de industrialização, que era embalado por acelerada expansão da produção e, por consequência, de emprego e renda domiciliar *per capita*, o atual ciclo econômico nacional asfixia o potencial de crescimento do País.

Desde a década de 1990, a queda na proporção de pobres no total da população tornou-se somente possível com o avanço do gasto social, estimulado fundamentalmente pela Constituição Federal de 1988. Não há dúvida de que a estabilização monetária contribuiu para aliviar a situação de pobreza, mas, em frente ao desempenho desfavorável do mercado de trabalho, o segmento ativo da população tornou-se bem mais vulnerável ao rebaixamento das condições de vida e trabalho. Mesmo assim, a taxa de pobreza no País declinou. Mas isso se deveu principalmente ao papel ampliado das políticas sociais de atenção tanto aos inativos de mais idade (previdência social, LOAS, entre outros), como aos inativos de menos idade (PETI e programas de transferência de renda vinculada à educação). Dessa forma, os inativos deixaram de responder pela maior participação no total dos pobres do País, a qual se concentrou na população ativa, em especial nos desempregados e ocupados precariamente no mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. *Adios al trabajo?* Ensayo sobre las metamorfosis y el rol central del mundo del trabajo. 2. ed. Buenos Aires: Ed. Herramienta, 2003.
- _____. *Los sentidos del trabajo*. Buenos Aires: Ed. Herramienta, 2005.
- _____. *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2005a.
- _____. (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- BERNARDO, João. *Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- _____. *Democracia totalitária: teoria e prática da empresa soberana*. São Paulo: Cortez, 2004.
- CASTILLO, Juan J. *Sociología del Trabajo*. Madrid: CIS, 1996.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- FORRESTER, V. *Horror econômico*. São Paulo: Unesp, 1997.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- HUWS, Ursula. *The making of a cybertariat (virtual work in a real world)*. New York: Monthly Review Press; London: The Merlin Press, 2003.
- INTIGNANO, B. *A fábrica de desempregados*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- LOJKINE, Jean. *A Revolução informacional*. São Paulo: Ed. Cortez, 1995.
- POCHMANN, M. *O emprego na globalização*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- _____. Desempregados do Brasil. In: ANTUNES, R. (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- SALM, C. et al. Emprego e desemprego no Brasil. *Novos Estudos*, São Paulo, CEBRAP, n. 45, 1996.
- SENNET, R. *A corrosão do caráter*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- SINGER, P. *Globalização e desemprego*. São Paulo: Contexto, 1998.
- VASAPOLLO, L. *O trabalho atípico e a precariedade*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

Antonio David Cattani*

RIQUEZA SUBSTANTIVA E RELACIONAL: UM ENFOQUE DIFERENCIADO PARA A ANÁLISE DAS DESIGUALDADES NA AMÉRICA LATINA

Em abril de 2007, Steve Forbes, editor da revista que leva o seu nome, ao lançar o número especial sobre as maiores fortunas do planeta, declarou que 2006 fora o ano mais rico da humanidade e que, em 2007, o fenômeno se repetiria. Na mesma época, relatórios da ONU indicavam a existência de mais de dois bilhões de indivíduos em situação de miséria extrema e a estimativa de que, nos próximos anos, 97% das 100 milhões de pessoas nascidas anualmente estariam submetidas ao flagelo da pobreza. Neste artigo, analisaremos o significado de “o ano mais rico da humanidade” e as relações que existem entre esses dois processos: de um lado, o aumento e a concentração da riqueza em níveis jamais vistos e, de outro, a permanência do “pólo pobreza”.

A população pobre e miserável é medida, quantificada e analisada nas suas dimensões sociais, políticas, psicológicas, educacionais. Estudos aprofundados dão conta de seu comportamento eleitoral, dos projetos e trajetórias de vida, das estratégias de sobrevivência e das formas de inser-

* Doutor pela Universidade de Paris I – Sorbonne. Professor Titular de Sociologia do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre, Brasil). Pesquisador CNPq. Autor e organizador, entre outros, de: *Dictionnaire de l'Autre Economie* (com J. L. Laville), Paris, Gallimard, 2006; *Dicionário de Trabalho e Tecnologia* (com L. Holzmann), Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2006; *Desigualdades na América Latina: novos aportes teóricos* (com Laura Mota Diaz), Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2005.

ção na esfera produtiva. Praticamente, não existe aspecto algum que não tenha sido objeto de estudos quantitativos ou qualitativos, na sua maioria, sérios, rigorosos e bem-intencionados. Os resultados desses esforços empíricos e analíticos convergem para se identificar o universo de milhões de sul-americanos que vivem situações subumanas e, num número preocupante, em condições materiais e físicas que comprometem definitivamente seu futuro. A produção de conhecimento sobre a pobreza é indispensável para se definirem políticas públicas emergenciais e estruturais que possam retirar o maior número possível de indivíduos da condição de pobreza e que possam promover a inclusão social de maneira sustentável.

A mesma plethora de dados e análises não existe a respeito da outra face da realidade social e econômica. As formas de apropriação da riqueza conjugam-se numa nova dinâmica a partir da reestruturação produtiva implementada segundo princípios liberais e sob a égide do capitalismo financeiro. O resultado da exploração e do empobrecimento de grandes volumes de trabalhadores traduz-se no enriquecimento de um número muito restrito de pessoas.

Embora as Ciências Sociais na América Latina tenham produzido consistentes estudos sobre os setores dominantes, ainda existe um déficit explicativo acerca das origens e gestões das fortunas, sobre o modo de existência social dos muito ricos e sobre as conexões entre os diferentes grupos sociais, em outros termos, sobre as dimensões relacionais entre os dois pólos – riqueza e pobreza. A riqueza substantiva possui uma legitimidade mistificada, e o efeito de poder decorrente define condições específicas nas relações entre classes antagônicas.

As correntes dominantes nas Ciências Sociais têm dificuldades materiais e barreiras ideológicas para produzir conhecimento sobre os ricos e os muito ricos. A principal dificuldade material deve-se ao fato de que o acesso aos dados é impedido pelo sigilo que protege as grandes fortunas. As barreiras ideológicas são definidas pelo entendimento de que a pobreza é um problema, enquanto a riqueza não o é, e pela equivocada percepção de que estudar os ricos significa ser elitista e identificar-se com a “causa dos ricos” (Pinçon, 2004). O abandono da teoria crítica e da sua análise em termos de correlação de forças e de condicionamentos estruturais também pesou para que a dominação de classe ficasse num segundo plano no estudo das assimetrias na composição da sociedade.

Superadas essas dificuldades, é possível identificarem-se dimensões específicas da riqueza substantiva e, na seqüência, das dimensões relacionais

entre riqueza e pobreza. O interesse em se buscar conhecer o segmento detentor de imensas fortunas na América Latina decorre do fato de que, embora a riqueza possa estar dissimulada, seu poder é efetivo. O volume de riqueza concentrado por grupos minoritários é desmedido, podendo traduzir-se, entre outras possibilidades, em gastos supérfluos que superam em muito os recursos destinados a programas sociais e de combate à pobreza.

As formas de apropriação da riqueza e sua concentração em poucas mãos são definidas pela lógica “normal” do capitalismo, qual seja, a extração da mais-valia na esfera da produção. Contudo, a ela estão associados outros processos menos convencionais, inclusive os que fogem às regras da concorrência e outros que reeditam formas aparentemente arcaicas de exploração pática de trabalhadores vulneráveis. Não se trata de fenômenos marginais envolvendo alguns milionários oportunistas, corruptos ou mafiosos. Pelo contrário, esses processos fazem parte da dinâmica estrutural das finanças e dos negócios internacionais. Embora se materializem em graus variados conforme os distintos países, nos seus traços essenciais, eles se reproduzem em toda a América Latina. O desafio que se apresenta para as Ciências Sociais é, pois, produzir conhecimento sobre esses segmentos minoritários que não são, em absoluto, auto-referentes e auto-suficientes, mas vinculados a relações de poder que explicam grande parte da pobreza latino-americana.

ATUALIDADE DA POBREZA NA AMÉRICA LATINA

A pobreza é um flagelo que não deveria mais estar se abatendo sobre a humanidade. Nestes tempos de hipermodernidade e de tecnociência avançada, pareceria lógico considerá-la como algo anacrônico, como resquício de sociedades pré-capitalistas e subdesenvolvidas. Estimada por muitos analistas como desgraça que acompanha os seres humanos desde sempre, a pobreza poderia ter sido eliminada graças aos extraordinários avanços econômicos e científicos. Entretanto, a miséria não apenas subsiste fortemente, como também cresce mesmo naqueles países cujas economias são consideradas avançadas (Milano, 1992).

As desigualdades socioeconômicas ampliam-se e multiplicam-se, fazendo surgir novas situações que diferenciam negativamente indivíduos, sociedades e países. Assim, longe de se constituírem como problemas menores em vias de superação, a pobreza e seus sinônimos e correlatos

(exclusão, marginalidade, vulnerabilidade, desigualdade, precarização) são uma condição que afeta todos os processos sociais, econômicos e políticos. Trata-se da dimensão que atinge, direta ou indiretamente, todos os indivíduos, que questiona os rumos do processo civilizador: ou perdura a pobreza, relegando-se muitos para condições subumanas e socialmente subalternas, ou reduzem-se as desigualdades como forma de se construir uma sociedade mais justa e fraterna.

Atualmente, a pobreza aparece nos discursos governamentais, nas representações sociais, nos estudos empíricos e nas análises teóricas sob enfoques distintos. Prestigiosos pensadores sociais têm reavivado o tema clássico da igualdade e da justiça. Mais especificamente, cientistas sociais como Pierre Bourdieu, Bronislaw Geremek, Robert Castel, Loic Wacquant, Peter Townsend e outros constituem referências incontornáveis sobre o tema, recuperando dimensões sócio-históricas e procedendo a uma instigante análise das manifestações e conseqüências contemporâneas das relações sociais em quadros de desigualdades profundas. Uma importante literatura interdisciplinar coloca a questão das desigualdades e, basicamente, a pobreza como o ponto nevrálgico, como a ferida permanente que sangra o corpo social.

La pobreza degrada y destruye, moral, social y biologicamente, el mas grande milagro cósmico: la vida humana. La existencia de pobreza es una aberración social. (Boltvinik; Damián, 2005, p. 11).

No prólogo ao livro *Trabajo y producción de la pobreza en Latinoamérica y el Caribe*, A. Cimadamore identifica a pobreza como o núcleo central que permite questionar-se a legitimidade dos sistemas econômicos, políticos e sociais (Cimadamore, 2005, p. 13). Na linguagem expressiva de uma ensaísta de sucesso que não economiza adjetivos e substantivos, os pobres, os excluídos e os desempregados estão submetidos ao drama, à monstruosidade, à crueldade e ao horror cotidiano (Forrester, 1996). Referindo-se a um dos países economicamente mais avançados do planeta, Jock Young aborda a esgarçada do tecido social, levando à insegurança ontológica e ao “gulag” penal (Young, 1999). Mas a linguagem mais contundente é aquela empregada por Alberto Bialakowsky et al. (2005) quando se referem aos indivíduos fragilizados que constituem as populações extermináveis. Valendo-se de um referencial identificado com formulações de Giorgio Agambem, Bialakowsky refere-se às práticas institucionais que criam o *Homo sacer*,

espécie sujeita ao holocausto. Não se trata de alusões metafóricas, mas da análise de processos reais que vitimizam os indivíduos em situação de “vida nua”, isto é, desprovidos de qualquer direito humano elementar.

Uma linguagem tão crua e incisiva não é utilizada no pensamento dominante acadêmico e institucional, embora governantes, órgãos oficiais de pesquisa e organismos multilaterais como o BID, a CEPAL ou a OIT expressem preocupações específicas quanto à irredutibilidade da pobreza, insistindo na necessidade da tomada de medidas concretas para combatê-la. Durante décadas, essas preocupações eram apenas retóricas, pois a crença largamente compartilhada era a de que o desenvolvimento econômico resolveria o problema e que as massas marginalizadas seriam incorporadas às esferas produtiva e social. Os que estavam à margem do sistema e o proletariado já assimilado iriam, aos poucos, ascendendo econômica e socialmente. As divergências profundas davam-se nas concepções sobre as maneiras de se promover o desenvolvimento: pelo livre mercado e pelo aproveitamento das vantagens comparativas ou graças à intervenção do Estado e à proteção das economias locais. No campo do pensamento liberal, teoria e práticas eram relativamente homogêneas, enquanto a visão intervencionista materializava-se em orientações desenvolvimentistas antagônicas: ditaduras, autoritarismo tecnocrático, cesarismo social, populismo de direita e de esquerda, keynesianismo progressista ou elitista, governos democráticos com preocupação social. Na América Latina, a partir dos anos 1930 e à exceção de curtos períodos de orientação liberal ortodoxa em alguns poucos países, o Estado, conduzido segundo essas diferentes formas, tornou-se destacado protagonista do processo de transformação econômica e social. Havia o consenso de que o crescimento econômico garantiria a integração básica, e o Estado, por meio de políticas públicas, teria o papel estratégico de construção da cidadania ampliada, atuando de forma decisiva na correção de distorções e insuficiências. A eliminação da pobreza era dada como líquida e certa.

Já no início dos anos 1960, a realidade social desmentia essas certezas. Não só a pobreza e a miséria não recuavam, como as desigualdades tornavam-se gritantes. Ditaduras sanguinárias em vários países do continente e experimentos liberais nas duas décadas seguintes só agravaram a situação. Sob múltiplos aspectos, a América Latina do início do século XXI apresenta um quadro de injustiça e de distorções socioeconômicas tão graves como aquele existente há um século.

O *Panorama Social da América Latina* (Cepal, 2003) é a fonte sempre citada quanto se trata de sintetizarem os dados mais expressivos. O

total de pobres latino-americanos, que era de 136 milhões em 1980 (40,5% da população), passou, 22 anos depois, para 220 milhões (44%). No mesmo período, os indigentes passaram de 18,6% para 19,4%, o que corresponde a 97 milhões de pessoas. Obviamente, os grandes números escondem diferenças nacionais importantes, mas o que cabe destacar é que o detalhamento preciso desses totais revela situações muito mais graves: condições abjetas de vida, existência de um número expressivo de pessoas portadoras de deficiências entre os mais pobres, vulnerabilidade extrema de alguns segmentos tais como idosos, crianças, mulheres e populações indígenas (Contralínea, 2004). A descrição e a análise aprofundada das situações envolvendo a pobreza revelam um quadro multifacetado que não se limita apenas a carências ou privações materiais. A pobreza está associada à doença como estratégia de sobrevivência (Carreteiro, 1999), ao sofrimento ético-psíquico (Sawaia, 1999), ao sofrimento social (Kleinman, 1996) e à desesperança, levando os mais fragilizados a dizer que “morrer é quase nada, o horrível é não viver” (Escorel, 1999).

A pobreza contemporânea é multidimensional, cumulativa e transmissível. Ela tem raízes históricas, mas também é efeito da estrutura de poder, o que a faz, ao mesmo tempo, substantiva e relacional. Somadas todas essas dimensões, a atualidade da pobreza na América Latina compõe um quadro extremamente complexo. Para fundamentar a análise que será desenvolvida a seguir, faremos um sintético balanço de algumas questões que nos parecem mais relevantes, dialogando com as produções acadêmicas e oficiais recentes, isto é, divulgadas nos últimos dez anos.

Nos estudos sobre a pobreza contemporânea, observa-se a repetição de lugares-comuns e teses equivocadas, indicando limitações teóricas e políticas preocupantes. O mais recorrente desses lugares-comuns é a afirmação de que a pobreza existe desde sempre: “La desigualdade es, como apuntan la Biblia y la sabiduría popular, vieja como la vida misma” (Enguita, 1999); “A pobreza e a desigualdade são tão antigas quanto a humanidade” (Schwartzman, 2004). Asserções supérfluas desse tipo levam a diluir-se o problema numa perspectiva atemporal. Existiria, nesse sentido, uma pobreza original, constituindo, praticamente, uma categoria antropológica, portanto invariante ao longo da história e independente de relações de poder. Mais grave ainda é a insistência em afirmar-se que a redução da pobreza e das desigualdades é um processo de longuíssimo prazo (Rocha, 2003), quando não impossível, pois existirão sempre os “danados da terra”.

Outra afirmação que freqüentemente abre muitos trabalhos acadêmicos e relatórios de agências oficiais de pesquisa ou de instituições multilaterais é a de que a pobreza constitui uma nova questão social, sendo preocupação prioritária nas agendas política e acadêmica. Acompanha essa assertiva o comentário segundo o qual as pesquisas e as reflexões mais aguçadas sobre o tema datam de pouco mais de 30 anos. Duplo equívoco: no geral, a eliminação da pobreza é apenas demagogicamente apresentada como prioridade; ademais, investimentos na infra-estrutura e gastos com a iniciativa privada e com o pagamento da dívida externa consumiram a quase totalidade dos recursos públicos, e as verbas orçamentárias destinadas aos investimentos sociais representam até hoje percentuais mínimos.

O estudo das desigualdades sempre foi obra de pesquisadores comprometidos com a mudança social, os quais, todavia, estiveram constantemente em número e posição minoritários. Mesmo assim, sustentar o caráter recente de uma produção especializada revela lacunas profundas de autores que assim se posicionam, desconhecendo a imensa literatura produzida no mundo ocidental há dois séculos. Esses escritos indicam não apenas a permanência de volumes significativos de pobres, mas, sobretudo, a lógica intrínseca do capitalismo, que jamais buscou promover a igualdade, necessitando da desigualdade para se reproduzir. O pensamento social herdeiro do Iluminismo originou-se, justamente, da tentativa de compreenderem as diferenças, as hierarquias, as desigualdades, os conflitos e a estrutura de poder que decorriam da desestabilização da antiga ordem social. Os pensadores sociais progressistas e conservadores, os economistas clássicos, os pais fundadores da Sociologia, construíram sólidas reflexões sobre as redefinições das desigualdades no mundo moderno. Alentados estudos sobre a classe operária e sobre as populações miseráveis foram produzidos de forma ininterrupta ao longo dos séculos XIX e XX. Logo, cientistas sociais que revelam sua surpresa sobre o ressurgimento da pobreza nos países economicamente avançados após o apogeu do keynesianismo simplesmente ignoram estudos a exemplo dos de Robert Bremner ou de Michael Harrington, que, em meados dos anos 1950 e no início dos anos 1960, apontavam a existência de uma “outra América”, marcada pela continuidade da pobreza nos Estados Unidos. B. S. Rowntree e P. Townsend fizeram o mesmo para a Inglaterra, e P. de la Gorce, para a França.

Sinalizar que o “ressurgimento” de estudos sobre a pobreza desponta inicialmente no Primeiro Mundo (Rocha, 2003) revela mais dois equívocos, freqüentes nas teses de doutorado de jovens pesquisadores.

Primeiramente, há o de buscar a legitimidade da temática citando autores consagrados no Primeiro Mundo. Se Christopher Jencks, Amartya Sen, Robert Castel e outros destacam a desigualdade como questão social importante, o pesquisador colonizado sente-se autorizado a também abordar o tema. O segundo equívoco é ignorar a qualidade e a profusão dos estudos produzidos há muito tempo nos países do Terceiro Mundo. É lugar-comum, na literatura recente, indicar o final dos anos 1960 como o momento preciso a partir do qual a marginalidade, as populações sobrantes, os excluídos passaram a ser considerados pelos estudos científicos. O trabalho de Licia Vallares e Lídia Medeiros (2003) é um contra-exemplo, indicando que, há mais de 100 anos, centenas de trabalhos sérios foram produzidos, no caso, sobre a população favelada do Rio de Janeiro. Dizer que não existiam estudos anteriores é, de certa maneira, afirmar que o problema também não existia e que apenas recentemente ele se destaca como questão prioritária justificando formas de intervenção específicas.

Esse jogo sutil de esconder e revelar a temática da pobreza está associado às transformações políticas ocorridas nos tratamentos teórico e prático da questão. O pensamento dominante nas últimas duas décadas esconde a pobreza como efeito da estrutura de poder e designa o fenômeno como um problema de boa ou má utilização de recursos por parte das sociedades e dos indivíduos. As formulações que orientam a intervenção do Banco Mundial, de várias agências governamentais e de intelectuais que incidem sobre políticas de combate à pobreza e sobre a opinião pública são sistemas discursivos fundamentados na ideologia do consenso de Washington, no arcabouço teórico e nos dispositivos práticos que asseguram o sucesso do neoliberalismo.

Sonia Alvarez Leguizamón (2005) sintetiza com extrema propriedade a retórica que deu sustentação às mudanças no tratamento das desigualdades. Os avanços sociais obtidos graças às lutas operárias e à ação parlamentar dos partidos trabalhistas e social-democratas conjugadas com medidas governamentais de inspiração keynesiana forjaram o modelo de Estado de bem-estar (*Welfare State* e *Sozialpolitik*), que objetivava, basicamente, a inclusão gradativa de toda a população nas esferas social e produtiva, a promoção dos interesses sociais coletivos, a construção de sistemas previdenciários, etc. Guardando o princípio de proteção da propriedade privada e a lógica empresarial, ele foi implementado em vários países norteadocidentais, na Nova Zelândia e na Austrália. Por vias políticas e econômicas diversas e por atalhos escusos, esse modelo pautou iniciativas gover-

namentais em vários países do Terceiro Mundo. Em quase todos os casos, os resultados foram parciais, comprometendo o princípio da cidadania ampliada para todos. Na América Latina, falou-se em arremedo de Estado de bem-estar e, mais freqüentemente, naquelas que constituem antíteses absolutas: cidadania tutelada, cidadania protegida ou cidadania seletiva.

Bem ou mal, o modelo anterior trazia ressonâncias agradáveis fundamentadas nas promessas da inclusão, da proteção social dos mais desvalidos e da promoção dos direitos civis, políticos e sociais. A ofensiva neoliberal, parcialmente vitoriosa nas últimas duas décadas, conseguiu reverter as expectativas e, sobretudo, alterar profundamente o enfoque e os sentidos das políticas públicas e as formas de mobilização da sociedade civil. A orientação ideológica e a prática dominante anatematizam a concepção de direitos civis, substituindo-a pelo enfoque centrado em mínimos biológicos, em necessidades básicas, pela focalização nos grupos considerados como mais carentes ou com graus elevados de vulnerabilidade (Alvarez Leguizamón, op. cit., p. 251-269).

El discurso del desarrollo humano substituye los derechos sociales, ya sea que estos se asienten en la condición de ciudadano o en la de trabajador por los programas focalizados. Esto se traduce en dispositivos de intervención tutelares focalizados territorialmente, junto a derechos culturales abstratos que dicen fortalecer la identidad y multiculturalidad en el ámbito micro local, pero que reproducen la diferencia social y cultural a nivel de políticas macroeconómicas nacionales e internacionales. (ibid., p. 250).

A pobreza transforma-se em assunto para técnicos e para secretarias especializadas que desenvolverão programas e medidas e proporão intervenções igualmente “técnicas”, “racionais” e “pragmáticas”. Sua eficiência e efetividade serão determinadas pela correta identificação dos mais carentes e vulneráveis, levando a uma busca obsessiva pela conceituação precisa das múltiplas dimensões da pobreza e, sobretudo, pela “buena medición” (Cepal, 2006). “A questão da mensuração é crucial, pois permite distinguir e dimensionar clientelas [sic] potenciais, assim como vincular conceitos à formulação de programas sociais” (Rocha, 2003, p.7).

Os conceitos são cada vez mais detalhados: indigência, carência, vulnerabilidade, privação branda, privação severa, pobreza primária, pobreza secundária, pobres de verdade (!), pobres de verdade consensuais (!!) e assim por diante. A lista dos instrumentos de medição acompanha esses

conceitos: *basic needs* e umbrais da cidadania do Banco Mundial, linhas de pobreza, indicadores diretos, indiretos e combinados, necessidades básicas insatisfeitas, índice de privação, índice de progresso social – privação vital –, normas de necessidades básicas insatisfeitas reveladas. À sofisticação dos métodos de medição, corresponde o aumento do tamanho da sigla, chegando até o método C.F.S.B.S.P. – carência forçada de satisfactores básicos socialmente percebidos (Boltvinik, 2005). O ex-diretor do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Majid Rahnema, escreveu que “devem existir no mundo tantos pobres e tantas concepções da pobreza quanto são os seres humanos” (Sachs, 1992). Se dermos crédito a essa afirmação absurda, serão necessários tantos métodos de medição da pobreza quanto forem os pobres!

Para as necessidades da análise subsequente, vale a pena destacar conseqüências dessas abordagens que insistem na identificação precisa dos “verdadeiros pobres” e na focalização das políticas públicas. Defesa retórica da integridade e autonomia individuais (direitos humanos no lugar de direitos sociais) e de um enganoso multiculturalismo, a nova forma de regulação estatal e societal da pobreza escamoteia a tal condição como efeito da estrutura do poder, identificando no indivíduo as saídas dessa situação. Sob essa ótica, a guerra contra a pobreza será ganha aumentando-se o capital social do indivíduo por meio da educação, fomentando-se capacidades e habilidades mediante programas específicos e promovendo-se as capacidades básicas e seus mínimos competitivos, na linguagem do Banco Mundial e do laureado do Prêmio de Economia do Banco Central Sueco em homenagem a Alfred Nobel. Em síntese, os pobres serão responsáveis pela autogestão da própria pobreza e, acomodados nos umbrais da cidadania, pararão de ser um peso e um incômodo para o restante da sociedade.

Numa linha aparentemente oposta, mas, na verdade, complementar, desenvolvem-se a nova filantropia e o novo humanitarismo no terreno impreciso do Terceiro Setor. Retomando o bordão de que os pobres existem desde sempre e continuarão existindo aconteça o que acontecer, as elites conservadoras restabelecem a solidariedade como efeito de poder (Demo, 2002). Após saquear meio mundo, os financistas metamorfoseiam-se em filantropos, e o caritativismo instala-se na Wall Street (Guilhot, 2004). Trata-se da alternância ou da concomitância histórica identificada por Bronislaw Geremek (1986) entre os movimentos repressivos e a comiseração em face da miséria, ora a piedade, ora a força, às vezes, as duas ao mesmo tempo.

Analisando-se as centenas de estudos recentes sobre a questão da pobreza e considerando-se as justificativas teóricas e técnicas dos programas de combate à pobreza e as inúmeras iniciativas filantrópicas empresariais, identifica-se um ponto comum: a completa ausência de referências à redistribuição de renda por meio da taxação das altas fortunas, pela redução de privilégios ou, simplesmente, pela aplicação de legislações tributárias idênticas àquelas que incidem sobre a população mais pobre. Reconhece-se a existência da pobreza, mas ela é entendida como não tendo nada a ver com a concentração de renda crescente. A dimensão relacional entre riqueza e pobreza é ignorada ou acobertada inclusive nos estudos científicos qualificados. A pobreza é considerada um problema, enquanto a riqueza concentrada parece não ter importância (Bourdignon, 2005). Considera-se a pobreza inaceitável, mas todas as reflexões e propostas práticas para eliminá-la (políticas públicas, programas de governo, planos estratégicos de desenvolvimento) estão baseadas no mesmo princípio: crescer e distribuir com mais justiça os frutos do crescimento, sem tocar nos privilégios (Schwartzman, 2004). A grande imprensa registra, de tempos em tempos, manifestações de setores das classes abastadas a respeito das reformas previdenciária e tributária, ilustrando esse comportamento cínico: todos aceitam o princípio da melhor distribuição do momento atual em diante, desde que preservadas as vantagens históricas, sejam elas ilegais ou imorais.

A simples referência a que o Governo esteja estudando medidas destinadas à taxação de altas fortunas e de heranças provoca reação virulenta nas esferas política e empresarial. Federações empresariais, lideranças do setor produtivo e políticos mobilizam-se de forma articulada de maneira a pôr em xeque a própria estabilidade do Governo. Cronistas econômicos e formadores de opinião são arregimentados para alardearem o perigo que representariam essas medidas, evocando o fantasma da fuga de capitais e da transferência de patrimônio para o exterior. O questionamento acerca dos altos salários ou aposentadorias de segmentos do funcionalismo público (por exemplo, militares, alta magistratura) é rechaçado sob a alegação de que redução de direitos adquiridos é um atentado à democracia! Outra maneira de evitar qualquer menção à redistribuição de renda é afirmar, como fazem frequentemente as elites, que o problema seria menor se os pobres não se multiplicassem tão rápido e que controle populacional teria efeitos expressivos sobre a redução das desigualdades.

Os dados sobre a concentração de renda na América Latina indicam situações aberrantes: em 1990, 90% das famílias absorviam 60% do

fluxo anual da renda, contabilizado pelo Produto Interno Bruto. Dez anos de vigência das políticas liberais reduziram esse percentual a quase 50%. Esses dados são mais expressivos quando vistos de outro modo: 10% da população mais rica absorve 50% da renda. Isoladamente, países tão díspares como o Brasil, ou Honduras, ou Bolívia batem recordes internacionais de desigualdade, situando-se no topo das classificações negativas sob inúmeros critérios. Devido à reestruturação produtiva, à flexibilização dos direitos trabalhistas e à precarização dos contratos, dados oficiais apontam para uma redução média de 30% da participação dos salários na renda nacional em países como a Argentina e o Brasil. Na década de 1990, a instabilidade econômica fez com que assalariados e pensionistas sofressem perdas consideráveis, contrariamente aos detentores de ativos fixos e de investimentos imunes à inflação. A subsequente financeirização das economias provocou nova transferência de recursos dos mais pobres para os mais ricos. A compra a crédito com altos juros embutidos empobreceu largas camadas da população ao mesmo tempo em que o pagamento de juros sobre títulos das dívidas interna e externa transferiu para pouco mais de 1% das famílias, no caso brasileiro, o equivalente a 10 vezes o orçamento de todos os programas de assistência social executados a cada ano (Pochmann, 2005).

A baixa renda ou a inexistência de renda revelam apenas uma primeira dimensão da realidade da pobreza. À dimensão monetária, adicionam-se todas as demais, de forma cumulativa e multidimensional, compondo um quadro cada vez mais grave. Atualmente, em função do sentido político das mensurações das populações pobres e miseráveis, dispomos de detalhes precisos desse quadro. Os pobres são quantificados, auscultados, medidos e pesados, analisados nas suas dimensões sociais, políticas, psicológicas, educacionais. Estudos aprofundados dão conta do comportamento eleitoral, dos projetos de vida e das estratégias de sobrevivência. Não existe um aspecto que não tenha sido objeto de estudos quantitativos ou qualitativos. Os resultados desses esforços empíricos e analíticos convergem para se identificar o universo de milhões de sul-americanos que vivem em situações subumanas e, num número que se reproduz indefinidamente, em condições materiais e físicas que comprometem o futuro por várias gerações. Esse quadro de horrores não precisa ser reproduzido aqui. O que importa destacar é que ele é, na maioria avassaladora dos estudos científicos e no senso comum, separado da outra face da mesma realidade. O pólo pobreza não se constitui de forma autônoma, auto-

referente, desvinculado das estruturas, das hierarquias que produzem e reproduzem a desigualdade. O pólo riqueza deve revelar as conexões que existem entre situações tão assimétricas.

RIQUEZA NA AMÉRICA LATINA E AS MODALIDADES DE APROPRIAÇÃO

Qualquer análise mais alentada sobre a pobreza na América Latina evoca as raízes históricas do fenômeno e o fato de que ele vem aumentando nos últimos anos. A mesma coisa pode ser dita com relação à riqueza: ela tem uma longa tradição e, malgrado as oscilações econômicas, está aumentando ininterruptamente. Dados insuspeitos do Banco Mundial confirmam que a participação dos 10% mais ricos no PIB latino-americano passou de 40 para 50% entre 1990 e 2001. Márcio Pochmann (2006) indica que o estoque de riqueza proveniente da posse da propriedade de bens produtivos e especulativos (terras, empresas, ativos financeiros) faz com que 0,1% das famílias do continente possua um patrimônio de mais de 620 bilhões de dólares, conformando uma fortaleza inexpugnável de privilégios e poder. Dados provenientes de um estudo de uma das empresas que mais conhece o assunto, pois sua clientela é constituída por esse segmento da população, indicam que 350.000 indivíduos controlavam uma riqueza superior a quatro trilhões de dólares em 2005 e que esse valor havia subido 11,8% apenas em um ano (Merril Lynch, 2006).

Apesar de sua importância, o conhecimento acerca do “pólo riqueza” revela-se complexo e dificultoso por múltiplas razões, sendo a principal delas o fato de que os ricos não se deixam perscrutar (Medeiros, 2004; Pochmann, 2004). Isso não desencorajou as Ciências Sociais latino-americanas, que buscaram, desde sempre, compreender as manifestações do poder das elites econômicas, da burguesia rentista e dos setores dominantes. Esse esforço, que tem na obra de Basualdo e Arceo (2006) um exemplo recente, necessita ser ampliado e aprofundado, incluindo novas perspectivas teóricas e empíricas. Tal é o caso do conceito de *perpetradores* utilizado como referência na obra citada de Alvarez Leguizamón (2005).

A síntese realizada a seguir busca dar destaque a alguns processos que tomam importância crescente na realidade contemporânea em termos de constituição do “pólo riqueza” e do que chamamos de “riqueza substantiva”. Para tanto, faz-se necessário evocar a conjugação de vários processos que dão seqüência à lógica inexorável do capitalismo como pro-

ductor concomitante da riqueza e da pobreza. Tratando-se de economias capitalistas, mesmo subdesenvolvidas, o processo de extração da mais-valia apresenta, há séculos, a mesma unidade de princípios apesar da heterogeneidade de formas. A lógica essencial do sistema expressa-se por intermédio do agenciamento específico e inconsútil de relações sociais e condições materiais de produção. Propriedade privada dos meios de produção, igualdade e liberdade formal dos indivíduos são os elementos da equação básica dinamizada pelo mercado. De um lado, estão os proprietários dos meios de produção; de outro, os trabalhadores, com um único bem disponível: sua força de trabalho. Ao firmar o contrato salarial, aparentemente espontâneo e entre sujeitos em pé de igualdade, os trabalhadores submetem-se ao empregador, que disporá da força de trabalho alienada. A finalidade dessa transação é permitir, ao capitalismo, obter mais valor do que aquele inicialmente investido. Independentemente da localização geográfica, da nacionalidade do capital, de profissões de fé em valores morais ou de declarações de princípios éticos, os objetivos do capitalismo são sempre os mesmos: agenciar as forças produtivas para obter mais-valia; investir, reinvestir para acumular e para obter mais-valia; revolucionar o processo de trabalho para obter mais-valia; produzir mais e mais mercadorias para obter mais-valia e, com isso, mais-poder.

A correlação de forças entre capital e trabalho definirá a dinâmica desse processo e, sobretudo, a repartição do excedente. A existência de sindicatos fortes e atuantes e o poder de pressão de movimentos sociais e de partidos progressistas forçam uma repartição menos injusta. Legislações protetoras e repasses de recursos públicos também são elementos compensatórios que asseguram um padrão de vida mais digno aos trabalhadores. Situação diametralmente oposta ocorre em circunstâncias favoráveis ao capital, a exemplo do que acontece durante regimes ditatoriais antipopulares, em fases iniciais de reestruturação produtiva, que provoca o enfraquecimento das forças coletivas do trabalho, e em outros momentos durante os quais o capital consiga impor uma extração acentuada da mais-valia.

Os resultados desse processo não são homogêneos e equilibrados. Na dinâmica concorrencial, o talento empresarial de alguns, associado a estratégias legais e ilegais ou a relações privilegiadas com o Estado, leva à concentração acentuada do capital. Na sua natureza profunda, o capitalismo é o mesmo, independente do tamanho da empresa. No que concerne à questão do poder efetivo, a escala é decisiva. Carlos Slim Helú (México)

ou Roberto Marinho (Brasil), Gregorio Pérez Compañc (Argentina) ou Luis Noboa (Equador), à testa dos seus respectivos impérios da mídia ou da indústria, têm um poder que é muito superior ao volume equivalente de capital, porém, dividido entre dezenas de outros empresários nos mesmos setores.

A existência da hiperburguesia é hoje um dado sociológico e político da maior importância. As poucas centenas de indivíduos que concentram riquezas fantásticas são extremamente heterogêneas. Por um lado, não possuem identidade estável e uma unidade de ação e, por outro, segundo Michel Pinçon (2004), os ricos representam a única classe verdadeiramente organizada e aguerridamente mobilizável como classe em si e para si. Para efeito de uma identificação sumária, podemos nomeá-los como o grupo composto pelos proprietários de grandes empresas e rentistas, cuja atuação configura o “turbo-capitalismo”, a expressão mais predatória da expansão do sistema em escala planetária. A eles, se somam os executivos assalariados de empresas multinacionais, que, em poucos anos, conseguiram acumular fortunas fantásticas graças a práticas gerenciais agressivas que se traduzem na precarização do trabalho e no deslocamento geográfico de plantas industriais para explorar mão-de-obra vulnerável e barata. Loic Wacquant (1996), num artigo publicado na revista *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, cita o caso do que ele chama de “patrões açougueiros”, considerados os novos heróis do mundo de negócios. Nos casos argentino, brasileiro e venezuelano, os valores totais pagos aos grandes executivos na década de 1990 não estão distantes dos maiores salários do mundo. Numa listagem comparativa entre 22 países, logo abaixo dos Estados Unidos e da França, aparece a remuneração total dos presidentes de empresas desses três países. Em outros termos, economia do Terceiro Mundo, mas remunerações em valores acima daqueles pagos aos executivos de empresas de países tais como a Holanda, a Espanha e a Alemanha.

O diferencial entre salários pagos para diretores brasileiros e a massa trabalhadora é um dos maiores do mundo. É comum encontrarem-se casos de empresas nas quais um diretor de *marketing* ou diretor financeiro recebam por mês o equivalente à remuneração de 100 ou 150 trabalhadores. Estudos produzidos por empresas de consultoria em gestão de recursos humanos indicam que, durante toda a década de 1990, os executivos tiveram sempre seus salários reajustados acima da inflação, pouco importando situações de crise ou de recessão (jornal *Folha de São Paulo*, edição de 16.12.2001).

Essa espécie de novos gestores dotados de grande poder administra velhas e novíssimas fortunas em termos cada vez mais internacionais, entendendo-se por isso uma gestão descolada de interesses locais. Os “patrões açougueiros” deslocam-se em helicópteros e em veículos blindados, residindo em *gated communities*, paraísos isolados dos problemas normais das cidades. A “Internacional dos Managers” (Wagner, 2003) reedita, sem nenhum constrangimento, formas primitivas de extração de mais-valia das chamadas forças de trabalho vulneráveis.

Ao longo do século XX, essas práticas foram gradativamente sendo impedidas pelas lutas sindicais e políticas que conquistaram direitos sociais nas relações de trabalho e, em alguns casos, conseguindo mesmo inscrevê-los como direitos constitucionais. A atuação da Organização Internacional do Trabalho foi fundamental para coibir os abusos mais gritantes. A exploração pática de trabalhadores vulneráveis continuou ocorrendo em pontos localizados e marginais na economia do Primeiro Mundo e, com incidência mais forte, nas economias subdesenvolvidas, em especial, no setor informal. A implantação das multinacionais no Terceiro Mundo tinha mais um sentido estratégico de expansão e controle capitalista em escala planetária do que de aproveitamento das forças de trabalho vulneráveis e sem proteção sindical.

A reestruturação produtiva, o predomínio do setor financeiro especulativo e a globalização mudaram esse quadro. A ofensiva neoliberal das últimas duas décadas permitiu que práticas condenáveis voltassem com força e legitimidade e que fossem adotadas por empresas “modernas” que seriam incapazes de fazer o mesmo nos seus países sede. Às grandes massas de trabalhadores desvalidos, somam-se, agora, mulheres, crianças e milhões de imigrantes submetidos ao trabalho insalubre, em péssimas condições, sem garantias e sem direitos e, sobretudo, sub-remunerados. A presença desse contingente de forças de trabalho vulneráveis, que é obrigado a aceitar condições de trabalho abjetas e baixa remuneração, atíça a concorrência com as categorias de trabalhadores estáveis.

O processo em curso em escala mundial e, talvez, com mais vigor na América Latina, tem a seguinte seqüência: extração “normal” da mais-valia e reforço dessa extração pelas reformas neoliberais das duas últimas décadas (reestruturação produtiva, financeirização, privatizações selvagens, diminuição da capacidade de controle estatal, flexibilização e precarização dos contratos). O resultado é óbvio: de um lado, enfraquecimento dos coletivos de trabalho, diminuição dos salários e ressurgimento de formas

atípicas de contratação que prejudicam os trabalhadores; de outro, lucros alentados para os setores mais ágeis, remunerações substanciais para os gestores e ampliação da hiperburguesia e, conseqüentemente, da distância entre o topo e a base da pirâmide social.

O pólo pobreza acumula perdas e desvantagens, enquanto o pólo riqueza acumula lucros e privilégios. Os resultados concretos para os primeiros são bem conhecidos, enquanto para os segundos são opacos ou configuram verdadeiras incógnitas. A hipótese de trabalho desenvolvida a seguir sinaliza possibilidades pouco exploradas pelas Ciências Sociais no que tange às práticas escusas dos setores dominantes e seu sentido social.

Entre as diversas conseqüências do ajuste neoliberal, destaca-se o enfraquecimento do aparelho de Estado. Mesmo que, na América Latina, o Estado estivesse longe de cumprir funções sociais de interesse do conjunto da população, ele era responsável pela observância de alguns preceitos fiscais e legais que definiam regras da concorrência e o cumprimento de contratos, inibindo as infrações mais gritantes. A riqueza concentrada favorece a espiral ascendente e cumulativa de força e privilégios, levando à cupidez e a comportamentos cada vez mais audaciosos. Se a impunidade está assegurada, a escalada na improbidade não tem limites. No preâmbulo do seu estudo sobre a economia política da corrupção, Gonçalves da Silva (2001) identifica a relação direta que existe entre desigualdade e corrupção. Sendo imensa a distância social, os poderosos consideram-se acima da lei. Como afirmou Leona Helmsley, magnata hoteleira nova-iorquina, reconhecida como modelo de “*business success*” neoliberal nos anos 1980: “Did you know that only the little people pay taxes?”

Esse comportamento, que se multiplicou enormemente na América Latina, pode ser designado como parte da “Economia Ladina”. Não se trata de processos de concentração atestadamente ilegais de riqueza, mas de complexos subterfúgios jurídicos acessíveis apenas aos grandes grupos econômicos e às grandes fortunas. Parte dessas operações recebe o nome de “elisão fiscal”. Everardo Maciel, ex-secretário da Receita Federal durante o governo Fernando Henrique Cardoso, não ficava constrangido em admitir que importantes banqueiros não pagavam imposto de renda e que empresários multinacionais haviam encontrado uma forma de burlar a CPMF (imposto de 0,38% sobre o valor de toda e qualquer operação financeira e sobre os cheques descontados nos bancos em território brasileiro). Graças a brechas na lei, ladinamente exploradas pelos especialistas em aconselhamento tributário, as grandes fortunas escapam mesmo àqueles impostos mínimos que atingem qualquer cidadão. Outro procedimento recorrente é o da con-

testação de tributos na justiça. Empresas conseguem adiar infinitamente o pagamento de impostos recorrendo às diversas instâncias do poder judiciário. Ainda tendo como referência o Brasil, sabe-se que, em 2003, o Departamento de Cobrança de Grandes Devedores (Ministério da Fazenda) tentava cobrar o valor de R\$ 55 bilhões devido por 400 empresas. As dívidas atualizadas chegam a valores estratosféricos, praticamente impagáveis, permitindo, às empresas, chantagearem o poder público: se for exigido o pagamento, a empresa fechará as portas e demitirá centenas ou milhares de trabalhadores. O problema é resolvido com uma anistia ou com o parcelamento da dívida em valores irrisórios, por algumas décadas, o que, concretamente, significa o perdão da dívida. Existe, no Brasil, o REFIS, programa de parcelamento de débitos tributários, criando em 2000 no governo Cardoso. Importantes empresas, devendo centenas de milhões de reais, aderiram ao programa e conseguiram o parcelamento da dívida para prazos que variam de 100 a 6.000 anos! (jornal *Folha de São Paulo*, edição de 01.02.2004 – fonte original: Controladoria Geral da União). Após um generoso programa de renegociação de dívidas, restava, em 2003, o valor de R\$ 154 bilhões em débitos passíveis de ajuizamento. Na maior parte dos casos, a lentidão e a ineficiência da Procuradoria da Fazenda Nacional tornam esses valores incobráveis (idem, edição de 2.2.2004).

Num patamar acima daquele da “economia ladina”, existe o que podemos chamar de “economia bandida” ou, como denomina Denis Duclos (1998), para se referir aos patrões fraudadores, os cleptocratas. No documentário *Memoria del saqueo* (2004), sobre os acontecimentos da Argentina nos últimos 15 anos, Fernando Solanas classifica esses personagens como *mafioscratas*. Tanto o sociólogo quanto o cineasta documentam que os perpetradores da economia ladina e da economia bandida não são marginais, mas proeminentes figuras do mundo econômico. Contudo é importante ressaltar que não se trata de um fenômeno exclusivo do Terceiro Mundo. Os exemplos proliferam também nos países economicamente avançados: Enron, Worldcom, Parmalat e Clearstream foram os mais famosos ou, mais precisamente, os que foram descobertos. Existe uma infinidade de grandes empresas que usam a fraude contábil para encobrir desvios, que usam os paraísos fiscais para transferir recursos legais e ilegais, que sonégam impostos de múltiplas maneiras graças às facilidades decorrentes da desregulamentação financeira internacional e da incapacidade de os Estados fiscalizarem as transferências internacionais, tais como o subfaturamento ou superfaturamento de importações e exportações (Warde, 2006).

Recentemente, facetas da economia bandida foram reveladas mediante ações da Polícia Federal brasileira, desmantelando duas megafraudes: da Schincariol (terceira cervejaria do País) e da Daslú, loja fetiche das elites endinheiradas. O caso Daslú é, inclusive, emblemático do comportamento arrogante das elites brasileiras. A loja de mais de 20.000 metros quadrados é considerada um “templo”, uma “catedral” do luxo exclusivo. Localizada na capital do estado mais rico e industrialmente desenvolvido do Brasil, São Paulo, ela está rodeada por uma favela que abriga milhares de pessoas nos mais variados graus de indignância e pobreza. Apesar da comprovação de contrabando, sonegação e fraudes diversas, várias personalidades empresariais e políticas reclamaram publicamente e declararam-se ofendidas pela fiscalização da Polícia e da Receita Federal que atingiu o “coração da elite brasileira”.

Falências ou gestões fraudulentas merecem, via de regra, referências sintéticas e superficiais nos meios de comunicação. Por exemplo, o Banco Mercantil de Pernambuco “quebrou” há mais de 10 anos. Sua liquidação envolve a cifra de 100 milhões de reais, e, apesar de o inquérito provar as responsabilidades dos gestores, o caso é tratado com toda a discrição possível, uma vez que, entre os responsáveis, está, nada mais nada menos, que o presidente da Confederação Nacional da Indústria, mais importante entidade de representação classista do setor produtivo industrial brasileiro.

Os perpetradores da “economia bandida” não se limitam a contrabandistas e a traficantes de drogas e armas, mas, mesmo no caso específico destes últimos, os milhões de dólares obtidos nas suas operações não circulam em esferas paralelas. Eles são devidamente “lavados” por poderosos bancos internacionais (Alepin, 2004). O mesmo ocorre com o dinheiro obtido com a corrupção via aparelho de Estado que necessita ser protegido. Pinochet não guardava seus milhões de dólares em casa, debaixo do colchão; o Banco Riggs administrava sua fortuna com muito zelo e, provavelmente, a de outros ilustres políticos latino-americanos. No Brasil, em 2004, foram identificadas mais de 84.000 operações suspeitas no COAF – Conselho de Controle de Atividades Financeiras. Na sua quase totalidade, trata-se de operações de “lavagem” de dinheiro na casa de milhões de reais (jornal *Folha de São Paulo*, edição de 14.08.2005). Os casos rumurosos dizem respeito a figuras públicas tais como Trujillo, Stroessner, Noriega ou Fujimore. Mas seus congêneres privados jamais ganham visibilidade, permanecendo invariavelmente impunes.

Citando importantes estudos sobre o comportamento de grandes bancos multinacionais de prestígio e mesmo de esferas administrativas

governamentais, Warde indica que “Longe de estar à margem da economia global, as atividades ilícitas conseguiram se situar no coração do sistema” (Warde, 2006, p.3). Nas suas várias edições, o Fórum Social Mundial tratou de uma questão-chave relativa às estratégias neoliberais de garantir liberdade total ao capital: os paraísos fiscais. As empresas *offshore* permitem, aos astros do mundo do espetáculo e do esporte, às *top models*, aos contrabandistas, traficantes, sonegadores e especuladores, a proteção em portos seguros e não-tributáveis não só para garantir suas fortunas legais ou ilegais, mas, sobretudo, para ampliá-las (Alepim, 2004). A existência dos paraísos fiscais permite, aos especuladores, transferir agilmente recursos para fora e para dentro do país, aproveitando situações de vulnerabilidade política ou econômica ou, ao contrário, condições favoráveis. Ou seja, ganhando em todas as circunstâncias. É necessário destacar que se trata, sempre, de grandes especuladores, aplicando volumes exorbitantes de recursos. Em todos os países latino-americanos, esse segmento corresponde a uma ínfima minoria, mas com um poder decisivo sobre a estabilidade econômica e a orientação dos investimentos.

Uma parte de difícil quantificação dos super-ricos consegue dispensar o exercício da política para manter seus privilégios. Tal minoria, que pode ser conceituada como “classe de fruição”, assemelha-se às “classes ociosas” descritas por T. Veblen no final do século XIX. Ela circula em espaços restritos, mobilizando recursos e aparatos que viabilizam um segmento específico da economia mundial como forma de consumo das altas rendas (Newsweek, 2006). Não é possível avaliar quantos são os latino-americanos que fazem parte do *jet set* internacional, mas em nada suas características básicas distinguem-se das desse grupo, representado, por um lado, pelo comportamento predatório – por exemplo, pela ocupação privada de paraísos ecológicos e pelo padrão de consumo desmedido (Conniff, 2003) –, pela concepção utilitarista da cultura e pelas ações que configuram um darwinismo social, e, por outro, pela filantropia promotora de conformismo. A posse de fortunas incomensuráveis permite corromper o judiciário, os meios de comunicação, as instituições culturais, as ONGs e, por que não, a academia. Os interesses das elites condicionam o desenvolvimento tecnológico (como é o caso da produção de novos equipamentos e remédios sofisticados para combater doenças específicas que atingem uma ínfima minoria endinheirada, enquanto doenças endêmicas da população pobre permanecem sem solução), deturpam as prioridades nos investimentos públicos (por exemplo, garantindo a segurança das *gated communities* de luxo, enquanto os bairros pobres ficam

sem proteção) ou, ainda, legitimam práticas contrárias ao bem comum, como é o caso dos comportamentos discriminatórios com relação às pessoas pobres. A riqueza permite um “efeito cascata” na violação de direitos dos mais pobres: inicia no topo da pirâmide social, reproduz-se nas classes intermediárias até atingir os mais vulneráveis.

Os detentores de imensas fortunas, juntamente com seus adjuntos assalariados, são devidamente assessorados por empresas de *marketing* e por escritórios de advocacia especializados em proteções jurídica, fiscal e criminal. Assim, eles podem ficar acima da lei, imunes a princípios éticos ou a preceitos morais. Uma equivocada deontologia dos cientistas sociais faz com que processos importantes não sejam considerados porque os fragmentos de informações sobre a riqueza permitiriam apenas um conhecimento ilustrado e não um conhecimento científico das origens e magnitude da riqueza e do poder conseqüentes. Assim, o capitalismo pode conservar uma grande legitimidade.

O processo de apropriação da mais-valia é entendido por muitos como absolutamente natural, uma espécie de preço a pagar para a geração de ocupação para as pessoas e, por meio disso, de obtenção de renda. O neoliberalismo obteve uma estrondosa vitória ao reforçar a percepção de que a desigualdade é de origem meritocrática: cada indivíduo é remunerado na exata proporção de sua contribuição ao produto social; cada indivíduo está na posição social que corresponde ao seu desempenho. A naturalização das desigualdades faz com que as denúncias sobre condições abjetas de exploração não comovam a maioria. Reina certo fatalismo no senso comum, traduzido na percepção de que é preciso trabalhar para sobreviver e que o exercício do trabalho dá-se obrigatoriamente nos termos impostos pelo capital. Ao mesmo tempo, a concentração do poder permite veicular, de todas as maneiras, a idéia da inevitabilidade dos processos econômicos em curso. Força econômica aparece transvertida de talento empresarial; dominação aparece como resultado de capacidade humana, levando à naturalização dos processos sociais e econômicos que configuram a desigualdade.

Michel Pinçon (1996) inicia sua obra com um trecho de *O idiota*, de Dostoievsky (“O mais vil e mais odioso no dinheiro é que ele confere até talento”), indicando assim a desmistificação da riqueza como o grande desafio das Ciências Sociais. A fruição repetida da riqueza permite apresentar privilégios herdados como fruto de qualidades pessoais inatas. Porém, os estudos científicos mostram que não existe evidência alguma de

que a maioria das pessoas ricas seja-o por mais operosidade, ou pela aderência a uma ética do trabalho ou por comportamentos ascéticos (Medeiros, 2005). Da mesma forma, as diferenças educacionais são insuficientes para explicar a origem da riqueza. A conjugação dos processos resumidos anteriormente tem maior poder explicativo, destacando o caráter articulado e cumulativo das diferentes estratégias que permite que não os capitalistas em geral, mas segmentos específicos acumulem riqueza substantiva e dela se apropriem. Os estudos disponíveis sobre a produção da pobreza mostram como muitos são afetados, em graus variados e numa grande dispersão. O grande desafio é comprovar como a produção da riqueza beneficia poucos, de forma concentrada, e identificar quem compõe a “classe de fruição”. A forma de avançar rumo à busca da superação das desigualdades crescentes é “ubicar en un lugar de alta visibilidad a los agentes y estructuras que contribuyen a producir, mantener y reproducir la pobreza” (Cimadamore, 2005, p.14).

RIQUEZA SUBSTANTIVA E PODER

As diferentes modalidades de apropriação da riqueza resumidas anteriormente não são estanques, não compõem dinâmicas autônomas, embora algumas sejam adjetivadas como corretas e legítimas, e outras, como imorais e ilegais. Elas se somam, se articulam, se complementam. A partir de determinado ponto, o volume de riqueza substantiva é tão grande, que o poder econômico escapa a qualquer controle político e fica fora do alcance da análise científica que, porventura, as Ciências Sociais poderiam realizar. Por exemplo, no caso da economia política da corrupção, seria necessário fazer uma sociologia das relações de poder que se estabelecem a partir da riqueza substancial, não considerando o tema como algo fútil ou supérfluo (Pinçon, 2005). Da mesma forma, por aproximações indiretas, seria importante considerar a expressão pública da riqueza e, aos poucos, avaliar a construção mitificada da meritocracia e das competências profissional e empresarial.

Marcelo Medeiros desenvolve importantes reflexões sobre a legitimidade e a necessidade de se estudarem os ricos. A principal razão evocada é que esse conhecimento é passo importante para se definirem políticas redistributivas com eficácia sobre a redução da desigualdade. Seguindo essa argumentação, cabe salientar que o poder e o volume de riquezas

apropriadas de forma anti-social são verdadeiramente significativos. Estudos de órgãos tributários indicam que a sonegação fiscal de grandes empresas atinge cifras bilionárias. Embora as micro e pequenas empresas sejam as que, proporcionalmente, mais sonegam, as grandes empresas são responsáveis pelos valores mais expressivos. A sonegação generalizada provoca o contínuo aumento da carga tributária, que prejudica os mais pobres e as empresas honestas.

A ONG *Transparency International* desenvolve um trabalho de esclarecimento sobre a corrupção, embora os resultados devam ser apropriados com muita prudência. Algumas das suas críticas favorecem as empresas multinacionais no jogo concorrencial do comércio internacional e confundem-se com as proposições neoliberais de Estado mínimo. Outra questão polêmica é que as informações produzidas baseiam-se nas percepções da corrupção e não em provas concretas. De qualquer forma, as indicações sobre os níveis de corrupção na América Latina não são invenções desse organismo e comprovam as relações nefastas que existem entre os grandes fraudadores e a condução dos negócios e a administração pública. A corrupção jamais traz benefícios coletivos. Os atos ilícitos implicam sempre a transferência de renda dos trabalhadores para os mais ricos e a escassez de recursos para obras de interesse da população mais pobre.

A receita federal brasileira estima em mais de 100 bilhões de dólares os recursos de brasileiros existentes em paraísos fiscais. A imprensa vem divulgando que esse valor poderia ser quase o dobro do que supõe a receita federal. Em estudo sintético, Ouriques et al. (2001) referem-se ao “assalto ao Estado” perpetrado pelas aristocracias financeiras da Argentina, Brasil e México. Nos três casos, os valores ultrapassam a casa da centena de bilhões de dólares. As grandes fraudes noticiadas pela imprensa, com processos judiciais instaurados, mas cujos indiciados acabam impunes, alcançam valores que ultrapassam o orçamento de vários ministérios federais. Somadas as verbas para programas de inserção social, de combate à fome, de renda mínima ou de geração de emprego e renda para a população mais carente, não alcançam o valor sonegado ou fraudado por dois ou três grupos perpetradores da economia bandida.

Os gastos das elites milionária ou bilionária correspondem a um padrão por vezes superior ao de seus congêneres do Primeiro Mundo. Frequentemente, o luxo conspícuo e o lazer aristocrático não são computados como despesas pessoais, mas como “custos administrativos” das empresas ou “custos de representação”, dedutíveis do imposto de renda a

pagar. Não bastasse esse estratagema, há de se considerar também a desmedida: os milionários paulistas que se deslocam nos seus carros blindados e helicópteros para os refúgios na serra ou no litoral gastam, num dia, igual valor ao que centenas de trabalhadores levam um ano para receber como salário. O mesmo vale para milionários argentinos, chilenos ou paraguaios que, em dois ou três dias nos cassinos de Punta del Este, gastam mais que programas governamentais de assistência social investem com as populações carentes durante um ano.

Os exemplos multiplicam-se constantemente, e os poucos dados apresentados neste artigo são uma pequena amostra de uma miríade de casos que aparece em informes reservados de órgãos públicos de fiscalização e em reportagens superficiais da grande imprensa, por vezes, na página policial. Ridículos ou cruelmente sérios, eles não podem ser considerados como pouco relevantes. As várias dimensões da riqueza, das formas da sua extração e fruição, têm impacto direto sobre a vida da população pobre. A exemplo do que ocorreu em múltiplas ocasiões no passado latino-americano (Rosa, 2006), os perpetradores da economia ladina e da economia bandida acabam legalizando suas fortunas. A riqueza que teve origem no saque, na corrupção, consubstancia-se no poder econômico legítimo, pois é apresentada como resultado do esforço e do talento empresariais. Por isso, a importância da pesquisa acadêmica mais profunda e criteriosa para separar o que são epifenômenos do que são mecanismos estruturais, estratégias dissimiladas que configuram a luta de classes, a “economia bandida” e a “economia ladina”, sendo apenas ardis complementares. Todas essas situações não podem ser classificadas como arcaicas, como remanescentes de fases já superadas pelo capitalismo em outros países. A situação do continente latino-americano não é o fruto de uma perversão particular da dinâmica capitalista. Pelo contrário, o que acontece atualmente corresponde perfeitamente à lógica do “capitalismo autêntico” em condições de enfraquecimento das forças sociais do trabalho e de desmobilização dos movimentos associativos clássicos.

As elites econômicas valem-se de todos os expedientes legais e ilegais, contando, para tanto, com a impunidade, com as relações privilegiadas com os aparelhos de Estado, com a discricção dos meios de comunicação e, é necessário dizer, com a complacência da academia. Quando se fala de composição social, apenas a massa trabalhadora ou a população pobre são consideradas. Os responsáveis pela apropriação do volume mais expressivo da riqueza social parecem não existir, figuram como instâncias

abstratas e inapreensíveis. Mas não existe riqueza que não seja social, e, como já dizia Marx, *não é possível considerar os capitalistas como piratas em alto mar saqueando outros piratas.*

A RIQUEZA SUBSTANTIVA: TOTEM E TABU

Todos os indicadores econômicos e sociais comprovam a parcialidade ou o cinismo na definição de “humanidade” do arauto do capitalismo triunfante, Steve Forbes. Como é possível sustentar que a “humanidade” tenha ficado mais rica quando a brecha existente entre o pólo riqueza e o pólo pobreza aumentou? E não apenas isso, a riqueza apropriada desmedidamente por alguns poucos resulta do empobrecimento de muitos.

A dimensão relacional pobreza/riqueza constitui um dos tantos desafios para se compreender a sociedade contemporânea. Não basta contar, medir, pesar, quantificar e analisar o “pólo pobreza”. Ele não se constitui de forma autônoma, desvinculado dos processos sociais mais complexos marcados pela composição social extrema e crescentemente desigual. A desigualdade socioeconômica não é medida por uma linha mínima de rendimentos abaixo da qual estão situados os pobres, mas pelas posições relativas ocupadas pelos diversos segmentos da sociedade. Mesmo se os pobres e miseráveis alcançarem o nível mínimo, isso não significa que haverá uma situação equilibrada e socialmente justa. Se os bastiões da impunidade garantida pelas imensas fortunas continuarem a existir, as disparidades e suas conseqüências nefastas também perdurarão.

Nas últimas duas décadas, o crescimento do individualismo parece ofuscar ou mesmo negar a existência das classes sociais, ao que corresponde certo abandono da temática clássica em torno das relações de dominação definidas pela estrutura de classes. Evitando os modismos importados, as Ciências Sociais na América Latina desenvolveram e continuam desenvolvendo valiosos estudos sobre os setores dominantes, sobre as estratégias de poder das elites econômicas e políticas e sobre os mecanismos de reprodução da desigualdade estrutural. Entretanto, a ênfase continua sendo dada às manifestações políticas dos grupos dominantes na esfera parlamentar e nas conexões privilegiadas com o aparelho de Estado.

Da existência da riqueza substantiva e dos comportamentos sociais decorrentes, advêm problemas mais complexos. Os detentores das grandes fortunas aparecem na sociedade ora como totem, objeto de veneração e de

temor, ora como tabu, cuja aproximação, por hipocrisia ou por ignorância, está proibida. Suas fortunas aparecem glamourizadas em revistas como *Caras* ou *Hola*, mas sempre dissociadas dos mecanismos utilizados para sua preservação e ampliação, o que poderia desgastá-los politicamente. Os efeitos do poder traduzem-se na incapacidade de se reconhecerem os fenômenos na sua totalidade e de vê-los como problema. Os indivíduos enxergam, percebem com a visão, mas não compreendem, não apreendem o conteúdo do fato, não entendem o real significado das hierarquias e da distância social. Socialmente, existe apenas uma parte da riqueza que é visível; o restante é tão extraordinário, que escapa ao senso comum. Como sustenta Michel Pinçon (1996), existem níveis de riqueza tão grandes que, a exemplo das distâncias no espaço interestelar, são impensáveis para a maioria das pessoas. Recorrendo a uma formulação da Psicanálise, é possível sustentar que o *faltante é o estruturante*. Para preencher esse déficit explicativo sobre as desigualdades socioeconômicas na América Latina, é necessário um enfoque diferenciado que considere não apenas as dimensões visíveis das elites tal como elas aparecem na representação parlamentar, nas entidades empresariais ou no controle do aparelho do Estado, mas, também, a existência social da riqueza substantiva. A contribuição das Ciências Sociais para a construção de sociedades mais justas, democráticas e solidárias passa, entre outras dimensões, pela produção de conhecimento sobre essas “elites de fruição”, sobre os “perpetradores”, sobre esses segmentos minoritários que não são, em absoluto, auto-referentes e auto-suficientes, mas encarnações de relações de poder assentadas na conjugação de processos de apropriação da riqueza e, conseqüentemente, de produção de pobreza substantiva e relacional.

REFERÊNCIAS

ALEPIN, Brigitte. *Ces riches qui ne paient pas d'impôts*. Montreal: Editions du Méridien, 2004.

ALVARES LEGUIZAMÓN, Sonia (Org.). *Trabajo y producción de la pobreza en Latinoamérica y el Caribe*. Buenos Aires: Clacso Libros, 2005.

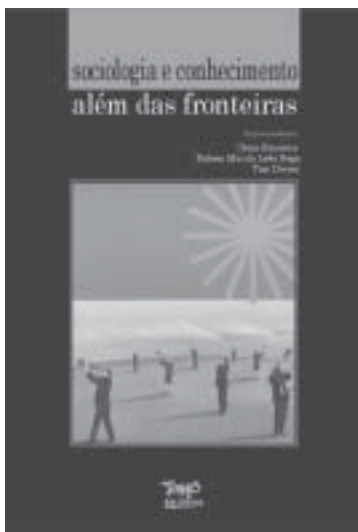
BASUALDO, Eduardo; ARCEO Enrique (Org.). *Neoliberalismo y sectores dominantes*. Buenos Aires: Clacso Libros, 2006.

BIALAKOWSKY, Alberto et al. Processos sociais de exclusão-extinção. In: CATTANI, Antonio David; MOTA DIAZ, Laura. *Desigualdades na América Latina: novas perspectivas analíticas*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

- BOLTVINIK Julio. Métodos de medición de la pobreza, una tipología. In: BOLTVINIK Julio; DAMIÁN Araceli (Org.). *La pobreza en México y el mundo*. México: Siglo Veintiuno Editores, 2005.
- BOLTVINIK Julio; DAMIÁN Araceli (Org.). *La pobreza en México y el mundo*. México: Siglo Veintiuno Editores, 2005.
- BOURDIGNON, Fabiane. *Produção sociológica sobre elites econômicas no Brasil*. 2005. Monografia (curso de Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- CARRETEIRO, Tereza. A doença como projeto. In: SAWAIA, Bader (Org). *As artimanhas da exclusão*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- CEPAL. *Panorama Social de América Latina*. Santiago de Chile: CEPAL, 2003.
- _____. *Compendio de buenas prácticas para la medición de la pobreza*. Santiago: IBGE – Grupo de Rio, 2006.
- CIMADAMORE, Alberto. Prólogo. In: _____. ALVAREZ LEGUIZAMÓN, Sonia (Org). *Trabajo y producción de la pobreza en Latinoamérica y el Caribe*. Buenos Aires: Clacso Livros, 2005.
- CONNIFF, Richard. *Historia natural de los ricos*. Buenos Aires: Tauros, 2003.
- CONTRALÍNEA. *Retrato de la miseria*. México: ano 2, n. 25, f ev. 2004.
- DEMO, Pedro. *Solidariedade como efeito de poder*. São Paulo: Cortez, 2002.
- DUCLOS, Denis. Naissance de l'hyperbourgeoisie. *Le Monde Diplomatique*, Paris, ago. 1998.
- ENGUITA, Mariano. Recursos y oportunidades: explotación y discriminación en el análisis de la desiguald. *Revista Internacional de Sociología*, Madrid, n. 24, 1999.
- SCOREL, Sarah. *Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.
- FOLHA DE SÃO PAULO. Diversas edições.
- FORRESTER, Viviane. *L'horreur économique*. Paris: Fayard, 1996.
- GEREMEK, Bronislaw. *La pietà e la forza*. Bari: Laterza & Figli, 1986.
- GONÇALVES DA SILVA, Marcos. *A economia política da corrupção no Brasil*. São Paulo: Editora Senac, 2001.
- GUILHOT, Nicolas. *Financiers, philanthropes: sociologie de Wall Street*. Paris: Editions Raison d'Agir, 2004.
- KLEINMAN, Arthur. Social suffering. *Daedalus*, Cambridge, v.125, n. 1, 1996.
- MEDEIROS, Marcelo. *O que faz os ricos ricos*. São Paulo: Hucitec, 2004.

- _____. O estudo dos ricos no Brasil. *Econômica*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, jun. 2005.
- MERRIL LYNCH. *World Wealth Report 1997-2006*. New York: Capgemini; Merrill Lynch, 2006.
- MILANO, Serge. *La pauvreté dans les pays riches*. Paris: Nathan, 1992.
- NEWSWEEK. Maio 2006.
- OURIQUES, Nildo D. et al. A aristocracia financeira e o assalto ao Estado na América Latina. In: FERREIRA, Alceu C. (Org). *A trama da privatização*. Florianópolis: Editora Insular, 2002.
- PINÇON, Michel; PINÇON-CHARLOT, Monique. *Grandes fortunes: dynasties familiales et formes de richesse en France*. Paris: Payot, 1996.
- _____. *Sociologie de la bourgeoisie*. Paris: La Découverte, 2004.
- POCHMANN, Márcio. *Atlas da exclusão no Brasil*. São Paulo: Editora Cortez, 2004.
- POCHMANN, Márcio. *Folha de São Paulo*, 15 jun. 2005.
- _____. Riqueza e concentração de renda. In: LATINOAMERICA. Enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe. São Paulo: LPP; Boitempo, 2006.
- ROCHA, Sonia. *Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003.
- ROSA, José Maria. *Porteños ricos & trinitarios pobres*. Buenos Aires: Maizal Ediciones, 2006.
- SACHS, Wolfgang. *The development dictionary*. Londres: Zed Books, 1992.
- SAWAIA, Bader. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: _____ (Org.). *As artimanhas da exclusão*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- SCHWARTZMAN, Simon. *As causas da pobreza*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.
- VALLADARES, Licia; MEDEIROS, Lídia. *Pensando as favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará, 2003.
- WACQUANT, Loic. La generalization de l'insécurité salariale en Amérique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, n. 115, 1996.
- WAGNER, Anne-Catherine. La bourgeoisie face à la mondialisation. *Mouvements*, Paris, n. 26, mar./abr. 2003.
- WARDE, Ibrahim. Ce que cache l'affaire Clearstream. *Le Monde Diplomatique*, Paris, jun. 2006.
- WORLD BANK. *Inequality in Latin America*. Washington: World Bank, 2004.
- YOUNG, Jock. *The exclusive society: social exclusion, crime and difference and Late Modernity*. London, Sage Publications, 1999.

Outras publicações da Tomo Editorial



Esta coletânea, fruto de parceria com a Sociedade Brasileira de Sociologia – SBS, responde com criatividade e qualidade às exigências de uma sociologia sintonizada com as demandas sociais, constituindo-se em subsídios relevantes para análise e compreensão da sociedade contemporânea. O esforço de criatividade traduz-se em uma abertura consciente, bem definida e delimitada em direção à ultrapassagem das fronteiras do conhecimento. Pode-se dizer que, consolidado o campo e construída a identidade, a sociologia ousa, e o faz a partir da proposta de exacerbar a reflexão, caracterizando um claro movimento em direção à discussão da inter/multi disciplinaridade.

Série “Sociologia das Conflitualidades” volume 1

Sociologia e conhecimento: além das fronteiras

organizadores: **César Barreira, Rubem Murilo Leão Rego e Tom Dwyer**

152 páginas ISBN: 85-86225-43-6



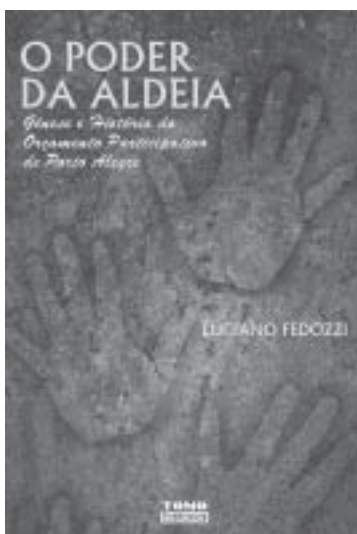
Convite à reflexão sobre as coisas da cultura, o livro é ideal para quem tem antropologia no currículo, mesmo que não pretenda ser antropólogo. É também uma excelente escolha para quem quer conhecer a antropologia como complemento à sua formação ou para decidir-se por ela. Com linguagem clara e abordagem leve, sem fazer concessões em relação à complexidade dos conteúdos, o autor apresenta, neste primeiro volume da série *Para quem não vai ser*, os principais elementos da antropologia, suas correntes e conceitos fundamentais, formando um painel que explica como essa forma de conhecimento se constituiu, como se atualiza constantemente, contribuindo para a compreensão das questões sociais.

Série “Pra quem não vai ser” volume 1

Antropologia para quem não vai ser antropólogo

autor: **Rafael José dos Santos**

80 páginas ISBN: 85-86225-41-X



As origens do Orçamento Participativo de Porto Alegre, um dos mais significativos fenômenos sociológicos dos últimos tempos, são apresentadas e analisadas: como foi se construindo essa forma de gestão dos recursos públicos desde seus antecedentes, os conflitos, as contradições, as dificuldades e as soluções encontradas no processo.

O Poder da Aldeia sucede o livro *Orçamento Participativo: reflexões sobre a experiência de Porto Alegre* (do mesmo autor e também publicado pela Tomo Editorial). A partir da análise de farto material documental, o autor apresenta a trajetória histórica da participação popular na capital gaúcha.

O Poder da Aldeia: gênese e história do Orçamento Participativo de Porto Alegre

autor: **Luciano Fedozzi**

240 páginas ISBN 85-86225-18-5



O ponto de vista dramático sobre a vida social cotidiana, as noções de “ator social”, “enquadramento” e “instituição total” modificaram o pensamento sobre a sociedade no século XX. Neste livro, estão reunidos alguns dos mais importantes cientistas sociais contemporâneos e especialistas na obra de Goffman, em textos inéditos em língua portuguesa. Temas e conceitos desenvolvidos por Goffman estão cada vez mais em pleno uso e vitalidade. Ele se tornou uma das referências fundamentais não só para sociólogos, mas também para psicólogos, pedagogos, psicossociólogos, sociolinguistas, antropólogos, assistentes sociais e pesquisadores da comunicação.

Erving Goffman: desbravador do cotidiano

organizador: **Édison Gastaldo**

176 páginas ISBN: 85-86225-33-9

Tomo Editorial Ltda. Fone/fax: (51) 3227.1021
Rua Demétrio Ribeiro, 525 CEP 90010-310 Porto Alegre RS Brasil
tomo@tomoeditorial.com.br www.tomoeditorial.com.br